

2º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

ANAIS

Ministério da Educação e Cultura
SESu – CAPES – PREMESU – CFE

PRESIDENTE DA REPUBLICA

João Batista de Oliveira Figueiredo

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Rubem Carlos Ludwig

SECRETÁRIO DE ENSINO SUPERIOR

Tarcísio Guido Della Senta

DIRETOR-GERAL DA COORDENAÇÃO

DE APERFEIÇOAMENTO DE

PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Cláudio de Moura Castro

**ANAIS DO 2º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS**

**MEC / INEP
SIBE - CIBEC**

ANAIS DO 2º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

PRESIDENTE DE HONRA

Edson Nery da Fonseca

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Antonio Miranda (UnB)

Vice-Presidente: Reinaldo Dias Ferraz de Souza (SEPLAN)

Relator-Geral: Marietta Telles Machado (UFGO)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Executiva: Maria Carmen Romcy de Carvalho (CAPES)

Subcomissão de Secretaria: Cybele Villares Coelho (UnB)

Subcomissão de Divulgação: Ricardo C. Rodrigues (CAPES)

Subcomissão de Finanças: Osmar Bettiol (SESu)

Subcomissão de Editoração: Jaime Robredo (UnB)

Subcomissão de Ciclo de Palestras: Maria Eleonora Freire Motta (USICA Reference Library — Casa Thomas Jefferson)

Subcomissão de Atividades Sociais: Iza Antunes de Araújo (EMFA)

Subcomissão de Apoio: Aníbal Rodrigues Coelho (Câmara dos Deputados)

GERÊNCIA

ASSOCIAÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL

Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
2-, Brasília, 1981.

Anais... Brasília, CAPES, 1981.
p. xi + 378

1. Bibliotecas universitárias — Brasil

CDU 027.7(81)



A P R E S E N T A Ç Ã O

O estudo das bibliotecas universitárias vem, nos últimos anos, assumindo uma importância crescente. Com a implantação da Reforma Universitária, surgiu uma nova estrutura acadêmica decorrente da existência de departamentos e de uma administração centralizada. Os serviços bibliotecários viram-se diante da necessidade de atuar, buscando racionalização de esforços e recursos, num paradigma marcado pela interdisciplinaridade e pelas exigências requeridas pelo estágio atual do nosso desenvolvimento científico.

Com a divulgação dos Anais do 2º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, tornam-se de conhecimento público os trabalhos produzidos na área. Os textos apresentados, dentro do objetivo mais amplo de avaliar o desempenho da biblioteca universitária brasileira, discutem aspectos bastante diversificados: planejamento, arquitetura, aquisição de materiais informacionais, e automação de serviços, entre outros. Além de representarem uma inestimável coleção de diferentes enfoques e assuntos, representam também a consolidação de uma tradição de pesquisa.

O apoio da CAPES ao 2º SNBU, além de outros órgãos como SESu, PREMESU, CFE, CNPq, deve-se ao reconhecimento de sua importância como instrumental metodológico às políticas e ações de fomento voltadas para o desenvolvimento de atividades de pós-graduação e pesquisa. As necessidades da área, contudo, não se esgotam aí. A formação e a capacitação de recursos humanos é insumo necessário para que os estudos e pesquisas continuem e sejam aprimorados, contribuindo para ressaltar a relevância que a biblioteca universitária possui no processo de ensino e pesquisa do País.

Cláudio de Moura Castro
Diretor-Geral

SUMÁRIO

TEMA CENTRAL:

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Apresentação. v

Discurso do Diretor-Geral da CAPES, Dr. Cláudio de Moura Castro. 01

Discurso do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura,
Rubem Ludwig. 04

TRABALHOS ESPECIAIS. 07

Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-
econômica e estrutural — Kira Tarapanoff. 09

La informacion como insumo y consumo en la biblioteca universitaria en
America Latina — Jose Arias Ordoñez. 36

SIMPÓSIO SOBRE PLANEJAMENTO DE SISTEMAS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. 51

Visão panorâmica do planejamento de sistemas de bibliotecas universitárias
— Luiz Antonio Gonçalves da Silva. 53

Diretrizes do IBICT e suas interferências no planejamento das bibliotecas uni-
versitárias — Afrânio Carvalho Aguiar. 61

Avaliação do uso da coleção de livros em biblioteca universitária, no campo
da Saúde Pública — Maria Teresinha Dias de Andrade e outros. 62

Estudo para transferência do sistema de bibliotecas da URG para o novo
campus — Ely Gonçalves e outros. 64

Utilização do sistema de custo-padrão para controle e avaliação do desempenho
da biblioteca — Cléa Dubeux Pinto Pimentel. 65

O processo racional na administração de bibliotecas universitárias: significado,
utilização e conseqüências para a organização — Lília Maria Vargas Lopes. . . 66

Programa de formação e treinamento de usuários na Biblioteca "Prof. Rosário
Farâni Mansur Guérios", do Centro Federal de Educação Tecnológica do
Paraná — Irene Westphalen Lisiewicz e outros. 67

Bibliotecários e bibliotecas universitárias — Zita Catarina Prates de Oliveira 68

Objetivos de biblioteca universitária — Kira Tarapanoff. 69

Sistema de bibliotecas da Universidade de São Paulo: roteiro para um diagnós-
tico — Dinah Aguiar Poblacion e outros. 70

Administração por objetivos num sistema de bibliotecas universitária
— Elisabeth Schneider de Sá. 72

Serviços de alerta e sua realização nas bibliotecas universitárias brasileiras — Nério Sacchi Júnior.	73
Padrões para serviços bibliotecários na UFRGS — Heloísa B. Schreiner e Zita Catarina Prates de Oliveira.	74
A biblioteca universitária: o estudante o trabalho de pesquisa — Neusa Dias Macedo.	76
Políticas de evaluación con fín es de aprobación institucional y de programas — Stella Sanches de Moore.	78
Função social da biblioteca universitária - Sebastião de Souza e outros.	84
Considerações sobre o sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) — Celeste Azevedo Macedo e outros.	85
Bases para um Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias — Antônio Miranda.	86
Relatório do Simpósio sobre Planejamento de Sistemas de bibliotecas univer- sitárias - Rodolfo Tsupal.	87
SIMPÓSIO SOBRE ARQUITETURA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS . . .	.95
Aspectos do Planejamento e construção de Bibliotecas Universitárias no Brasil — Cláudio Mafra Mosqueira.	97
O projeto arquitetônico da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo — José Galbinski.	106
Características do projeto da Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso — Dinalva Gomes de Paiva.	108
Projeto da Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás — Sinval Martins de Paiva.	109
Programa Integrado de Melhoria de Ensino de Graduação e Arquitetura e Urbanismo — Osmar Bettiol e outros.	116
Projeto arquitetônico da Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia — Fernando José Fahel e outros.	120
Características do projeto da Biblioteca Central da UFRRJ — Ricardo Orlandi França e Almira Lins de Albuquerque.	122
Problemas de planejamento e construção de bibliotecas universitárias no Brasil — uma experiência pessoal — José Galbinski.	124
Prédio da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará — 2ª etapa memorial descritivo, explicativo e justificativo — José Freire Ferreira	125
Síntese do Simpósio sobre Arquitetura de Bibliotecas Universitárias — Stela Maris Borges.	129
SIMPÓSIO SOBRE AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO.	133
O processo de aquisição de material bibliográfico nas universidades brasileiras — Maria Helena de Sá Barreto e Zuleide Medeiros de Souza. . . .	135

A auto-suficiência de documentos especializados como responsabilidade das universidades e instituições brasileiras — Alfredo Américo Hamar e outros	145
O acervo de periódicos estrangeiros da Universidade Federal Fluminense adquiridos por compra; um estudo para aquisição planejada — Eliana Souza Pinheiro e outros.	146
Aquisição de material bibliográfico: a experiência da Biblioteca Central do IBGE — Maria Beatriz Pontes de Carvalho e Liliane Falcão Leda.	147
O livreiro brasileiro face aos processos de aquisição por órgãos governamentais - Jonny J. Wolff.	148
Custos de aquisição direta de periódicos estrangeiros — Heloísa B. Schreiner e outros.	149
Centro de Intercâmbio de Material Bibliográfico — Emir José Suaiden.	150
Relatório do Simpósio sobre Aquisição de Material Bibliográfico — Mayra Eltz Brum.	151
SIMPÓSIO SOBRE AUTOMAÇÃO DE SERVIÇOS BIBLIOGRÁFICOS.	153
Panorama dos planos e projetos de automação das bibliotecas universitárias brasileiras — Jaime Robredo.	155
El Sistema LIBRUNAM en Colombia - Stella Sanches de Moore.	191
Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos — Eratóstenes Edson Ramalho de Araújo.	195
Automação de Bibliotecas — Afrânio Carvalho Aguiar.	196
Redes de computadores das universidades do Norte e Nordeste — Projeto CEPINNE - Ricardo de Oliveira Maciel.	197
Sistema automatizado de controle bibliográfico da Biblioteca Central da UnB - BCE 020 - Cybele Villares Coelho e Antonio Pinho Werneck Rodrigues.	207
Disseminação seletiva da informação em bibliotecas universitárias: algumas considerações — Alvaceli Lusa Braga e Armi Maria Cardoso.	208
Sistema de controle de periódicos (SISCOPE) — Carlos Ernesto Rech e Nelson Mendonça de Mattos.	209
Sistema CALCO/UFRGS - Automação na Biblioteca Central da UFRGS - Heloísa B. Schreiner.	210
Sistema de Automação nas Bibliotecas da UFPb — Leda Maria Jurema Dutra e José Leônidas Maciel da Silva.	211
Relatório do Simpósio sobre Automação de Serviços Bibliotecários - Cybele Villares Coelho.	212

GRUPOS DE TRABALHO - DOCUMENTOS BÁSICOS E RELATÓRIOS. . . . 217

Educação de usuários em bibliotecas universitárias — Milton A. Nocetti e Judith Rebeca Schleyer.	219
Relatório do Grupo de Trabalho — Estudo de Interface Usuário/Sistema de Informação — Paulo da Terra Caldeira.	239
Tendências atuais do processamento técnico em Bibliotecas universitárias - Cordélia R. Cavalcanti.	246
Ao Senhor Relator Geral do 2º SNBU - Regina Maria Soares de Oliveira.	271
Catálogo coletivo e comutação bibliográfica — Leila Magalhães Zerlotti Mercadante e Tereza da Silva Freitas Oliveira.	272
Relatório.	286
Coleta de dados e estatísticas em bibliotecas universitárias — Maria Carmen Romcy de Carvalho e Glória Isabel Sattamini Ferreira.	302
Padrões em bibliotecas universitárias: situação no Brasil — Maria Carmen Romcy de Carvalho.	314
Relatório — Zita Catarina Prates de Oliveira.	327
Seleção e aquisição de material em bibliotecas universitárias brasileiras — Nice Menezes de Figueiredo.	330
Relatório — Lindaura Alban Corujeira.	351
Relatório Geral do 2º SNU - Marieta Telles Machado.	353

HOMENAGEM AO PRESIDENTE DE HONRA DO 2º SNBU PROF. EDSON NERY DA FONSECA

Peregrinações de um bibliotecário: roteiro quase bibliográfico — Cordélia R. Cavalcanti.	369
Discurso do Prof. Edson Nery da Fonseca — Por uma só biblioteca em cada universidade.	373

DISCURSO DE CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, DIRETOR-GERAL DA CAPES

A biblioteca é a memória da sociedade. A biblioteca universitária é a janela para nossa herança cultural e científica. Por ela descobrimos o que o passado nos lega, permitindo assim concentrar nossos esforços no que está para ser feito, sem os vacilos do desconhecimento e sem o incômodo risco de refazer o que já está acabado.

Mas é mais do que isso!, a biblioteca é um embaraçoso espelho do nível de desenvolvimento de nossa comunidade acadêmica. Sendo ela tão vital, suas realizações refletem nosso amadurecimento científico e cultural, tanto quanto suas deficiências denunciam as fragilidades nas várias áreas do conhecimento.

O primeiro preito a este reconhecimento é a construção dos espaços que abrigam a biblioteca. Isso é pouco. E, algumas vezes, supérfluo. Em momentos passados abundaram mausoléus vazios, monumentos à nossa incultura.

Livro não se inaugura com pompa e banda de música. Suprir nossa biblioteca com técnicos competentes e acervos suficientes é tarefa difícil e cara mas constitui o indício mais nítido da maturidade. O acervo das nossas bibliotecas mostra onde chegamos, a seriedade do nosso esforço. Lembremo-nos também que livro comprado a metro ainda é pouco, não podemos descuidar de sua seleção.

Em última análise, uma vez superados os problemas básicos de pessoal e acervo, devemos reconhecer que o teste final são as condições de acesso e uso oferecidos aos usuários, suas diferenças refletindo a distância entre os esforços e os resultados da nossa Universidade. Da correta classificação e tombamento ao casamento com a cibernética há uma ampla tecnologia, buscando tornar mais facilmente disponível seu acervo crescente. De fato, se dobra a cada dez anos o número de publicações científicas e se está viva mais da metade dos cientistas que já existiram na face da terra, presenciemos uma vertiginosa corrida entre a tecnologia do tratamento da informação e o crescimento exponencial do que se publica no mundo.

Ainda em moda os "check-ups" médicos onde nos obrigam a passar alguns dias em uma clínica, nas mãos de inúmeros especialistas que examinam o estado de cada uma de nossas funções vitais. Ao cabo desse processo, somos apresentados ao diagnóstico. Ficamos assim sabendo de nossa saúde.

Durante muito meses nossas bibliotecas universitárias submeteram-se a semelhante exame clínico, nas mãos dos melhores especialistas da matéria. Foram auscultados todos os pontos mencionados anteriormente e muitos outros que não caberia mencionar.

Na semana que se inicia, reunimo-nos para ouvir destes especialistas o seu diagnóstico. Como dissemos, não é apenas a saúde da biblioteca que está em discussão, mas também os avanços e perplexidade do nosso mundo universitário.

O Seminário será, ainda, a oportunidade para os profissionais da área de informação — bibliotecários, analistas de sistemas, administradores, arquivistas e arquitetos —, assim como aos próprios usuários (pesquisadores, professores e estudantes) de assistir as exposições de projetos e programas em andamento, de atualizar-se em novas técnicas através de cursos e comunicações curtas, assim também de conhecer novas publicações e equipamentos especializados e de conhecer e estreitar vínculos profissionais e pessoais com os colegas de outros estados e países.

O II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, dedicado à análise à "avaliação do desempenho da biblioteca universitária no Brasil", é uma promoção da CAPES, com o patrocínio da SESu, da PREMESU, do CFE, assim como do CNPq/IBICT.

Nele assistimos ao lançamento do Programa de Comutação Bibliográfica — COMUT, por S. Excia. o Ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig. Este Programa constitui-se em acontecimento da maior transcendência para a nossa comunidade acadêmica, científica e executiva, na medida em que vai facilitar o encontro do usuário com a cópia do documento requerido nas atividades de ensino, pesquisa e gerenciamento, sem as limitações atuais de localização geográfica e burocrática.

Como um todo, o Brasil tem um respeitável acervo de livros e revistas. Mas, o pesquisador individual convive não com o todo mas com a biblioteca de sua universidade, com as limitações que porventura tenha. O que está nas outras não está ao seu alcance.

O COMUT põe verdadeiramente ao seu alcance o acervo de todo o País. Se está em alguma biblioteca ele poderá obter cópia em 7 dias, por um preço modesto. Teoricamente nada impede a um usuário de uma biblioteca encomendar uma publicação do acervo de outra. Na prática há uma interminável seqüência de barreiras, papelório, regulamentos, normas contábeis e outros entraves — grandes e pequenos — impedindo que isso aconteça. Com o COMUT, pretende-se a superação dessas formidáveis barreiras burocráticas.

Ao longo de dois anos, a CAPES bem como outras instituições, vem operando projetos piloto de comutação. Aprendemos todos nessas várias experiências o como fazer, como simplificar e como eliminar a papelada. Agora, lançamo-nos para o grande salto de criar um Sistema Nacional.

O COMUT foi projetado graças à conjugação de esforços da CAPES e do CNPq e contou, na sua estruturação, com a consultoria técnica de especialistas do IBICT, da BIREME, da BINAGRI, da EMBRAPA, do MINTER, do SERPRO e da BICENGE e de várias universidades e centros da documentação em institutos de pesquisa, que deixamos de citar por questão de tempo.

Nada melhor portanto do que aproveitar o seminário para o treinamento do pessoal das bibliotecas que estará envolvido na sua operação.

Gostaria, para concluir, de externar em nome da CAPES e da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal — que gerencia o II SNBU — os agradecimentos especiais ao FNDE e às empresas e organizações que colaboram na montagem deste Seminário. Incluímos neste agradecimento a Universidade de Brasília, a Câmara dos Deputados, o EMFA e a Casa Thomas Jefferson que colaboraram, cedendo seus profissionais e sua experiência para a Comissão Organizadora do Seminário.

DISCURSO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA RUBEM LUDWIG

O lançamento oficial, nesta inauguração solene do Segundo Seminário de Bibliotecas Universitárias, do Programa de Comutação (COMUT), demonstra a intenção do Ministério da Educação e Cultura de consolidar os centros bibliotecários, fontes básicas da informação educacional, científica e tecnológica de que tanto necessitamos.

Ao congregar bibliotecários, analistas de sistemas, professores, pesquisadores, estudantes e profissionais, este seminário oferece oportunidade para que, nos vários simpósios, sejam avaliados os problemas das bibliotecas universitárias e discutidas as formas e os usos da informação científica e educacional em nosso país.

A cultura, em qualquer de suas manifestações, depende, para desenvolver-se, de registros orais e escritos que lhe garanta conhecer a contribuição acumulada no passado e o conhecimento humano produzido no presente. São registros acumulados pacientemente na memória viva que se transmite através dos séculos e em documentos que a diligência do homem soube preservar. Esses registros constituem o patrimônio da informação. A maior ou menor capacidade de conservar, ampliar e utilizar com eficiência a informação, estabelece hoje em dia a diferença entre as comunidades mais e menos desenvolvidas.

Para o educador e o cientista, a informação é o ponto de partida, o estímulo e o parâmetro sobre o qual constroem e inovam; sobre ela, o artista cria e recria; o administrador a utiliza para planejar e para decidir.

As ações do Governo, através do Ministério da Educação e Cultura e de outros órgãos, buscam gerar formas mais competentes de produzir, acumular e melhor utilizar os acervos de informação de que a comunidade necessita.

Preocupamo-nos, portanto, não apenas em abrigar e acumular informações, mas em transformá-las em um bem acessível a qualquer cidadão que delas necessite. Queremos, assim, que esta enorme biblioteca de que o país dispõe — na soma de todas as bibliotecas públicas, universitárias e especializadas — possa chegar ao leitor brasileiro onde ele queira, onde ele estiver.

Dispomos no Brasil de um considerável acervo depositado em 4.000 bibliotecas de todo o tipo. Isoladamente, cada biblioteca é uma unidade imperfeita e frágil. Reunidas por um eficaz sistema de intercâmbio passam a constituir um conjunto capaz de satisfazer a maior parte da demanda de informação existente no país.

A utilização desse grande acervo é o nosso propósito comum, não apenas com o intuito de melhor servir aos nossos professores, estudantes de todos os graus, pesquisadores, intelectuais e profissionais, mas também objetivando ordenar dispêndios públicos e economizar divisas. Com isso, associamo-nos ao maior esforço que a nação brasileira conscientemente enfrenta: o do combate e da superação aos nossos graves problemas econômicos.

Esta é a nossa proposta ao lançar, aqui, o Programa de Comutação Bibliográfica — COMUT, frente aos senhores, que são ao mesmo tempo os beneficiários e responsáveis por seu funcionamento em todos os Estados da Federação.

O COMUT é uma das expressões mais legítimas da vontade de todos os profissionais da área, para que os processos morosos e burocráticos venham a ser substituídos por mecanismos ágeis e eficazes.

Na tarefa de concepção e implantação do COMUT, o MEC uniu esforços com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para, juntos, oferecermos um serviço simplificado e de baixo custo a todos aqueles que necessitam do documento para sua formação, na sala de aula, no laboratório, no escritório técnico ou em casa.

Essa feliz associação recebeu o entusiasmo e o apoio promocional da Fundação Roberto Marinho, que tem sabido associar-se às mais profícuas iniciativas de interesse público, colaborando exemplarmente com os órgãos governamentais na modernização do ensino e na preservação da memória nacional.

Aos senhores, que vieram de tão longe para compartilhar desse esforço conjunto de reflexão, em torno de temas importantes e úteis às políticas do nosso Ministério — como o Planejamento de Sistemas, Arquitetura e Automação de Serviços — desejamos um profícuo trabalho, na certeza de que contribuirão com idéias e proposições valiosas ao desenvolvimento de nosso sistema bibliotecário.

Muito obrigado.

TRABALHOS ESPECIAIS

CDD 027.70981
CDU 027.7338.26(81)
027.7:301.17(81)

PLANEJAMENTO DE E PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL; SUA POSIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E ESTRUTURAL

Kira Tarapanoff, PhD
Profa. do Depto. de Biblioteconomia
da Universidade de Brasília, UnB

Aborda-se a evolução histórica do planejamento bibliotecário no Brasil no seu aspecto macro, inserindo-se a biblioteca universitária no seu contexto sócio-econômico, geográfico e cultural. São enfatizadas as tendências atuais do planejamento bibliotecário, especialmente o de bibliotecas universitárias, como parte do planejamento educacional, científico e cultural, segundo diretrizes dos planos brasileiros de desenvolvimento, tanto gerais como setoriais. São identificadas características, falhas e distorções do planejamento para bibliotecas universitárias no país, propondo-se algumas linhas de ação que permitam a sua melhor "situação" dentro do contexto de planejamento brasileiro.

A falta de uma visão macro de planejamento bibliotecário no Brasil exige uma abordagem histórica da origem e evolução do planejamento bibliotecário no seu aspecto teórico geral inserido na realidade brasileira.

A tendência moderna vê o planejamento bibliotecário como parte do planejamento educacional, científico e cultural, dentro dos planos gerais de desenvolvimento.

Neste contexto a biblioteca universitária é parte e resultado da sociedade na qual opera, refletindo as características gerais do país — o seu grau de desenvolvimento, sua tradição cultural e seus problemas e prioridades sócio-econômicas.

A biblioteca universitária é uma organização sem autonomia própria, sendo dependente da universidade à qual pertence. O seu relacionamento com a sociedade se

faz através da universidade e não diretamente. O relacionamento da universidade com a sociedade é seletivo, sujeito às funções da universidade dentro desta sociedade e de suas decisões e "negociações" políticas. Este relacionamento é mutável no tempo e no espaço. A universidade e a biblioteca universitária brasileiras são produtos da história social, econômica e cultural do país, bem como das características regionais brasileiras.

1. Planejamento educacional e planejamento bibliotecário; breve histórico

O desenvolvimento da idéia de planejamento bibliotecário no Brasil origina-se no desenvolvimento da própria idéia de planejamento bibliotecário na América Latina.

De acordo com Josefa Sabor (1-2), a idéia de planejamento bibliotecário na América Latina já estava presente em 1950. No entanto, é nos anos 60, que a idéia de planejamento bibliotecário é consolidada, assim como é consolidada a própria idéia de planejamento para o desenvolvimento.

No Brasil, os primeiros ensaios de planejamento governamental para o desenvolvimento, foram realizados na década de 40, por iniciativa do empresário Roberto Simonsen, que atribuía ao planejamento o poder de corrigir todas as desigualdades e diferenças econômicas e sociais, tais como: distribuição de recursos; dependência econômica e técnica de países ou regiões desenvolvidas; conflitos de classes e oligópolis. Para Simonsen, o planejamento era condutivo ao desenvolvimento (3).

Hoje, é amplamente aceito que o planejamento governamental sistemático no Brasil só se tornou possível depois dos anos 60, quando foi introduzido o conceito de planejamento geral, e pela primeira vez o Brasil planejou em termos de macroplanejamento e não desenvolveu apenas programas setoriais (4-5-6).

Na área de biblioteconomia, o desenvolvimento da idéia de planejamento bibliotecário deve muito a Carlos Victor Penna, que nos anos 60 via o planejamento bibliotecário como parte do planejamento educacional(7).

Na América Latina e no Brasil, a idéia de planejamento bibliotecário se desenvolve paralela à idéia de planejamento educacional.

Esquemáticamente a situação do planejamento educacional no Brasil no começo dos anos 60 era a seguinte:

1. os termos despesas-sociais e educação foram incluídos pela primeira vez no Programa de Metas (1957-61);

2. 3,4% do orçamento do Programa de Metas foi alocado para educação (treinamento de pessoal técnico);
3. em sua fase de implementação o Programa de Metas enfatizou o apoio às indústrias de base ignorando a meta educacional (8).

As prioridades econômicas de apoio à expansão industrial justificava-se pelo crescimento experimentado na década de 50 e continuado na de 60, criando possibilidades para o Brasil atingir a sua revolução industrial (9).

A motivação efetiva para a inclusão de metas sociais em planos nacionais veio na forma de ajuda externa, proposta pelo Programa Aliança para o Progresso (10).

O Programa Aliança para o Progresso foi lançado em represália à revolução de Cuba, que fugiu do âmbito capitalista, proclamando a sua revolução social em 1959. O Programa conclamava a cooperação interamericana para:

1. a manutenção e aperfeiçoamento das instituições democráticas;
2. o ataque frontal aos problemas de subdesenvolvimento econômico e apoio à justiça social através de reformas estruturais (11).

A Aliança via a questão do desenvolvimento estritamente ligada às reformas estruturais, tanto econômicas quanto sociais e políticas.

O Programa foi lançado oficialmente em 17 de agosto de 1961, com a assinatura da Carta de Punta del Este, que comprometia o Brasil assim como os outros países membros da Organização dos Estados Americanos, OEA, a preparar planos nacionais de desenvolvimento que incluíssem objetivos sociais, visando principalmente a redução do desencantamento social, prevenindo assim possíveis revoltas políticas.

No contexto de planejamento a Aliança estabeleceu objetivos sociais, políticos e econômicos para planos nacionais, recomendou a adoção de planos decenais de educação, e introduziu o conceito de planejamento global no Brasil, que refletiu nos planos Trienal (12), no Programa de Ação—PAEG (13), e também no Plano Estratégico de Desenvolvimento (14).

O mesmo conceito de planejamento global para bibliotecas foi lançado no Seminário Latino-Americano de Bibliografia, Documentação e Intercâmbio de Publicações, realizado na cidade do México, em 1960 (15), que recomendou que os serviços de biblioteca, bibliografia e documentação, fossem planejados como parte integrante do processo sócio-econômico, de acordo com as necessidades de informação contidas em tal processo.

O Seminário, entre outras recomendações especificou que fosse estabelecida maior coordenação e cooperação entre bibliotecas universitárias, centros de documentação e bibliotecas especializadas em cada país (16).

A idéia de coordenação e cooperação bibliotecária na América Latina, também encontra-se fundamentada no trabalho de Carlos Víctor Penna. Em seu livro: *La bibliotecología Latinoamericana* (17), um levantamento sobre a situação da biblioteca na América Latina, ele sugere e esboça um plano para estimular o desenvolvimento de serviços bibliotecários, que inclui como elementos de pré-condição para o planejamento: coordenação e centralização de serviços. Estes elementos enfatizam a idéia de racionalidade administrativa e criam condições para as bibliotecas diversificarem e melhorarem os seus serviços. Os outros elementos são: legislação bibliotecária; levantamento de estatísticas adequadas; estudo e avaliação de necessidades e recursos; educação profissional e treinamento em serviço; e desenvolvimento da consciência do público para a importância e necessidade de serviços bibliotecários (18). Este último elemento tem muito a dizer sobre "motivação".

A necessidade de centralização e coordenação de serviços bibliotecários também foi uma das recomendações do Seminário Inter-Americano de Bibliotecas Universitárias, celebrado em Monticello-Illinois-USA, em 1961, e convocado pelo Council on Higher Education in the American Republics, CHEAR (19). O Seminário também apontou a necessidade de se estimular a comunicação entre biblioteca-faculdades e administradores universitários. Esta recomendação contém o elemento de "motivação" que deve se cultivar, pois os reitores e professores da universidade não podem permanecer alheios à importância da biblioteca para o ensino e pesquisa, sem o apoio deles a biblioteca jamais terá o apoio moral e financeiro que se requer para desenvolver ou manter os seus serviços, que aliás são de apoio aos programas da universidade e de seus professores e pesquisadores (20).

Outras recomendações incluíam: treinamento de profissionais e incentivo ao intercâmbio de experiências a nível interamericano; a necessidade de se fazer um levantamento de situação para determinar prioridades de ação.

A importância de estudo ou levantamento de situação das bibliotecas universitárias sempre foi enfatizado, desde que se pensou em planejamento de bibliotecas universitárias. Sua importância não pode ser subestimada, já que o levantamento é o instrumento essencial do planejamento, pois planejamento de qualquer espécie se baseia em informação (21).

Planejamento bibliotecário no seu aspecto científico é o meio de **cumprir intenções** e não apenas **expressar** ou **formular** estas intenções.

O planejamento visa **atingir objetivos** dentro de um determinado prazo. Ao conceito do **que** se intenciona fazer, é necessário se adicionar os elementos do **quando**, **como** e do **porquê**, se desejam ou se devem seguir determinadas linhas de ação. O levantamento de situação pode prover informação sobre o **que** se fazer, dar indicações do **quando** e do **como** linhas de ação devem ser seguidas e do seu **porquê**.

O levantamento e diagnóstico de situação são a base para o planejamento em si (22).

A situação das bibliotecas universitárias de um país deve ser estudada:

1. em relação às características intrínsecas da biblioteca (objetivos, funções sociais, dependência, etc);
2. em relação aos fatores contextuais e características sócio-econômicas e culturais (tanto históricas como atuais) da sociedade à qual pertence.

A influência da Aliança para o Progresso no planejamento educacional fez-se sentir através da conferência realizada em Santiago do Chile, em março de 1962, convocada pela Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL.

A conferência adotou o conceito de "planejamento global" enfatizando o papel da educação no desenvolvimento econômico e social e a participação das universidades em planejamento nacional e regional.

A conferência recomendou que os países investissem não menos de 4% de u PIB (Produto Interno Bruto) em educação e que 15% do fundo recebido da Aliança fossem usados para educação (23).

Através de suas recomendações a Conferência lançou a idéia de "planejamento global" para bibliotecas universitárias quando convocou o seminário, que foi realizado em Mendoza, Argentina, com o objetivo de estudar o planejamento de serviços bibliotecários em relação aos objetivos do ensino superior e em relação às necessidades de desenvolvimento econômico e social (24).

O Seminário de Mendoza, patrocinado pela UNESCO, discutiu aspectos tais como:

1. novas tendências e objetivos da educação superior na América **Latina**, previsão para os próximos 10 anos;

2. funções da biblioteca universitária considerando o provável desenvolvimento do ensino superior na América Latina nos próximos 10 anos;
3. recursos e necessidades atuais das bibliotecas universitárias na América Latina;
4. mudanças que deverão efetuar-se em vista do desenvolvimento previsto nas universidades nos próximos 10 anos, com relação a: estrutura de biblioteca; fundos bibliográficos e documentários; serviços técnicos e administrativos; edifícios e equipamentos; cooperação interbibliotecária; financiamento;
5. elaboração de um plano de 10 anos para o desenvolvimento de uma biblioteca universitária, baseado no plano de desenvolvimento de sua universidade ou num plano nacional de desenvolvimento do ensino superior;
6. possíveis fontes de auxílio econômico externo ou de outro tipo, para o desenvolvimento das bibliotecas universitárias na América Latina (25).

De acordo com Josefa Sabor (26), o plano decenal preparado pelo grupo de trabalho para o desenvolvimento da biblioteca universitária de Cuyo — Argentina, foi apenas um ensaio imperfeito pois não havia suficiente informação disponível para um diagnóstico de situação essencial para o planejamento. O problema identificado foi um levantamento de situação inadequado e apressado, falha que pode ser atribuída à inexperiência de planejamento.

Parece-nos que a maior crítica que se pode fazer ao plano decenal da Universidade de Cuyo, é a mesma que foi feita ao plano Trienal de Celso Furtado, também preparado em 1962, pressa na preparação. A outra crítica que é feita ao plano Trienal é que este foi formulado enfatizando aspectos prioritários de desenvolvimento que pudessem mobilizar a ajuda externa proposta pela Aliança para o Progresso. De acordo com Roberto Campos (27), apesar das "boas" intenções, a Aliança não especificou objetivos viáveis para os países ditos "em desenvolvimento". Suas exigências de implementação e regulamentação geral, especialmente as ligadas à ajuda externa só poderiam ser aplicadas com sucesso aos países desenvolvidos.

A importância do Seminário de Mendoza e dos seminários e conferências realizadas nos anos 60 foi a sua contribuição teórica para o planejamento bibliotecário da e para a América Latina.

O processo de amadurecimento do planejamento bibliotecário começa com Carlos Víctor Penna que o vê como parte do planejamento educacional, visão

mais tarde ampliada pelo conceito de planejamento global introduzido pela Aliança para o Progresso.

No entanto, a posição atual de se entender o planejamento bibliotecário e de documentação como parte do planejamento educacional, científico e cultural, dentro do plano geral de desenvolvimento de um país ou região, tomou corpo em 1968 (28).

2. Planejamento para bibliotecas universitárias no Brasil

No caso específico do Brasil a idéia de planejamento para bibliotecas universitárias foi introduzida por iniciativa de Da. Maria Luiza Monteiro da Cunha, que divulgou as idéias, conclusões e recomendações do Seminário de Mendoza, durante o 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Fortaleza - Ceará, de 7 a 14 de julho de 1963.

No Brasil, no começo dos anos 60:

1. onde as prioridades dos planos nacionais eram econômicas;
2. onde houve a inclusão recentíssima de metas sociais em planos do governo;
3. onde a idéia de planejamento social foi induzida pela Aliança para o Progresso;
4. onde não existia uma infraestrutura adequada para a implementação dos planos nacionais;

As idéias do Seminário de Mendoza causaram grande impacto, mas não podiam ter aplicação imediata.

Estas idéias que podem ser sumarizadas nas palavras: comunicação; co- operação; coordenação; e planejamento, eram algo de novo e inexistente entre as bibliotecas universitárias brasileiras da época.

A nível de governo os anos de 1963 e 1964 representaram muito pouco em termos de implementação de planos. O Brasil atravessava um período de instabilidade política que impedia a criação de uma infraestrutura adequada para a implementação dos planos nacionais.

Na verdade, planejamento sistemático a nível nacional no Brasil só se tornou possível após 1964 (29).

De **1964 a 1966** o governo brasileiro concentrou os seus esforços no sentido de melhorar as condições de planejamento, enfatizando reformas institucionais, reorganizando o sistema estatístico e reformulando o mecanismo de elaboração orçamentária (30).

O primeiro diagnóstico brasileiro sobre educação, foi realizado em 1966, como parte do Plano Estratégico Decenal. Este plano que nunca foi implementado estabeleceu a importância econômica da educação (31).

Planejamento educacional, no Brasil, tornou-se parte do desenvolvimento geral do país, a partir do plano de 1967 (32), e do Plano Estratégico de Desenvolvimento (33).

A ênfase do governo Costa e Silva na modernização da infraestrutura para o planejamento trouxe consigo a Reforma Administrativa, expressa no Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, o qual motivou também a Reforma Universitária.

Pode-se dizer que no Brasil os anos de 1964 a 1968 prepararam o terreno para o planejamento educacional, cujo impacto, no entanto, na esfera do ensino superior, só se fez sentir depois da Reforma Universitária (1968-1969).

2.1 Planejamento para bibliotecas universitárias e a Reforma

Já foi dito que a biblioteca é parte e resultado da sociedade à qual pertence, de suas características e prioridades sócio-econômicas e culturais. Também já foi dito que a biblioteca universitária não é uma organização autônoma, sendo subordinada à universidade à qual pertence.

Baseados nestas premissas podemos dizer que a biblioteca universitária brasileira reflete as características e é resultado da situação sócio-econômica da universidade brasileira.

O relacionamento da universidade com o seu meio ambiente é seletivo, ele se faz em função das características da universidade como uma organização e do papel social em determinado momento histórico.

No caso da universidade brasileira de hoje o seu relacionamento com a sociedade é basicamente determinado pela filosofia, diretrizes e especificações da Reforma Universitária, que é um conjunto de leis e normas que regem a universidade moderna (34).

A Reforma Universitária representa o momento de mudança e desenvolvimento da universidade brasileira de hoje. Os novos objetivos da universidade moderna, de ensino, pesquisa e extensão e a ênfase da Reforma em vinculá-los às atividades de desenvolvimento nacional, trouxe o ensino superior e a universidade mais próximos às atividades de planejamento tanto do ensino como da ciência e tecnologia.

Hoje, como consequência da filosofia da Reforma, que se reflete na biblioteca universitária, a situação das bibliotecas universitárias brasileiras deve ser estudada em relação às:

1. características sócio-econômicas e culturais do Brasil;
2. as tendências do ensino superior de hoje;
3. as prioridades sociais e econômicas expressas nos planos nacionais de desenvolvimento;
4. a política nacional de desenvolvimento do ensino superior e da ciência e tecnologia.

A identificação da biblioteca universitária como uma organização não autônoma, dependente da universidade à qual pertence e da qual recebe insumos e "feedback", e através da qual a biblioteca se relaciona com o seu meio-ambiente, revelam que as mudanças que possam ocorrer na universidade devem ser imediatamente acompanhadas pela biblioteca.

Considerando que a Universidade de hoje está sob a orientação geral da Reforma Universitária, datada de 1968-1969, cujas diretrizes, filosofia e orientação ela deve seguir, pode-se concluir que a biblioteca universitária deve seguir esta mesma filosofia, diretrizes e princípios.

A Reforma visou a correção das principais distorções no sistema de ensino superior brasileiro, tradicionalmente centrado em torno da faculdade isolada.

A orientação da Reforma é a teoria dos sistemas abertos, que analisa a universidade em duas dimensões:

1. a dimensão externa: que enfatiza a responsabilidade social da universidade, parte do esforço de desenvolvimento nacional;
2. a dimensão interna: que enfatiza modificações e modernização na estrutura e objetivos da *universidade*.

A dimensão externa inclui a orientação de que:

1. a universidade como uma organização não deve apenas se relacionar, mas fazer parte do seu meio ambiente;
2. a universidade deve agir como um instrumento para o desenvolvimento nacional (crescimento econômico), e como um instrumento para o desenvolvimento total do homem (35).

Sob esta orientação a biblioteca universitária deve ser vista como parte da sociedade na qual está inserida e envolvida na ação nacional de desenvolvimento e preocupada com o indivíduo.

A orientação interna da Reforma enfatiza:

1. o planejamento universitário em relação aos novos objetivos da universidade de ensino, pesquisa e extensão;
2. a visão de sistema, a universidade vista como um todo coeso, uma unidade orgânica, onde as atividades acadêmicas se completam;
3. a modernização na estrutura da universidade, centrada nas atividades de ensino, pesquisa extensão e administração da universidade;
4. as diretrizes administrativas de não duplicação de meios para fins idênticos ou similares, e manutenção da racionalidade organizacional com plena utilização de materiais e recursos humanos.

Sob esta orientação a biblioteca deve:

1. planejar os seus serviços em relação aos objetivos da universidade;
2. ver a biblioteca como pertencente a um sistema, opondo-se à biblioteca isolada;
3. re-estruturar as atividades da biblioteca em relação às atividades da universidade;
4. introduzir os princípios de centralização, coordenação e cooperação, para poder seguir a orientação administrativa de evitar duplicação de meios para fins idênticos ou similares, e de racionalidade administrativa com plena utilização de materiais e recursos humanos (36).

No entanto, como já é do amplo conhecimento dos bibliotecários brasileiros, o grupo de leis que compõem a Reforma Universitária não fez referência e não especificou diretrizes de mudança ou adaptação para a biblioteca universitária, deixando para os bibliotecários a sua interpretação e aplicação às bibliotecas universitárias (37).

Este fato retardou o processo de adaptação da biblioteca universitária sob a Reforma, ficando o bibliotecário sem a possibilidade de uma ação imediata. Outros problemas que impediram uma ação imediata dos bibliotecários de bibliotecas universitárias, podem ser identificados como se segue:

1. a biblioteca universitária brasileira estava tradicionalmente ligada à faculdade isolada e à sua administração fator que impedia a visão sistêmica;
2. o papel da biblioteca dentro do sistema tradicional de ensino brasileiro marginalizava a atuação da biblioteca nos objetivos da universidade, deixando-a com a função residual de preservação de acervo;
3. os bibliotecários não conheciam os objetivos da universidade;
4. os bibliotecários não possuíam informação sobre a situação das bibliotecas universitárias no Brasil, e até mesmo da situação das bibliotecas de uma mesma universidade;
5. os bibliotecários de unviersidade não tinham tradição de planejamento, ainda que experientes não sabiam planejar nem tampouco tiveram formação de planejadores;
6. falta de motivação para mudanças;
7. falta de consciência da importância da biblioteca dentro da universidade tanto da parte dos professores quanto dos bibliotecários.

A iniciativa para a formação de uma comissão nacional para o estudo dos problemas de desenvolvimento de bibliotecas universitárias brasileiras, se deveu exclusivamente aos diretores de bibliotecas centrais, que em 1972, formaram o Grupo de Implantação da Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias (38). O resultado do grupo de trabalho foi a criação, em agosto de 1973, da Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias, ABBU, cujos objetivos básicos eram:

1. estudar os problemas relativos as bibliotecas universitárias brasileiras, com a finalidade de formular uma política nacional para o seu desenvolvimento;
2. colaborar com os setores nacionais e regionais responsáveis pelo ensino superior, visando à difusão e ao adequado aparelhamento das bibliotecas universitárias;
3. difundir o princípio da necessidade de constante melhoria dos padrões das bibliotecas universitárias brasileiras, desenvolvendo para tanto estudos, projetos e programas em torno de temas centrais de coordenação e racionalização, bem como incentivando o aperfeiçoamento cultural e técnico dos profissionais a ela vinculados;
4. promover a integração e" coordenação de esforços entre as bibliotecas universitárias, incrementando o intercâmbio de experiências, de informação e material documentário (39).

Obviamente a ABBU compreendeu o desafio e a filosofia da Reforma, propondo-se a ser a primeira associação nacional de planejamento bibliotecário tendo em vista os princípios de coordenação, centralização e cooperação.

Hoje, devido a vários fatores de ordem política e legal, a ABBU foi transformada numa comissão permanente sob a FEBAB, e é chamada de Comissão Brasileira de Bibliotecas Centrais Universitárias (40).

No começo de sua existência, a Comissão abordou o Conselho de Reitores, CRUB, para estudar a possibilidade de uma afiliação, pois sentiu que tinham objetivos comuns, o CRUB preocupava-se com os problemas de administração e planejamento geral de universidades, enquanto que a Comissão preocupava-se com os problemas de administração e planejamento de bibliotecas universitárias. Esta afiliação, no entanto, foi recusada, alegando-se que a linha de ação da Comissão era incompatível com a do Conselho Brasileiro de Reitores.

No entanto, a Comissão conseguiu o patrocínio do CRUB para promover um seminário, envolvendo administradores de bibliotecas universitárias, para estudar e definir a posição da biblioteca universitária sob a reforma.

O Seminário foi realizado na Universidade de Brasília, no Departamento de Biblioteconomia, em julho de 1974 (41). Seu principal objetivo era estudar a posição da biblioteca dentro da universidade após a Reforma. O tema central do encontro foi apresentado por Briquet de Lemos e Vera Amália Amarante Macedo, e intitu-

lou-se: a Posição da Biblioteca na Organização Operacional da Universidade. O trabalho comentou sobre as diversas formas de organização estrutural das bibliotecas universitárias brasileiras, reflexo do processo de formação de nossas universidades, caracterizadas pela conglomeração, até certo ponto inorgânica das faculdades isoladas. A posição dos autores é a de que a biblioteca deve se integrar no processo de planejamento e tornar-se parte atuante no funcionamento da universidade.

As várias recomendações feitas para reforçar a estrutura da biblioteca dentro da universidade, incluíam:

1. que a biblioteca universitária deve ser vista como um sistema, integrado no sistema universitário, e no sistema de informação científica, a nível nacional e internacional;
2. que os serviços bibliotecários sejam centralizados e coordenados ao máximo, dentro da universidade;
3. que a biblioteca central, ou órgão responsável pela coordenação do sistema de bibliotecas, seja o responsável pelo planejamento de serviços e pelo controle de aplicação do orçamento do sistema de bibliotecas;
4. que os diretores de bibliotecas centrais tenham status acadêmico para poderem participar das decisões nos altos níveis administrativos (42).

O trabalho sugere vários modelos alternativos para a coordenação e centralização dos serviços. As sugestões visavam o fortalecimento do poder de decisão dos bibliotecários a nível vertical, colocando-os em melhor posição de negociação (por orçamento, pessoal, material, equipamento, etc.), e melhor posição de planejamento.

A biblioteca também foi alertada para um relacionamento mais estreito com o funcionamento da universidade. Este relacionamento a nível horizontal, enfatiza a comunicação com as unidades e setores da universidade onde os objetivos da universidade são executados (e idealmente deveria ser formulados).

Os trabalhos apresentados no Seminário de Brasília contém o primeiro conjunto de diretrizes para o planejamento efetivo das bibliotecas universitárias brasileiras, principalmente no seu aspecto estrutural.

Apesar do seminário de Brasília ressaltar a influência que teve do Seminário de Mendoza, ele representa em nossa opinião uma posição mais amadurecida em relação a planejamento bibliotecário.

O Seminário de Mendoza enfatizou a necessidade de se estudar os problemas bibliotecários em relação as tendências do ensino superior, posição que se identifica com a primeira fase do desenvolvimento da idéia de planejamento bibliotecário, que vê o planejamento bibliotecário como parte do planejamento educacional.

O Seminário de Brasília, reflete a idéia de que planejamento bibliotecário é parte do planejamento educacional, científico e cultural dentro do plano geral de desenvolvimento de um país ou região. Planejamento bibliotecário é visto como parte do planejamento geral de desenvolvimento. Esta posição amadureceu na América Latina após **1968 (43)**.

2.2 Tendências atuais de planejamento bibliotecário no Brasil

Seguindo-se esta diretriz o planejamento universitário e bibliotecário deve seguir o mesmo esquema do planejamento nacional.

Os planos nacionais de governo fornecem as diretrizes gerais sócio-conômicas que são seguidas por todas as organizações do país, no entanto, há aspectos específicos que se aplicam mais diretamente à esta ou aquela organização.

No caso de universidades, os planos educacionais e de ciência e tecnologia os atingem mais diretamente.

O planejamento educacional hoje é feito como um aspecto, ou setor, do plano nacional. Diretrizes gerais são estabelecidas nos planos governamentais, mas a responsabilidade pelo planejamento educacional detalhado fica a cargo do Ministério da Educação e Cultura (44).

Esta estrutura de planejamento origina-se no governo Castello Branco, quando foi criado o Ministério do Planejamento responsável pela coordenação geral, e as secretarias de planejamento dentro de cada Ministério responsáveis pelo planejamento setorial. Hoje o planejamento geral é indicativo, e o planejamento setorial, mais detalhado, mas também indicativo, continua sob a responsabilidade das secretarias de planejamento de cada Ministério, que recebem a orientação e coordenação da Secretaria de Planejamento, SEPLAN (45).

O primeiro plano setorial de Educação e Cultura foi preparado para o período de 1972/1974 (46). As metas educacionais tinham sido estabelecidas anteriormente pelo documento de Metas e Bases de Ação do Governo, que antecedeu o 1º PND (47).

As grandes prioridades do programa de Metas incluíam a Revolução na Educação, enfatizando:

1. qualidade de ensino;
2. a produtividade do sistema educacional; e
3. a integração da educação com o desenvolvimento científico e tecnológico e com o desenvolvimento global do país (48).

O Programa de Metas garantiu a continuidade da Reforma Universitária, mediante a execução de novos programas e projetos já aprovados e dotados de recursos, quanto à estrutura institucional da universidade, ao regime didático e científico, ao magistério, à integração da universidade no processo de desenvolvimento e à integração do estudante na universidade e nos programas de desenvolvimento. O programa também enfatizou a implementação progressiva de centros nacionais de Pós-Graduação. A Pós-Graduação seria incluída como área prioritária no 2º PND (49), que proporcionou condições para o advento do 1º Plano Nacional de Pós-Graduação, PNPG. Também sob o 2º PND foi preparado o 2º Plano Setorial de Educação para o período 1975/79 (50).

O Programa de Metas incluía também a prioridade "aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico", que incluía entre as suas dez realizações:

1. a implementação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, PBDCT, constituído de projetos prioritários das principais instituições de execução ou estímulo à pesquisa (CNPq; FUNTEC, CNEN, etc);
2. estruturação do Sistema Nacional de Ciências e Tecnologia criando condições de trabalho satisfatório para os pesquisadores e tecnólogos nas principais instituições de pesquisa;
3. implantação do sistema de informação sobre ciência e tecnologia para a captação, tratamento e difusão sistemática e permanente de informações atualizadas nas áreas de ciência e tecnologia.

O fato de que a criação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia seguiu-se da criação de um sistema de informação para a ciência e tecnologia, revela a preocupação de que o primeiro não pode subsistir sem o segundo.

O 19º PND (1972-1974), que seguiu o documento Metas e Bases..., reforçou a implementação do Sistema Nacional de Informação Técnico-Científica, SNICT, bem como a implementação do 1º PBDCT (1973-1974) (51).

O 1º PND determinou a organização e a implantação do SNICT, sob a coordenação central do CNPq, e com operação descentralizada em subsistemas especializados. Durante o seminário de Brasília foram apresentados trabalhos enfatizando a participação da biblioteca universitária do SNICT (52), e no sistema de informação científica e tecnológica e outros sistemas de informação (53).

Recomendou-se às bibliotecas universitárias a sua participação na infraestrutura dos sistemas nacionais de informação, e a cooperação imediata, voluntária, com o CNPq/IBBD, responsável pela política de informação do CNPq.

O Seminário de Brasília forneceu diretrizes gerais para o planejamento e adaptação da biblioteca universitária sob a Reforma, no entanto, diretrizes não são o suficiente para corrigir todos os problemas administrativos emergentes, organizacionais, ou ainda de outra natureza, que surgem sob uma Reforma.

Sentiu-se a necessidade de assistência para planejamento contínuo.

A questão a ser respondida pelos bibliotecários de universidades era **quem** iria planejar e o **que** era necessário para garantir o planejamento contínuo. Carlos Víctor Penna tem a respostas quando sugere que o planejamento de serviços bibliotecários pede a participação e colaboração entre bibliotecários adequadamente treinados e planejadores envolvidos com o desenvolvimento educacional, econômico e social (54).

A lição dada pela Reforma, ensinou que planejamento bibliotecário não iria ser feito pelos planejadores educacionais. Planejamento bibliotecário deveria ser feito por iniciativa dos bibliotecários. Isto poderia ser obtido através da:

1. criação de um órgão formado por diretores de bibliotecas universitárias, representando o consenso de prioridades de planejamento entre os diretores de bibliotecas; e
2. criação de um órgão que tivesse poder para "legitimar" este consenso, preferivelmente na esfera do planejamento educacional e na do planejamento de informação científica e tecnológica.

A resposta parcial a estas perguntas veio com a criação, em 1973, da Associação Brasileira de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias, ABBU, e com a criação, em 1975, do Núcleo de Assistência Técnica para sistemas de biblioteca, o NAT/08, previsto pelo 1º Plano Setorial de Educação e Cultura, de 1975-1979 (55).

De acordo com as diretrizes do Plano Setorial, os NATs ficariam sob a responsabilidade de instituições nos diversos estados do país, como por exemplo o NAT/01 de Planejamento Universitário ficaria centrado na Universidade de Brasília, enquanto que o NAT/08 ficou sob a responsabilidade administrativa da Universidade de Pernambuco (56).

. Os NATs eram vinculados à Diretoria de Assuntos Universitários, DAU, atual SESu, do Ministério da Educação e Cultura, e tinham campos específicos de atuação. O NAT/08 tinha como campo específico de atuação a assistência técnica no planejamento, implementação e implantação de sistemas de bibliotecas universitárias, abrangendo quando de sua criação os seguintes aspectos:

1. perfis de usuários de bibliotecas universitárias;
2. centralização e descentralização dos serviços bibliotecários em universidades;
3. seleção e aquisição de material documental para as IES (Instituição de Ensino Superior);
4. bibliotecas universitárias como centros multi-meios;
5. avaliação dos serviços bibliotecários de IES.

«

Hoje, o NAT/08, está vinculado ao PREMESU IV, um programa especial do Ministério da Educação e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, preocupando-se no momento, com a preparação de profissionais para o planejamento bibliotecário.

No entanto, nem o NAT/08, nem a Comissão de Diretores de bibliotecas universitárias tiveram muito sucesso. Seus maiores problemas parecem ter sido: seguir os objetivos propostos; dar uma definição legal e de vinculação no caso da ABBU; e garantir o apoio financeiro e de implementação no caso de ambos. Além do mais, planejamento bibliotecário também deve estar vinculado ao planejamento de informação em ciência e tecnologia, o que exige das bibliotecas a sua definição e vinculação ao IBICT/CNPq, e mais especificamente ao SNICT.

O SNICT sofreu reformulação sob o 2º PND (57) e o 2º PBDCT (58). O 2º PBDCT reforçou a importância da informação científica e tecnológica como atividade de apoio para o desenvolvimento científico e tecnológico, e mais especificamente ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, SNDCT.

O cumprimento das metas e objetivos do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, como foi enfatizado pelo II PND, depende de balanceamento adequado entre a pesquisa fundamental, a pesquisa aplicada e o desenvolvimento experimental, programas que são desenvolvidos nas universidades através da pesquisa e extensão. O programa de pesquisa fundamental, por exemplo, mantém estreita articulação com o programa de ensino universitário a nível de pós-graduação, e se realiza substancialmente no âmbito das instituições de ensino superior, confundindo-se desta forma com as atividades de treinamento avançado. A este nível, o CNPq, articula-se com a SESu e a CAPES do Ministério da Educação e Cultura, cabendo ao Plano Nacional de Pós-Graduação, 1975-1979, a responsabilidade das diretrizes do ensino de pós-graduação no país (59).

Pode-se concluir, que planejamento bibliotecário de e para bibliotecas universitárias, deve se articular com:

1. a política de desenvolvimento do governo expressa nos planos nacionais de desenvolvimento, e que é indicativa por natureza;
2. a política científica e tecnológica e de informação, expressa nos planos de desenvolvimento científico e tecnológico;
3. a política de educação e de ensino superior expressa nos planos setoriais do MEC;
4. a política de pós-graduação expressa nos planos nacionais de Pós-Graduação.

A biblioteca universitária de hoje deve se integrar e seguir as indicações do III PND, III PBDCTe2º PNPG.

As prioridades educacionais do III PND se concentram na educação básica e na promoção cultural, suas prioridades indicativas para a ciência e tecnologia vinculadas com a universidade se concentram no fortalecimento e ampliação do domínio do conhecimento científico, especialmente através da eliminação de carências e estrangulamentos nos programas de pós-graduação e pesquisa de universidades (60). A ênfase do III PND, no que se refere às universidades, recai na pesquisa e apoio à pós-graduação.

O III PBDCT, reforça a necessidade da informação como apoio essencial para o desenvolvimento científico e tecnológico. As prioridades neste setor incluem o fortalecimento do IBICT/CNPq, como órgão central com condições institucionais e materiais para desempenhar funções de coordenação descentralizada das atividades de informação em ciência e tecnologia, e a necessidade de sensibilizar a consciência nacional para a importância do uso da informação, objetivando o aperfeiçoamento de mecanismos de acesso, armazenamento, e divulgação desta informação, também é enfatizada a necessidade de formação e treinamento de recursos humanos de alto nível técnico, no tratamento e utilização da informação devido à característica multidisciplinar do setor (61).

O III PBDCT expressa o seu apoio à atividade de extensão das universidades, quando as incita a desenvolver programas de extensão e assistência, visando a criação e transferência de ciência e tecnologia aos diversos segmentos da sociedade, em particular ao setor produtivo.

O 2º Plano Nacional de Pós-Graduação, bem como o 3º Plano Setorial de Educação deverão ser publicados em breve, estabelecendo ainda as diretrizes que deverão ser seguidas pelas universidades e bibliotecas universitárias para se tornarem efetivamente parte do esforço nacional de desenvolvimento.

3. Conclusões

Sob o ponto de vista de planejamento, a posição socio-econômica e estrutural da biblioteca universitária nos indica que esta é influenciada pelos planos nacionais de desenvolvimento e pelos planos e políticas setoriais de educação superior e de ciência e tecnologia.

Os planos nacionais são hoje os grandes motivadores de mudança e desenvolvimento das instituições e sistemas no país.

Sua orientação geral é filtrada pelas características individuais destas instituições e sistemas. No que se refere a planejamento universitário as diretrizes dos planos de governo revelam que planejamento educacional não pode ser desvinculado do planejamento científico e técnico, sendo um complemento do outro, ambos essenciais para o processo de desenvolvimento. O planejamento de bibliotecas universitárias é parte do mesmo processo. Para entender e assumir a sua responsabilidade no esforço de desenvolvimento do país, a biblioteca universitária precisa antes de mais nada analisar as suas características atuais como uma organização. Uma vez identificadas estas características, ela deve:

1. proceder à redefinição de sua posição e responsabilidade em relação a organização à qual serve;

2. entender e re-definir as suas responsabilidades em relação aos objetivos gerais e específicos da universidade, tanto em sua dimensão social quanto na individual;
3. entender e definir as funções e responsabilidades da biblioteca em relação à política de educação e de ciência e tecnologia;
4. entender e definir a sua posição, objetivos e responsabilidades em relação ao IBICT/CNPq;
5. entender e definir a sua posição, objetivos e responsabilidades em relação à CAPES/MEC;

Para atingir estas metas, ela precisa:

1. manter mecanismos de ação que possibilitem a sua participação no processo de planejamento a nível institucional;
2. manter mecanismos de ação que possibilitem a sua participação no processo de planejamento educacional a nível de decisão, inserindo a biblioteca neste processo;
3. manter mecanismos de ação que possibilitem a sua participação no processo de planejamento científico e tecnológico, inserindo a biblioteca dentro deste processo;

Para atingir estes objetivos, ela deve:

1. assegurar a sua capacidade de planejamento dentro da universidade, tanto a nível vertical — hierárquico, quanto a nível horizontal, integrando-se no processo de planejamento das demais unidades universitárias, assegurando assim a sua participação na execução e formulação dos objetivos da universidade;
2. re-analisar, re-definir ou substituir os seus mecanismos de planejamento existentes, tanto a Comissão de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias, como do NAT/08, visando a correção de distorções em relação aos objetivos iniciais propostos, e ao re-posicionamento destes órgãos criando a possibilidade de assegurar e manter planejamento contínuo para solucionar os problemas e propiciar o desenvolvimento das bibliotecas universitárias, tanto a nível institucional quanto de decisão;

3. criar um órgão coordenador e centralizador de planejamento bibliotecário que coordene as atividades de planejamento (tanto dos órgãos já em existência como de outros que irão surgir), e que represente o consenso dos bibliotecários, das universidades e dos órgãos nacionais de planejamento. Este órgão deverá ter o apoio legal e financeiro tanto do MEC quanto da Secretaria de Planejamento através do CNPq;

Estes órgãos de planejamento e coordenação deverão:

1. criar grupos de trabalho para estudar e assegurar a implementação total dos princípios e tendências atuais do ensino superior e de ciência e tecnologia aplicados às bibliotecas universitárias;
2. enfatizar o cumprimento total dos princípios de **coordenação, centralização e cooperação**, que norteiam não só a "racionalidade administrativa", mas são pré-requisitos para o cumprimento dos objetivos da universidade e da biblioteca universitária;
3. criar grupos de pressão tanto a nível profissional quanto a nível de decisão que reivindiquem pela condição do bibliotecário como planejador de bibliotecas;
4. envolver escolas de biblioteconomia e associações de classe para a preparação, especialização e atualização de bibliotecários planejadores e administradores;
5. manter contactos e mecanismos de ação que possibilitem estudo de casos e avaliação contínua da situação das bibliotecas universitárias no país;
6. promover e apoiar a pesquisa sobre bibliotecas universitárias no país;
7. envolver e motivar os professores, alunos e a comunidade universitária em geral a participarem nos problemas e atividades da biblioteca, como por exemplo: em comissões de planejamento de serviços, de solução de problemas administrativos; e outros, estabelecendo assim a comunicação e o diálogo acadêmico;
8. envolver e motivar os bibliotecários a participarem do esforço de planejamento, convidando-os a participar de seminários, congressos, grupos de trabalho, grupos de pressão e incitando-os às atividades de pesquisa e produção intelectual;

9. integrar os bibliotecários brasileiros no esforço de planejamento, levando e dividindo as experiências e recomendações desenvolvidas a nível nacional, regional e local à outras localidades e regiões motivando o debate e as sugestões e completando assim um ciclo informacional e de participação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

1. SABOR, Josefa Emília. **Desarrollo dei Planeamiento Bibliotecário en América Latina**. Paraguay, 1975.
2. ———. Planning Library Services: Conferences in Latin America, **IN: KENT, Allen; LANÇOUR, Harold & DAILY, Jay, eds. Encyclopedia of Library and Information Science**. New York, Mareei Dekker, 1977.
3. SIMONSEN, Roberto. **O Planejamento da Economia Brasileira**. São Paulo, s.ed. 1945.
4. DALAND, Robert T. **Brazilian Planning**. Chapei Hill, University of North Carolina Press, 1967.
5. SIMONSEN, Mário Henrique. **O modelo brasileiro de desenvolvimento**. Brasília, Câmara dos Deputados/IPEAC, 1973.
6. VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Brasília: solução positiva**. São Paulo, **ABRIL/TEC**, 1978.
7. PENNA, Carlos Víctor. Planificación de los servicios bibliotecários: los servicios bibliotecários: los servicios bibliotecários y el planeamiento de la educación. Proyecto principal de educación. **Boi. Trimestral**, 2:47-65, 1960.
8. BRASIL. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento. **Programa de Metas**. Rio de Janeiro, 1958.
9. FURTADO, Celso. **Economic Development of Latin America**; historical background and conteporary problems. Transi, by Suzette Macedo. Cambridge, Cambridge University Press, 1976.
10. ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, OAS. **Alliance for Progress**. Official documents emanating from the special meeting of the Interamerican Economic and Social Council at the Ministerial levei. Punta dei Este, August 15.17, 1961.
11. CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Reflections of Latin American Development**. Austin, Institute of Latin American Studies/ University of Texas, 1967.

12. BRASIL. Presidência da República. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-65, síntese**. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, **1962**.
13. BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, **Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-66, síntese**. Rio de Janeiro, novembro **1964**.
14. BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, **diretrizes do Governo, Programa Estratégico de Desenvolvimento**. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1967.
15. SEMINÁRIO Latino Americano de Bibliografia, Documentación y Canje de Publicaciones, México, 1960. **Informe provisional**. México, 1960.
16. PAN AMERICAN UNION. Library Development Program. **Books and Libraries in the Americas: recommendations of Inter American Conferences 1947-1962**. Washington, D.C., Pan American Union, 1963.
17. PENNA, Carlos Víctor. **La Bibliotecologia** Latinoamericana; algunas consideraciones sobre su pasado; esbozo de un plan para acelerar su desarrollo. 2. ed. Tucuman, Biblioteca Central/Universidad de Tucuman, 1960.
18. PARKER, James Stephen. **Library Development Planning**; a comparative study of the developing countries of the concept of integrated national planning of library services with special reference to the work of UNESCO. Library Ass. Thesis submitted for Fellowship of the Library Ass., 1978.
19. SHEPPARD, Marietta Daniels. University Libraries in the Americas; the Inter-American Seminar. **College and Research Libraries**, **23**: 28-32, 1962.
20. op. cit. 16, p. 233.
21. GARDNER, Godfrey. **Social Surveys for Social Planners**. Milton Keynes, Open University, 1978.
22. PARKER, J. S. Principles and Practice of Planning, IN: LIBRARY Development Planning. Bristol, the British Council, 1979.

23. REGIONAL Seminar on the Development of University Libraries in Latin America. **UNESCO Bulletin for Libraries**, 17:123-136, 1963.
24. UNESCO/ECLA/OAS. Conference on Education and Economic and Social Development in Latin America, Santiago, Chile, 5-19 March 1962. **Economic Bulletin for Latin America**, 7:193-213, 1962.
25. CUNHA, Maria Luísa Monteiro da. **Seminário sobre o desenvolvimento das bibliotecas universitárias na América Latina, IV**. Fortaleza, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 1963.
26. SABOR, op. cit.2, p. 324.
27. CAMPOS, op.cit. 1., p. 131.
28. SEMINÁRIO Iberoamericano sobre planeamiento de servicios bibliotecários y de documentación, Madrid 1968. **Informe final**. Madrid, OEI, 1968.
29. DALAND, op.cit. 4
30. SIMONSEN, Mário Henrique & CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974.
31. BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. EPEA. **Plano decenal de desenvolvimento econômico e social**. Rio de Janeiro, 1966.
32. BRA/MPCG, op.cit. 14.
33. BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968-70, síntese**. Rio de Janeiro, IBGE, 1968.
34. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Reforma Universitária, 1968-69**. Brasília, MEC, 1969. mimeografada.
35. SUCUPIRA, Newton. **A condição atual da Universidade e a Reforma Universitária Brasileira**. Brasília, MEC, 1972.
36. TARAPANOFF, Kira. Socio-economic and structural factors affecting co-operation for academic libraries in Brazil. Sheffield, Postgraduate School of Librarianship and Information Science/University of Sheffield, Sept. 1980.

37. BRIQUET DE LEMOS, A. A. & MACEDO, Vera Amália A. A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 2:167-174, 1974.
38. ENCONTRO Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias, 1? , Porto Alegre, 1972. Resumos dos trabalhos. Porto Alegre, 1972.
39. ASSOCIAÇÃO Brasileira de Bibliotecas Universitárias, ABBU. Estatuto. Brasília, 1974.
40. NOTICIÁRIO. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 11:93-96, 1978.
41. CONSELHO DE REITORES DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS; CRUB. Seminário para estudos dos problemas de administração e funcionamento de bibliotecas universitárias, 8-12 de julho de 1974. Brasília, UnB/Depto. de Bibliot., 1974.
42. SEMINÁRIO para Estudo dos Problemas de Funcionamento das Bibliotecas Universitárias, Universidade de Brasília, 8 a 12 de julho de 1974. Relatório e recomendações. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 4: 115-30, 1975.
43. SABOR, op. cit. 2, p. 330.
44. FREITAG, Barbara. A política educacional de 1964 a 1975, IN:_____. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo, EDART, 1977. p. 65-115.
45. VELLOSO, op. cit. 6.
46. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Geral. Plano Setorial de Educação e **Cultura, 1972-1974**. Brasília, 1971.
47. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. 1? Plano Nacional de Desenvolvimento, **1972-1974**. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1972.
48. BRASIL. Presidência da República. Metas e bases para a ação do governo. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.
49. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. 2? Plano Nacional de Desenvolvimento, **1975-1979**. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.

50. **BRASIL.** Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. **II Plano Setorial de Educação e Cultura, 1975-1979.** Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.
51. **BRASIL.** Presidência da República. **Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1973-1974.** Brasília, IBGE, junho 1973.
52. GOMES, Hagar Espanha. A participação da biblioteca universitária no sistema nacional de informação científica e tecnológica e em outros sistemas de informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 4:** 63-78, 1975.
53. CORDEIRO, Paulo Py. A participação da biblioteca universitária no sistema de informação científica e tecnológica e outros sistemas de informação. **R. Esc. Biblio. UFMG, 4: 79-89,** mar. 1975.
54. PENNA, Carlos Víctor. **The planning of library and documentation services.** 2.ed. rev. Paris, UNESCO, 1970.
55. **BRASIL.** Ministério da Educação e Cultura. **Plano Setorial de Educação e Cultura, 1975.** p. 483-494 (Projeto 21).
56. **BRASIL.** Ministério da Educação e Cultura. Diretoria de Assuntos Universitários. CODEMOR. **Dados sobre as atividades dos NATs em 1975.** Brasília, MEC, 1975. p. 3
57. **BRA/PR,** op. cit. 49
58. **BRASIL.** Presidência da República. Secretaria do Planejamento. **29 PBDCT.** Brasília, IBGE, 1976.
59. **BRASIL.** Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Graduação. **Plano Nacional de Pós-Graduação, 1º** 2.ed. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.
60. **BRA/PR.** **III Plano Nacional de Desenvolvimento, 1980-85.** Brasília, 1980.
61. ————. **III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Diário Oficial,** Seção 1, quinta feira, 4 de set. 1980. p. 17493-17501.

**LA INFORMACION COMO INSUMO Y CONSUMO EN LA
BIBLIOTECA UNIVERSITARIA EN AMERICA LATINA**

*Por: JOSE ARIAS ORDOÑEZ
Jefe División de Documentación
e Información del ICFES*

1. MARCO CONCEPTUAL

En el curso de su desarrollo, las sociedades pasan por alguna de tres etapas sucesivas: la pre-industrial, que se esfuerza por superar países de regiones como nuestra América Latina; la industrial, que disfruta un buen número de países desarrollados y la post-industrial, privilegio exclusivo de los países con mayor desarrollo y afluencia económica. En la primera de estas etapas, que a nosotros corresponde, la materia prima es la naturaleza, el medio de aprovechamiento o de transformación son las fuerzas naturales, y el producto son los bienes naturales. En la segunda, la materia prima es la industria, el medio de transformación es la energía y el producto es el dinero, y por último, la tercera etapa se caracteriza por contar con el conocimiento como materia prima y la "información" como el medio de transformación.

La ciencia, elemento básico de las sociedades presentes y futuras, encara en la era post-industrial el serio problema del cambio de una economía productora de bienes a una economía de servicios para la cual la información es insustituible.

Así, la información juega un papel medular en las sociedades desarrolladas de hoy y será más importante en el futuro conforme estas sociedades incrementen su desarrollo.

Lo antes dicho parecería indicar que la información no existe ni es necesaria en los países industrializados y aun menos en los pre-industrializados. Sin embargo, nuestra convicción es exactamente contraria a esta falsa impresión. Los países preindustrializados se caracterizan por padecer grandes problemas de carácter básico: ignorancia, altas tasas de crecimiento de la población, escasez de recursos y miseria. La toma de decisiones acertadas y la correcta implantación de soluciones es fundamental para resolver estos problemas y esto no es posible lograrlo sin la utilización adecuada de la información.

De ahí que podemos afirmar que nuestros países deben encararse a un nuevo reto: esforzarse por penetrar en los predios de la era de la información aun sin haber completado algunos el ciclo y otros sin haber logrado mayores avances en la edad de la industrialización que hoy se desvanece.

Lo que en gran medida permite a un país o región no solo incorporarse a los avances de su tiempo, sino además promoverlos y acelerarlos, es la educación, particularmente la de nivel superior, puesto que mediante ella se forman y preparan los individuos que hacen posible dicha acción. La adaptación o la generación propia de la tecnología solo puede efectuarse si el país receptor ha alcanzado un grado de desarrollo científico tal que sea capaz de evaluar y ejercer una acción creativa que le permita asimilar, es decir, adaptar adecuadamente la tecnología extranjera.

En cualquiera de sus modalidades, desde la universidad puramente académica como medio de educación, comunidad de investigadores y foco de progreso, hasta la universidad tecnocientífica como molde profesional y factor de producción, las instituciones de educación superior contemporáneas, sujetas al impacto de un cambio de escala que las ha convertido en instituciones de masas, han sido obligadas a estallar fuera del campo definido por el concepto de la "Universidad Ideal". La crisis resultante debe ser encarada mediante una estructura que permita cada vez más el flujo y la utilización de la información, porque son las comunidades universitarias aquellas que en cualquier latitud más se asemejen a las sociedades post-industriales, en donde el conocimiento es a la vez materia prima y producto, y la información, el elemento de transferencia.

2. LA EDAD DE LA INFORMACIÓN, LA EDAD DE LA INDUSTRIA DE LA INFORMACIÓN

Con la aceptación ineludible que nos encontramos al fin de una gran época: la era industrial y al inicio de la era post-industrial es igualmente aceptado que esta nueva época estará sostenida y determinada por la información. Por ello es común que en los grandes foros internacionales oigamos con especial énfasis como: la información es la nueva forma de energía, el petróleo del siglo XXI, la nueva materia prima para reactivar el crecimiento de las economías sin aire.

La información dentro de esta nueva dimensión deja de ser un servicio público, como lo ha venido siendo el ofrecido por bibliotecas y centros de documentación, para convertirse en unidades medibles y facturables como cualquier mercancía distribuida y vendida en forma de datos en bruto o procesados.

Debido al acelerado ritmo de crecimiento de los conocimientos científicos y técnicos, la información crece a un volumen gigantesco hasta el punto de hablarse de la explosión de la información, la que a su vez ha generado la llamada contaminación de la información.

El conocimiento se ha multiplicado por un millón entre 1860 y 1960. Para 1963 un informe de la OCDE indicaba la existencia de 35.000 revistas científicas de las cuales 6.200 eran norteamericanas. Un informe más reciente de la UNESCO sitúa su número entre 50.000 y 70.000 y en dos millones los escritos científicos que entran cada año en circulación, o sea 6.000 ó 7.000 artículos por día. Según otro estudio, los artículos e informes científicos y técnicos totalizan 250.000 millones de páginas anuales, unos 20.000 000 de palabras por día.

Ante esta situación la información exige: la aplicación de nuevas tecnolo-

gías para su control, procesamiento y nuevos vehículos para difundirla a fin de que ella sea eficiente en la toma de decisiones y en la ejecución de políticas y proyectos en todos los órdenes.

Los bancos y bases de datos se sitúan en la confluencia de estas tecnologías; el procesamiento de la información experimenta una mutación llamada "revolución documental" 1/ la cual combina la información de ficheros para ser consultados en línea (on line) y redes internacionales de teletransmisión que permiten acceso a vastos depósitos de conocimiento. Hoy es posible desde cualquier lugar donde se disponga de un teléfono, consultar a través de una terminal varios millones de referencias de artículos y varios miles de millones de datos numéricos analógicos (textuales) sobre todos los temas, modificar inmediatamente la pregunta en función de las primeras respuestas y obtener en algunos casos la información deseada. Pero es necesario distinguir tres enfoques de esta "revolución documental": como recurso estratégico, como mercancía y como vehículo de relaciones sociales.

a) Recursos estratégicos

Un informe de la UNESCO sobre el Sistema Mundial de Información Científica y Tecnológica, UNISIST, llamaba la atención en 1971, sobre el gigantesco aparato analítico en vías de implantarse para garantizar el tratamiento de la literatura científica... Los medios de explotación intelectuales, técnicos y financieros tienden a concentrarse en manos de una minoría. Por su parte ya en 1955, Harold Lasswell se alarmaba de "la importancia de las fuerzas que favorecen los monopolios capaces de bloquear la circulación de la información" 2/. Más recientemente, en 1978 el informe NORA-MINC muestra la preocupación por la organización de la "memoria colectiva" hecha por los bancos de datos norteamericanos y define las reservas de información como un imperativo de soberanía 3/

De lo anterior podemos deducir que si la información, su control y su acumulación proporcionaban poder desde tiempos inmemorables, el desarrollo generado por los nuevos descubrimientos científicos y las nuevas tecnologías introducen un nuevo elemento en las relaciones entre los Estados y las empresas multinacionales y entre los Estados ricos en información (data rich) y los otros subinformados (data poor).

1/ La révolution documentaire aux Etats Unis. Problemes politiques et sociaux, No. 321, La documentation française, París, 1977.

2/ Lasswell Harold. Policy problems of a data rich civilization, En: Proceedings of the FID Congress Washington, Spartan Books, 1965.

3/ NORA, Linon y Alain Minc. L'Informatisation de la société. Paris, le Seuil, 1978.

La independencia nacional y la soberanía de la investigación se modelan según nuevas configuraciones.

Si la soberanía nacional reside en la capacidad para procesar en el país la información producida en el mismo, retener y transferir por sí mismo las tecnologías, ponerse al día por medios propios de la literatura científica, enterarse de sus recursos y de la inserción de ellos en la correlación mundial de fuerzas para elaborar estrategias, es evidente que el problema ya no se plantea en los mismos términos para los Estados industrializados y para los Estados en vías de desarrollo.

La complejidad de este punto fue evidente en la II Conferencia Intergubernamental de UNISIST, en donde un grupo de 77 países en desarrollo propugnaban por el reconocimiento intergubernamental del derecho de acceso a la información por parte de los individuos y los pueblos como uno de los componentes indisolubles de los derechos humanos. La concepción allí surgida de la información como patrimonio común de la humanidad fue vista con recelo por algunos países industrializados, lo que confirma el poder de la información. Es por ello que los países en desarrollo deben estar atentos a presentar soluciones que hagan posible el acceso y uso de la información que requieren para su desarrollo y al establecimiento de indicadores estadísticos que permitan medir y evaluar el comportamiento del flujo de información en relación con las prioridades nacionales y preservando la soberanía del país en esta materia. Al mencionar los indicadores estadísticos, valga hacer énfasis en que sin ellos no estaremos en capacidad de determinar cuál es la contribución del país a la literatura científica y técnica mundial, qué parte de esta literatura es publicada en el país, cuál es su grado de asimilación y aplicación y en resumen cuál es la tasa de su propio progreso científico y tecnológico.

En tanto los países desarrollados (data rich) disponen de grandes recursos financieros para inversión en información y de infraestructuras de soporte científico y tecnológico, los países del tercer mundo (data poor) solo disponen de aparatos científicos exigüos y la pobreza de sus recursos los condenan a continuar siendo clientes a menos que la cooperación internacional funcione sobre la base de las necesidades e intereses de los países de menos recursos.

Esta hipótesis es poco probable porque todo se opone a ella: intereses nacionales, lógica mercantil de la industria de la información y rivalidad entre los bloques geopolíticos.

No se desea ahondar en otros aspectos que le dan a la información ese carácter estratégico, pero a fin de no perderlos de vista, es necesario tocarlos aunque sea someramente:

- 1) El idioma inglés domina claramente la literatura científica mundial hasta tal punto que la mayoría de los investigadores escriben directamente en este idioma, a fin de obtener el prestigio de ser incluidos en índices y abstracts, bancos y bases de datos, lo cual trae consigo que revistas redactadas en el idioma nacional, desaparezcan o sean mantenidas artificialmente por falta de lectores internacionales.
- 2) La balanza de pagos de los países comienza a verse afectada por la salida de divisas en la consulta de bancos, bases de datos y el pago de suscripciones a estos servicios.
- 3) Quien compra información tiene que correr el riesgo de no recibir todo lo que estos depósitos en sí tienen, pues es bien conocido que un computador puede ser programado para conservar las informaciones bibliográficas destinadas a ciertos clientes ^{1/}. Por tanto puede considerarse que si existe retención de información.
- 4) Por último nos debemos referir a los riesgos de espionaje; en efecto los perfiles de interés que son manejados por el sistema delimitan claramente los intereses de un usuario.

Como conclusión de lo anterior me surge la idea que nuestros países deberían abocar la proposición de un código internacional para la transferencia y utilización de la información, reconociendo que ella es factor indispensable para el desarrollo de los pueblos y las relaciones entre ellos.

b) Como mercancía

La información en su sentido estricto nunca fue gratuita: libros y revistas se han vendido como cualquier otro producto. Si bien la información estaba dispersa, era de difícil acceso, y se presentaba en bruto o indiferenciada era "gratuita" y los servicios públicos aseguraban su recolección y clasificación, a través de bibliotecas, servicios universitarios y centros de documentación.

Los nuevos sistemas de distribución de información transforman el campo del saber al sistematizar criterios de costos y al estandarizar la fijación de las tarifas.

^{1/} Recomendaciones del Consejo Suizo sobre L'amélioration de l'information scientifique et technique, En: Politique de la science. Berna, Agosto, 1973.

Como mercancía la información es una industria regulada por criterios de ganancia en la que es necesario tener muy claro las siguientes situaciones:

- 1) No hay nada de metafórico o de abusivo al calificar de industrial la operación que consiste en explotar yacimientos informacionales, a veces abiertos y en otros casos dispersos o subterráneos. La recolección, el registro y la memorización se asimilan a la extracción y transformación de una materia prima.
- 2) La documentación se consideró durante mucho tiempo como un servicio anexo a las entidades y organizaciones. La amortización de los costos ocasionales por la automatización obliga a pensar en términos de precios de costo: se pasa de un producto doméstico a un producto industrial, puesto que la rentabilidad no puede ser alcanzada a nivel de un solo usuario.

c) Como vehículo de relaciones sociales

La automatización de la memoria colectiva y la forma de organización del conocimiento en bases y bancos de datos llevan en si un modelo de sociedad que aún no se puede describir y sobre el que mucho se especula. Lo sorprendente es que este fenómeno no se ha estudiado por si mismo, pues como en todos los casos cuando hay innovaciones y cambios, se da más atención al aspecto técnico que a los "efectos" o "repercusiones sociales". Cuando se habla de estos efectos, ellos son idealizados; se dice que se busca una sociedad interactiva e igualitaria en el acceso al saber.

Sin embargo, el crecimiento exponencial de la información, la concentración cada día mayor de ella en los países altamente desarrollados y la falta de una infraestructura adecuada para el montaje y manejo de ese tipo de información, parecen dejar al descubierto que el impacto social de este nuevo estado de la información aumentará la brecha entre las sociedades en desarrollo y las desarrolladas.

Finalmente veamos lo que significa en términos económicos hoy la industria de la información:

- 1) De los 500 bancos y bases de datos existentes en el mundo consultados "on line", el 90% (450) son de Estados Unidos.
- 2) De estos el 93% son de empresas privadas.
- 3) El nivel de consultas en Estados Unidos y Europa sobre estos bancos y bases de datos es la siguiente:

- En 1977 se realizaron 300.000 consultas desde Europa y 1.500.000 en Estados Unidos, o sea que Europa representaba en ese entonces el 20% del mercado.
- En 1978 se hicieron 700.000 consultas desde Europa.
- En 1982 se esperan 1.500.000 desde Europa.
- En 1985 se estima que llegarán a 2.350.000.
- El costo por consulta varia entre 40 y 300 dólares, de modo que la cifra potencial del negocio es miles de millones de dólares.

3. EL PROGRESO TECNOLÓGICO Y LA INFORMACION EN PAISES EN DESARROLLO

En general, se puede decir que los países en desarrollo cuentan con una infraestructura incipiente para la constitución de sistemas de información con acceso descentralizado y a distancia. La experiencia de estos países ha sido más en el campo de la información catalográfica documental tanto para el sector científico (investigadores, profesores, etc), como para el productivo más moderno que utiliza técnicas avanzadas. De otra parte estos países tienen una capacidad limitada en términos de adquisición, procesamiento y evaluación de información, lo que puede traducirse en recopilación de información inadecuada para los fines que se persiguen y una capacidad limitada para su mejor uso, lo cual implica un riesgo, ya que se ha dicho "que una sub-utilización de la información existente puede llegar a ser más perjudicial para el desarrollo que el capital ocioso o el desempleo de mano de obra potencial".

De otra parte para lograr el desarrollo de sistemas de información con un alto componente tecnológico, se requiere una infraestructura en donde las telecomunicaciones y sistemas o informática y documentación e información, estén totalmente entrelazados. De ahí que sea necesario que los niveles de planificación nacional en nuestros países definan políticas que comprometan a los diferentes sectores en planes integrados por medio de los cuales se faculte a nuestros países para crear o fortalecer la infraestructura necesaria que haga posible el acceso a la información básica para su desarrollo.

Este mismo desarrollo tecnológico en el campo de la información y por consiguiente la comercialización de la misma lleva implícito el peligro que países que carecen de experiencia en la organización y funcionamiento de servicios de información, piensen que al afiliarse a uno o varios de esos servicios están resolviendo su problema, máxime si se cuenta con terminales para un servicio automatizado. Esta es una situación en la cual es muy fácil caer, para darse cuenta al final que, aunque se

cuenta al final que, aunque se cuenta con un cúmulo de información disponible en cualquier momento, no es precisamente lo que requiere un país que está en sus primeras etapas de desarrollo. De ahí la importancia de definir prioridades de acuerdo con el plan de desarrollo del país.

Con las consideraciones aquí esbozadas, hemos querido compartir con ustedes algunas de las inquietudes que el nuevo orden de la información plantea y ante el cual como bibliotecarios y documentalistas tenemos que adoptar una posición clara y definida, posición que surja del análisis profundo y de la autoevaluación de los objetivos, funciones y servicios de nuestras actuales bibliotecas universitarias.

Durante su existencia, las bibliotecas debido al alto grado de tradicionalismo que las ha caracterizado y a otra serie de razones de orden profesional y técnico, su mayor interés se ha centrado en el perfeccionismo de su organización interna, dejando de lado adopción de nuevas técnicas más ágiles y descuidando la real integración de la biblioteca con los usuarios y la sociedad.

El énfasis quizás exagerado ha sido en aspectos como catalogación, clasificación y organización de sus colecciones, descuidando los aspectos de servicios y muy especialmente lo que debería ser la información como soporte real en los campos investigativo y académico.

Ha Negado el momento en que la biblioteca tome conciencia de que su función principal no radica en los aspectos de organización interna, sino en su proyección como parte de un sistema en donde la información es un producto de mercado y consumo. Es por ello que en los foros internacionales se insiste en que la organización de las bibliotecas es algo superado y que el énfasis debe estar en la racionalización de sus trabajos y en el establecimiento de convenios que permitan colectivizar la información.

Ante el surgimiento mayor de otros servicios de información, en donde se hace uso de una alta tecnología, es imprescindible que aboquemos la planificación a nivel nacional de estrategias que nos conduzcan a la asimilación y creación de una infraestructura donde los sistemas, las telecomunicaciones y la documentación establezcan un frente común que permita el manejo masivo de la información a la luz naciones.

Como se ha demostrado, el científico, el investigador, el empresario, el ejecutivo, el profesor, el estudiante y el hombre común viven en una época en que la información es un elemento vital para el ejercicio de sus actividades. De hecho, los científicos y las asociaciones profesionales y académicas de los países desarrollados han constituido ya efectivas redes de información que funcionan en forma paralela a

las bibliotecas tradicionales y que para ellos constituyen su principal fuente de actualización e investigación. A medida que los científicos e investigadores de países en desarrollo conocen y utilizan estos servicios, cuyos efectos para ellos son aun más dramáticos, su alejamiento de la biblioteca universitaria es una consecuencia lógica de influencia decisiva no sólo en el status mismo de la biblioteca sino en los niveles de planeamiento y decisión de las políticas generales respecto a educación superior.

El reto que afronta entonces la biblioteca universitaria es un cambio radical en sus objetivos, concepción y servicios o la perspectiva de quedar al margen del movimiento internacional de la información, convertida en una institución de valor histórico, símbolo de lo que fueron los servicios públicos de la información.

4. CARACTERÍSTICAS DEL USUARIO DE LA INFORMACION EN LA REGION

Algunos sociólogos y comunicadores sociales interesados en el desarrollo de la información en la región han considerado a la biblioteca, especialmente a la biblioteca universitaria, que es quizás la que más alto grado de desarrollo ha alcanzado en América Latina, como una "innovación", con lo cual están significando que es un nuevo fenómeno social, que es algo que no es innato a nuestra cultura. Es un hecho reconocido que no tenemos tradición bibliotecaria y ello adquiere un profundo significado al analizar las características de los usuarios de la información.

A fin de tener un marco de referencia para hacer un perfil de lo que es el usuario de la información en la región estimamos necesario hacer un esbozo de lo que ha sido la ciencia, la tecnología y el desarrollo en nuestro medio; lo que han sido las políticas nacionales de información, la evolución de las bibliotecas y centros de documentación y el mercadeo de la información.

a) Ciencia, tecnología y desarrollo

El proceso de unión entre ciencia, tecnología y su aplicación en el sector productivo en nuestros países no ha seguido estrictamente la línea de acción que se observa en los países más avanzados y por tanto no se ha llegado a la misma concepción de "progreso científico".

Mientras en Europa y en Estados Unidos la universidad en estrecha relación con la industria desarrollan grandes avances científicos y técnicos que promueven el desarrollo, la universidad latinoamericana no logra una interacción dinámica con la investigación y menos aún con el sector productivo.

Como bien lo indica Fernando Chaparro 1/esta situación no puede interpretarse independientemente del contexto socio-económico en el cual dicha relación se encuentra ubicada. Sería absurdo pensar que la experiencia de los países industrializados puede generalizarse o transferirse fácilmente a los países en desarrollo, desconociéndose la diferencia de los dos contextos históricos.

Cuando nuestros países adoptan la política de industrialización por sustitución de importaciones, como lo dice Alberto Sánchez Crespo 2/ este proceso condiciona y orienta el desarrollo científico-tecnológico de América Latina. A este respecto Fernando Chaparro acota que cabe destacar dos factores que se derivan de este modelo de desarrollo y de la actual relación entre países industrializados y países en desarrollo.

- 1) Las industrias que se crean en mercados altamente protegidos para sustituir importaciones por productos locales, generalmente se limitan a adaptar y utilizar las tecnologías que para tal fin ya existen en el mercado mundial. Las políticas que se diseñaron para favorecer y apoyar el desarrollo de dichas industrias a menudo las ha llevado a buscar en el exterior la solución de sus problemas tecnológicos y sus necesidades de equipo, generando una demanda muy limitada para tales bienes y servicios. Más aun, la estructura misma del sector productivo depende en gran parte del desarrollo industrial y tecnológico de los países avanzados.
- 2) El tipo de universidad y de educación universitaria que se ha desarrollado en general en América Latina, ha tenido que limitarse a un mecanismo de transmisión de conocimientos y técnicas. Bajo tales condiciones la universidad no desarrolla ni el interés, ni la capacidad de responder a los problemas del sector productivo y de la sociedad que la rodea.

Para concluir este esbozo, podemos señalar lo que dice el Departamento Nacional de Planeación de Colombia al analizar el efecto de los dos factores anteriormente señalados: lo identifica como un "círculo vicioso" propio de países no industrializados: "El sector productivo no plantea una demanda de ciencia ni de tecnología sino solo de adiestramiento para el manejo de tecnologías implantadas, mientras que los centros de estudios superiores, por su parte, no ofrecen una formación realmente científica ni tecnológica que contribuya a la comprensión de las necesidades del desarrollo nacional y a la participación efectiva en dicho desarrollo".

1/ COLCIENCIAS. La investigación en la universidad colombiana. Bogotá, COLCIENCIAS, 1978.

2/ Sánchez Crespo, Alberto. Esbozo del desarrollo industrial de América Latina y sus principales implicaciones sobre el sistema científico tecnológico. Washington, OEA, 1972.

b) Políticas nacionales de información

Los países latinoamericanos, teniendo en mente el bajo nivel actual de desarrollo, han expresado en diferentes foros regionales e internacionales su voluntad política de lograr un desarrollo social y económico acelerado.

Quizás desde la reunión de CACTAL_]/ quedó en la mente de los países de la región. la necesidad de propiciar el flujo e intercambio de información en todos los campos de la actividad humana y la consideración de que ella es un elemento importante de la infraestructura para el desarrollo económico y social.

Como producto de ello aparecen los Sistemas Nacionales de Información (SNI) en la mayoría de los países de la región. Desafortunadamente aunque muchos de ellos siguen vigentes, no han prosperado como era de esperarse debido, entre otras causas, a que aún falta en la mayoría de ellos la voluntad política nacional al servicio de las mayorías y a los sistemas el papel que ellos deben tener dentro del Plan Nacional de Desarrollo de cada país y los recursos financieros y humanos adecuados para su desarrollo.

c) Evolución de las bibliotecas y centros de documentación y servicios de información para la industria

Al analizar este punto es necesario decir como preámbulo lo que al respecto anota Fernando Monge 2/ en contraste con los países más desarrollados como los Estados Unidos, en donde un dólar de cada cinco que se invierte en bienes, servicios, construcción y maquinaria nueva se asigna a los servicios de información, las bibliotecas latinoamericanas son generalmente pobres y carecen de información actualizada, el número de bibliotecas es muy reducido, normalmente están ubicadas solamente en ciudades principales.y los servicios que ofrecen son de tipo tradicional.

Si tomamos las bibliotecas de acuerdo con sus diferentes tipos y las estudiamos, posiblemente tenemos que llegar a las siguientes conclusiones:

- 1) Las bibliotecas escolares y públicas no existen en nuestro medio, salvo honrosas excepciones, como instituciones de servicio público, bien dotadas y capaces de ofrecer formación e información que preparen al hombre para la vida real, es decir, que le preporcionen información para fundamentarle sus capacidades de relación, destrezas y aptitudes para el trabajo productivo, el desarrollo de talentos artísticos, etc.

1/ Conferencia especializada sobre la aplicación de la ciencia y la tecnología al desarrollo de América Latina. Brasília, 12-19 de mayo, 1972.

2/ Monge, Fernando. Que la información sea accesible. Cali, CIAT, 1972.

- 2) La biblioteca universitaria y sus centros de información y documentación es quizás donde mayor desarrollo se ha alcanzado, en donde posiblemente están los mejores recursos, pero aun con esta visión un poco halagadora no podemos olvidar como lo dice Antonio Miranda ^{1/} que verdaderas bibliotecas y centros de información y documentación, entendidas no solo como grandes colecciones en majestuosos edificios, juzgadas sobre todo, por la excelencia de sus servicios a la comunidad académica e investigativa, solo aparecen a mediados de este siglo y solo en última década comienzan a reconocerse como instrumentos básicos dentro del proceso de enseñanza-aprendizaje.
- 3) Los servicios de información para la industria en América Latina son tan recientes que todavía no podemos decir que exista un buen número de ellos plenamente desarrollados. La información, los servicios que ofrecen y su progreso son tan disímiles como lo son igualmente sus necesidades de acuerdo al grado de desarrollo de los países donde están ubicados. Bien conocemos que aunque estamos en una misma geográfica y pertenecemos a la misma escala mundial de países en desarrollo, la problemática de los países latinoamericanos es totalmente diferente a otros continentes. Aquí comparativamente hablando tenemos grandes contrastes, países como Argentina y Brasil con alto nivel de desarrollo industrial y países como Bolivia y Paraguay con un proceso industrial incipiente.

d) Mercadeo de la información

Las bibliotecas y centros de documentación e información de América Latina parecen estar aún en la etapa en la que se le da más énfasis al proceso de producción, se mira más la fábrica y no hay una preocupación real por el usuario, es decir, da la sensación de estar estancados en la "era del producto".

Las unidades de información siguen aferradas a lo que llamamos "venta de mostrador", en cuanto el manejo de la información se hace desde el sitio que se denomina "circulación y préstamo". Se concibe la biblioteca como un lugar físico y no como un servicio, por ello los productos no se ubican donde el consumidor los necesita.

Las bibliotecas nuestras no han entrado aún en la era de la comunicación, de anunciar sus productos, parece que existiera tácitamente un acuerdo para no frece-los y esto tal vez se deba a que todavía se sigue considerando en nuestro medio las bibliotecas, centros de documentación y su producto: la información, como un servicio público gratuito que no se debe vender.

^{1/} Miranda, Antonio. Bibliotecas universitarias no Brasil. Brasília, CAPES/DAU/MEC, 1978. 22p.

Este último factor parece ser el que más peso tiene en el estancamiento de las bibliotecas, lo cual ha generado que surjan cada día con mayor auge sistemas paralelos de competencia a ellas, tales como los "colegios invisibles" y las "asociaciones de profesionales", que acosadas por las necesidades de información crean sus propios canales que le hagan propicia la información.

e) Conclusiones

Lo anteriormente expuesto nos proporciona fundamentos para sustentar las siguientes conclusiones y con ellas bosquejar el perfil del usuario de la información en nuestra región:

- 1) Nuestro usuario en general no tiene aún conciencia informativa, se sigue considerando a la biblioteca como un bien cultural y no como un servicio de información. Debido a ello la biblioteca particular sigue teniendo vigencia y en gran parte por ello se considera autosuficiente.
- 2) El usuario de la información especializada, lo que en otras latitudes se denomina como comunidad científica, en América Latina debido en gran parte a los modelos de desarrollo que hemos adoptado y a la evolución de los sistemas educativos, ella no es tan significativa como a veces se quiere dar a entender. Por esto estimamos que estamos distantes de poder entender que es necesaria una masificación y el uso de altas tecnologías para la transferencia de la información científica y tecnológica en nuestro país.
- 3) Nuestro usuario debido a la falta de tradición bibliotecaria no está formado para utilizar información. Aquí surge un problema generacional, pertenecemos todavía a una sociedad que se formó sin bibliotecas, recordemos que no tenemos aún bibliotecas escolares, ni públicas eficientes y las bibliotecas universitarias, que son las que más desarrollo tienen son muy recientes y están en formación todavía. Debido a ello una gran mayoría de nuestros dirigentes y de nuestros administradores no le conceden el valor que tiene la información. Este concepto generalmente cambia cuando el dirigente o administrador, pertenece a un cuadro de profesionales formado en países avanzados.
- 4) Las bibliotecas y la información son para nuestro usuario un servicio social, él no tiene todavía conciencia de pagar por ella debido en gran parte a que la información sobre todo la de tipo industrial, cuando se hace necesaria como insumo se solicita al exterior a quien ha proporcionado la tecnología, o ella de hecho hace parte de la transferencia de tecnología. En el campo universitario y para el investigador, ella se identifica como parte de la estructura de los servicios de la universidad que en la mayoría de los casos son subsidiados por el estado.

2º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

**SIMPÓSIO SOBRE O PLANEJAMENTO DE SISTEMAS DE BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS**

*Coordenador: Luiz Antonio Gonçalves
da Silva
CNPq*

Brasília, 25 a 30 de Janeiro de 1981

VISÃO PANORÂMICA DO PLANEJAMENTO DE SISTEMAS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*

LUIZ ANTONIO GONÇALVES DA SILVA
*Ex-Diretor da Biblioteca Central — UFPb.
Professor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UFPb.
Técnico do IBICT e Coordenador do Programa de Informação sobre Política Científica e Tecnológica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.*

O presente trabalho não pretende diagnosticar a situação do planejamento de sistemas de bibliotecas universitárias no Brasil — diagnóstico este que só poderá ser levado a efeito por um grupo de trabalho especialmente constituído — mas tão somente um levantamento e sistematização de pontos para uma reflexão sobre o assunto, que se encontram de certa forma, já registrados na literatura sobre a área.

1. AMBIENTE DO SISTEMA

Para efeito do presente trabalho considera-se como ambiente do sistema, o âmbito interno de cada Universidade, não se abordando portanto sistemas nacionais ou regionais.

2. SITUAÇÃO IDEAL

Um sistema de bibliotecas universitárias pode ser entendido, teoricamente, como um conjunto de bibliotecas que se dispuseram a obedecer um plano comum, visando determinado propósito ou objetivo, mantendo interação regular, interdependendo entre si para manutenção do sistema. Cada uma delas pode ter sua estrutura própria, propriedades e relações mas, desde que se constituem em sistema, passam a interagir dentro de normas estabelecidas pelo plano comum, sob a coordenação de uma unidade aceita como cabeça do sistema. (8:16)

3. SITUAÇÃO REAL

Analisando-se o comportamento das bibliotecas universitárias no Brasil, observa-se que o seu desenvolvimento em muito divergiu da conceituação de sistema acima exposta.

A organização das bibliotecas universitárias seguiu o modelo da própria organização das diversas universidades do País que foram formadas a partir da reunião de Faculdades e Escolas de ensino superior autônomas, estaduais e federais, então existentes. As crônicas a respeito da criação das diversas universidades no País estão repletas de fatos pitorescos a respeito das diversas instituições que, conscientes da sua autonomia anterior, resistiram ou impuseram condições à organização universitária proposta. São conhecidos os exemplos das tradicionais e centenárias Faculdades de Direito que hoje em algumas universidades federais, constituem verdadeiras anomalias dentro da estrutura universitária.

Se entre as instituições de ensino houve resistência à coordenação universitária, o que dizer das bibliotecas? Elas se constituíram em baluarte da resistência à uma coordenação central, passando a representar a antiga autonomia perdida de suas instituições.

Segundo Hamar em análise sobre a situação das bibliotecas universitárias brasileiras, apresentada durante o V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, "a criação, organização e expansão das bibliotecas universitárias se fez de maneira isolada, para atender condições de premência e uso imediato, sob o aspecto

de literatura operacional. O desenvolvimento, portanto, se estabeleceu de maneira heterogênea, alheio as condições básicas de planificação, em qualquer fase, com programas que tendessem para uma sistemática integração, visando um estreito vínculo de colaboração" (5:1)

Comparando-se a situação real com o modelo teórico de sistema verifica-se que:

a) não houve disposição das bibliotecas das Escolas e Faculdades para obedecer um plano comum;

b) apesar das Faculdades e Escolas terem se organizado em Universidades, sob a coordenação de uma Reitoria, as bibliotecas funcionaram de uma maneira estanque evitando qualquer forma de interação;

c) houve grande resistência por parte das bibliotecas, sempre com o respaldo dos diretores das unidades universitárias, à aceitação de uma coordenação através de órgão central. CUNHA em trabalho apresentado no 1º Congresso de Biblioteconomia, realizado em Recife, em 1954, informa que "no meio universitário brasileiro ainda não é devidamente apreciada a vantagem de uma direção central que coordene os serviços das bibliotecas" (2:229)

5. AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE COORDENAÇÃO

As primeiras tentativas de coordenação de Bibliotecas pertencentes a mesma Universidade foram verificadas com a criação de Bibliotecas Centrais na Universidade de São Paulo e na antiga Universidade do Brasil, hoje no antigo Distrito Federal e do Serviço Central de Bibliotecas na então Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco.

Na USP, apesar dos esforços, a Biblioteca Central não conseguiu uma efetiva coordenação. O caso da Universidade de São Paulo é um exemplo claro da estruturação de uma Universidade a partir da reunião de várias unidades existentes com as suas respectivas bibliotecas.

Na antiga Universidade do Brasil ocorreu algo semelhante, carecendo a Biblioteca Central de qualquer ação coordenadora.

Na então Universidade do Recife partiu-se para uma solução própria com a criação, em 1953, do Serviço Central de Bibliotecas, a primeira experiência bem sucedida de coordenação de serviços bibliotecários. O Serviço passou a administrar toda a atividade de biblioteca na Universidade estabelecendo uma filosofia comum de traba-

lho, promovendo treinamento de recursos humanos, controlando as verbas para aquisição de material bibliográfico e padronizando normas e princípios de serviços de catalogação, classificação e de serviços aos usuários sem pretensão a reunião de acervos. A experiência do Recife passou então, a ser adotada, com adaptações, em outras Universidades.

6. A REFORMA UNIVERSITÁRIA E O PLANEJAMENTO DE SISTEMAS DE BIBLIOTECAS

A Reforma Universitária levada a efeito a partir de 1969 não enfocou diretamente a biblioteca. O Prof. Edson Nery da Fonseca afirma no prefácio do seu Roteiro para Organização de Bibliotecas Universitárias, elaborado por iniciativa da então Diretoria de Ensino Superior do MEC, que nos muitos trabalhos que leu sobre o assunto, não encontrou referência aos problemas das bibliotecas nas universidades brasileiras (4:9). A não menção das bibliotecas na lei que trata da nova organização das universidades, não consiste em uma omissão segundo LEMOS e MACEDO mas um consenso tácito quanto à necessidade da biblioteca universitária. (6:41)

O enfoque sistêmico no qual a reforma do ensino superior foi considerada, requer uma interação dos diversos componentes, visando a maior produtividade do setor, dos quais a biblioteca representa um dos subsistemas mais importante (7:7).

Com efeito foi a partir da Reforma Universitária que, de acordo com o princípio da não duplicação de meios para fins idênticos, que as universidades passaram a reorganizar as suas bibliotecas com a criação de unidades centrais na condição de órgãos suplementares dentro da estrutura universitária, com a finalidade de coordenar serviços bibliotecários.

Referência especial deve ser feita à criação da Biblioteca Central da Universidade de Brasília que, de acordo com o primitivo Estatuto da Universidade, aprovado pelo Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962, compreenderia "unidade principal de obras gerais e de consulta, dotada de serviços de aquisição, catalogação, documentação e intercâmbio científico e cultural", coordenando as atividades das bibliotecas especializadas nos Institutos Centrais das demais Unidades Universitárias. Tal proposição, contudo, influenciada pela Reforma Universitária, foi corrigida no Estatuto seguinte que estabeleceu uma Biblioteca Central monolítica. (336)

As bibliotecas centrais, todavia, criadas a partir da Reforma Universitária eram, na maioria dos casos, in nomine. Constituíam-se quase sempre em uma biblioteca a mais na universidade, não dispendo de qualquer competência para exercer ação coordenadora. Não centralizavam os serviços de aquisição nem o processamento técnico, faltando à chefia da Biblioteca Central vinculação hierárquica, administrativa

com relação às demais bibliotecas setoriais ou departamentais. Em alguns casos havia apenas uma vinculação técnica que não produzia resultados devido a falta da vinculação administrativa que fizesse com que as decisões do órgão central fossem acatadas.

7. FATORES QUE INIBIRAM A CONSTITUIÇÃO DE SISTEMAS DE BIBLIOTECAS

Através de um breve exame aos mais significativos trabalhos existentes na literatura sobre a situação das bibliotecas universitárias no Brasil, podemos considerar como fatores inibidores do desenvolvimento sistêmico do setor:

7.1 Inexistência de padrões, modelos, ou critérios comuns de organização e prestação de serviços surgidos das necessidades nacionais. Quase sempre se partiu para adoção irracional de modelos sempre desvinculados das realidades locais.

7.2 Funcionamento estanque. As bibliotecas permaneceram isoladas dentro das suas unidades sem estabelecerem um inter-relacionamento na própria Universidade como também com as bibliotecas das outras Universidades. Permaneciam também, apartadas do processo de planejamento da própria Universidade, desconhecendo, em muitos casos, os programas acadêmicos em andamento e as programações futuras.

7.3 Falta de planejamento integrado no qual derivam ser levados em conta o Plano Setorial de Educação, o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, os planos das próprias Universidades e respectivas Unidades e o plano anual de trabalho da Biblioteca.

7.4 Falta de definição dos objetivos das bibliotecas universitárias, em função da própria indefinição dos objetivos do ensino superior, limitando-se a definir apenas as finalidades do órgão e não das atividades face à demanda.

7.5 Ausência, na maioria dos casos, de Regulamentos/Regimentos aprovados determinando a estrutura e competências das bibliotecas.

7.6 Carência de recursos materiais e financeiros, colidindo as ações propostas (centralização de acervos) com a inexistência de condições (prédios ou instalações).

7.7 Proposição de soluções sem base em diagnósticos resultantes de pesquisa institucional, das peculiaridades e necessidades locais e regionais.

7.8 Carência de recursos humanos capacitados para o planejamento e ação programática face a omissão de ensinamento específico nesta área na formação do bibliotecário.

7.9 Falta de compreensão por parte da cúpula administrativa da Universidade do papel da Biblioteca no ensino aprendizagem e da função acadêmica do bibliotecário.

7.10 Falta de recursos institucionais para que o órgão central pudesse exercer uma efetiva ação coordenadora.

8. SITUAÇÃO ATUAL - EM BUSCA DE UMA CONSCIÊNCIA PLANEJADORA

Na última década pode-se dizer que uma consciência planejadora passou a orientar o desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias. As recomendações do Seminário para Estudo dos Problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias, realizado em 1973, sob o patrocínio do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e da extinta Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias, enfocaram a abordagem sistêmica na qual os serviços de informação das Universidades devem ser colocadas, integrando a biblioteca no sistema universitário. Salientaram a necessidade de haver um órgão central coordenador da rede de biblioteca, da Universidade. (9:115)

Merece destaque os esforços da então ABBU que visava a realização de estudos para formulação de uma política nacional de desenvolvimento para as bibliotecas universitárias, promovendo a integração e a coordenação de esforços e a difusão de princípios de coordenação e racionalização.

O Plano Setorial de Educação e Cultura, elaborado para o período 1975/1979, estabeleceu no Projeto 21 a criação dos Núcleos de Assistência Técnica, destinados a fornecer assistência para aperfeiçoar a estrutura e serviços das Universidades, visando um melhor desempenho face às necessidades criadas pela implantação da reforma universitária. (1:483) Dentro desta filosofia foi criado o Núcleo de Assistência Técnica em Sistemas de Bibliotecas Universitárias — NAT-08 que teve como objetivo oferecer estágio a profissionais de biblioteconomia de Instituições de Ensino Superior interessados em Sistemas de Bibliotecas Universitárias e prestar consultoria às IES dentro dessa especialização com vistas à melhoria do desempenho e da produtividade e a maior eficiência e eficácia no uso dos recursos documentais disponíveis e consequente elevação no nível de atendimento dos usuários. O NAT-08 também se propunha a estudar a forma mais apropriada de definir um modelo de Sistemas de Bibliotecas para as universidades brasileiras, com base nas observações e informações colhidas pelos estagiários e durante as visitas dos consultores as IES.

Outro fator que vem contribuindo para uma mudança de mentalidade é a formação de recursos humanos especializados em planejamento de sistemas de bibliotecas através de diversos cursos de especialização organizados em diversas Universidades e nos cursos de mestrado existentes. Vale também mencionar a inclusão da disciplina Planejamento e estudo de sistema nos cursos de graduação.

Finalmente merece destacar o apoio de organismos como o MEC/SESu/ CAPES e PREMESU que muito vem contribuindo para um melhor estudo das bibliotecas universitárias. A CAPES, através da Assessoria de Planejamento Bibliotecário contribuiu com trabalho que poderíamos chamar de diagnóstico institucional, para um trabalho planejado.

Este Seminário é um exemplo de que a busca de uma consciência planejadora para orientar as atividades de nossas bibliotecas está clara e definida e que já sabemos encontrar o nosso caminho.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Setorial de Educação e Cultura**. 1975-1979. Brasília, 1975.
2. CUNHA, Maria Luiza Monteiro da. Bibliotecas Universitárias: algumas considerações acerca da situação no Brasil. In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, 7., Belém, 1973. Anais ... Rio de Janeiro, **IBICT**, 1977.
3. FONSECA, Edson Nery da. Biblioteca Central da Universidade de Brasília: história com um pouco de doutrina e outro tanto de memórias. **R. Bibliotecon**. Brasília, **1(1)** jan./jun. 1973.
4. ————. **Roteiro para organização de bibliotecas universitárias**; elaborado por iniciativa da Diretoria de Ensino Superior do MEC. Brasília, Gráfica Piloto da UnB, 1967.
5. HAMAR, Alfredo Américo. **Bibliotecas universitárias**; análise da situação brasileira e sugestões. Trabalho apresentado ao 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, 1967. 11p.
6. LEMOS, Antonio Agenor Briquet de & MACEDO, Vera Amália Amarante. Posição da biblioteca na organização operacional da Universidade. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**. Belo Horizonte, 4(1) mar. 1975.
7. LIMA, Etelvina. **A biblioteca no ensino superior**. Trabalho apresentado ao 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Brasília, 1975.
8. MARTINS, Myrian Gusmão de. **Planejamento bibliotecário**. São Paulo, Pioneira; Brasília, INL. 1980.
9. RELATÓRIOS e recomendações; relatório final do Seminário para Estudo dos Problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias. Recomendações. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, 4(1) mar. 1975.

DIRETRIZES DO IBICT E SUAS INTERFERÊNCIAS NO PLANEJAMENTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Afrânio Carvalho Aguiar

Diretor do IBICT

A consecução das metas do IBICT se consubstancia no desenvolvimento de programas, projetos e atividades que, constituindo o seu planejamento institucional, leva necessariamente em conta as características do ambiente onde o Instituto exerce a sua missão. Este ambiente é fortemente marcado pelas características e desempenho das bibliotecas universitárias, o que define uma série de parâmetros que influenciam o próprio planejamento do IBICT:

- a) de um modo geral, as bibliotecas universitárias detêm os mais relevantes acervos bibliográficos do país nas áreas de ciência e tecnologia;
- b) grande parte dos usuários do ICT estão vinculados aos quadros de docentes das universidades;
- c) as bibliotecas universitárias, na maioria, carecem de recursos humanos, físicos e financeiros para adequada provisão de ICT aos usuários locais e, mais ainda, a pesquisadores vinculados a outras instituições.

O IBICT tem como meta a efetiva implantação de uma Rede Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia, através da articulação dos serviços de informação especializados existentes e do fomento à criação de centros/serviços de ICT em áreas ainda não cobertas.

As características diferenciadas entre usuários cientistas e tecnólogos bem como o perfil das bibliotecas universitárias brasileiras recomendam que ação descentralizada do IBICT, deva convergir para transformar as bibliotecas universitárias, principalmente as bibliotecas centrais, em núcleos de informação científica ao passo que os institutos de pesquisa passariam a ter papel mais relevante como núcleos de informação tecnológica.

Há, assim, uma relação bi-direcional entre o planejamento do IBICT e o planejamento das bibliotecas universitárias que, compatibilizados, permitirão um desempenho mais eficiente e eficaz tanto do Instituto quanto das bibliotecas das universidades brasileiras.

**AVALIAÇÃO DO USO DA COLEÇÃO DE LIVROS EM BIBLIOTECA
UNIVERSITÁRIA, NO CAMPO DA SAÚDE PÚBLICA**

MARIA TERESINHA DIAS DE ANDRADE

*Bibliotecária Chefe e Auxiliar de Ensino da
Faculdade de Saúde Pública da USP*

IRENE LERCHE ELEUTÉRIO

*Bibliotecária da Faculdade de Saúde Pública
da USP*

MARIA CECÍLIA GONZAGA FERREIRA

*Bibliotecária da Faculdade de Saúde Pública
da USP*

ANGELA MARIA BELLONICUENCA

*Bibliotecária da Faculdade de Saúde Pública
da USP*

SONIA GARCIA GOMES

*Bibliotecária da Faculdade de Saúde Pública
da USP*

Foi realizada avaliação do uso de livros adquiridos na Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP/USP), no período de 6 anos, com a finalidade de obter subsídios para definição de critérios que possibilitem atingir desenvolvimento adequado da coleção, segundo os interesses dos usuários. A coleta dos dados de empréstimo foi feita por meio dos cartões de empréstimo, e as anotações foram feitas em planilhas para entrada em Computador. Além do movimento do empréstimo, as variáveis de estudo **foram**: categoria do usuário que fez o empréstimo, ano de aquisição, ano do empréstimo, forma de aquisição, assunto e língua da publicação. Os resultados mostraram que o acervo colocado à disposição dos usuários foi relevante em seu conjunto. Não foi observado, todavia, equilíbrio

entre os assuntos cobertos pela aquisição e a demanda dos usuários. Conclui-se que devem ser estabelecidos critérios para o desenvolvimento da coleção de livros da Biblioteca da FSP/USP, segundo os interesses da comunidade acadêmica de saúde pública, para se evitar compras desnecessárias e propiciar melhor aplicação das verbas, bem como melhor seleção das doações. Foi proposta a criação de Grupo de Seleção Bibliográfica, composta por docentes, discentes e bibliotecários, que se responsabilize pela aplicação dos critérios estabelecidos.

CDU: 025.98

CDD: 022.3

ESTUDO PARA TRANSFERENCIA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA URG PARA O NOVO CAMPUS

*Ely Gonçalves**

*Fátima Fresteiro**

*Gilca Gatti****

*Virgínia Christ*****

Apresentação do sistema atual e planejamento de centralização, com sugestão de mudança gradativa do acervo.

*

Bibliotecária de referência da Biblioteca Central

**

Bibliotecária responsável pela Biblioteca Setorial de Oceanografia

Bibliotecária responsável pela Biblioteca Setorial do Museu Oceanográfico

Bibliotecária supervisora das Bibliotecas da VRG.

CDD: 025.11

CDU: 025.11

UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTO-PADRÃO PARA CONTROLE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA BIBLIOTECA

Cléa Dubeux Pinto Pimentel

*Prof. Adjunta do Departamento de
Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco.*

Os sistemas de custo-padrão baseiam-se no princípio de que os custos debitados aos produtos individuais são os custos que devem ser incorridos. Em tais sistemas cada unidade de produto tem um custo-padrão de material, um custo-padrão de mão-de-obra direta e um custo-padrão de despesas gerais. As diferenças entre o custo-padrão e o custo real constituem as variações. Algumas das vantagens mais importantes de um sistema de custo-padrão aplicado às bibliotecas são: a) constituir um mecanismo de controle do trabalho realizado; b) informar quanto tempo será necessário para preparação técnica de uma coleção; c) preparar orçamentos; d) avaliar o desempenho geral. As técnicas analíticas são descritas servindo para mostrar como são feitos os cálculos de custos e como estes podem fornecer uma medida de controle e avaliação do desempenho da biblioteca, facilitando comparações e estreitando os limites, dentro dos quais devem ser aplicados cada julgamento.

CDD:027.7 (18ª)
CDU: 027.7: 025.1

**O PROCESSO RACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS: SIGNIFICADO, UTILIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS
PARA A ORGANIZAÇÃO**

LILIA MARIA VARGAS LOPES
Professora do Departamento de Biblio-
teconomia e Documentação da
UFRGS

Trabalho de revisão sobre o processo racional na administração de bibliotecas universitárias. Levantamento de algumas definições de racionalidade e seu emprego na organização. Constata-se que existe na literatura opiniões favoráveis a sua aplicação na administração de bibliotecas, embora na prática nem sempre venha sendo empregado. Recomenda-se sua utilização em bibliotecas universitárias, como modo de prevenir crises. Chama-se a atenção para o uso desmedido da racionalidade e suas consequências para o indivíduo. Conclui-se que a implantação de procedimentos racionais pode trazer bons resultados desde que combine o plano interno e externo da organização.

CDD: 025.544

CDU:025.5

PROGRAMA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE USUÁRIOS NA BIBLIOTECA "PROF. ROSÁRIO FARÂNI MANSUR GUÉRIOS", DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ

Irene Wetphalen KLISIEWICZ
Bibliotecário do CEFET-PR

Beatriz de MOURA
Bibliotecária do CEFET-PR

Lucia Cavalcanti POPADIUK
Bibliotecária do CEFET-PR

Maria Lucia Müller REDI
Bibliotecária do CEFET-PR

Relato de experiências em treinamento de usuários realizadas na Biblioteca do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, de 1977 a 1980, culminando com a elaboração do Programa de Formação e Treinamento de Usuários, utilizando recursos audiovisuais. A elaboração do audiovisual aplicado no treinamento dos alunos dos Cursos de Ensino Superior é descrita em detalhe.

CDU:027.7-057.5(81)

CDD: 027.7023

BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Zita Catarina Prates de Oliveira
Bibliotecária do Centro de Processamento
de Dados/Pós-Graduação em Ciência da
Computação da UFRGS

Análise da situação dos bibliotecários universitários face as propostas da Reforma Universitária e as necessidades atuais da comunidade acadêmica a que servem.

CDD: 027.7

CDU: 027.7.001

OBJETIVOS DE BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Kira Tarapanoff, PhD

Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília — UnB

Distrito Federal — Brasil

Análise da biblioteca universitária como organização e de sua integração com o meio ambiente geral, específico e organizacional. Ênfase na necessidade de estabelecer os objetivos da biblioteca universitária em relação ao indivíduo dentro da universidade quando no desempenho de atividades acadêmicas.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ROTEIRO PARA UM DIAGNÓSTICO

DINAH AGUIAR POBLACIÓ

*Professor Assistente do Departamento de
Biblioteconomia e Documentação da Es-
cola de Comunicações e Artes da USP*

DIVA CARRARO DE ANDRADE

*Bibliotecária dos Departamentos de Filo-
sofia e Ciências Sociais da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
USP*

FERNANDA IMPARA TO PIOCHI

*Bibliotecária Chefe e Auxiliar de Ensino
da Faculdade de Ciências Farmacêuticas
da USP*

*MARIA ANGÉLICA RODRIGUES
QUEMEL*

*Bibliotecária da Divisão de Biblioteca e
Documentação da Coordenadoria de Ati-
vidades Culturais da USP e Auxiliar de
Ensino da Escola de Comunicações e Ar-
tes da USP*

MARIA LUIZA RIGO PASQUARELLI

*Bibliotecária Chefe da Faculdade de
Medicina Veterinária e Zootecnia da USP
e Auxiliar de Ensino da Escola de
Comunicações e Artes da USP*

*MARIA TEREZINHA DIAS DE AN-
DRADE*

*Bibliotecária Chefe e Auxiliar de Ensino
da Faculdade de Saúde Pública da USP*

ROSMARIEAPPY

*Diretora da Divisão de Biblioteca e Docu-
mentação da Coordenadoria de Atividade
s Culturais da USP*

As Bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP), ligadas a Faculdades e Institutos, Departamentos e Cadeiras, surgiram e funcionaram, por quase cinco décadas, sem obedecer a uma coordenação efetiva. Visando à criação de um sistema para as Bibliotecas da USP, foi planejado um diagnóstico que refletisse a atual situação desses organismos, sob o ponto de vista de organização e funcionamento, de recursos e serviços. No desenvolvimento metodológico do diagnóstico surgiram dificuldades quanto à possível caracterização dos diferentes tipos de bibliotecas. O universo da pesquisa foi constituído pelo conjunto de 77 Bibliotecas, instaladas em 40 Unidades da USP, e assim distribuídas segundo as 3 áreas de conhecimento: 28 Bibliotecas da área de Ciências Humanas, 26 da área de Ciências Biológicas e 22 na área de Ciências Exatas, além da Divisão de Biblioteca e Documentação (DBD) da CODAC. A coleta de dados foi realizada através de 2 tipos de formulários aplicados de acordo com as categorias de Bibliotecas. Seus resultados, além de tabulados por áreas de conhecimento, foram mapeados biblioteca por biblioteca, fornecendo o espelho da situação individual.

ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS NUM SISTEMA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

ELISABETH SCHNEIDER DE SÂ, Ms
Diretora do Núcleo de Documentação da
UFF
Vice-Presidente da CBDB
Coordenadora do GBIDB/RJ

A partir da análise dos elementos disponíveis e seguindo o ciclo evolutivo do processo de administração, o Núcleo de Documentação da UFF, órgão diretamente subordinado ao Reitor e cabeça do sistema de informação da Universidade, constituído de elementos organizacionais centralizados (processos técnicos e de controle da informação) e descentralizados (bibliotecas, num total de 16), detectou alguns pontos de estrangulamento no processo de gerência e transferência da informação. Assim, procurou-se solucionar, com algumas medidas administrativas, as questões mais graves, que passaram a ser objetivos e podem ser divididos em dois tipos: informativos — 1) Divulgação mais adequadas da coleções e serviços disponíveis; 2) Orientação regular aos usuários potenciais do sistema; 3) Elevação do nível de atualização profissional do pessoal bibliotecário; 4) Regulamentação do fornecimento de cópias de artigos científicos; e organizacionais — 1) Regulamentação da concessão de Empréstimos Especiais; 2) Estabelecimento de regras elementares para o tratamento técnico de folhetos, separatas e materiais assemelhados; 3) Uniformização dos relatórios e quadros estatísticos, bem como da coleta de dados; 4) Avaliação da coleção de periódicos existente.

CDD: 025.520.981
CDU: 025.5:378(81)

SERVIÇOS DE ALERTA E SUA REALIZAÇÃO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Nério Sacchi Junior
Bibliotecário — Diretor da Biblioteca
Central da Universidade Federal de Pelotas.

Levantamento dos tipos de Serviços de Alerta utilizados, através da aplicação de 913 questionários enviados, amparando-se no estudo de 35,48% do material devolvido.

PADRÕES PARA OS SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS NA UFRGS

Heloísa B. Schreiner
Diretora da Biblioteca Central - UFRGS

Zita C. Prates de Oliveira
Bibliotecária do CPD - UFRGS

Apresentação da série Padrões para os Serviços Bibliotecários na UFRGS, a qual consta de 15 documentos redigidos pelos Grupos de Trabalho da Biblioteca conforme relacionado abaixo. O primeiro é um trabalho de análise e avaliação da situação atual, fixando metas para o período 1981-82; os demais são rotinas para execução de diversos serviços, incluindo os impressos utilizados.

1. Situação atual do Sistema de Bibliotecas da UFRGS e metas para o período 1981-82: serviços, coleções, pessoal, finanças, espaço físico, equipamentos, controle (estatísticas, relatório e impresso), estrutura organizacional e legislação.
2. Consulta na sede e empréstimo a domicílio.
3. Serviço de referência: questões de referência, buscas bibliográficas, orientação bibliográfica.
4. Comutação bibliográfica.
5. Treinamento de usuários.
6. Disseminação seletiva da informação.
7. Relações públicas.
8. Seleção, descarte e avaliação de coleções.

9. Aquisição de material bibliográfico: compra, permuta e doação.
10. Organização e conservação do acervo: monografias e materiais especiais.
11. Organização e conservação do acervo: publicações periódicas.
12. Catálogos coletivos: livros, periódicos, periódicos correntes, teses.
13. Custo de manutenção dos equipamentos para duplicação de documentos.
14. Controle: estatísticas, relatórios e impressos.
15. Estudo de usuários.

CDU: 027:378.18:001.891

**A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: O ESTUDANTE E O TRABALHO DE
PESQUISA**

Neusa Dias de Macedo
Professora de Bibliografia e Referência
Departamento de Biblioteconomia e
Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Uni-
versidade de São Paulo

Dificuldades do estudante no uso da biblioteca e na elaboração dos trabalhos de pesquisa levaram a Autora a estudar intensiva e extensivamente o problema, desenvolvendo o trabalho em três grandes tópicos: 1) A biblioteca universitária como apoio ao ensino e à pesquisa; 2) O trabalho de pesquisa do estudante universitário; 3) Pós-graduandos da USP diante da biblioteca e do trabalho de pesquisa: estudo de campo.

1. A biblioteca universitária tem enfrentado obstáculos administrativo-didáticos, incompreensões e desatenção, impedindo-a de desenvolver-se a contento e tornar-se um real apoio ao ensino e à pesquisa. Na Universidade de São Paulo, onde vai desenvolver-se o estudo de campo, sequer existe um sistema bibliotecário unificado. Entrevistas realizadas em quatro de suas unidades revelam uma situação discrepante entre as bibliotecas das Ciências Biológicas e as das Ciências Humanas, com desfavor para estas últimas.

2. O Ensino Superior em São Paulo é visto, através de revisão de pesquisas e opiniões de pós-graduandos, com restrição. Não propicia terreno adequado para o desenvolvimento de trabalho de pesquisa. O estudante, cercado por uma série de intervenientes negativas de ordem vária, não tem recebido instrumentalização para realizar estudos pessoais e de pesquisa. Salientou-se a falta de complementação pedagógica do professor universitário e a origem do problema no ensino de 1º e 2º graus. Discutiu-se o conceito e as distorções dos termos "pesquisa", "pesquisa bibliográfica" e "trabalho de pesquisa".

3. O estudo de campo, com uma amostra de 10% de pós-graduandos de quatro unidades da USP, em duas áreas (Ciências Biológicas e Ciências Humanas), através de respostas a questionários, em novembro de 1975, revela, entre outros pontos, que somente metade desta amostra tem consciência a questões metodológicas e de normalização bibliográfica. Inferiu-se que os cursos de Orientação Bibliográfica ministrados nessas unidades não bastam por si só; é necessário uma ação coesa, por parte da Universidade como um todo, para esse tipo de instrumentalização. Por isso, uma política de "normalização bibliográfica" deve ser encetada a fim de que a comunidade estudantil e docente se condicione a um disciplinamento na elaboração dos trabalhos de pesquisa, por obrigatoriedade de observância a "Diretrizes para a Apresentação dos Trabalhos de Pesquisa e publicações oficiais", a ser elaborado pela USP.

POLÍTICAS DE EVALUACION CON FINES DE APROBACION INSTITUCIONAL Y DE PROGRAMAS

Stella Sanches de Moore

Jefe. Sección Asesoría y Servicios

*Division de Documentación e Informa-
ción * ICFES. Bogotá Colombia.*

El Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior - ICFES - es el organismo del gobierno de Colombia encargado del fomento, control, inspección y vigilancia de todos los aspectos relacionados con la educación superior o post-secundaria en el país.

Por lo tanto, una de sus funciones es la evaluación tanto de las instituciones en su totalidad, como de programas académicos específicos, bien sea con el fin de otorgar la licencia de iniciación de labores o la aprobación final de la institución o programa.

Es así como su programa de pregrado (graduação) con una duración de cuatro años es objeto de un mínimo de cuatro evaluaciones. Sin embargo una vez aprobada la institución o programa el ICFES conserva el derecho de realizar evaluaciones posteriores y de retirar temporal o definitivamente la aprobación cuando las condiciones así lo requieran y se juzgue que no se están cumpliendo los objetivos y requisitos establecidos.

Estas evaluaciones son realizadas por una comisión evaluadora coordinada por un funcionario del ICFES y con la colaboración de expertos en las áreas objeto de evaluación provenientes de las universidades mismas, de la industria, de empresas oficiales o privadas o profesionales independientes.

La reciente reforma educativa colombiana (1979) establece que uno de los requisitos indispensables para otorgación de la licencia de iniciación de labores o aprobación de una institución o programa es que la institución cuente con los recursos y servicios bibliográficos adecuados para el cumplimiento de los objetivos propuestos.

Esta evaluación es practicada a través de la División de Documentación e Información de ICFES, mediante la designación de un bibliotecario evaluador, no necesariamente funcionario de ICFES sino seleccionado de acuerdo al área que se evaluará y a su experiencia y calidad profesional.

El bibliotecario evaluador forma parte de la Comisión Académica Evaluadora y participa activamente en todos procesos inherentes a esta actividad.

Como criterio general de evaluación se aplican las "Normas mínimas para bibliotecas universitarias colombianas" que cubren los aspectos relativos a: Objetivos y funciones, Estructura y manejo, Servicios, Presupuesto, Actividad docente. Actividad Editorial, Personal, Cooperación interbibliotecaria, Recursos bibliográficos, Recursos locativos. Mobiliario y Equipo (Véase anexo). A cada uno de estos puntos se le ha asignado un valor porcentual que totaliza un 100%, fijándose como porcentaje mínimo de aprobación un 60%.

Sin embargo, la tabla de porcentajes no es inflexible y su aprobación está influenciada por factores institucionales propios y por lo que podríamos denominar "ambiente de la biblioteca" en relación con el medio socio-económico y cultural de la región y la comunidad a la que sirve.

Especial atención se presta a la aplicación de los principios que rigen las actividades de la Red Colombiana de Bibliotecas Universitarias y que son: integración, cooperación y racionalización. La utilización de los servicios cooperativos, la planificación de recursos en la base de acuerdos interinstitucionales regionales o nacionales y la participación en programas de beneficio para las bibliotecas son mecanismos que la vez propician la búsqueda integración de servicios y recursos, suplen las deficiencias de cada una e ella si se consideran y evalúan en forma aislada.

Conclusiones:

- 1) La evaluación de la biblioteca dentro de este contexto eminentemente académico y respaldada por disposiciones legales del gobierno nacional hace que las recomendaciones y demandas resultantes tengan un carácter de "obligatoriedad", cuyo cumplimiento es ineludible por parte de la institución.
- 2) Tomada en esta forma de evaluación se constituye en un medio de presión (generalmente el único) ante las directivos de la institución para que relevar el papel de la biblioteca en la universidad y conseguir así un mayor apoyo en todos los sentidos.
- 3) Al ser la evaluación realizada por un bibliotecario ajeno a la institución, es también una evaluación del personal de la biblioteca.

REQUERIMIENTOS MINIMOS PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS COLOMBIANAS

TABLA EVALUATIVA PORCENTUAL

*Resultado positivo mínimo.
mo. si se llega al 60%*

1.	OBJETIVOS Y FUNCIONES	
2.	ESTRUCTURA Y MANEJO.	5%
	- Estructura orgánica	3%
	- Estructura administrativa	2%
3. ¹ -/	PRESUPUESTO.	15%
	- No menor del 5% del presupuesto general de la Universidad.	
	- Del 50 al 60% del presupuesto debe investisse en personal.	
	- No menos de un 30% en fondos bibliográficos.	
4 .	SERVICIOS A LOS USUARIOS.....	15%
	- Básicos	10%
	- Especiales	5%
5.	ACTIVIDAD DOCENTE	5%
	- Cursos sobre uso y manejo de la información, metodología de la investigación bibliográfica.	

1/ No menor del 5% del presupuesto total de la Universidad.

- 4) Por ser la Division de Documentación e Intormación de ICFES el organismo coordinador de la Red de Bibliotecas Universitarias, el conocimiento real de la situación en las bibliotecas de las universidades que se obtiene a través de las evaluaciones, és una base solida para el planeamiento de sus actividades.
- 5) la participacion del bibliotecario evaluador en la Comisión Evaluadora Académica a mas de garantizar una evaluación tecnica real, contribuye a realizar la importancia de la biblioteca como centro de la universidad, elevando así su status y por consiguiente el de la profesión misma.

6. ACTIVIDAD EDITORIAL 5%
7. PERSONAL 15%
 - 1 Bibliotecólogo por cada 1.000 usuarios.
 - 2 Auxiliares por cada profesional.
8. COOPERACION INTERBIBLIOTECARIA 10%
 - Convenios locales y regionales
 - Préstamo interbibliotecario
 - Servidos de conmutación
 - Nivel Internacional.
9. RECURSOS BIBLIOGRAFICOS.....15%
 - Colección general (10 libros por usuario)
 - Colección de referencia
 - Publicaciones Seriadas (30 títulos por área)
 - Audiovisuales
 - Otro material
 - Procesamiento técnico
 - Criterios de selección
 - Aspectos cuantitativos (adecuación del material objetivos y desarrollo de los programas).
10. RECURSOS LOCATIVOS. 5%

11.	MOBILIARIO.	5%
12.	EQUIPO.	5%
	TOTAL	100%

FUNÇÃO SOCIAL DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Sebastião de Souza
Judith Guimarães dos Santos
Odete Emídio de Farias
Nerise da Cruz Santa Rosa
Maria Vanda Marques
Maria Débora Chaves Gomes
Oneide Donato de Souza
Bibliotecários da UFPb
Campus II Campina Grande

Algumas considerações sobre a situação atual das bibliotecas universitárias no Brasil, no Nordeste e na Universidade Federal da Paraíba. Funções sociais da Biblioteca Universitária: disseminação da informação, estudo do usuário, formação do bibliotecário, contribuição para a educação, ciência e cultura e para o desenvolvimento local e regional. Proposta de alguns padrões ideais para as Bibliotecas Universitárias dentro do contexto da realidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Celeste Azevedo Macedo

Bibliotecária

Crcmilda Leda P. Perruci

Biblitoeclária

Ivanilda Fernandes Costa Rolim

Diretora

Letice de Oliveira Salles

Assistente

Objetivo, histórico e estruturação do Sistema de Bibliotecas da UFPE. Política de distribuição e desenvolvimento das coleções. Composição da coleção da Biblioteca Central e localização da coleção da área da saúde.

BASES PARA UM SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Antonio Miranda
Assessor de Planejamento
Bibliotecário - CAPES

Apresentou breve panorama da situação da biblioteca universitária quanto às fontes federais responsáveis pelo seu fomento e financiamento tanto a Nível do MEC (SESu, CAPES, PREMESU, INL, FENAME) como de outros órgãos (CNPq, IBICT, FINEP, Ministérios do Interior, Saúde, Agricultura, etc).

Ressaltou o papel do CFE através da legislação que norteia o desenvolvimento de acervos bibliográficos para reconhecimento/credenciamento de cursos de nível superior e de pós-graduação. Destacou a problemática da ausência de uma política global do MEC para a área de bibliotecas universitárias e advogou pela criação de um Sistema Brasileiro de Bibliotecas Universitárias.

RELATÓRIO DO SIMPÓSIO SOBRE PLANEJAMENTO DE SISTEMAS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Luiz Antonio Gonçalves da Silva

Coordenador (IBICT)

Rodolfo Tsupal

Relator (UNESP)

DOCUMENTO BÁSICO

Como documento básico, foi apresentado o trabalho "Planejamento de sistemas de bibliotecas universitárias" por Luiz Antonio Gonçalves da Silva (IBICT). Da sua exposição destacaram-se os seguintes pontos:

- 1) Constituição e formação das universidades.
- 2) Resistência das bibliotecas pertencentes a uma mesma universidade: a coordenação central.
- 3) Primeiras tentativas de coordenação de bibliotecas pertencentes a uma mesma universidade.
- 4) Fatores que inibiram a constituição de sistemas de bibliotecas.
- 5) A Reforma Universitária e o planejamento de sistemas de bibliotecas.
- 6) Ação de organismos governamentais no planejamento de sistemas de bibliotecas.
- 7) Situação atual.

1. ENFOQUE SISTÊMICO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E SEU RELACIONAMENTO COM O MEIO AMBIENTE

O primeiro tema, para fins de discussão, foi apresentado pela Prof^a Myriam Gusmão de Martins, tendo como debatedores: Lília Maria Vargas Lopes (UFRGS), Kira Tarapanoff (UnB) e José Arias Ordoñez (ICFES - Colombia).

A expositora do tema enfatizou a condição "sine qua non" de se ver realisticamente o meio ambiente ao efetuar um planejamento bibliotecário. Dentro do enfoque foram considerados os seguintes aspectos: demográficos, políticos, institucionais, econômicos, financeiros, sociais, culturais, técnicos, administrativos, pedagógicos. Afirmou-se que a compreensão do meio ambiente evita as transplantações de modelos bibliotecários dos países desenvolvidos para os países do 3º mundo. Esta compreensão, outrossim, esvazia o sentido das comparações acusadoras entre sistemas de bibliotecas, digamos, entre a Dinamarca e o Brasil.

Ilustrou-se um sistema como atividade mental subjacente a uma realidade física que no caso seria uma rede de bibliotecas. Sendo assim, no Brasil teríamos não sistemas de informação, mas sim, redes de bibliotecas.

A Prof^a Myriam apresentou exemplos da situação brasileira, das influências que sobre as bibliotecas universitárias se fazem sentir da parte das comunidades locais, da Universidade e até mesmo da própria família de seus funcionários e servidores. Quanto à avaliação do desempenho das bibliotecas universitárias, a conferencista destacou a necessidade de se utilizarem instrumentos de medição, indicadores e padrões de desempenho, também condizentes com a realidade nacional.

1.1 DEBATES

Os debates a seguir corroboraram com a idéia mestra do tema, considerando que nem mesmo se pode ter como corretas as transposições de modelos dentro de uma mesma região. Foram tratados, ainda, assuntos como o surgimento empírico das bibliotecas na América Latina e a necessidade de um trabalho cooperativista.

1.2 PERGUNTAS E RESPOSTAS

As perguntas revelaram preocupações de natureza terminológica, conceitual, e dúvidas sobre aspectos de estruturas, administração das bibliotecas e sistemas de informação. Ficaram patentes as inquietações quanto à falta da prática do planejamento bibliotecário conforme os padrões brasileiros.

2. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA EM FUNÇÃO DO PROCESSO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O segundo tema foi apresentado pela Prof^a Kira Tarapanotf (UnB) sendo constituído um painel com os seguintes debatedores: Neuza Dias de Macedo (USP), Tânia Rodrigues Mendes (FGV-SP), Maria Augusta de Castro Correia (UFPr) e o presidente do Seminário, Antonio Miranda.

A expositora do tema forneceu os seguintes dados, tais como:

- 1) Os objetivos da biblioteca universitária devem ser determinados em relação às características intrínsecas da biblioteca universitária como uma organização e em relação aos fatores contextuais, tais como, estruturais, sócio-econômicos, culturais, geográficos, políticos, históricos e atuais da sociedade à qual pertence.
- 2) Característica intrínseca da biblioteca é o de uma organização sem autonomia própria, dependendo da Universidade à qual pertence.

- 3) Os objetivos e função da Universidade brasileira, de acordo com a Reforma Universitária 1968/69, estão norteando a biblioteca universitária de hoje.
- 4) Problema de como pode a Biblioteca Universitária responder às múltiplas funções e prover a necessária infraestrutura de informação bibliográfica, dentro do contexto da Reforma Universitária.
- 5) Necessidade de um órgão central, coordenador e divulgador — que interprete políticas, tendências e prioridades educacionais, técnico-científicas e sócio-econômicas, e traduza estas tendências, formulando e divulgando a política da biblioteca universitária como também, a necessidade de órgãos regionais que interpretem as tendências regionais, identificando os seus problemas.
- 6) As atividades da Biblioteca devem visar o objetivo último: o desenvolvimento total do indivíduo.
- 7) Os objetivos da biblioteca devem ser essencialmente dinâmicos: eles devem representar as necessidades sempre renovadas da universidade á qual pertencem.
- 8) Os objetivos da biblioteca devem orientar toda a ação da biblioteca; conseqüentemente a estruturação e operacionalização da biblioteca deve ser formulada em relação a objetivos.

2.1 DEBATES

Os debates que se seguiram questionaram noções como estas:

A Biblioteca Universitária nunca poderá refletir o binômio ensino e pesquisa, se a própria Universidade não o conseguir realizar.

Como poderá a Biblioteca levar o aluno a estudar e a pesquisar sem a ação do professor?

Os conceitos abstratos e genéricos, expressos nos objetivos de uma universidade (ensino, pesquisa, extensão) não são passíveis de serem produzidos na realidade.

A própria Universidade não chega a um consenso sobre o tipo do homem que quer "produzir".

A Biblioteca universitária está deslocada dentro da administração da Universidade, não tendo conhecimento sobre o que a Universidade se propõe a fazer.

Finalizando o debate, foi lembrado ainda o momento histórico conturbado em que a Reforma Universitária surgiu, indeferindo se as consequências desta Reforma para Biblioteca Universitária, como também foi reiterada a idéia da necessidade de bibliotecários terem um "canal" de expressão.

2.2 PERGUNTAS E RESPOSTAS

Entre as contribuições da parte do plenário, destacou-se a opinião de que o bibliotecário deve aproximar-se da administração das IES, além de divulgar mais o seu acervo existente entre os professores e alunos; dependendo desta ação ou omissão o seu reflexo na comunidade universitária.

3. BASES PARA UM SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

O terceiro tema foi apresentado pelo Prof. Antonio Miranda, tendo como debatedores: Maria Antonieta Bezerra (UFC), Rosalí Pacheco Fernandez (CLAF), Kira Tarapanoff (UnB) e José Arias Ordoñez (ICFES - Colômbia).

O expositor abordou a seguinte problemática:

Uma multiplicidade de órgãos governamentais e não governamentais — num leque de instituições como MEC, SESu, CAPES, PREMESU, CNPq, IBICT, FINEP, INL e outras — tem se envolvido, em parte e em diferentes graus e competências, com a Biblioteca Universitária. Cada uma destas instituições pode desenvolver seus próprios programas — como, por exemplo, o PRODELIVRO — mas em última análise nenhum órgão é diretamente responsável pela política e coordenação das bibliotecas universitárias.

Há necessidade de direcionar os esforços produzidos dispersamente, nesta área, a fim de facilitar uma série de atividades tais como: financiamento dos projetos, assessorias e consultorias para programas e projetos junto aos órgãos do MEC e outros, de promover a formação de recursos humanos, oferecer serviço (ex. COMUT) e produtos (publicações, cadastros) e propiciar a criação de legislações necessárias.

Em face desta problemática, deve procurar-se uma estrutura de um sistema nacional de bibliotecas universitárias, inserida em competentes órgãos governamentais, a fim de garantir a continuidade desse sistema.

3.1 DEBATES

Os debates corroboraram com a idéia central no sentido de enfatizarem que, sendo a Biblioteca Universitária um órgão social, precisa de um organismo para interpretar as necessidades e a filosofia da sua própria atuação. Quanto aos órgãos onde deveria ser inserido o sistema, as opiniões coincidiram no sentido de que MEC, F INEP e CNPq deveriam ser considerados. Ocorrendo também um depoimento do participante colombiano sobre "Red Colombiana de Bibliotecas Universitárias" apoiada numa base legal, institucional.

3.2 PERGUNTAS E RESPOSTAS;

Durante o diálogo entre assembléia e mesa, sobressairam-se idéias como estas;

Manter a continuidade da Comissão de Bibliotecas Centrais Universitárias, estabelecidas durante a Bienal do Livro em 1978, transferindo-se a "paternidade" da FEBAB para as esferas do MEC.

Preocupação no sentido de criar mais uma instituição (além das 16 ou 17 já existentes) que se envolvesse em bibliotecas universitárias.

No caso de criação de um sistema nacional de bibliotecas universitárias que houvesse descentralização, em termos de órgãos regionais.

Formalização e coordenação dos canais de comunicação entre os órgãos existentes que direta ou indiretamente interferem na Biblioteca Universitária, a fim que houvesse uma concepção menos compartimentada; e que este esforço fosse feito no sentido de um sistema e não como soma de prédio, pessoal e acervo.

Após as discussões, foi formulada uma proposta, transcrita a seguir:

PROPOSTA

A Assembléia do Simpósio sobre Planejamento de Sistemas de Bibliotecas Universitárias, no contexto do 2º SNBU, decidiu que se propusesse à CNPq e MEC/ SESu a constituição de uma comissão ou grupo de trabalho para o estudo da viabilidade de criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias, e que essa comissão ou grupo de trabalho apresentasse o resultado dentro do prazo mínimo de seis meses e máximo de um ano.

COMUNICADOS TÉCNICOS

Na ordem dos comunicados técnicos (28.01.81) trouxeram a sua contribuição as seguintes pessoas:

- 1) Afrânio Carvalho Aguiar (IBICT) "As diretrizes do IBICT e suas implicações no planejamento de bibliotecas universitárias";
- 2) Maria Cecília Gonzaga Ferreira (USP) et alii, "Avaliação do uso da coleção de livros em biblioteca universitária";
- 3) Gilka Martins Gatti et alii (UFRGS) "Estudo para transferência do sistema de bibliotecas da Universidade do Rio Grande/RS/para o novo campus";
- 4) Cléa Dubeux Pinto Pimentel (UFPE), "Utilização do sistema de custo-padrão para controle e avaliação do desempenho da biblioteca";
- 5) Lília Maria Vargas Lopes (UFRGS), "O processo racional na administração de bibliotecas universitárias: significado, utilização e consequência para organização";
- 6) Ivanilda Fernandes Costa (UFPE), "Diretrizes para o sistema de bibliotecas da UFPE";
- 7) Zita Catarina Prates de Oliveira (UFRGS), "Bibliotecários e bibliotecas universitárias".

Os tópicos abrangidos, desde a estratégia de macro-planejamento até aos problemas mais concretos de interpretação de estatísticas, do controle do desempenho, do planejamento da transferência das unidades bibliotecárias, elucidaram o fato da existência da multiplicidade de fatores envolvidos no planejamento bibliotecário, referente às bibliotecas universitárias. Outrossim, os problemas característicos de caráter financeiro/orçamentai, estrutural e administrativo/de bibliotecas centrais, ficaram patentes, atribuídos à mentalidade existente, no País.

Na segunda sessão dos comunicados técnicos (29.01.81) houve participação de:

- 1) Maria Luíza Rigo Pasqualli, et alii, (USP), "Sistemas de Bibliotecas da Universidade de São Paulo: roteiro para diagnóstico":

- 2) Elizabeth Schneider de Sá (UFF), "Administração por objetivos num sistema de bibliotecas universitárias";
- 3) Nério Sacchi Junior (UFPelotas - RS) "Serviço de alerta e a sua utilização nas bibliotecas universitárias brasileiras";
- 4) Zita Catarina Prates de Oliveira, com co-autoria de Heloísa Benetti Schreiner (UFRGS) "Padrões para os serviços bibliotecários, na UFRGS";
- 5) Neusa Dias de Macedo (USP), "A biblioteca universitária: o estudante e o trabalho de pesquisa";
- 6) Stella Sanchez de Moore (Colombia) "Políticas de evaluación de colecciones con fines de aprobación institucional y de programas";
- 7) Judith Guimarães (UFPb), "Função social da biblioteca universitária".

2º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

SIMPÓSIO SOBRE ARQUITETURA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Coordenador: Cláudio Mafra Mosqueira

Brasília, 25 a 30 Janeiro de 1981

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL*

Cláudio Mafra Mosqueira
MEC/PREMESU

INTRODUÇÃO

Neste trabalho procuramos levantar a situação atual do planejamento e construção de prédios de bibliotecas universitárias no Brasil e de como se comportam do ponto de vista arquitetônico, os prédios recém construídos para este fim. Temos aí três aspectos distintos do problema: a fase de planejamento, a fase de projeto e construção e a fase de ocupação e uso.

Na primeira destaca-se a necessidade de se elaborar um programa adequado como resultado de um trabalho conjunto de arquiteto e bibliotecário; na segunda serão bem caracterizadas as metas funcionais e físicas na medida em que o projeto deve preencher as necessidades do programa e refletir a cultura da região em termos de materiais e técnicas construtivas, além de, naturalmente, constituir solução agradável do ponto de vista plástico e ambiental; na terceira fase, temos a ocupação e uso do prédio, testando-o na grática em função do objetivo para o qual foi projetado e procedendo aos inevitáveis ajustes.

Procuramos discorrer sobre aspectos bem objetivos do problema deixando de lado, sempre que possível, problemas arquitetônicos cuja interpretação requer análise subjetiva. Da mesma forma, não nos detivemos na análise de elementos que obrigatoriamente devem comparecer no processo de projetamento arquitetônico.

Procuramos evitar neste diagnóstico a citação de detalhes, técnicos que o tomariam longo e cansativo. Pretendemos não uma lista de qualidade e defeitos, mas colocar este documento como um alerta para os profissionais envolvidos neste trabalho.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS

Universidade no Brasil é coisa relativamente recente. Instituições Universitárias integradas em Campi somente começaram a ser pensadas a partir de 1930 com a criação do Ministério da Educação e Cultura e Saúde Pública.

* Documento básico do Simpósio sobre Arquitetura de Bibliotecas Universitárias.

Consequentemente, Biblioteca Central Universitária também é recente pois, refletindo sempre a estrutura das universidades, as bibliotecas cresceram e evoluíram com elas. A grande maioria das nossas universidades teve início com a união de faculdades isoladas que já possuíam suas bibliotecas. Assim as bibliotecas universitárias eram setoriais e vinculadas a cada faculdade. Com o advento da Reforma Universitária em 1968, procurou-se regionalizar a administração, através da adequação dos meios às atividades-fim de Universidades, conceitos com o da "não duplicação de meios" e outros. Ficou evidente que as bibliotecas deveriam se reorganizar de forma a minimizar custos e conseguir um desempenho capaz de integrá-las definitivamente ao Ensino, Pesquisa e Extensão pois a intensificação destas atividades gerou a necessidade de ampliação dos serviços oferecidos aos usuários, até então limitados ao empréstimo domiciliar e ao oferecimento de uma sala de leitura. Em resumo, a Reforma gerou os Campi e com eles surgiram as Bibliotecas Centrais que passaram a conviver, pelo menos nesta fase de transição, com as bibliotecas setoriais localizadas em unidades isoladas Universidade, porém objetivando absorvê-las em um único corpo administrativo e mesmo físico.

2. FUNÇÃO DA BIBLIOTECA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO ATUAL

A-Biblioteca vive hoje uma situação de transição mesmo nas Universidades onde os campi já se consolidaram pois ainda persiste a dicotomia biblioteca central versus biblioteca setorial e a resistência à mudança de "depósito de livros" para "centro de informática". Do ponto de vista do usuário, ela ainda não mudou muito pois geralmente professores e alunos desconhecem as potencialidades da biblioteca atual. Em linhas gerais diríamos que a Biblioteca tem as seguintes funções dentro da Universidade:

- manter a função tradicional de depósito de informações, idéias e pesquisas, mas já de maneira sistemática, com interligação e intercâmbio com outras Bibliotecas, expandindo as suas potencialidades de uso;
- apoio às atividades didáticas, através de auto-aprendizado, seja através do acervo tradicional, seja através de novos sistemas (microformas e audio-visual);
- apoio às atividades de pesquisa, através de:
 - a) catalogação, divulgação e rápido intercâmbio de bibliotecas de um sistema inter-regional de dados;
 - b) divulgação de informações bibliográficas a nível individual (disseminação seletiva de informação);

- c) manutenção de banco de dados sobre as pesquisas realizadas em realização na Universidade;
- apoiar atividades de extensão, levando a cultura à população, diretamente ou através de programas de extensão desenvolvidos pela Universidade;
- pesquisar e desenvolver novos métodos no campo da Informática, que promovam a melhoria de seus serviços, principalmente a facilidade de acesso à informação.

3. DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PROJETAMENTO

A importação do conceito de Biblioteca Central levou à importação dos correspondentes critérios, parâmetros e índices quantitativos para projeto arquitetônico, através de consultores estrangeiros, sem vivência dos problemas e condições locais.

A partir da concretização de alguns prédios de Biblioteca Central no Brasil, e da adaptação de seu uso às condições locais — tanto no aspecto físico quanto no de aculturação — já existe, e continua se expandindo, a experiência nacional no planejamento instrução e manejo das Bibliotecas Centrais. É importante que os bibliotecários analisem os parâmetros originais, as modificações geradas pelo uso, pela adaptação às condições locais e as novas solicitações de uso, para que, na elaboração de programas para novos prédios, possam contar com critérios de projeto mais próximos da nossa realidade sócio-econômica, cultural e política. Gostaríamos não só de aproveitar aqui a experiência de outros países mas também de procurar contribuir para um novo modelo de Biblioteca Universitária Central no Brasil, atendendo para a necessidade de se considerar para cada região, as solicitações locais.

A integração bibliotecário — arquiteto na montagem de um projeto de Biblioteca Central, é essencial para se chegar a um resultado satisfatório na utilização do prédio. O bibliotecário deve ser capaz de analisar criticamente o programa — gerado pelas necessidades específicas da Universidade — o grau de sofisticação dos equipamentos e tarefas, o público a ser atendido, o pessoal a ser empregado nos serviços etc. A solidez e a exatidão de tais dados, aliados a um suporte político das áreas de decisão na Universidade, proporcionarão um solo firme onde o arquiteto pode caminhar sem tropeços no desenvolvimento do projeto.

É importante que, ao se programar um prédio de Biblioteca Central que conte com sistemas modernos e sofisticados de prestação de serviços bibliográficos, seja prevista uma programação — inclusive com espaços determinados — de treina-

mento e conscientização dos usuários para as potencialidades de uso do prédio, pois nem sempre o padrão cultural local concebe, de antemão, a possibilidade de utilização de equipamentos e métodos de estudo, pesquisa e recuperação da informação, fora do tradicional.

4. ASPECTOS MAIS RELEVANTES E DISCUTIDOS DOS PRÉDIOS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS CONSTRUÍDOS NO BRASIL

A despeito do grande esforço que vem sendo realizado pelas Associações de Bibliotecários, órgãos do governo e pelas próprias Administrações das bibliotecas, verifica-se que em certos aspectos o processo de planejamento e construção de bibliotecas continua apresentando alguns pontos controvertidos, como por exemplo:

- a) verifica-se um certo culto à monumental idade — que quando não chega a comprometer funcionalmente — o faz em termos de custo de construção, de manutenção e de desarmonia com a da realidade sócio-econômica local;
- b) uso de materiais de construção impostos pelo mercado e de técnicas construtivas nem sempre condizentes com as disponibilidades de mão-de-obra e equipamentos da região;
- c) a colocação em segundo plano, de exigências primárias tais como localização e orientação adequadas, paisagismo do entorno do prédio ou sistema estrutural compatível, o que fatalmente acaba gerando soluções mais complicadas tecnicamente e, portanto, mais caras e de manutenção mais difícil;
- d) a falta de uma compreensão mais ampla e profunda por parte da maioria das administrações das universidades do processo de implantação, funcionamento e manutenção e do próprio papel da Biblioteca Universitária, gerando dificuldades, deseconomias e deficiências de toda a ordem, principalmente após a construção, quando o prédio começa a ser utilizado, parcialmente por falta de equipamentos, materiais e funcionários;
- e) falta de uma avaliação mais consciente e detalhada das instalações necessárias às bibliotecas a fim de evitar sofisticação onde os meios convencionais seriam suficientes e provavelmente mais adequados.

A abordagem destes tópicos e o levantamento das conseqüências a níveis mais detalhados exige um posicionamento crítico isento de limitações e imposições de ordem pessoal, por parte dos profissionais envolvidos em todas as fases do processo. No Simpósio que será desenvolvido a partir de amanhã, serão apresentados, analisados e discutidos os principais aspectos de projeto e construção, bem como os problemas surgidos no decorrer do uso dos prédios.

Com o objetivo de delinear o quadro da situação física dos prédios de bibliotecas universitárias no País — principalmente as centrais — passamos a expor, sumariamente, a resposta — ao nível de média — dos prédios existentes às principais exigências que devem cumprir visando um bom funcionamento.

4.1 Aspectos Locacionais

Alguns dos projetos já realizados entre nós, tem observado a localização do prédio no centro de gravidade das grandes concentrações de usuários nos campi. Entretanto, outros elementos importantes tais como facilidade de acesso, orientação favorável e principalmente articulação com o sistema de transportes interno e externo não são tratados com o devido cuidado.

Encontramos bibliotecas relativamente isoladas, a margem das grandes áreas de concentração de usuários e às vezes sem nenhum atrativo externo em termos paisagísticos. Acesso e estacionamentos precários e ensolarados são fatores que tem ocorrido como um dos elementos da inércia que atinge o usuário (outros elementos desta inércia referem-se a: insegurança quanto aos serviços prestados pela biblioteca e desconhecimento do funcionamento da mesma).

4.2 Programação

Neste aspecto temos a registrar que nem sempre ocorre a participação efetiva do bibliotecário na elaboração dos programas arquitetônicos. Verifica-se, às vezes, grande desarmonia entre a estrutura da biblioteca e a da Universidade. Como consequência temos a previsão de espaços desnecessários ou subutilizados ou a não previsão de outros que seriam essenciais.

Evidentemente, um bom programa constitui sólida base para um projeto arquitetônico adequado. Infelizmente, constatamos que nem sempre se procede à análise e discussão de elementos tais como aspectos culturais locais, nível de sofisticação necessário, organização da biblioteca de acordo com as reais necessidades do usuário local e definição dos graus de flexibilidade para expansão e instalação. Insistimos na necessidade de estarmos sempre com os pés no chão na elaboração do programa afim de evitarmos males às vezes irreparáveis depois do prédio pronto.

4.3 Dimensionamento e Quantificação dos Espaços

Verifica-se a necessidade de estudo prévio dos índices e critérios de dimensionamento ainda em etapa inicial de planejamento afim de evitar discussões sobre o assunto em fases posteriores da execução do projeto, com conseqüentes atrasos e imprevistas. Também as futuras expansões deveriam tanto quanto possível serem previstas qualitativa e quantitativamente. Convivemos ainda com a falta de índices e parâmetros nacionais e com as dificuldades no dimensionamento de ambientes relativamente novos nas bibliotecas como por exemplo o audio-visual.

4.4 Sistema Estrutural/Técnicas Construtivas/Materiais

Grande parte dos atuais prédios de bibliotecas universitárias brasileiras apresentam um sistema estrutural compatível. Isto significa que a estrutura permite expansões com facilidade e prevê o acréscimo de novas instalações no futuro, sem causar grandes transtornos.

Por outro lado, do ponto de vista de técnicas construtivas e de materiais, o panorama não é dos melhores. Constata-se o uso de técnicas construtivas e estranhas à região, ocasionando a necessidade de importação de mão-de-obra e equipamentos de outros estados, o que contribui para uma considerável elevação do custo final do prédio. Algo semelhante ocorre com os materiais utilizados: geralmente não condizem com o clima (é o caso de excesso de vidro e alumínio em clima muito quente), são difíceis de serem encontrados na região e exigem mão-de-obra especializada para sua instalação.

Além disso, usa-se muitas vezes materiais não condizentes com o uso em termos funcionais ou que sejam excessivamente combustíveis.

4.5 Controle Ambiental/Conforto

De maneira geral, nossos prédios de biblioteca convivem com insolação e umidade excessivas, ventos indesejáveis, e com o desconforto e risco conseqüentes — e outros como por exemplo: ruídos provenientes de instalações (bomba d'água, subestação elétrica, centrais de ar condicionado etc), ruídos externos, áreas ruidosas perturbando áreas de silêncio etc.

Nos atuais prédios, muitos desses problemas foram sanados. Alguns, no entanto, persistem principalmente os de controle da insolação e do vento, (há casos de janelas que batem quebrando o vidro). O problema de controle ambiental torna-se particularmente grave se consideramos que as universidades geralmente não dispõem de

recursos para instalação de elementos de proteção, depois do prédio executado, tais como cortinas e persianas e que, em consequência, são feitas improvisações, que produzem péssimo aspecto, como: pintar os vidros ou mesmo colocar papel para evitar o sol.

Quanto a ambientação nota-se a necessidade de maior preocupação no sentido de tornar a biblioteca um local o mais agradável possível, apesar dos prédios atuais apresentarem elementos novos com este objetivo. Acreditamos ser desejável quebrar a monotonia utilizando-se formas, cores e materiais que propiciem este efeito. Enfatizamos que além disso falta nas bibliotecas ambientes onde as pessoas possam falar mais alto, sem sentirem a preocupação de estarem perturbando. Verifica-se também a carência de vegetação, e outros elementos naturais como madeira, pedra, etc. Nota-se, ainda, certo descaso com o paisagismo do entorno do prédio o que contribui para tornar o aspecto da biblioteca desinteressante, além de ter consequências negativas a nível de controle ambiental.

4.6 Segurança

Este aspecto é motivo de muita discussão mas não se chegou ainda a um consenso. No caso de segurança de janelas contra roubo de material bibliográfico não nos parece viável do ponto de vista arquitetônico usar um fechamento com tela ou materiais semelhantes. Não se verifica a utilização de meios modernos de detecção de pessoas ou objetos que funcionam bem mas são de custo muito elevado.

O que ocorre de mais grave em termos de segurança diz respeito a falta de instalações adequadas para detecção e combate a incêndios. São raros os prédios que têm este tipo de instalação em boas condições de funcionamento.

Por outro lado, reconhecemos que se trata de uma instalação cara e de manutenção difícil. Esta é uma questão que, esperamos sairá deste Seminário com uma solução, pois será amplamente discutida no Simpósio de Arquitetura.

4.7 Instalações Especiais

Neste item englobamos instalações prediais tais como ar condicionado e ventilação e outras que são de apoio imediato às atividades da biblioteca como sejam, audio-visual, microfilmagem, etc.

Verifica-se, em algumas bibliotecas, um excesso de instalações que se devem evidentemente ao desejo de servir melhor a comunidade universitária. Pergunta-se até que ponto a biblioteca pode prescindir delas e continuar adotando os meios

convencionais sem prejuízo do seu funcionamento e de que maneira seria possível evitar que o rigor e o formalismo próprios de instalações de tecnologia avançada prejudique o relacionamento com os usuários. Acreditamos que exista o risco de um "corpo" de bibliotecários excessivamente preocupado com a eficiência do sistema e ao mesmo tempo frio e distante no relacionamento com as pessoas.

Consideramos ser este um desafio que deverá ser vencido pelos bibliotecários e demais profissionais envolvidos pois, assim como é desejável o calor humano no relacionamento com o usuário, em muitos casos é imprescindível o uso da automação e outras tecnologias avançadas.

CONCLUSÃO

De modo geral acreditamos que o problema de se projetar bibliotecas universitárias dentro da mais nova concepção de universidade e dentro da tecnologia mais moderna está sendo enfrentado corretamente e tem obtido na maioria dos casos bons resultados. Entretanto não podemos fechar os olhos ao fato de que existem problemas no planejamento e projetamento arquitetônicos. Insistimos em que devem ser revistos os atuais programas no aspectos de determinação dos espaços mais especializados e na escolha dos índices de dimensionamento. Não podemos esquecer que os projetos não devem ser executados num clima de indefinições administrativas ou de não participação dos bibliotecários no processo de criação do programa e acompanhamento da execução.

E mais uma vez voltamos a defender o uso tanto quanto possível, de técnicas e materiais locais. Uma biblioteca, que tem que estar culturalmente comprometida com a população que a utiliza, não pode conviver com uma arquitetura totalmente contrastante, o que infelizmente tem ocorrido em nosso País. Acreditamos que ela deva incorporar os costumes, os hábitos, o folclore e os elementos construtivos e decorativos próprios da cultura local.

Por fim, consideramos a fase de projeto — em particular aquela de definição do programa e pré-dimensionamento — com a etapa mais importante para o desenvolvimento futuro do trabalho. Nesta fase, a participação do bibliotecário e do administrador universitário e dos usuários é importante, principalmente quando se busca um prédio que será o centro cultural do Espaço Universitário, para onde haverão de convergir as dúvidas e incertezas em busca da memória do conhecimento humano e das informações capazes de dinamizar todo o processo de ensino, pesquisa e extensão da universidade.

ELABORAÇÃO

- Arquiteto Cláudio Mafra Mosqueira - PREMESU
- Arquiteto Fernando José Fahel — UFBA
- Arquiteto Ricardo Orlandi França - UFMG
- Arquiteto José Freire Ferreira — UFPA

COLABORAÇÃO

- Antonio Miranda — CAPES

O PROJETO ARQUITETÔNICO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO

José Galbinsky
UnB

O autor foi convidado pela PREMESU para realizar dois projetos de bibliotecas centrais, Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade Federal da Paraíba. Mas, a primeira experiência em projeto de biblioteca central, foi o planejamento da Biblioteca Central da UnB, trabalhando em conjunto com um grupo de bibliotecários brasileiros e acessoramento de especialistas estrangeiros. Foi um convívio intenso, durante 3 meses, para montagem do Projeto. Este convívio e o estudo realizado pelo grupo, foi considerado pelo autor, como se estivesse fazendo um curso de especialização sobre "o **que** é uma **Biblioteca**". Deste estudo, surgiram muitas indagações, como por exemplo:

- 1) Como posicionar com relação aos equipamentos mecânicos, tais como, ar condicionado, elevadores, etc?
- 2) A Biblioteca deve viver em função dos livros ou dos equipamentos?
- 3) Biblioteca Central ou Departamentais?
- 4) Caráter do prédio: dimensionamento e flexibilidade, como fazer?

Mas, estas perguntas surgiram novamente dez anos mais tarde nos Projetos da UFES e UFPB, com mais propriedade ainda, devido ao avanço do tempo e suas implicações. Problemas como o energético, custos e gastos, como resolvê-los? A Biblioteca Central da UFES é modesta, tendo sido planejada com 5.000 m² tendo sido a da UnB de 15.000 m², variando assim a capacidade de acervo e outros, mas com as mesmas implicações; estas persistem.

Fazer uma biblioteca com equipamentos mecânicos ou não? No Espírito Santo, optou-se pelo não, devido ao custo da aquisição e manutenção. A instalação dos elevadores é um exemplo. Colocou-se dois elevadores para atendimento de casos especiais, entre eles o público com problemas físicos. Foi uma decisão tomada em conjunto, com responsabilidade do grupo, que assinou a eliminação dos mesmos no Projeto.

O Projeto da Biblioteca Central do Espírito Santo tem vários graus de flexibilidade, tanto na parte interna, como na parte externa. A expansão externa foi prevista, reservando-se um espaço onde poderá ser construído um anexo, quando houver saturação de espaço na Biblioteca.

Esta posição foi tomada, devido ao desejo de se deixar um prédio com características de acabamento externos completo, sem prejuízos de programações de expansões futuras.

Recomendações

1. Que se dê aos grupos de planejamento de projetos arquitetônicos de bibliotecas, os prazos necessários e a possibilidade de intervenção nestes, para o devido conhecimento e definições do projeto, sem prejuízo para a execução do mesmo.

2. Dar maior flexibilidade aos projetos para futuras expansões em etapas diferentes, pois pensar que se pode projetar para tempo determinado a expansão, é utópico. Deve-se planejar sem se preocupar em um dimensionamento para longo prazo, mas delimitar um projeto com maiores flexibilidades de expansões em períodos não determinados, estas devem ser feitas à medida que forem necessárias.

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Dalva Gomes de Paiva

Diretora da Biblioteca Central da UFMT

As características principais do Projeto de Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso apresentou-se compatíveis com as características peculiares da cidade onde se encontra, com sua adequação ao Campus Universitário, com as necessidades dos usuários a que serve, não somente como órgão suplementar da Universidade, mas também como órgão de utilidade pública para Cuiabá.

Os aspectos estruturais e geográficos, incluindo-se a localização no Campus, foram tratados pela equipe de arquitetos da UFMT em harmonia com os aspectos funcionais e prestação de serviços da Biblioteca Central, compondo-as assim, através da soma de experiências em ramos do conhecimento diversos o de objetivos claros, definidos e de interesse único, a elaboração de Projeto de Biblioteca, dentro de uma filosofia amazônica da Universidade Federal de Mato Grosso.

PROJETO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Sinval Martins de Paiva
UFGO

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Goiás está atualmente dividida em dois CAMPUS: Campus I, situado na malha urbana de Goiânia, Praça Universitária, e Campus II, distante 14 Km do centro da cidade, onde futuramente se localizará a Biblioteca Central da UFG.

Atualmente, a Biblioteca Central está funcionando em uma ala do pavimento térreo do prédio da Faculdade de Direito, na Praça Universitária e em uma edificação provisória construída junto a esse prédio.

Além dessa sede, a UFG conta com mais três Bibliotecas Seccionais:

- Seccional do Campus II
- Seccional da Escola de Agronomia e Veterinária
- Seccional do Colégio de Aplicação

A sede e as Seccionais ocupam uma área de 2.721,32m², com um acervo de 61.896 volumes. A capacidade máxima para leitura em consulta simultânea é de 563 pessoas.

Na escolha da área para a localização da sede da Biblioteca Central, no CAMPUS II, foram considerados os seguintes fatores:

- O Plano de Ocupação Física do CAMPUS
- A Praça: Caracterizada como ponto de encontro.
Dela estarão localizadas as edificações de uso comum de alunos e professores de todas as áreas: Centro de Convivência, Museu, Teatro de Arena e um pouco mais abaixo, o Teatro da UFG.
- Equidistância: Nessa Praça também ficará localizada a Biblioteca, como parte desse contexto de encontro equidistante das edificações de ensino e junto à mata.

- A mata: elemento natural dentro da área, preservado como fator de equilíbrio ecológico influenciando diretamente no conforto térmico do interior das edificações, pelo aumento da umidade do ar. Além disso, proporcionando o sombreamento dos caminhos de acesso à Biblioteca.

2. PROGRAMA DE NECESSIDADES:

Na elaboração do Programa de Necessidades, contamos com as seguintes fontes de informações:

- Visitas a outras Bibliotecas;
- Bibliografia específica sobre planejamento e projetos de Bibliotecas;
- Reuniões periódicas com as bibliotecárias da UFG:
a experiência, o conhecimento e o contato direto e diário com os usuários tornaram as bibliotecárias a principal fonte de informações.

As solicitações dos usuários foram cristalizando a partir das discussões e reflexões projetistas e bibliotecárias; discussões em cima dos conhecimentos bibliográficos específicos e da realidade atual da Universidade: realidade econômica, frequência de uso da Biblioteca, tipos de livros mais utilizados. Em consequência, foram definidas as diversas atividades a serem desenvolvidas dentro de um edifício para Biblioteca, assim como a sua complexidade funcional.

Essas atividades definiram o Programa de Necessidades:

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA 1ª ETAPA	ÁREA 2ª ETAPA	TOTAL
---------------	------------------	------------------	-------

I. SERVIÇOS PÚBLICOS

- Vestíbulo e Hall de entrada, Portaria, Controle de entrada e saída	40,00	40,00	
— Saguão principal com espaço para exposições	260,00	550,00	
— Área para catálogos	30,00	70,00	
— Escritório de referência e balcão de empréstimos.	25,00	50,00	

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA 1ª ETAPA	ÁREA 2ª ETAPA	TOTAL
I. SERVIÇOS PÚBLICOS (cont.)			
— Divisão de Auxílio aos leitores:			
- Chefia	-	16,00	
— Espera	-	18,00	
— Cabines telefônicas (5 de 2m2 c/)	10,00	10,00	
- Bar	75,00	75,00	
— Sanitários masculino e feminino	40,00	40,00	
	505,00	919,00	919,00
II. ÁREA PAREA LEITURA E COLEÇÕES			
— Coleção de referência, área p/ leitura, índices e abstrato	100,00	500,00	
— Coleção de periódicos e sala de leitura	175,00	1.000,00	
— Coleção em reserva e sala de leitura	110,00	500,00	
— Coleção geral e área para leitura	800,00	2.500,00	
	1.185,00	4.500,00	4,500,00
III. COLEÇÕES ESPECIAIS E DOCUMENTOS			
a) Documentos:			
— Sala p/coleção, pessoal e leitura		100,00	
— Documentação Goiana		20,00	
b) Mapas e Atlas:			
— Sala p/coleção e área de leitura		60,00	
— Sala p/pessoal e preparação de material		25,00	

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA 1ª ETAPA	ÁREA 2ª ETAPA	TOTAL
III. COLEÇÕES ESPECIAIS E DOCUMENTOS			
c) Audio-Visuais:			
— Sala p/leitura de micro-formas		56,00	
— Sala p/audição individual		44,00	
— Sala p/audição em grupo		66,00	
— Sala p/armazenagem e pessoal.		32,00	
d) Obras raras e de Artes:			
— Sala p/coleção, leitura e exposições		120,00	
— Caixa - forte		5,00	
e) Estudos Clássicos:			
— Sala p/coleção, leitura e pessoal		<u>45,00</u>	
		573,00	573,00
IV. SALAS DE ESTUDOS ESPECIAIS			
— Estudo de pequenos grupos (8 de 7,50m ² cada)		60,00	
— Cabines individuais p/professores (10 de 9,00m ² cada)		90,00	
— Sanitários masculinos e femininos		40,00	
		190,00	190,00
V. ESCRITÓRIOS ADMINISTRATIVOS			
a) Diretoria:			
— Sala p/diretoria conjugada com sala de reuniões	14,00	35,00	
— Sala de espera	10,00	15,00	
b) Secretaria Administrativa:			
— Sala p/pessoal e arquivo	-	40,00	
— Sala p/almoxarifado	-	<u>10,00</u>	
c) Zeladoria:			
— Sala p/zelador	17,50	17,50	
— Sala p/desinfecção	12,50	12,50	

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA 1ª ETAPA	ÁREA 2ª ETAPA	TOTAL
V. ESCRITÓRIOS ADMINISTRATIVOS			
d) Reprografia:			
— Sala p/equipamentos, pessoal e atendimento	60,00	60,00	
e) Serviços:			
— Copa p/funcionários	10,00	10,00	
— Sanitários masculinos e femininos	15,00	15,00	
	139,00	215,00	
VI. SERVIÇOS TÉCNICOS			
— Seção de Aquisição	20,00	45,00	
— Seção de Intercâmbio	12,00	50,00	
— Armazenagem (intercâmbio)	12,00	44,00	
— Seção de classificação, catalogação e chefia (inclusive processamento de livros e periódicos)	80,00	170,00	
— Datilografia	-	24,00	
— Recebimento e armazenagem:			
— Estacionamento interno	88,00	88,00	
— Sala de recebimento e distribuição de livros	20,00	20,00	
— Sala de armazenagem	15,00	15,00	
	247,00	456,00	456,00
VII. ÁREAS GERAIS			
- PABX	152,00	152,00	
— Subestação p/energia	50,00	50,00	
— Coletor geral de lixo	10,00	10,00	
— Depósito	15,00	15,00	
	227,00	227,00	227,00
SUBTOTAL		7.080,00	7.080,00
CIRCULAÇÃO E PAREDES		1.187,00	1.187,00
TOTAL	2.303,00	8.267,00	8.267,00

No dimensionamento tomamos como base os seguintes indicadores:

- nº de volumes: 400.000
- 2,00 m² por leitor aluno
- 1,00 m² para 150 volumes
- 7,00 m² por leitor professor
- nº de usuários: 10% do total de alunos
- 10,00 m² por funcionário bibliotecário.

3. CONDICIONANTES BÁSICOS:

- Elaborado o Programa, tivemos uma reunião com o Prof. Briquet, quando foram discutidos e analisados todos os elementos desse Programa, que depois de checados e definidos foi, juntamente com o funcionograma e fluxograma, traduzido numa organização de espaço em que, além da funcionalidade, foram considerados outros aspectos como condicionantes, básicos:
 - ventos dominantes - sentido sudoeste - nordeste
 - insolação
 - umidade do ar
 - iluminação natural
- Nível de ruído interno e externo;
 - segurança contra incêndio
 - segurança contra roubo
 - iluminação artificial
 - flexibilidade - organização de espaços o terreno.

Aspectos culturais da edificação - expressão simbólica.

Na UFG por questões econômica e até mesmo políticas os projetos e as edificações são feitas em épocas diferentes e por projetistas também diversos. Quando foi criado o ETA alguns projetos já estavam prontos e o CAMPUS parcialmente edificado, ficando assim evidenciada uma variedade de projetos com características formais variadas. Entendemos que essa situação já reflete um processo histórico e que a nossa intervenção foi dentro desse processo pelos mesmos motivos acima mencionados:

Econômicos e Políticos.

A área escolhida para a implantação da Biblioteca, a Praça Central, quase que totalmente envolvida pela mata onde também será implantado o Centro de Convivência cujo projeto já está pronto desde 1973 e sem perspectivas para a sua construção. A situação acima descrita nos dá o contexto arquitetônico do entorno da área para edificação da Biblioteca, isto é, não existe edificação, só projetos.

— Pelos motivos acima expostos as nossas intenções formais foram expressas a partir do que representa a Biblioteca dentro da Universidade como uma edificação que obriga um acervo cultural do qual participa toda a comunidade universitária e mesmo não universitária. Assim, pensamos uma edificação de referência dentro do CAMPUS — um momento — sem contudo, deixar de considerar a forte realidade econômica e cultural da região e da Universidade a que ela pertence.

4. PARTIDO/SOLUÇÕES

PARTIDO ADOTADO - . terreno
orientação
nº de pavimentos
circulações
acessos
distribuição dos espaços nos pavimentos

SOLUÇÕES -. resposta espacial do funcionograma e fluxogramas em cada pavimento e no geral;
resposta espacial dos condicionantes básicos:

- ventos dominantes
- insolação
- iluminação natural
- segurança contra incêndio
- nível de ruído interno e externo
- segurança contra roubo
- iluminação artificial
- flexibilidade
- terreno
- acessos
- aspectos formais.

PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA DO ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Osmar Bettiol

Maria Carmen Romcy de Carvalho

Francisco Bahia Margalho

INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria de Ensino Superior — SESu, está desenvolvendo Projetos que visam a melhoria do ensino de graduação e pós-graduação. Para a sua execução, optou-se pela estratégia de desenvolvimento dos projetos, tomando-se como base as Áreas de ensino.

Dentro dessa linha de ação, na área de Arquitetura e Urbanismo, surgiu o "Programa Integrado de Melhoria do Ensino de Graduação em Arquitetura e Urbanismo".

JUSTIFICATIVA

As escolas de Arquitetura do país, em sua grande maioria, foram sensibilizadas pela discussão do novo Currículo Mínimo, cuja proposta está em processo de encaminhamento ao Conselho Federal de Educação. A aprovação do novo currículo abrirá, sem dúvida, uma oportunidade rara de mudanças nos sistemas de ensino-aprendizagem nas escolas, por mais conservadoras e rotineiras que muitas delas possam ser. Daí a conveniência de implantar, exatamente agora, um programa como este, em que se reconhece a importância dos aspectos curriculares, e se atribui um papel decisivo no processo de aperfeiçoamento do ensino de arquitetura.

OBJETIVOS DO PROGRAMA

Como objetivo primeiro do Programa, aponta-se o apoio e assessoramento de docentes, através de cursos de extensão, especialização, mestrado e doutorado, seminários, encontros, simpósios e congressos. Neste plano de formação de recursos humanos, destaca-se a preocupação de melhorar a qualificação dos docentes, sem afastá-los por muito tempo das atividades nas suas escolas.

O programa visa também estabelecer um sistema de apoio mútuo entre escolas, no sentido de incentivar a produção de material didático, inclusive de materiais audio-instrucionais. Objetiva-se também, a melhoria de instalações e equipamentos,

com contrapartida de abertura de laboratórios, oficinas etc, implementados para o uso das outras escolas, mediante convênios de cooperação.

Finalizando, propõe-se o estabelecimento de um Projeto de Desenvolvimento das Bibliotecas (acervos especializados) das universidades e/ou escolas, inicialmente em âmbito regional, mas com vistas a um sistema nacional de apoio mútuo.

O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS

Para a consecução dos objetivos, foi elaborado o trabalho "Bibliotecas Universitárias da Área de Arquitetura e Urbanismo: Diagnóstico" com a finalidade de oferecer subsídios ao desenvolvimento do programa, mediante a seguinte metodologia:

Primeiramente foi elaborado um questionário que foi enviado em princípios de junho de 1980, às instituições que possuem curso de Arquitetura e Urbanismo. A partir de agosto, procedeu-se a tabulação dos dados. Todavia, é importante esclarecer que de início foram selecionadas, em caráter preliminar, 9 (nove) escolas como pólos de concentração das atenções do Programa; a seleção foi feita segundo o critério de vitalidade das escolas e, segundo o critério de regionalização, tendo em vista a rápida difusão dos resultados positivos alcançados.

Foram assim selecionadas as escolas de Fortaleza, Recife, Salvador, Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo.

Referidas escolas firmarão protocolo de intenções comprometendo-se a desenvolver, detalhar e implantar o presente programa.

A experiência assim empreendida, com o apoio da SESu/MEC, será posteriormente ampliada para incluir o maior número possível de escolas.

O questionário aplicado para o diagnóstico das bibliotecas, foi estruturado de modo a se obter informações sobre os seguintes tópicos:

- 1) Identidade das Bibliotecas;
- 2) Instalações Físicas;
- 3) Recursos Humanos;
- 4) Usuários;
- 5) Acervo;
- 6) Recursos Financeiros;
- 7) Aquisição;
- 8) Processos Técnicos;
- 9) Serviços Cooperativos;

- 10) Serviços Prestados aos Usuários;
- 11) Serviços Automatizados.

CONCLUSÃO

Com base no diagnóstico apresentado, as bibliotecas analisadas em sua grande maioria necessitam de maior apoio das autoridades universitárias para o seu desenvolvimento.

E necessário reconhecer, que esforços isolados feitos por algumas instituições com o intuito de promover melhorias, devam ser aplaudidos, bem como a atuação dos responsáveis pelas bibliotecas, os bibliotecários. Para as bibliotecas o eterno problema é o da carência de recursos em que vivem mergulhados, sempre relegadas a segundo plano pela grande maioria dos responsáveis pela administração superior.

Portanto, para que a tentativa de mudança do quadro delineado, possam surtir os efeitos almejados, mais uma vez fica patenteada a necessidade do efetivo apoio dos administradores. As sugestões que enumeraremos a seguir, consideramos serem úteis à melhoria das bibliotecas:

Sugestões

1. Instalações Físicas: Melhoria das atuais instalações, inclusive com a aquisição de mobiliário e equipamentos, a fim de criar uma infra-estrutura mínima para o atendimento ao usuário, e agilizar o processamento técnico.

2. Recursos Humanos: Que se ofereça cursos de treinamento/atualização para o desempenho de tarefas típicas de bibliotecas universitárias, tanto para o pessoal técnico como para o de apoio.

3. Serviços: É imprescindível estimular a participação das bibliotecas em atividades cooperativas como: aquisição planejada, intercâmbio, comutação hemerográfica, catálogo coletivo, levantamento de produção técnico-científica dos professores etc. Que se ofereça ainda, cursos de treinamento aos usuários, com vistas a melhor utilização dos recursos bibliográficos disponíveis.

4. Acervo: a) de livros, com o desenvolvimento de formação de coleções básicas de referência, destinadas a apoiar as diversas áreas de concentração dos cursos; b) de periódicos, com a aquisição de coleções retrospectivas visando suprir as lacunas existentes, e continuidade das assinaturas correntes. Ênfase também deve ser dada a formação de coleções de materiais especiais tais como slides, fotografias, projetos etc.

Estudos avaliativos das coleções, objetivando sua adequação às atividades de ensino e pesquisa.

5. Reunião: Achamos ser indispensável a realização de reuniões dos técnicos da SESu com os respectivos chefes das bibliotecas, com vistas a definição de uma "estratégia de ação". Além disso a troca de idéias seria benéfica, porquanto se pretende desenvolver programas compatíveis com as reais necessidades das bibliotecas e seus usuários.

PROJETO ARQUITETÔNICO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

*Arquiteto Fernando José Fahel
Arquiteta Licia Maria dos Santos
Arquiteta Lúcia Luz C. Cerqueira
Escritório Técnico Administrativo - ETA*

O projeto visa suprir a Universidade Federal da Bahia de um edifício capaz de centralizar todo o acervo bibliográfico relativo às Áreas de Tecnologia, Ciências Humanas, Letras e Artes.

A nova Biblioteca acha-se em fase de construção, no Campus Federação. Para a sua localização foram considerados os seguintes aspectos: Centro gravitacional do Campus (local com maior concentração de usuários); Facilidade de acesso; Afastamento de fontes de ruído; Possibilidade de expansão.

DIMENSIONAMENTO

Para o seu dimensionamento foi considerada a projeção do acervo para o ano de 1980 (490.000 volumes), bem como, a população estimada para o Campus Federação no referido período (13.000 alunos). O edifício terá capacidade de 1503 postos para leitores (11,56% da população de discentes no Campus).

SOLUÇÃO ARQUITETÔNICA

Foi projetado um edifício com três pavimentos, disposto em duas lâminas paralelas interligadas por um bloco. O bloco de interligação é basicamente constituído dos serviços de apoio (sanitários, copa, etc). Os demais serviços relativos às atividades de Biblioteca propriamente ditos, bem como as áreas destinadas às coleções e respectivas áreas para leitura foram distribuídos através das duas lâminas. Localizou-se no 1. pavimento a Seção de Catálogo, as Coleções de Referência e Reserva, o setor administrativo e os serviços técnicos. O 2º pavimento foi destinado às Coleções Geral e Especiais e Serviços Audio-Visuais. Para a Coleção de Periódicos reservou-se todo o 3º pavimento.

A solução adotada permite o livre acesso do leitor às áreas de acervo. Isto basicamente se dá pela colocação destes acervos em áreas localizadas no núcleo do prédio, ficando os leitores em seu redor, junto às vedações externas. Entre as vanta-

gens oferecidas pela solução, podemos citar: Proteção do acervo contra a exposição direta da luz natural; O acesso franco do leitor ao acervo; Leitor em condições naturais de aeração; Concentração do acervo permitindo o controle artificial de temperatura e umidade.

SISTEMA CONSTRUTIVO

O projeto foi concebido sobre uma malha teórica de 1,10x1,10m e sobre a mesma foi lançado o sistema estrutural do edifício (9,90 x 11,00 m e 6,60 x 11,00 m). Esta modulação decorre do estudo de lay-outs dos três tipos básicos de acervo (Coleções de Referência, Geral e de Periódicos).

A construção com número reduzido de pavimentos, a possibilidade do edifício ser construído em etapas, a simplicidade construtiva e a solução arquitetônica com concentração de instalações em áreas definidas foram algumas das premissas básicas consideradas para a concepção da estrutura utilizada.

INSTALAÇÕES ESPECIAIS - AMBIÊNCIA

Cuidados especiais foram tomados objetivando o conforto do usuário e a segurança do edifício. Utilizou-se um sistema mixto de prevenção e combate a incêndio. O projeto de iluminação prevê luminosidade do tipo difusa, sem brilho, apropriada para leitura. O ambiente interno será protegido do excesso de luminosidade natural através de brises localizados em torno do edifício. Previu-se a utilização de condicionadores de ar compacto, exclusivamente nas áreas de acervo. A instalação de ar condicionado foi quase que uma imposição ao se pretender criar condições ideais para a conservação do acervo.

"CARACTERÍSTICAS DO PROJETO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRRJ"

***Ricardo Orlandi França, Arq.
Almira Lins de Albuquerque***

1. ORIGENS DA UFRRJ

— 1940 - Centro de pesquisas do Ministério da Agricultura - Seropédica: pesquisa de bicho da seda.

— Parte desmembrada do conjunto e transformada em universidade: Escola de agronomia e Veterinária.

— Desenvolvimento natural do Campus Universitário: novas unidades criadas em terreno já definido.

2. ORIGENS DA BIBLIOTECA CENTRAL

— Centralização dos serviços gera necessidade de sede física.

— Projeto executado de modo inadequado, sem assessoramento especializado, causa problemas no funcionamento do prédio: fluxos cruzados, seções em espaços insuficientes, ruídos, insolação excessiva etc.

— Necessidade de nova sede para a Biblioteca Central.

3. O PROJETO DO NOVO PRÉDIO DA BIBLIOTECA CENTRAL

— A organização da equipe de assessoramento ao projeto — a equipe de projeto.

— Levantamento de dados: Acervo, mobiliário, equipamentos - projeção no futuro — decisões quanto a audio-visual e microformas — montagem de matriz de relacionamento de espaços e lançamentos do projeto — escolha do módulo estrutural — modulação de projeto.

— A forma do prédio condicionada pelas grandes áreas de funcionamento
possibilidade de expansão externa — flexibilidade interna — circulações — partido
arquitetônico influenciado pelo clima e pelo entorno físico.

PROBLEMAS DE PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL - UMA EXPERIÊNCIA PESSOAL

José Galbinski

Neste trabalho o autor estabelece uma taxonomia do processo de implantação de uma nova biblioteca universitária, concebido como um conjunto de atividades integradas que, para fins analíticos podem ser agrupadas em seis fases: Investigação, Programação, Projeção, Aprovação, Implantação e Manutenção. Após a apreciação das contribuições das várias categorias profissionais em cada uma delas, o autor prossegue aprofundando as análises na 2^a, onde o arquiteto mais intimamente colabora com o bibliotecário, e na 4^a: fase, onde o arquiteto mais claramente sofre a ação do processo. Os tópicos abordados são: a constituição da equipe de planejamento de arquitetos e bibliotecários; a necessidade e conveniência da contratação de assessorias especializadas em planejamento de bibliotecas universitárias; a definição da tipologia funcional; os problemas da escolha do sítio, sendo levantada a contraposição dos conceitos de centro geográfico e centro demográfico; o uso de equipamentos mecânicos, como elevadores para circulação vertical e ar condicionado central; a questão do caráter dos prédios para bibliotecas universitárias, sendo analisada a carga simbólica inerente a estes edifícios; finalmente, o autor analisa os problemas decorrentes da instalação de um verdadeiro sistema burocrático, institucionalizada para aprovação de projetos, que tende a premiar o lugar comum em detrimento da criatividade.

PRÉDIO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

BIBLIOTECA CENTRAL - 2ª ETAPA

MEMORIAL DESCRITIVO, EXPLICATIVO E JUSTIFICATIVO

Arq. José Freire J. Ferreira
UFPa

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Na política traçada pela Administração Superior da UFPa, visando a adequação de sua estrutura acadêmico-administrativa às normas e preceitos da Reforma Universitária, define-se como suporte da mais alta significação a concentração de todo o acervo documentário da universidade em uma Biblioteca Central. Eliminou-se a ação dispersiva das Bibliotecas Seccionais, concentrando-se em um único espaço, com uma administração também una, todo o acervo bibliográfico e de materiais especiais de propriedade da instituição.

Em se tratando de um projeto de custo elevado e inegável complexidade, optou-se por uma implantação parcelada, de caráter progressivo, permitindo uma ação a curto prazo, capaz de atender as necessidades de momento, expansível quando a demanda justifique o crescimento.

2. O PROJETO - 1ª ETAPA

Em 1975, encontrava-se instalada e em pleno funcionamento a 1ª etapa do projeto da Biblioteca Central da UFPa, ocupando uma área construída de 2.380m², onde estão armazenados cerca de 52.000 volumes. Este projeto foi de autoria do Arq. Alacyr Meira.

Nesta 1ª etapa, foi criado um espaço físico capaz de atender as necessidades mínimas para o funcionamento de uma biblioteca centralizada, enfatizando-se as áreas de administração, estanteria e leitura, cujo rendimento era excepcional graças ao aproveitamento máximo do espaço disponível.

Ocorre entretanto que as instalações da Biblioteca atingiram sua capacidade máxima admissível, não suportando sequer a transferência do remanescente do acervo que ainda permanecia em unidades no centro urbano de Belém, avaliado em cerca de 8.000 volumes, àquela época.

Assim sendo, o projeto global do prédio da Biblioteca Central foi idealizado para atender a uma população de 18.000 a 20.000 alunos e conter um acervo de 300.000 a 350.000 volumes no máximo.

3. O PROJETO - 2ª ETAPA (Arq. José Freire S. Ferreira)

A expansão física do prédio da Biblioteca Central é da ordem de 4.397 m² o que perfaz uma área total de 6.777m² aproximadamente.

Neste novo bloco foram instalados os serviços técnicos, serviços públicos, área para leitura e coleção de periódicos. Escritórios Administrativos, coleções especiais, serviços gerais. Departamento de Biblioteconomia e outras áreas, ficando no bloco inicial apenas a coleção geral de livros e leitura com uma área de 2.000 m² (incluindo a coleção de referência).

Assim sendo o novo bloco foi projetado de forma a conseguir maximizar a utilização do prédio pelos usuários, tornando funcional e aprazível o seu uso através de um esquema que diferencia os fluxos de usuários dos de serviços internos.

No que se refere as áreas de Serviços Técnicos e de Apoio, foram dadas condições de implantação de um fluxograma racional e flexível visando a rápida tramitação de livros e periódicos desde o momento de entrada (aquisição) na Biblioteca até a leitura e manuseio pelos usuários. Isto pode ser notado no relacionamento causal entre recebimento, intercâmbio, aquisição, catalogação e classificação, e processamento técnico com as áreas de coleções.

Os acessos são diferenciados em relação a cada função, sendo distintos para os usuários, serviços e Departamento de Biblioteconomia.

A localização do Departamento de Biblioteconomia no prédio faz parte de uma política de integração e treinamento dos docentes, adotada pela Universidade, procurando usar suas instalações e equipamentos na melhoria do ensino, pesquisa e extensão. No caso da Biblioteca, esta funciona como laboratório para alunos do Curso de Biblioteconomia.

3.1 FUNDAMENTOS BÁSICOS DO PROJETO

Durante a elaboração do projeto e construção da obra foram considerados e obedecidos os seguintes critérios como básicos e fundamentais:

- Flexibilidade interna
- Uso de ar condicionado em todo prédio com exceção da área de recebimento, protocolo, zeladoria, instalações sanitárias, copa e Departamento de Biblioteconomia. Este uso é justificado pelas altas taxas de umidade relativa do ar em Belém (90 a 98%), as quais, prejudicam sensivelmente o material estocado.
- Escadas e banheiros na periferia
- Circulações e fluxos verticais (escadas e montacargas).
- Iluminação uniforme nas áreas de Coleção e Leitura (600 LUX).
- Tratamento acústico nas áreas com equipamentos de ar condicionado.
- Sobre carga (capacidade de peso) 800 a 1.000 Kg/m².
- Previsão para instalações de equipamentos de TV, aparelhos de reprodução e outros possíveis de serem instalados no futuro.
- Uso de materiais anti-combustíveis de fácil manutenção e boa aparência.

DIMENSIONAMENTO

O prédio foi dimensionado para atender a uma população de 18.000 a 20.000 alunos e capacidade de 300.000 a 350.000 volumes, com base nos seguintes

- a) Considerando-se 14 volumes por m² de área de estanteria tem-se uma capacidade mínima de 300.000 volumes, que está dentro do previsto para o acréscimo do acervo da Biblioteca (300.000 a 350.000 volumes em 10 anos).
- b) Os postos de leitura foram dimensionados considerando-se que 5,6% (o indicado é de 5 a 10%) da população discente total da UFPa freqüente simultaneamente a Biblioteca. Considerando-se uma população discente da ordem de 18.600 alunos teremos cerca de 1.041 usuários.
- c) No que se refere a área de coleção e leitura, foi dimensionada para livros uma área de 2.000 m² e para periódicos uma área de **1.200** m² excluindo-se a coleção de reserva, obras raras, audio-visuais etc. Esta área total de 3.200 m² corresponde a quase 50% da área construída, o que é uma boa média considerando-se que no restante estão incluídos os serviços técnicos, almoxarifado. Departamento de Biblioteconomia, coleções especiais e coleções de reserva que ocupam, devido as suas funções, áreas consideráveis. Porém, se considerarmos toda a superfície prevista para uso público, tais como coleções,, coleção de reserva, obras raras, audio-visuais, microformas, mapas, área de exposição e catálogos, tere-

mos um percentual de 67% da área global (incluindo Departamento de Biblioteconomia) para este uso, o que é bastante significativo.

SÍNTESE DO SIMPÓSIO SOBRE ARQUITETURA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Stella Maris Borges

Os trabalhos apresentados no **Simpósio de Arquitetura de Bibliotecas Universitárias** versaram sobre o posicionamento do bibliotecário junto ao arquiteto e vice versa, formando equipes de trabalho na elaboração de projetos para construção de bibliotecas e na apresentação dos projetos já realizados e/ou em andamento, bem como, nas experiências pessoais decorrentes destes projetos. Ventilou-se sobre as atividades e fases desenvolvidas durante a realização de um projeto e o acompanhamento da construção do prédio.

Foram apresentados pelos expositores, suas experiências através de análises dos projetos realizados e/ou em andamento, com detalhamento dos problemas e dificuldades encontradas no decorrer da realização dos mesmos.

Debateu-se sobre as dificuldades arquitetônicas, decorrentes de existência de índices de dimensionamento adequado as nossas realidades; problemas de materiais de construção, de segurança do prédio e do acervo; flexibilidade; ventilação; iluminação; adequação do projeto às peculiaridades apresentadas nas diferentes regiões do país quanto a clima, recursos financeiros e de material, necessidades de cada comunidade universitária e ainda, foi muito enfatizada, a necessidade do constante acompanhamento e assessoramento que o bibliotecário deve prestar junto aos técnicos projetistas, desde o início do trabalho.

Enfatizou-se ainda, a importância da participação do bibliotecário no teste dos índices e critérios, durante o uso do prédio para que possamos obter nossos próprios padrões, embasados em nossas experiências. Citou-se como exemplo, a dificuldade no dimensionamento de espaços mais especializados tais como: audiovisual, microformas e auditórios.

Para isto, o bibliotecário deverá estar preparado, o que geralmente, não acontece, devido à falta de maior orientação dos cursos de biblioteconomia.

Com base nos temas apresentados e decorrente dos problemas detectados pelos participantes, chegou-se às seguintes recomendações:

1. Aprovação, pelo conselho universitário, do sistema de centralização proposto e do regimento interno, antes de se cogitar em realizar o projeto de arquitetura.

2. Conscientização da comunidade universitária quanto à nova biblioteca, procurando a participação da mesma.

3. Total participação dos bibliotecários, das diversas seções da biblioteca, na formulação do programa arquitetônico.

4. Facilidade de acesso e ligação com o sistema viário interno e externo ao Campus.

5. Participação dos bibliotecários no levantamento e estudo de índices e critérios de dimensionamento, principalmente para os seguintes espaços:

- a) Auditório;
- b) Audiovisual;
- c) Microformas.

6. Uso criterioso de instalação de ar-condicionado restringindo-o apenas às áreas onde é indispensável (obras raras, audiovisual, microformas e acervo, em caso de umidade excessiva).

7. Previsão de expansão do edifício por etapas de forma a compatibilizar o investimento com a disponibilidade de recursos no tempo.

8. Previsão de elementos externos junto às janelas tais como jardins fechados, jardineiras etc a fim de evitar o desvio de material bibliográfico. Não se recomenda o uso de grades ou telas.

9. Previsão de um sistema estrutural que permita expansão e flexibilidade para instalações a posteriori.

10. Instalação de sistema automático de detecção de incêndios considerando que bibliotecas centrais abrigam grande parte do acervo das universidades.

11. Consideração da cultura local como elemento condicionante em todo o processo de projeto visando uma biblioteca comprometida com seus valores, tanto em sua organização funcional quanto em seus aspectos arquitetônicos.

12. Aproveitamento da luz natural nas áreas próximas às janelas, adotando instalação elétrica que permita acender a luz apenas nas partes centrais do salão, que recebam menos luz natural.

13. Colocação da coleção de reserva em área independente do controle entrada, inclusive com instalação sanitária, funcionando 24 horas por dia.

14. utilização de técnicas construtivas e materiais, sempre que possível, locais visando minimizar custos e integrar o prédio a cultura local.

15. Evitar a implantação do prédio próximo a fontes de ruído no Campus, e internamente, como casas de máquinas, cantinas e outras fontes de ruído, que prejudiquem o silêncio.

16. Usar materiais, formas cores e outros elementos que propiciem uma ambientação descontraída, principalmente nas áreas de contato direto com o público tais como hall principal, balcão de referência, balcão de circulação, áreas de estar e de exposição.

2º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

SIMPÓSIO SOBRE AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

*Coordenadora: Maria Helena de Sá
Barreto
CNPq/IBICT*

Brasília, 25 a 30 de Janeiro de 1981

CDU 025.2:378.4027.7 (81)

CDD 025.21007181

O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS*

*Maria Helena de Sá Barreto - CNPq/IBICT
Chefe do Departamento de Operação*

*Zuleide Medeiros de Souza - UFPb
Chefe da Divisão de Desenvolvimento das
Coleções
Biblioteca Central - UFPb*

RESUMO

Analisa a situação das bibliotecas universitárias brasileiras no setor de aquisição de material bibliográfico.

Apresenta o problema da estrutura administrativa no tocante a ausência de planejamento de atividades, de definição de uma política orçamentária, bem como as dificuldades provenientes da excessiva complexidade burocrática e legal relativa às aquisições no Brasil e no Exterior.

Sugere a necessidade de melhor capacitação dos bibliotecários para enfrentar a escassez de recursos e divisas e solicita especial atenção das autoridades no sentido da desburocratização do referido processo.

INTRODUÇÃO

À Beira da Falência uma Biblioteca faz 150 anos. Este é o título de um Artigo publicado no Diário de Pernambuco em 07/12/80 — Seção B página 1.

Trata-se da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, antiga Biblioteca Pública, criada pela lei de 7/12/1830, instalada na Casa dos Beneditinos em Olinda.

Conforme palavras de sua Diretora: "A verba, sempre pequena, sempre foi um entrave para a Biblioteca. "Porém ela nunca faltou; mas em 1980 a situação está difícilíssima porque, se no ano passado recebemos Cr\$ 131.000,00 para a compra de livros e periódicos, até agora não chegou qualquer dinheiro. Este ano não compramos

* Documento básico do Simpósio sobre Aquisição de Material Bibliográfico.

um só livro e muitos jornais e revistas tiveram suas assinaturas canceladas".

Este não é um fato isolado no contexto da situação orçamentária das Bibliotecas Universitárias Brasileiras.

Ao sermos convidadas pelo 2º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias para apresentar o presente depoimento procuramos diagnosticar a situação relativa ao processo de aquisição de material bibliográfico dentro do objetivo principal deste Simpósio, que é o de fornecer subsídios para a discussão da problemática de aquisição de material informacional à luz dos problemas burocráticos, legais, comportamentais e de escassez de recursos e divisas. Para o desenvolvimento dessa linha de idéias, trataremos dos aspectos acima sugeridos, de acordo com os estudos realizados através da revisão da literatura existente, da análise dos questionários aplicados e finalmente de acordo com as nossas observações pessoais. É nossa intenção que das contestações que esta exposição venha a provocar possamos auferir as contribuições necessárias para um novo enfoque no posicionamento das Bibliotecas Universitárias Brasileiras.

O presente estudo só conseguiu analisar a situação de **149** bibliotecas universitárias, embora tenham sido enviados 573 questionários.

Devemos ressaltar também, que o processo de seleção de material bibliográfico, não será abordado neste trabalho, apesar de ser um aspecto intrínseco da aquisição, por ter sido tratado em documento à parte e que dentro da estrutura do Seminário será apresentado aos Grupos de Trabalho.

PROBLEMAS ORÇAMENTÁRIOS E COMPORTAMENTAIS

As dificuldades de obtenção de moeda estrangeira para importação de livros e periódicos, os "tetos" de importação limitados para cada universidade, o crescimento da taxa inflacionária, as retrações crescentes de recursos impostas pela realidade econômica, entre outros aspectos, transformam a cada dia mais moroso, caro e difícil o processo da aquisição de material bibliográfico.

É sabido que, com raras exceções, a maioria das bibliotecas universitárias não se constituem em unidades orçamentárias nas instituições de ensino superior, sobrevivendo as vezes, com recursos provenientes de fontes financeiras externas, transitórias e em muitos casos sem nenhuma definição para a sua utilização.

Se por um lado as dificuldades financeiras e os entraves burocráticos são evidentes, por outro devemos reconhecer que as próprias bibliotecas estão despreparadas para opinar ou mesmo formular seu próprio orçamento.

É comum ouvir-se dizer que a biblioteca não tem verba suficiente, segundo Miriam Gusmão "se você procurar ir ao fundo do problema encontrará os seguintes fatores que contribuem para a tão mencionada escassez de recursos;

- a) o bibliotecário confunde verba com recursos, isto é, não sabe que a Biblioteca pode conseguir recursos extra-orçamentários, através de convênios e outros instrumentos firmados entre a instituição a que pertence e fontes externas de financiamento.
- b) O bibliotecário não conhece técnicas orçamentárias e de planejamento e portanto não sabe apresentar, de forma coerente e consistente, um orçamento programa que justifique a concessão de verbas e recursos específicos para a Biblioteca.
- c) O bibliotecário, por vezes, desconhece a programação da própria instituição em que trabalha, não sabendo assim como pleitear ou sugerir a alocação de recursos para melhoria das fontes de informação para os pesquisadores e técnicos da própria instituição.
- d) O bibliotecário isola-se na Biblioteca, não participa de reuniões interdisciplinares, não conhece as normas administrativas da instituição em que trabalha e portanto não sabe quando se inicia a programação orçamentária, quando é discutida e quando é aprovado o orçamento.

A autora apresenta ainda a descrição de um Plano Anual de Trabalho, como uma alternativa para que o bibliotecário negocie com as autoridades o problema da escassez de recursos".

Infelizmente, como vemos, falta à maioria de nossas bibliotecas critérios ou estudos que dimensionem as suas necessidades reais, que as previnam contra os infalíveis cortes de orçamento, que garantam o desenvolvimento de seus serviços.

Esse fato ficou bastante evidenciado com o pequeno número de respostas ao item Orçamento do questionário, de onde podemos deduzir que são realmente muito poucas as bibliotecas que tem algum planejamento nessa área (cerca de 34,2% da amostra).

PROBLEMAS ADMINISTRATIVOS E BUROCRÁTICOS

Se tomarmos como base que a maioria das bibliotecas que responderam ao questionário são integrantes das Universidades Federais, podemos verificar que todas elas estão sujeitas às normas e exigências determinadas pelo governo federal para toda a

administração pública brasileira no que se refere à aquisição de qualquer tipo de material. Nesse sentido incluem-se também as Autarquias, Fundações e Órgãos da Administração indireta.

Acreditamos que este item seja mais crítico para as bibliotecas que propriamente o da escassez de recursos ou da falta de planejamento orçamentário, porque no aspecto anterior mesmo considerando a inércia ou despreparo das bibliotecas, os recursos por pequenos ou de fontes diversas sempre existem, mesmo com atrasos e cortes, as verbas são repassadas. Mas o envolvimento com as determinações legais e burocráticas que emperram a máquina administrativa transformam, na maioria das vezes, os nossos bibliotecários em verdadeiros malabaristas.

Decidir nem sempre em tempo hábil o que comprar, a quem comprar e de que maneira, significa gerir na maioria das vezes orçamentos medíocres que vão ser sensivelmente reduzidos pelas exigências burocráticas e legais. Senão vejamos:

Todas as aquisições são regidas pelo Decreto Lei 200/67 "Título XII — das normas relativas a licitações para compras, obras, serviços e alienações", cuja complexidade aumenta conforme a modalidade da compra (convite, tomada de preços, concorrência). Há ainda que cumprir as disposições da lei 4.320 que dita as normas para a contabilidade pública brasileira, além da legislação complementar, portarias ministeriais, etc. Poderíamos aqui, detalhar alguns itens, dessas exigências, apenas como ilustração, mas seria a nosso ver enriquecer o trabalho com disposições contidas em textos legais e que temos a certeza, são do conhecimento de todos os senhores.

Sendo talvez, 80% das aquisições de material bibliográfico nas universidades de origem estrangeira, as restrições de importação determinadas pelo governo para aquisição desse tipo de material ocasionam um prejuízo enorme ao desenvolvimento dos acervos e principalmente ao atendimento das necessidades evidentes do trinômio ensino, pesquisa e extensão.

Os tetos de importação determinados pelo MEC para cada universidade são, quase sempre, insuficientes e sujeitos a cortes durante o exercício financeiro. Os valores desses tetos são distribuídos em dólar para importações diretas e em cruzeiros para importação no mercado interno.

As aquisições no mercado interno embora tenham um processo relativamente simples, têm no entanto, os valores minimizados tendo em vista que o dólar livro tem o valor estabelecido pela Câmara Brasileira do Livro, sendo este superior ao dólar Câmbio Oficial.

No tocante às importações diretas, o processo é altamente complexo e moroso. Para se ter uma idéia um pedido de compra efetuado no presente exercício

só será atendido com muita sorte no final do ano ou início do próximo.

Os processos são volumosos e percorrem verdadeiras vias crucis pelos gabinetes dos Pró-Reitores, Ministérios, Banco do Brasil, Banco Central, Divisões de Material e Contabilidade e quando o fechamento do câmbio é autorizado e o pagamento efetuado, o editor informa que o material esgotou-se ou que, houve alteração nos preços anteriormente cotados.

Quando, no entanto, os pedidos conseguem sair vitoriosos desse emaranhado burocrático e serem atendidos pelos editores, há ainda que se preparar para o pagamento das taxas do Colie Postaux e que se recolher o Imposto de Renda relativo ao Handling Postage.

Na tentativa de simplificar o processo e agilizar a compra recorrem as bibliotecas quase sempre, aos serviços de intermediários ou agentes internacionais. Com suas sedes localizadas em países da Europa ou nos E.U., dispendo de pessoal especializado, infra-estrutura de serviços, tecnologia avançada e isentos de cumprirem as determinações legais brasileiras no tocante ao repasse de divisas para o exterior, surgem os agentes como verdadeiros possuidores do segredo da lâmpada maravilhosa e todas as aquisições externas são resolvidas como num passe de mágica.

Queiram nos desculpar os senhores agentes aqui presentes por estarmos abordando esse procedimento dentro da importação direta de maneira ligeiramente irônica, mas se torna impossível prestar um depoimento sem ressaltar as crises por que vêm passando os livreiros brasileiros que, envolvidos por uma série de burocracias legais e administrativas, ainda tentam competir, a título de sobrevivência, com as multinacionais da cultura.

CONCLUSÃO

Para que o slogan "um país se faz com homens e livros" seja verdadeiro, é preciso que nossas autoridades se conscientizem de que a informação é matéria prima indispensável para o processo de renovação de nossa sociedade e que é através dela que se busca sempre novos valores e soluções para os grandes problemas nacionais.

É preciso desburocratizar as instituições de ensino, tornando-as mais ágeis na prestação de serviços à comunidade.

Aos nossos colegas bibliotecários gostaríamos de sugerir que se capacitem para o pronto atendimento às mudanças ocorridas pela renovação universitária, que se imponham com segurança diante dos problemas das bibliotecas e que atuem como líderes nas esferas de decisão.

Deixamos aos senhores para uma reflexão uma constatação contida na dissertação para obtenção do grau de mestre defendida por Maria Carmen Romcy de Carvalho no Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília.

"A conferência de Kampala, organizada pela UNESCO em 1970, recomendou aos países africanos que o índice estimado naquela data em 50 volumes por aluno, fosse mantido como meta moderada e a meta para 1980 fosse estabelecida em 75 volumes".

No Brasil estamos oferecendo cerca de 8 livros por usuários em potencial.

ANEXO

Procuramos relacionar neste item, a título de complementação dos aspectos abordados pelo presente estudo, alguns quesitos resultantes da análise dos questionários, conforme demonstrado a seguir:

1. Controle sobre as verbas de convênios

23,5% de respostas positivas
55,7% de respostas negativas
20,8% de respostas em branco

2. Utilização de agentes e/ou intermediários para a aquisição de:

Livros — 14% de respostas positivas
Periódicos — 53,7% de respostas positivas
Em branco — 32,3%

3. Percentual relativo aos empréstimos entre bibliotecas

8,6%

4. Orçamento próprio específico para o desenvolvimento da Coleção

34,2% de respostas positivas
55% de respostas negativas
10,8% de respostas em branco

Apresentamos ainda, o quadro demonstrativo relativo ao índice Nacional de Verbas para aquisição de material bibliográfico e os "tetos" referentes à importação.

ÍNDICE NACIONAL DE VERBAS PARA MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

ANO	NORTE		NORDESTE		SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE	
	NACIONAL	ESTRANG.	NACIONAL	ESTRANG.	NACIONAL	ESTRANG.	NACIONAL	ESTRANG.	NACIONAL	ESTRANG.
77	711.167	685.694	4.686.944	5.642.327	308.000	497.558	11.232.653	6.782.737	860.393	4.096.131
78	938.941	1.837.980	14.235.718	11.761.159	275.000	1.201.131	10.644.76	9.191.421	779.662	6.605.641
79	2.226.107	1.698.882	7.760.289	16.276.859	830.000	1.642.473	23.401.936	8.695.444	1.837.740	7.624.788
80	510.000	-	9.097.061	12.7121.562	1.100.000	-	21.036.745	9.058.723	1.350.000	3.349.361

VERBAS INDICADAS EM CONJUNTO:
NACIONAL E ESTRANGEIRO

ANO	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE
77	-	-	8.561.550	1.811.106	-
78	-	-	10.313.966	2.631.496	-
79	-	-	13.858.466	3.480.476	-
80	-	-	10.561.892	1.000.000	-

TETOS DE IMPORTAÇÃO - US

ANO	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE
77	31.90	70.00	380.00	37.860.92	30.00
78	60.00	105.00	450.00	384.78	32.87
79	40.00	190.30	490.00	415.96	36.25
80	60.00	128.50	270.00	281.18	236.19

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BRASIL, LEIS, DECRETOS, etc. Lei nº 4.320 de 17/03/1964: Institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Rio de Janeiro, SERSHAU. 1971. 82p.
- . Decreto Lei nº 200 de 25/02/1967. Brasília, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, s.d. 92p.
- LEMONS, Antonio Agenor Briquet de & MACEDO, Vera Amália Amarante, A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 4(1): 40-51, 1975..
- LIMA, Etelvina. A biblioteca no ensino superior. Revista de Biblioteconomia de Brasília, 5(2), 1977. p. 847-861.
- MARTINS, Míriam Gusmão de. Planejamento bibliotecário. São Paulo, Pioneira, 1980 166 p.
- MIRANDA, Antônio. Seleção de material bibliográfico em bibliotecas universitárias brasileiras; idéias para um modelo operacional. Brasília, Convênio. CAPES/ABDF. 1978. 36p.
- MIRANDA, Antonio. Biblioteca Universitária no Brasil; reflexões sobre a problemática. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1, Niterói, Rio de Janeiro. 23-29 julho, 1978. Brasília, CAPES/DAU/MEC, 1978. 36p.
- PFROMM NETTO, Samuel. A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 4(1): 19-39, 1975.
- SOUZA, Jourglade de Brito Benvino. Um processo de licitação por convite; um modelo da UFMG. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 10 Curitiba, 1979. Anais. p. 819 840.

A AUTO-SUFICIÊNCIA DE DOCUMENTOS ESPECIALIZADOS COMO
RESPONSABILIDADE DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Alfredo Américo Hamar
Coordenador da Biblioteca Complementar de Engenharia, BICENGE

Marly Peixoto Solér
Sub-Coordenadora da biblioteca Complementar de Engenharia - BICENGE — Rio de Janeiro

Marilia Koulzii
Sub-Coordenadora da Biblioteca Complementar de Engenharia — BICENGE — São Paulo

Maria Lúcia Salata
Assistente de Coordenação da Biblioteca Complementar de Engenharia, BICENGE

Analisa o problema de auto-suficiência dos documentos nos países do 39 mundo e destaca a necessidade de melhor orientação na formação dos acervos. Compara a disponibilidade das informações referenciais e dos documentos especializados. Propõe a ação integrada entre as universidades e instituições brasileiras no sentido de aperfeiçoar a coleção de documentos especializados no Brasil, prevendo a existência de depositárias cooperativas nas universidades e a melhor distribuição das verbas nas dotações orçamentárias de forma a se dispor de uma documentação científica e tecnológica completa no Brasil.

**O ACERVO DE PERIÓDICOS ESTRANGEIROS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE ADQUIRIDOS POR COMPRA: UM ESTUDO
PARA AQUISIÇÃO PLANIFICADA**

Eliana Souza Pinheiro

João Carlos Gomes Ribeiro

Lilian Nazareth Perez

Selma Mendes Fontes Sodré

Zeneida Gaudie Lcy Lagociro de Magalhães

A crescente produção de publicações periódicas e a intenção de atender ao maior número possível de solicitações dos usuários, da forma mais rápida e eficiente, leva, por vezes, à formação de acervos, cuja manutenção se torna tão onerosa, que a coleção acaba por se transformar num amontoado de títulos, com muitas falhas, pela falta de correspondência entre o aumento dos preços dos periódicos e o crescimento dos orçamentos, que geralmente não acompanham a inflação. Assim sendo, alguns impasses ocorrem: ou mantemos todos os títulos já assinados e nos privamos da aquisição de outros elementos também necessários à boa utilização da coleção, como equipamentos, pessoal etc, ou reduzimos o número de assinaturas, o que significa uma interrupção no processo de atualização do acervo. É importante que a Biblioteca, através de um trabalho conjugado, mantenha corrente uma coleção mínima ideal e pertinente ao seu orçamento, aliando-a a um sistema de intercâmbio perfeitamente adequado à precisa e eficaz circulação da informação. O alto custo das assinaturas de periódicos, aliado a constante variação cambial, levou-nos a um estudo de viabilidade de uma aquisição planificada, na tentativa de buscar soluções para uma melhor alocação coletiva de recursos, tomando como parâmetro a coleção de publicações periódicas, adquiridas por compra, nos últimos 5 (cinco) anos, pelo Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense e, comparando-a com as da Biblioteca da área do Grande Rio, procurando desta forma demonstrar a duplicação e, conseqüentemente o gasto excessivo com as assinaturas anuais das publicações periódicas.

AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO: A EXPERIÊNCIA DA BIBLIOTECA CENTRAL DO IBGE

Maria Beatriz Fontes de Carvalho
Superintendente da Biblioteca Central
do IBGE Rio de Janeiro, RJ

Liliane Falcão Leda
Chefe da Divisão de Aquisição e Inter-
câmbio, Biblioteca Central do IBGE
Rio de Janeiro, RJ.

Na Biblioteca Central do IBGE, cujo acervo serve a pesquisadores em Ciências Sociais, a seleção do material bibliográfico é feita principalmente pelos usuários. A aquisição por compra é o método mais complexo, pois exige procedimentos administrativo estrangeiro e nacional, periódico estrangeiro e nacional, materiais especiais. É indispensável que a legislação que diz respeito a material bibliográfico seja revista.

O LIVREIRO BRASILEIRO FACE AOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO POR ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Jonny J. Wolff
Câmara Brasileira do Livro

1. O Livro e a legislação: Decreto-Lei 200
 - 1.1 A caracterização do livro e do periódico como material permanente
 - 1.2 Processos de aquisição: Dificuldades legais para aquisição, custos e conseqüentes prejuízos
 - 1.3 O material bibliográfico importado face a atual política econômica (as restrições)
2. O livreiro e a importação de livros: Sua importância sócio/econômica e científica e suas dificuldades
 - 2.1 O livreiro diante da atual conjuntura, dificuldades de desenvolvimento, custos e serviços prestados à coletividade
 - 2.2 A Câmara Brasileira do Livro e o Dólar-Livro: Esclarecimentos, origem e finalidade.
 - 2.3 O livreiro nacional frente ao livreiro estrangeiro no Brasil: Discriminação e facilidades (observações sobre o item 1)
3. O livreiro e o bibliotecário: Semelhanças e diferenças quanto a função
 - 3.1 Levantamentos bibliográficos
 - 3.2 Divulgação dirigida de informações

A idéia básica consiste no desenvolvimento dos tópicos relacionados acima, partindo dos aspectos legais que envolve a aquisição bibliográfica por órgão governamental e do conhecimento de todos que nele atuam. Entretanto, considero de grande importância que se tornem mais conhecidas as implicações e dificuldades que essa legislação acarreta aos livreiros que procuram atender as bibliotecas. Serão abordados ainda itens como: a importância da livraria, seus livros, e principalmente custo/preços que constituem um dos aspectos mais conflitantes no relacionamento livraria/biblioteca. Para concluir, farei uma comparação entre o livreiro nacional e o estrangeiro, destacando alguns aspectos pertinentes ao assunto.

CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIRETA DE PERIÓDICOS ESTRANGEIROS

Heloísa B. Schreiner

Diretora, Biblioteca Central — UFRGS

Mayra Eltz Brum

*Chefe da Seção de Aquisição, Biblioteca
Central - UFRGS*

Rejane Raffo Klaes

*Bibliotecária, Seção de Aquisição
Biblioteca Central - UFRGS*

Apresentação dos custos em 1980 das assinaturas de periódicos estrangeiros da UFRGS nas áreas de Física, Geociências, Matemática, Química, Engenharia, Ciência da Computação, Agronomia, Arquitetura, Ciências Econômicas e Administrativas, Biociências, Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Medicina, Odontologia, Veterinária, Ciências Sociais e Humanidades, Direito, Educação, Artes e dos custos de processamento da aquisição, incluindo pessoal, taxas bancárias e postais e material de consumo.

CENTRO DE INTERCÂMBIO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

Emir José Suaiden
Assessor de Planejamento IBICT

A importância da permuta de material bibliográfico. As atividades de um Centro criado especificamente para coordenar as relações de intercâmbio entre as Bibliotecas e Centros de Documentação. O papel das Bibliotecas Universitárias na permuta de publicações. As publicações regulares e duplicatas. O intercâmbio internacional.

RELATÓRIO DO SIMPÓSIO SOBRE AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

Mayra Eltz Brum

Durante a realização do Simpósio sobre Aquisição de Material Bibliográfico foram levantados os principais aspectos que se referem a problemas com a aquisição de material bibliográfico, notadamente material estrangeiro.

Foram ouvidas experiências de bibliotecas universitárias, e de instituições, bem como o ponto de vista de livreiros nacionais face à situação atual e tendências do mercado para importação de livros.

Num consenso geral, concordou-se que dificuldades são encontradas para compra de material estrangeiro impedindo, com isso, que o mesmo seja colocado à disposição dos usuários. Face a essas dificuldades, e após debates entre bibliotecários e representantes de órgãos envolvidos no processo de aquisição, foram feitas as seguintes recomendações:

— Que os órgãos envolvidos no processo de Aquisição — Banco Central, Banco do Brasil, Secretaria de Controle Interno, — MEC, e outros — estabeleçam rotinas operacionais, definidas em documento, que sirvam como manual que oriente o processo de aquisição, permitindo aos bibliotecários trabalhar com segurança em termos de legislação.

— Que o material bibliográfico seja desvinculado da rubrica de "material permanente", e que seja eliminado o teto de importação para material bibliográfico.

— Que a Secretaria de Ensino Superior ou outro órgão pertinente seja encarregada de enviar requerimento ao Secretário da Receita Federal solicitando simplificação no preenchimento da Declaração de importação e a não cobrança de Imposto de Renda nas importações presentes e futuras, às Universidades.

— Que o bibliotecário se empenhe para que haja maior interação instituição X bibliotecário obtendo com isso vantagens para sua biblioteca e podendo prestar melhores serviços à comunidade universitária.

2º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

SIMPÓSIO SOBRE AUTOMAÇÃO DE SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS

*Coordenador: Jaime Robredo
UnB*

Brasília, 25 a 30 de Janeiro de 1981

PANORAMA DOS PLANOS E PROJETOS DE AUTOMAÇÃO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS*

Por Jaime ROBREDO, Doutor em Ciências, Professor Titular e Coordenador do Curso de Mestrado em Biblioteconomia e Documentação do Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, Brasília, DF.

1. INTRODUÇÃO

Quantas parecem ser as grandes direções em que se orientam os planos de automação dos serviços bibliotecários nas universidades, nos últimos anos, em todo o mundo:

- automação de processos administrativos, incluindo o controle da aquisição, empréstimo, etc;
- automação dos processos de entrada, incluindo o registro, a catalogação, etc;
- automação dos processos de geração de catálogos e índices;
- automação dos processos de recuperação da informação.

Para verificar a situação das bibliotecas universitárias brasileiras no que diz respeito à automação de seus serviços, e visando a fornecer insumos para os trabalhos do Simpósio sobre Automação de Serviços Bibliotecários, organizado dentro do 29 Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, foi efetuado um levantamento, através de questionário, junto as 578 bibliotecas universitárias cadastradas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O questionário, extremamente simples em sua concepção (v. Anexo 1), permitiu obter rapidamente uma visão global do estado de andamento (em operação, em implantação, em projeto) dos planos de automação das bibliotecas universitárias brasileiras, em cada uma das direções acima assinaladas, permitindo também identificar se os referidos planos ou sistemas foram ou serão implantados utilizando "softwares" desenvolvidos pelas próprias universidades ou adquiridos de terceiros, assim como obter informações sobre a eventual operação dos mesmos em lotes ou em linha.

* Documento básico do Simpósio sobre Automação de Serviços Bibliotecários.

2. RESULTADOS DO LEVANTAMENTO

Mesmo se o nível global de respostas aos questionários enviados pode parecer relativamente baixo (27,7%), tudo parece indicar que a grande maioria das bibliotecas universitárias interessadas ou envolvidas em algum plano de automação de seus serviços responderam aos questionários.

No Quadro 1, apresentam-se os dados globais do levantamento, ordenados por estados. No Quadro 2, apresentam-se os dados detalhados referentes as bibliotecas universitárias engajadas em algum plano de automação de seus serviços ou que estão estudando algum projeto de automação.

Os referidos dados, para fins de nosso estudo, podem apresentar-se de maneira resumida conforme pode ver-se nas figuras 1 a 3.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados apresentados foram extraídos dos questionários, sem avaliar seu mérito ou sua veracidade. Porém, uma análise mesmo superficial dos mesmos levaria a estabelecer duas conclusões prováveis:

- a) o total de planos/projetos em desenvolvimento seria na realidade, um pouco menor do valor apresentado, já que, em 3 ou 4 casos, bibliotecas setoriais apresentaram como próprio um mesmo plano elaborado pela biblioteca central;
- b) o total de projetos elaborados, em elaboração ou mesmo em estudo, deveria reduzir-se pelo menos em 50% com relação ao valor apresentado, pois a partir das respostas aos questionários (não se precisa a área de atividade a que o projeto se refere, inconsistência evidente de algumas respostas, etc), claramente pode se estabelecer que vários dos chamados "planos" ou "projetos" são simplesmente desejos ou esperanças dos responsáveis pelas respostas.

Os dados reunidos na Figura 3 indicam claramente o interesse pelos sistemas administrativos (controle da aquisição, empréstimo, etc), assim como pelos processos de entrada (registro, catalogação, etc.) e pelos processos de geração de catálogos e índices. A este respeito merece destacar-se o fato que o número dos "projetos" sobre geração de catálogos é bem maior que o dos "projetos" de entrada de dados, o que não deixa de ser um tanto surpreendente. Já nos sistemas em operação ou em implantação os dois valores tendem a igualar-se, como parece lógico.

Destaca-se também a moderada utilização de terminais nos sistemas e projetos considerados, e a tendência majoritária a desenvolver o próprio "software" em vez de tratar de utilizar outros já existentes.

Enfim, praticamente sem significado é a quantidade de respostas em que se considera a automação dos serviços de difusão e/ou de recuperação da informação.

4. CONCLUSÕES

Se se compara com a situação na maioria dos países industrializados, o panorama atual da automação dos serviços das bibliotecas universitárias brasileiras é, em seu conjunto, mesmo considerando algumas realizações altamente meritórias, pouco alentador. Considerando que a maioria das universidades possuem facilidades de computação ou tem fácil acesso a serviços externos, tudo parece indicar que a automação dos serviços bibliotecários universitários ocupa um lugar pouco destacado na lista das prioridades de aplicação das técnicas de processamento eletrônico de dados.

Talvez, uma das causas do baixo número de projetos existentes em operação ou implantação deva procurar-se no fato que a quantidade de projetos realmente viáveis e adequadamente justificados, que foram até agora submetidos à consideração das autoridades universitárias seja pouco representativa.

É interessante destacar que nos sistemas em operação ou em implantação, quer dizer, nos projetos já aprovados, a relação entre aplicações a processos administrativos e processos de entrada ou de geração de catálogos é de, aproximadamente:

$$\frac{10}{15} = 0,67$$

e aquela entre estes dois últimos de:

$$\frac{15}{15} = 1,00$$

em quanto que as mesmas relações nos planos "em projeto" são, respectivamente:

$$\frac{6}{13} = 0,46 \quad \text{a} \quad \frac{6}{21} = 0,28$$

$$\frac{13}{21} = 0,61$$

Em linguagem menos quantificada isto poderia significar que os bibliotecários e os especialistas de processamento eletrônico de dados, responsáveis pelo deii-neamento dos sistemas em operação e pelos planos em implantação utilizam, na realidade dos fatos, uma lógica de pensamento, na aplicação das possibilidades de automação, do tipo:

Aquisição/Registro/Controle——> Processamento

que não parece existir na maioria dos "projetos" ainda não aprovados.

É difícil acreditar que alguém, a nível decisório, possa deixar de apreciar com o maior interesse um projeto que garanta o acesso, com baixo custo ou mesmo com economia, no menor tempo possível, a um número maior de informações confiáveis e pertinentes, que virão constituir a base indispensável à formação de novos e melhores profissionais, para uma sociedade cada dia mais complexa e mais exigente.

Nestas condições talvez valeria a pena parar para pensar se o fato de não existir mais sistemas em operação, não se deve simplesmente ao fato de que não existem suficientes projetos que mereçam ser aprovados.

5. RECOMENDAÇÕES (TENTATIVAS)

As recomendações que se seguem só pretendem propor alguns tópicos que poderiam servir de base para os trabalhos dos participantes do Simpósio sobre Automação de Serviços Bibliotecários:

1. Estudar a viabilidade de desenvolver pacotes modulares de programas, escritos em linguagens que podem aceitar diversos tipos de computadores, para facilitar a automação dos processos gerenciais e administrativos das bibliotecas universitárias, utilizando-se da experiência daquelas bibliotecas que já estão operando sistemas deste tipo, para o controle da aquisição, da movimentação do acervo, etc.
2. Estudar a viabilidade de fomentar as operações de registro bibliográfico em formato que facilite o intercâmbio das informações, em um suporte legível pelo computador, de maneira a colocar os arquivos magnéticos gerados, numa ação de catalogação cooperativa por um número limitado de grandes bibliotecas universitárias, a disposição de todas as bibliotecas universitárias, as quais encontrariam assim a possibilidade de gerar automaticamente cerca de 80% de seus catálogos, evitando-se a atual repetição **ad-infinitum** do processo de catalogação dos mesmos livros por quase todas as bibliotecas.

3. Estudar a possibilidade de desenvolver pacotes modulares de programas que permitam a geração automática de catálogos e índices a partir de diversos elencos de dados, estimulando-se o acesso em linha aos catálogos das bibliotecas, sem excluir, por razões óbvias de segurança, a possibilidade de gerar automaticamente as fichas catalográficas necessárias.
4. Estudar a viabilidade de constituir e operar um "centre serveur" que centralizaria a aquisição dos mais importantes elencos de dados nacionais e estrangeiros e asseguraria sua organização com vistas a permitir o acesso remoto aos mesmos através de terminais instalados nas diversas bibliotecas universitárias. A possibilidade de acesso em linha aos dados centrais, possibilitando a realização rápida e eficiente das pesquisas bibliográficas, tornaria em breve prazo desnecessária a aquisição de cerca de 80% dos índices impressos, atualmente importados, determinando uma economia de divisas bastante significativa.

Um grupo de estudo integrado por representantes dos órgãos responsáveis pela política nacional de informação e de informática, pela política universitária, pela política de telecomunicações, por representantes de bibliotecas universitárias e de órgãos de prestação de serviços, poderia, posteriormente, aprofundar o estudo destes temas e propor às autoridades competentes um plano concreto que promoveria a utilização de componentes nacionais, economizaria importantes recursos em divisas e, sobre todo, colocaria as bibliotecas universitárias brasileiras ao mesmo nível das bibliotecas universitárias dos países mais desenvolvidos, contribuindo assim a acelerar e aprimorar o processo de formação dos recursos humanos.

QUADRO 1
PANORAMA DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, POR ESTADOS

ESTADO	UNIVERSIDADES CONTATADAS	RESPOSTAS	PLANOS/PROJETOS		
			Em operação	Em implantação	Em projeto
Acre	1	1	1 (12,5%)	—	—
Amazonas	8	2	—	—	1 (12,5%)
Pará	6	2	—	2 (33,5%)	—
Maranhão	8	1	—	—	1 (12,5%)
Piauí	4	1	—	—	—
Ceará	22	3	—	—	—
Rio Grande do Norte	9	2	—	—	—
Paraíba	19	5	1 (5,3%)	1 (5,3%)	—
Pernambuco	38	9	—	—	—
Alagoas	3	—	—	—	—
Sergipe	5	1	—	—	—
Bahia	32	13	—	—	—
Rio de Janeiro	72	16	4 (5,5%)	4 (5,5%)	3 (3,1%)
Espírito Santo	3	1	—	—	—
Minas Gerais	124	25	1 (0,8%)	2 (1,6%)	4 (4,2%)
São Paulo	111	46	1 (0,9%)	3 (2,7%)	9 (8,1%)
Paraná	21	2	—	—	—
Santa Catarina	27	2	—	—	—
Rio Grande do Sul	46	15	1 (2,2%)	1 (2,2%)	1 (2,2%)
Goiás	4	2	—	—	—
Mato Grosso	3	2	—	—	—
Mato Grosso do Sul	5	2	—	—	1 (33,3%)
Distrito Federal	7	2	—	—	—
Outros não identificados	—	6	1 (33,3%)	—	—
TOTAL	578	160	10 (1,7%)	13 (2,2%)	21 (3,5%)

QUADRO 2
SITUAÇÃO DOS PLANOS DE AUTOMAÇÃO DAS BIBLIOTECAS

VOLUME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO		OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	
Biblioteca Central da Universidade do Amazonas	X		Serviços parcialmente descentralizados Processos Administrativos (aquisição, empréstimo, etc.) Processos de entrada (registro, catalogação, etc.) Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc. Software desenvolvido pela informação Em lotes (Batch)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará			Estudos preliminares	Serviços parcialmente descentralizados Geração de Catálogos, índices, etc.
Biblioteca Seccional do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Pará		X		Serviços parcialmente descentralizados
Biblioteca Seccional do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Pará		X		V. Biblioteca Central da UFPA Serviços parcialmente descentralizados
Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão		X		V. Biblioteca Central da UFPA Processos Administrativos (empréstimo) Software desenvolvido pela instituição Em lotes (Batch)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba		X		Serviços Centralizados Processos Administrativos (aquisição, circulação, etc.) Processos de entrada (registro, catalogação, etc.) formato CALCO/CIMEC Processos de Disseminação/Recuperação da Informação Software desenvolvido pela instituição Em lotes (Batch) IBM 370/145 interligado a IBM 1130

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Setorial do Campus III Centro de Ciências Agrárias — Areia, PB Universidade Federal da Paraíba	X			Serviços parcialmente descentralizados Processos de Entrada (Registro, Catalogação, etc.) Processos de Geração dos Catálogos, Índices, etc.) Software desenvolvido pela instituição
Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia			X	Serviços parcialmente Descentralizados (aquisição centralizada) Processos de entrada (registro, catalogação, etc.) Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc.

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia (Cont.)			X	Software desenvolvido pela instituição
				Em lotes (Batch) (Posteriormente em Linha)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	X			Serviços parcialmente Descentralizados (aquisição centralizada)
				Processos de entrada (registro, catalogação, etc.) sistema CALCO/UFRGS
				Processos de Geração de Catálogos, etc.
				Software desenvolvido pela instituição
				Em lotes (Batch)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais (Oceanografia, Hospital de Ensino Miguel Riet Correa, Museu Oceanográfico) Fundação Universidade do Rio Grande			Estudos preliminares	Serviços parcialmente descentralizados Processos Administrativos (aquisição, empréstimo, etc.) Processos de entrada (registro, catalogação, etc.) Processos de Geração de Catálogos Índices, etc. Processos de Disseminação da Informação Software Desenvolvido pela Instituição Em Linha (on-line)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central da Universidade Federal de Pelotas			Estudos Preliminares	Serviços parcialmente descentralizados Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc. Software desenvolvido pela Instituição
Biblioteca Central Universidade Federal de Mato Grosso			X	Em Linha (on-line) Serviços parcialmente descentralizados Processos Administrativos (aquisição, empréstimo, etc.) Software desenvolvido pela Instituição Em lotes (Batch)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais		X		Serviços parcialmente descentralizados Processos Administrativos (aquisição, empréstimo, etc.) Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc. Processos de Disseminação da Informação Software desenvolvido pela Instituição Em lotes (Batch) (inicialmente)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais			X	Serviços parcialmente descentralizados V. Biblioteca Central da UFMG
Centro de Documentação e Difusão Cultural da Universidade Federal de Juiz de Fora	X			Serviços parcialmente descentralizados Processos de entrada (registro, catalogação, etc.) Processos de Geração de Catálogos (catálogo de periódicos) Software desenvolvido pela Instituição Em lotes (Batch)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central da Universidade Santos Dumont – Fundação Percival Farquhar			Estudos iniciais	Serviços centralizados
Biblioteca Central "Dr. José Barbosa de Melo Santos" da Fundação Educacional Monsenhor Messias da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Direito de Sete Lagoas			Estudos iniciais	Serviços centralizados Processos de Geração de Catálogos, índices, etc.
Biblioteca Mauá – Escola Federal de Engenharia de Itajubá		X		Serviços centralizados Processos de entrada (registro, catalogação, etc). Processos de Geração de Catálogos, índices, etc. Software Desenvolvido pela Instituição Em lotes (Batch)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca da Faculdade de Medicina do Norte de Minas			Estudos iniciais	Serviços descentralizados Processos de Geração Catálogos, índices, etc. Software Adquirido de Entidade Em linha (on-line) Serviços centralizados Processos Administrativos (aquisição, empréstimo, etc.) Processos de entrada (registro, catalogação, etc.). Software desenvolvido pela Instituição Em linha (on-line)
Biblioteca Central da Universidade de Brasília	X			

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central da Faculdade Católica de Ciências Humanas Brasília - DF			Estudos iniciais	Serviços centralizados Processos de Entrada (Registro, Catalogação, etc).
Biblioteca do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro	X		X	Serviços parcialmente descentralizados Processos de Entrada (Registro, Catalogação, etc.). Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc.). Software Desenvolvido pela Instituição Em linha (on-line)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro			Projeto em fase de elaboração	Serviços centralizados Processos de geração de catálogos, índices, etc. Software desenvolvido pela Instituição Em linha (on-line)
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais			Estudos iniciais	Serviços descentralizados
Biblioteca Central do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro	X Parcialmente	X Parcialmente		Serviços parcialmente descentralizados Processos Administrativos (aquisição, empréstimo, etc.) Processos de entrada (registro, catalogação, etc.)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (cont.)	X Parcialmente	X Parcialmente		Processos de Disseminação da Informação Software desenvolvido pela Instituição Em lotes (Batch) Em linha (on-line) Serviços parcialmente descentralizados Processos Administrativos (aquisição, empréstimo, etc).
Biblioteca Central do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza -- Universidade Federal do Rio de Janeiro	X	X	X	Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc.. Processos de Disseminação da Informação

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza — Universidade Federal do Rio de Janeiro	X	X	X	Software desenvolvido pela Instituição Em lotes (Batch) Em linha (on-line)
Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense		X		Serviços parcialmente descentralizados Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc. (cadastro coletivo) Software adquirido de outra entidade Em lotes (batch)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central da Fundação Getúlio Vargas	X			Serviços centralizados Projeto Bibliodata Processos Administrativos (aquisição, empréstimo, etc.) Processos de entrada (registro, catalogação, etc) CALCO/UMMARC /MARC II Processos de geração de catálogos, índices, etc. Processos de disseminação da informação Software desenvolvido pela instituição Em lotes (Batch) Em linha (on-line) faturamento

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola – Fundação Getúlio Vargas	X			Serviços centralizados Processos de entrada (registro, catalogação, etc.) Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc. Software adquirido de outra entidade
Biblioteca do Centro de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada – Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas		X		Em lotes (Batch) Serviços centralizados Processos de entrada (registro, catalogação etc.) Software desenvolvido pela instituição V. Biblioteca Central da Fundação Getúlio Vargas

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Divisão de Biblioteca e Documentação da Coordenadoria e Atividades Culturais – Universidade de São Paulo			Estudos iniciais	Serviços descentralizados
Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo		X		Serviços parcialmente descentralizados Software desenvolvido pela instituição Em linha (on-line)
Biblioteca do Departamento de Direito Comercial – Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo			Estudos iniciais	Serviços parcialmente descentralizados Processos de entrada (registro, catalogação, etc.) Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc.

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca do Departamento de Direito Processual - Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo			Estudos iniciais	Serviços parcialmente descentralizados Processos de entrada (registro, catalogação, etc.). Processos de geração de catálogos, Índices, etc.
Biblioteca "Eduardo Espínola" do Departamento de Direito Civil - Faculdade de Direito Universidade de São Paulo			Estudos iniciais	Serviços parcialmente descentralizados Processos de entrada (registro, catalogação, etc.) Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc.

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca do Departamento de Direito Internacional - Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo			Estudos iniciais	Serviços parcialmente descentralizados Processos de entrada (registro, catalogação, etc.) Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc.
Biblioteca do Departamento de Direito Econômico e Financeiro - Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo			Estudos iniciais	Serviços parcialmente descentralizados Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc.
Seção de Documentação Odontológica - Faculdade de Odontologia - Universidade de São Paulo	X			Serviços descentralizados Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc.

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO		OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto
Seção de Documentação Odontologia - Universidade de São Paulo (cont.)			(Bibliografia Brasileira de Odontologia)
			Processos de Disseminação da Informação
			Software adquirido de outra entidade
			Em lotes (Batch)
			Serviços centralizados
			Processos Administrativos (aquisição, empréstimo, etc.)
			Processos de Entrada (registro, catalogação, etc.)
			Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc.)
Biblioteca "Karl A. Boedecker"			
Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas			X

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO		OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	
Biblioteca „Karl A. Boedecker“ Escola de Administração de Empresas de São Paulo Fundação Getúlio Vargas (cont.)	X		Software desenvolvido pela Instituição
			Software adquirido de outra entidade
			V. Biblioteca Central da Fundação Getúlio Vargas
			Serviços centralizados
			Processos de Entrada (registro, catalogação, etc.)
			Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc.
			Software desenvolvido pela Instituição
			Em linha (on-line)
Biblioteca Central da Universidade Federal de São Carlos			Estudos preliminares

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	X		Estudos Preliminares	Serviços centralizados Processos de Entrada (registro, catalogação, etc.). Processos de Geração de Catálogos, índices, etc. Software Desenvolvido pela Instituição Em lotes (Batch) Serviços Parcialmente descentralizados Processos de Geração de Catálogos, índices, etc. Software desenvolvido pela instituição Em linha (on-line)
Biblioteca do Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação - Universidade Estadual de Campinas			Estudos Preliminares	

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca da Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas			Estudos preliminares	Serviços centralizados Processos de disseminação da informação Software adquirido de outra entidade (sistema eric) Em linha (on-line)
Biblioteca da Associação de Ensino de Ribeirão Preto			Estudos iniciais	Serviços centralizados Processos de Geração de Catálogos, Índices, etc. Outros processos (não especificados) Em linha (on-line)

NOME DA INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO DOS PLANOS / PROJETOS DE AUTOMAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	Em operação	Em desenvolvimento	Em projeto	
Biblioteca Central Universidade de Taubaté			Estudos iniciais	Serviços parcialmente descentralizados Processos de disseminação da informação Software desenvolvido pela Instituição

1. BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS QUE POSSUEM OU ESTUDAM ALGUM PLANO DE AUTOMAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS

ESTADO	PLANOS/PROJETOS		
	Em operação	Em implantação	Em projeto
Amazonas	1	—	—
Pará	-	2	—
Maranhão	—	-	1
Paraíba	1	1	-
Bahia	—	—	1
Rio de Janeiro	4	4	3
Minas Gerais	1	2	4
São Paulo	1	3	9
Rio Grande do Sul	1	1	1
Mato Grosso	—	-	1
Distrito Federal	1	-	—
Outros não identifi- cados	—	—	1

Total provável de bibliotecas universitárias que possuem ou estudam algum plano de automação: 45

Total provável de bibliotecas universitárias que não possuem ou estudam algum plano de automação: 533

2. ESTADO DE AVANÇO DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE AUTOMAÇÃO

SISTEMAS EM OPERAÇÃO: 10

EM LINHA: 4

EM LOTES: 9

SOFTWARE DESENVOLVIDO PELA INSTITUIÇÃO: 8

SOFTWARE ADQUIRIDO DE OUTRA INSTITUIÇÃO: 2

SISTEMAS/PROJETOS EM IMPLANTAÇÃO: 11

SOFTWARE DESENVOLVIDO PELA INSTITUIÇÃO: 11

SOFTWARE ADQUIRIDO DE OUTRA INSTITUIÇÃO: 0

SISTEMAS/PLANOS EM PROJETO
(INCLUINDO ESTUDOS INICIAIS): 28

SOFTWARE ADQUIRIDO DE OUTRA INSTITUIÇÃO: 0

3. DIREÇÃO DE ORIENTAÇÃO DOS PLANOS/PROJETOS DE AUTOMAÇÃO

	EM OPERAÇÃO	EM IMPLANTAÇÃO	EM PROJETO
Processos Administrativos (Aquisição, Empréstimo, etc)	5	4	6
Processos de Entrada (Registro, Catalogação, etc)	10	4	13
Processos Geração de Catálogos, índices, etc.	10	5	21
Processos de Disseminação de Informação	3	1	3
Outros (incluindo recuperação da Informação)	—	1	—

ANEXO 1

Nome completo da Universidade:

Sigla: _____

Nome da Biblioteca:

1. Os serviços de bibliotecas são:

- Centralizados. ()
- Descentralizados. ()
- Parcialmente descentralizados. ()

2. Existem algum plano ou projeto de automação dos serviços da biblioteca:

- Em operação. ()
- Em projeto. ()
- Em desenvolvimento. ()

3. O plano de automação se relaciona com:

- Processos administrativos (aquisição, empréstimo, etc.). ()
- Processos de entrada (registro, catalogação, etc.). ()
- Processos de geração de catálogos, índices, etc. ()
- Processos de disseminação da informação. ()
- Outros (incluindo recuperação da informação). ()

4. O plano de automação utiliza ou prevê a utilização de:

Software desenvolvido pela instituição. ()

Software adquirido de outra entidade. ()

5. O plano de automação foi delineado para operar:

Em lotes (batch). ()

Em linha (on-line). { }

6. Descreva de maneira sucinta todos os aspectos pertinentes referentes ao plano de automação dos serviços bibliotecários da universidade.

Utilizar outra folha se necessário

./..

./..1980.

Nome e função da pessoa que preencheu o formulário.

EL SISTEMA LIBRUNAM EN COLOMBIA

Stella Sanchez de Moore
ICFES - Colômbia

La Red Colombiana de Bibliotecas de Instituciones de Educación Superior agrupa todas las unidades de información que funcionan tanto en las universidades como en los Institutos Tecnológicos y en los colegios superiores del país.

Entre los principales objetivos que persigue la Red, cabe destacar la búsqueda de la racionalización de las labores bibliotecarias y la disminución en los costos de funcionamiento.

Los diferentes análisis de las tareas bibliotecarias que realizó el Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior (ICFES), como coordinador de la Red, demostraron que entre las más críticas se encontraban las de Catalogación y Clasificación, pues eran repetitivas e ineficientes y por lo tanto costosas y demoradas, hecho que desmejoraba el servicio a los usuarios.

En la búsqueda de soluciones para el problema encontrado, la División de Documentación del ICFES emprendió un estudio comparativo de las soluciones dadas en las bibliotecas de Estados Unidos y Canadá. 1/. Al finalizar éste, se tuvo la oportunidad de conocer el sistema diseñado por la Universidad Nacional Autónoma de México, denominado LIBRUNAM.

1_/ El resultado de este estudio se difundió en la publicación:

ICFES: División de Documentación e Información y Sección de Sistematización y Procesamiento. Sistemas Automatizados de Información en Bibliotecas de Estados Unidos y Canadá. Bogotá, ICFES, 1978.

"Es un sistema de procesamiento y recuperación de información bibliográfica, integrado por módulos de recuperación en línea cuyo fin es auxiliar la investigación y los procesos técnicos necesarios para poner los libros al alcance de los usuarios.

Sus rutinas sustentan

1. Los procesos de adquisición, para los cuales produce: listados de pedidos por proveedor, por biblioteca, estados de cuentas, listados de adquisiciones por autor, materias, fechas, estadísticas, etc.
2. Los procesos técnicos: con la información bibliográfica de cada libro integrado na formado el BANCO DE DATOS LIBRUNAM el cual permite obtener: duplicación automática de tarjetas, elaboración de índices y bibliografías y sustenta los servicios de información y referencia".

La comparación de este sistema con los observados anteriormente llevó a la conclusión de que era el más adecuado para adoptarlo a los programas colombianos. Entre sus ventajas se destacan:

Ventajas

1. Satisface necesidades similares a las de nuestras Bibliotecas: Agilización de los procesos de Catalogación y Clasificación de libros y de los servicios de Información y Referencia.
2. Los costos que demandan, tanto la configuración del sistema colombianos, como el montaje de los programas son menores a los de otros sistemas posibles de utilizar.
3. El tiempo de montaje y puesta en servicio del programa, es menor que si se realizara un diseño propio.
4. Se cuenta con el ofrecimiento de asesoría y asistencia técnica para su montaje y adaptación, por parte de la UNAM.

2/ Bronsoiler, Charlotte y otros. LIBRUNAM: Sistema Automatizado para Bibliotecas. México, Universidad Nacional Autónoma. Dirección General de Bibliotecas, 1979. 223p.

5. El montaje del sistema da la oportunidad de ampliar los conocimientos en la configuración de un sistema de este tipo, lo cual facilita el diseño de un sistema propio, a largo plazo, si fuera necesario.
6. El idioma usado es el español, hecho que elimina una gran barrera en el manejo del sistema.

SISTEMA COLOMBIANO

En nuestro país y de acuerdo con los programas adelantados por la Red, el montaje sistematizado de Catalogación requiere la conformación de una base de datos, donde se incluya información sobre el material bibliográfico que poseen las bibliotecas y sobre los que se van adquiriendo.

La disciplina del trabajo cooperativo, practicada a través de todos los programas de la Red, regirá la distribución del trabajo para lograr que sólo una institución realice el procesamiento y que las demás sean beneficiarias de esta acción. Los datos, codificados de acuerdo con las normas de LIBRUNAM, se ingresarán al computador. Una vez revisada normalizada y validada la información, las instituciones podrán obtener tantos juegos de fichas, como requieran. Además, el computador producirá los respectivos envíos según las bibliotecas solicitantes; Boletines de adquisición, índice de nuevos libros por autor, tema, título o clasificación, catálogos colectivos por regiones o por temas, estadísticas, etc.

Para iniciar, se tendrán terminales en la Universidad Nacional y en el ICFES, en la capital (Bogotá) y paulatinamente se irán conectando las grandes bibliotecas de provincia, cuya experiencia y autoridad en la realización de la Catalogación, es reconocida en el país.

De esta manera se espera una Red de Teleproceso que permita organizar un efectivo servicio de información en línea.

Catálogos en microficha y servicios corrientes de información y actualización, serán proporcionados a las instituciones menores y/o aisladas geográficamente.

Las actividades planeadas y los productos esperados están sustentados en rutinas realizadas por LIBRUNAM.

RAZONES PARA IMPULSAR ESTE TIPO DE COOPERACION

1. América Latina debe trabajar con miras a la institucionalización de un organismo que sea rector del desarrollo de los procesos automatizados de Catalogación, en la misma forma que lo hace Estados Unidos, con el fin de lograr la compatibilización en los procesos.
2. El desarrollo tecnológico, compatible con los sistemas y formatos internacionales, logrado por un país latinoamericano debe ser aprovechado por los demás de la región, con el fin de acelerar el cumplimiento de la racionalización a nivel regional.
3. La utilización de un sistema compatible es la única forma de lograr la conformación de una base de datos latinoamericana y de controlar la producción bibliográfica regional, en nuestro propio beneficio: un producto de este tipo es la forma más eficaz para sostener el intercambio de información con los monopolios que la dominan.

CATÁLOGO COLETIVO NACIONAL DE PERIÓDICOS

Eratóstenes Edson Ramalho de Araújo
CNPq/IBICT

R E S U M O

Considerações sobre aspectos conceituais e estruturais são abordados visando a completeza e funcionalidade do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos. A estratégia do IBICT é apresentada, como princípios para sua atuação nos próximos anos. O esquema de coleta sob o modelo na participação de bibliotecas são discutidos. Outros pontos mostrados referem-se a questões sobre atualização da base de dados e à geração de produtos dentro do aspecto periodicidade para os convencionais. Finalmente, outros tipos de dados são sugeridos para incorporar à base visando análises estatísticas e orientação da política de desenvolvimento científico e tecnológico do País.

AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS

Afrânio Carvalho Aguiar
CNPq/IBICT

A atuação de uma biblioteca se compõe de um conjunto de atividades técnico-gerenciais que apresentam características marcantes: algumas requerem grande esforço de criatividade enquanto outras tendem a ser repetitivas e exigem grandes alocações de mão-de-obra. Algumas atividades, como catalogação, por exemplo, correspondem, em parte, à execução de um mesmo trabalho em diferentes bibliotecas.

De Gennaro, em 1976, já dizia que, mesmo para as bibliotecas americanas, a nova palavra de ordem era AUSTERIDADE, expressando a circunstância, de todos conhecida, principalmente de nossos bibliotecários, de que os recursos são hoje cada vez mais reduzidos para aquisição, tratamento e disseminação da informação.

A automação vem possibilitar uma racionalização nos métodos de trabalho e otimização dos recursos alocados ao desenvolvimento das tarefas que compõem parte do trabalho de uma biblioteca, além de possibilitar intercâmbios que minimizam a multiplicidade de execução de certos serviços.

A experiência da automação, já largamente difundida nos países desenvolvidos, é incipiente no Brasil; não chega a uma dezena as bibliotecas nacionais que têm todos os seus processos, ou somente alguns deles, em fase plenamente automatizada.

As dificuldades de difusão da experiência de automação residem em carência de recursos humanos especializados, na incompatibilidade dos "softwares" desenvolvidos com relação aos diversos equipamentos de processamento disponíveis às bibliotecas, na limitação de uso desses equipamentos, nos altos custos de desenvolvimento e implantação de sistemas automatizados, na própria indefinição de um formato único de registro de dados, etc.

Considerando que a transposição de sistemas manuais para sistemas computarizados corresponderá a uma melhoria do desempenho das bibliotecas, aumentando o grau de satisfação de seus usuários, é necessário o desenvolvimento de um grande esforço integrado para viabilizar a mais rápida automação das bibliotecas brasileiras que exibam indicadores que recomendam a automação de seus procedimentos técnicos.

REDES DE COMPUTADORES DAS UNIVERSIDADES DO NORTE E NORDESTE - PROJETO CEPINNE

Ricardo de Oliveira Maciel

1. INTRODUÇÃO

Nós, as gerações que estão vivas, temos o privilégio de atravessar um processo que, como transformação da humanidade, talvez seja o mais dramático já ocorrido. Vem sendo conhecido como processo de informatização-do qual se convencionou inferir que conduzirá à Sociedade da Informação, por analogia com a Sociedade Industrial.

Entre as causas conhecidas desse processo, a invenção dos computadores e seu aumento de desempenho abrupto, concomitante com vertiginosa redução de preços, ocorridos como consequência dos progressos da tecnologia eletrônica, constituem marco inicial na escala cronológica que estamos examinando.

Unificadas as tecnologias e dominadas as técnicas digitais de comunicações é possível promover a multiplicação ilimitada do poder dos computadores, interligando-os através de redes de telecomunicações.

Estas topologias viabilizaram a distribuição das capacidades computacionais para mais junto dos lugares onde são demandadas, preservando-se entretanto a unidade do processamento de dados e das comunicações decisórias da empresa e do estado. Tal é a filosofia conhecida por processamento distribuído.

Outro fenômeno paralelo provocado pela queda nos custos dos equipamentos eletrônicos tem sido a crescente integração internacional, representada pela interligação das redes de telecomunicações através dos satélites artificiais. Os serviços de comunicações, de processamento de dados e de recuperação de informações se reúnem num substrato único: as redes integradas.

A teleinformática — ou a telemática, como querem alguns — trará transformações profundas, revolucionárias, nos mais diversos aspectos de nossas vidas.

Certas tendências reforçam a crença na iminência do processo de informatização.

Entre as mais relevantes, estão as estratégias que vão estabelecendo diversos governos no sentido de concentrar nos respectivos territórios, quantidades crescen-

tes de computadores e informações residentes em bancos de dados.

O acervo do conhecimento humano vai sendo rapidamente tornado acessível ao cidadão comum através da infraestrutura de teleinformática, que resulta em poderoso meio de comunicação de massas com a propriedade exclusiva de ação bidirecional com o público. Os computadores penetram em cada empresa e cada residência, tornando-se necessários à maioria das atividades humanas.

Assim como a Revolução Industrial classificou os países, assim também o mundo sofre uma participação como decorrência da informatização, e, na nova ordem econômica, o poder do óleo vai se convertendo no poder do conhecimento.

Redes comerciais americanas, como TYMNET e TELENET, espalham seus nós por duas dezenas de países, dando acesso universal aos bancos de dados que, para muitos países, já norteiam grande parte das decisões tomadas na economia e nos negócios.

A Europa, em resposta à grande dependência que persiste, instalou uma rede cooperativa em seu território — a EURONET, destinada a integrar e desenvolver os bancos de dados dos países da região. A França erigiu a Teleinformática à condição de prioridade nacional e, aproveitando o fato de que as máquinas programáveis e a revolução que experimentamos na eletrônica reduziram a importância da tradição tecnológica ao nível da criatividade de cada povo, consegue hoje ter sua rede de telecomunicações, em grande parte, digitalizada.

Analogamente, o Japão estabeleceu um Projeto de Informatização cujo objetivo é antecipar as consequências desse fenômeno e orientá-los para o bem comum de sua população. Com a perspectiva de uma geração, o projeto japonês contempla a habilitação de cada indivíduo lá nascido para utilizar o computador e as redes e serviços de bancos de dados como tarefas rotineiras do dia-a-dia, através de um programa bem orientado de educação.

A América Latina desperta sua consciência para o problema da informatização, observando-se agora as primeiras iniciativas no México, Argentina e Brasil de criar uma infraestrutura de comunicações de dados adequada.

O Brasil lidera a situação latino-americana, contando com uma rede de telecomunicações de boa qualidade e capilaridade, embora ainda não preparada para as comunicações de dados.

Em nosso País observamos, talvez, o momento mais dinâmico na criação de infraestrutura de teleinformática, com a introdução dos serviços públicos de consultas à bancos de dados, o lançamento do serviço ponto-a-ponto, a implantação da Rede pública Comutada por Pacotes, com o anúncio da experiência de videotexto e a introdução dos computadores pessoais.

No plano institucional, prepara-se regulamentação visando padronizar os protocolos de comunicação de dados, dando acesso com esta medida à compatibilização dos computadores nacionais e permitindo a geração de redes de processamento distribuído, o que contribuirá para uma transformação cultural no sentido de se reduzir o uso dos grandes computadores isolados.

Um levantamento do cenário brasileiro de teleinformática, realizado através de Comissão Especial da SEI, caracterizou, entre outras medidas, a necessidade de introduzir-se a cultura do uso de redes de computadores e de minicomputadores nacionais a partir dos CPD's universitários, hoje apoiados em grandes equipamentos estrangeiros.

Diretrizes presidenciais recomendam o incentivo à indústria e tecnologia nacionais e a implantação de infraestrutura especializada de comunicações, tudo sob uma perspectiva de progresso social e do bem estar da população.

Para o cumprimento das diretrizes do Presidente da República, alguns obstáculos devem ser vencidos, assim como existem oportunidades a aproveitar.

Os desníveis internacionais são profundos, e mais ainda quando se examina os recursos de informação. É possível entretanto diminuí-los, uma vez que a revolução tecnológica quebra tradições e diminui "handicaps". A política de reserva de mercado, nesta época incipiente de nossa indústria, constitui uma oportunidade em tal direção.

É fundamental vencer, por outro lado, a dificuldade que temos em procurar informações que nos são necessárias porque não fomos criados com apego às bibliotecas, desperdiçando assim criatividade na reinvenção de várias coisas. Como uma consequência deste traço cultural temos grande dependência em relação à bancos de dados estrangeiros, que crescerá fatalmente, insumo que é do desenvolvimento econômico. Analogamente, em relação a processamento de dados, começam a formar-se redes de computadores visando regra de comunicações de um único fabricante, o que alija os demais, a longo prazo, do mercado.

Outro exemplo significativo é a pressão da demanda de serviços de comunicação de dados e de consultas a bancos de dados, que se manifesta de forma crescente no País. A este respeito, devemos utilizar-nos do fato do País já possuir uma rede de

telecomunicações suficientemente espalhada, com boa qualidade

Tendo em perspectiva os objetivos nacionais, os desafios e oportunidades que se apresentam, e a situação atual do País, um conjunto de estratégias vem sendo implementadas no campo da teleinformática, entre as quais a mais importante no momento é a implantação das redes públicas comutadas de comunicação de dados, conduzida pelo Ministério das Comunicações.

No âmbito da Secretaria Especial de Informática, planeja-se a aplicação de um conjunto de medidas, tais como:

- a implantação de redes de computadores e bancos de dados disponíveis para uso público e utilizados para o ensino de administração das facilidades correspondentes;
- a instalação de computadores nacionais, organizados em redes de processamento distribuído;
- a ação conjunta com o Ministério das Comunicações no sentido de se estabelecer protocolos-padrão de interligação de computadores no País;
- a utilização de meios públicos e administrativos para induzir os órgãos da administração federal ao uso do processamento distribuído;
- o fomento ao desenvolvimento de software para gerência de recursos distribuídos de processamento de dados e de bancos de dados;
- o desenvolvimento de software para tornar compatíveis os minicomputadores nacionais, permitindo que se comuniquem a nível de processos;
- a promoção de transformações culturais no sentido de se utilizar bancos de dados, incentivando-se ao mesmo tempo o desenvolvimento e manutenção de bancos de dados no território nacional e sua disseminação através das redes públicas de telecomunicações;
- a elaboração de regulamentos para disciplinar o setor, especialmente quanto aos serviços públicos que se prenunciam;
- e, finalmente, a organização de experiências limitadas, por exemplo no campo da educação, que visem, preparar-nos para conviver com um mundo informatizado.

Todas estas estratégias deverão se consolidar em projetos, abrangendo uma ou mais das medidas preconizadas

O primeiro projeto a ser disparado em consequência deste quadro e que destina-se a contribuir para o atendimento do conjunto das estratégias descritas é o CEPINNE.

A sigla CEPINNE sintetiza o projeto Centro Piloto de Serviços Públicos de Teleinformática para Aplicações em Ciência e Tecnologia na Região Norte-Nordeste.

2. JUSTIFICATIVAS

Há alguns anos atrás, universidades e centros de pesquisa brasileiros estabeleceram com a CAPRE um projeto com a finalidade de se promover a aquisição e instalação de um grande computador para ser colocado à disposição de todos os participantes através de meios de telecomunicações.

Este projeto denominou-se C-4, Consórcio de Computação Científica Concentrada. Devido a diversas circunstâncias, o projeto C-4 não passou do estudo embrionário.

Dois fatores contribuíram especialmente para conduzir a SEI a retomar o problema:

- a existência iminente de uma rede experimental de pacotes — o projeto REXPAC da TELEBRÁS;
- e a necessidade de se ganhar experiência institucional e operacional em redes de computadores e serviços de bancos de dados, que se vislumbram como um dos grandes ramos de negócios da próxima década.

Além disso, a presença de computadores de médio e grande porte nas universidades e a participação da TELEBRÁS com os meios de comunicações e a tecnologia de software de protocolos, permitiram a viabilização de um projeto com investimentos relativamente baixos, com a finalidade de integrar atividades científicas e prover a infraestrutura para as experiências desejadas.

Dai resultou o projeto Centros de Serviços de Teleinformáticas para Aplicações em Ciência e Tecnologia, que visa a criação de centros de prestação de serviços públicos apoiados em facilidades computacionais de seus consorciados, interligados em rede, entre universidades e centros de pesquisa e tecnologia.

Este projeto foi planejado de forma a constituir-se em projetos menores e seu primeiro desdobramento é o projeto CEPINNE.

O CEPINNE surgiu com base nos seguintes fatos: no âmbito da administração do PNCI — Programa Nacional de Centros de Informática, verificou-se que na região Norte-Nordeste do País a distribuição de recursos de informática deveria sofrer transformações que lhe facultassem um uso mais otimizado. As universidades da região dispõem de quatro computadores DEC-10 com grande capacidade de processamento, enquanto as demais contam, em geral, com computadores de pequeno porte e que dentro de algum tempo deverão ser substituídos em virtude de serem equipamentos antigos.

As substituições deverão ser por minicomputadores nacionais que, entretanto, não podem suprir sozinhos algumas das aplicações universitárias a médio prazo. Por outro lado as universidades que têm computadores DEC-10 estão interessadas em interligá-los, visando o compartilhamento de recursos e de experiências. O fabricante desses computadores manifestou grande interesse em promover a interligação, utilizando um sistema de regras de interligação ou protocolo próprio, que automaticamente dificultaria, no futuro, a instalação de computadores de outras marcas e acesso à rede pública comutada de comunicação de dados. Esta situação conduziu à idéia de implantar-se um Centro Piloto na região, tendo a vantagem de constituir-se em uma experiência limitada e, portanto, com parâmetros facilmente controláveis, ao mesmo tempo que representará uma contribuição para o desenvolvimento da região e impedirá a utilização de protocolos de comunicações não condizentes com as políticas nacionais de informática e de telecomunicações.

O projeto CEPINNE se justifica em dois contextos: aquele do programa em que está contido e o da sua implementação intrínseca.

Em termos gerais a realização deste projeto contribuirá para a elevação do nível de capacitação tecnológica brasileira, devido principalmente a:

- o acesso de recursos computacionais compartilhados não disponíveis em instalações individuais;
- orientação da expansão do parque computacional científico corria arquitetura distribuídas e uso extensivo de minicomputadores:

- compartilhamento de software e bancos de dados especializados;
- intensificação do intercâmbio direto entre áreas e projetos afins e geograficamente distantes;
- a substituição de serviços análogos sediados no estrangeiro;
- criação de escala econômica para comercialização de produtos de software científico-tecnológicos nacionais;
- capacitação nacional na engenharia, tecnologia e administração de serviços públicos de teleinformática;
- geração de receitas para aplicação no desenvolvimento do setor.

Em termos específicos, podem se alinhar os seguintes benefícios trazidos pelo CEPINNE:

- maior intercâmbio entre as universidades;
- menores custos em equipamentos;
- uso de processamento distribuído;
- possibilidade de integração com a rede pública e com a rede experimental de pacotes da TELEBRÁS;
- maior potencial em pesquisa fora a região;
- possibilidade de integração com outros centros tecnológicos;
- acesso a bases de dados e programas especializados locais;
- oferecimento de infraestrutura para um projeto experimental de educação apoiado em redes de computadores.

3. OBJETIVOS

Implantação de uma entidade, cujo modelo institucional tanto em relação à natureza quanto à forma, será definido no projeto ora proposto, e que administrará uma rede de teleinformática conectando os computadores das universidades do Norte e do Nordeste brasileiros.

A topologia inicial da rede CEPINNE constituirá de cinco nós de encaminhamento compostos por computadores DEC tipo PDP 11/34 e DEC-10, interligados inicialmente por enlaces TRANSDATA dedicados, e aos quais se conectarão minicomputadores nacionais, também através de enlaces TRANSDATA.

As comunicações serão todas realizadas pelos protocolos padronizados, desenvolvidos no Centro de Pesquisas da TELEBRÁS, e implementados nos minis nacionais, com software desenvolvido pelo próprio projeto.

Quando a rede experimental e, mais tarde, a rede pública comutada de pacotes estiverem prontas, todos os computadores do CEPINNE se interligarão através dela, interligando-se assim mutuamente e ao resto do País por meios bem mais econômicos.

O CEPINNE proverá infraestrutura para serviços de comunicações de computadores e de terminais com a finalidade de colocar à disposição das universidades e centros de pesquisa do Norte e Nordeste recursos computacionais, programas especializados e bases de dados, organizados e acessíveis de forma integrada através da rede de telecomunicações públicas, para suprir as necessidades das mesmas nas áreas acadêmicas e científico-tecnológicas, permitindo ainda experiências no uso da teleinformática como instrumento para o processo educacional.

Como resultado da conexão dos computadores, feitos acessíveis desde qualquer ponto da rede, o CEPINNE disporá de um conjunto poderoso de recursos de processamento de dados que, em harmonia com os modelos institucional e operacional definidos no projeto, poderá dar impulso ao setor privado de Serviços de Informática.

Os bancos de dados e programas especializados das universidades da região serão tornados disponíveis para todos, na área. Através da interação desses bancos preenchendo-se complementarmente, serviços de consultas resultarão. A infraestrutura de armazenamento magnético de grande porte dará chance a que outras iniciativas de produção local de bancos de dados floresçam.

O CEPINNE será concebido para oferecer todos estes serviços, tendo como missão dar à comunidade do Norte e do Nordeste, e à população brasileira em geral, um conjunto bem definido de combinações.

Entre os objetivos específicos do CEPINNE alinham-se:

- a) o estabelecimento de modelo institucional para exploração de serviços de teleinformática;

- b) a implantação de sistema de operação de serviços;
- c) a instalação e uso de minicomputadores nacionais em rede nas universidades;
- d) a otimização dos recursos de informática na universidade;
- e) o desenvolvimento de software de comunicações e gerência de bancos de dados;
- f) o desenvolvimento de protocolos de acesso à bancos de dados,
- g) os testes dos protocolos padronizados de comunicação de dados;
- h) a integração à Rede Pública de Pacotes;
- i) a introdução da cultura de processamento distribuído;
- j) a integração das atividades de ciência e tecnologia no NNE;
- l) o desenvolvimento de Recursos Humanos especializados;
- m) a atração e fixação de especialistas no NNE;
- n) a integração intraregional do NNE e deste com o sul do País,
- o) o estímulo ao desenvolvimento de casas de software no NNE;
- p) o estímulo à substituição do uso de bancos de dados estrangeiros por bancos de dados desenvolvidos e mantidos na região;
- q) a familiarização da comunidade docente, discente e administrativa das universidades com o uso de computadores.

Além dos objetivos específicos do CEPINNE, a rede de teleinformática que se constituirá, servirá como infraestrutura para experiências limitadas de informatização nos campos da educação, trabalho, ciência e tecnologia e outros.

Contribuirá para acelerar as atividades do Laboratório de Redes de Computadores, organizado por universidades brasileiras para a pesquisa científica na área de comunicação de computadores.

Servirá ainda para preparar a introdução dos serviços públicos comutados de comunicações de dados, provendo uma experiência de serviços e de administração de infraestrutura, além de dar uso à rede experimental, e, também, para que as indústrias brasileiras preparem seus computadores para ligar-se às redes públicas, o que os tornará, além disso mutuamente compatíveis.

SISTEMA AUTOMATIZADO DE CONTROLE BIBLIOGRÁFICO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UnB - BCE020

Cybele Villares Coelho

Biblioteca Central da UnB

Marco Antonio Pinho Werneck Rodrigues

CPD/UnB

R E S U M O

Iniciado em fins de 1978, o Projeto de Modernização Administrativa da BCE incluiu estudos de utilização de computador nas atividades de Seleção e Aquisição, Processamento Técnico e Empréstimo de material bibliográfico. Planejado para operação em linha, o sistema compreende vários módulos, de todo o processo e vários programas de aplicação, que possibilitam o acesso ao Banco de Dados. Inicialmente executado em boletins, o cadastramento de material bibliográfico já é feito através dos terminais instalados na Biblioteca, como também o registro das obras a serem adquiridas (Desiderata). O sistema permite, atualmente, 32 tipos de pedidos ao Banco de Dados, incluindo pedidos de atualização e pesquisas. Com auxílio do computador, o serviço de aquisição possui melhor controle das encomendas e fornecimentos de material. Para o atendimento dos usuários, a Biblioteca continuará a dispor dos catálogos tradicionais de consulta, cujas fichas são geradas pelo sistema, que também passará a controlar o serviço de empréstimo. Dadas as características de flexibilidade do sistema, a Biblioteca poderá obter vários outros tipos de dados sobre seu acervo, estando já em estudo a recuperação de documentos por assunto (em linha) e a definição de dados estatísticos desejados.

CDU 681.3:027.7

CDD 029.7

A DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS; ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Alvaceli Lusa Braga

Prof^a do Departamento de Biblioteconomia e Documentação e Coordenadora da CDI - UFSC

ArmiMaria Cardoso

Prof^a e Sub-Chefe do Departamento de Biblioteconomia e Documentação - UFS

Visão geral do processo de SDI em bibliotecas universitárias, define a terminologia e os objetivos da universidade, biblioteca universitária e serviço de SDI. Identifica os principais serviços de SDI em bibliotecas universitárias, de acordo com a literatura disponível. Analisa a viabilidade de implantação de serviços de SDI nas Bibliotecas Universitárias Brasileiras, descrevendo a situação atual das mesmas. Justifica a necessidade de serviços de Disseminação Seletiva da Informação nas Bibliotecas Universitárias Brasileiras, e tece algumas considerações sobre a viabilidade de implantação e manutenção do mesmo, sugere a operacionalização da base de dados de PASCAL. Apresenta conclusões.

SISTEMA DE CONTROLE DE PERIÓDICOS (SISCOPE)

Carlos Ernesto Rech
Bibliotecário do CPD/PGCC da UFRGS

Nelson Mendonça de Mattos
Analista de Sistema do PGCC da UFRGS

Implantação de um Sistema de controle de periódicos (SISCOPE) utilizando minicomputador, na biblioteca do Centro de Processamento de Dados/ Pós-Graduação em Ciência da Computação da UFRGS .

CDD 025.35 0285

CDU 025.3:681.3

SISTEMA CALCO/UFRGS

AUTOMAÇÃO NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRGS

Heloísa Benetti Schreiner

Diretora da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Apresentação dos objetivos, características e situação atual do Sistema CALCO/UFRGS de processamento automático de dados na Biblioteca Central. Discussão de alguns aspectos técnicos e administrativos relacionados com o Sistema.

CDU 027.7.681.3

CDD 027.70285

O SISTEMA DE AUTOMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS DA UFPb

Lêda Maria Jurema Dutra

Diretora da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

José Leonidas Maciel da Silva

Analista de Sistemas do Centro de Processamento de Dados da Universidade Federal da Paraíba.

Este trabalho mostra a experiência das Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba, na área de automação com todos os problemas enfrentados bem como as vantagens apresentadas desde a implantação do sistema.

SIMPÓSIO SOBRE AUTOMAÇÃO DE SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS

Cybele Villares Coelho

RELATÓRIO

O Simpósio sobre Automação de Serviços Bibliotecários teve como trabalho básico um documento sobre o panorama dos planos e projetos de automação das bibliotecas universitárias brasileiras, apresentado em sessão plenária por Jaime Robredo, professor da UnB e coordenador do Simpósio, que expôs a situação atual como ainda incipiente, contando apenas com poucos projetos isolados na matéria e ainda menos sistemas em operação.

Dando início à Sessão de Abertura do Simpósio, Afrânio Carvalho Aguiar, diretor do IBICT, proferiu uma palestra sobre os problemas e possíveis soluções para o desenvolvimento das atividades de automação no Brasil. Enfatizou a oportunidade que o Seminário, em geral, e o Simpósio, em particular, proporciona para captar subsídios para a consecução de objetivos comuns necessários ao delineamento de uma política de informação que dê apoio ao desenvolvimento da ciência e tecnologia no país.

Durante as sessões foram apresentados diversos comunicados técnicos que destacam as realizações sobre automação nas universidades de Brasília, do Rio Grande do Sul e Paraíba.

As contribuições do ICFES (Colômbia) e do IBICT destacam ainda interessantes exemplos de ações cooperativas em matéria de automação.

Especial destaque merecem as comunicações apresentadas por especialistas da SEI e da TELEBRÁS, que mostram o advento da Telemática no Brasil, abrindo horizonte que ensejarão transformações radicais que se consubstanciarão em breve prazo, nas redes automatizadas de bibliotecas que, até há pouco, pareciam um sonho reservado aos países industrializados.

Enfim, um outro comunicado lembra a necessidade de incrementar os processos de transferência de informação no âmbito acadêmico.

Utilizando como insumos as informações analisadas no documento-base e as advindas dos comunicados técnicos, dois grupos de trabalho aprofundaram o estudo da problemática em matéria de:

GRUPO 1 : a) Redes de Computadores

b) intercâmbio de software

c) Processos de recuperação automática de informação.

GRUPO 2: a) Automação de processos administrativos

b) Automação de processos de entrada, de geração de catálogos e índices.

A coordenação dos grupos de trabalho ficou assegurada a Marco Antonio Pinho Werneck Rodrigues, da UnB, e colaboração de Tânia Mara Guedes Botelho, do SERPRO, na condução dos trabalhos.

As conclusões e recomendações formuladas a partir desses dois grupos foram levadas a debate durante a posterior "Mesa Redonda", coordenada por Tânia Mara Guedes Botelho, resultando, após referendado dos participantes do Simpósio, nas seguintes recomendações cujo relato final aos cuidados de Cybele Villares Coelho da UnB.

RECOMENDAÇÕES:

Considerando que:

- a) Existem diversos projetos paralelos visando a automação dos processos administrativos de bibliotecas;
- b) Esses projetos trabalham com padrões "criados" independentemente, nem sempre uniformes, trazendo dificuldades às tentativas futuras de integração;
- c) Os bibliotecários sentem necessidade de maior treinamento e especialização na área de automação;
- d) Os analistas de sistema sentem dificuldade em definir o que automatizar;
- e) É alto o custo de um projeto de automação de Biblioteca;
- f) Um sistema automatizado de serviços bibliotecários possibilita a economia de escala de modo a:

- evitar a duplicação de processamento de títulos comuns a várias bibliotecas;;
- evitar a duplicação de importação de índices e resumos estrangeiros, de alto custo, com economia de divisas;;
- agilizar a execução de trabalhos repetitivos, facilmente realizados por máquinas;;

RECOMENDA-SE às autoridades competentes da área de Informação, Informática e Telecomunicações;;

- a criação de um grupo de estudos interdisciplinar e inter-institucional que viabilize a implementação de recomendações sobre automação de serviços de bibliotecas, em especial, os aspectos referentes à utilização de Redes de Computação, intercâmbio de software e processos de recuperação automáticos de informação;;
- que se defina uma política quanto à construção de Bases de Dados Bibliográficos no Brasil e importação de bases;;
- a utilização de serviços de consulta a bancos de dados já desenvolvidos no país, em lugar de se importar ou contratar externamente;;

RECOMENDA-SE aos órgãos educacionais.;

- criação de cursos interdisciplinares para bibliotecários e analistas de sistemas poderem dialogar e compreender uma mesma linguagem, fomentar a realização de seminários de integração a nível de experiências em aplicação de Processamento de Dados em Bibliotecas e incentivar a produção de publicações voltadas para automação de Bibliotecas, com exemplos de aplicações típicas para a Biblioteconomia.

RECOMENDA-SE ao IBICT.;

- a definição dos padrões básicos relativos aos procedimentos e meios a serem utilizados na automação de processos administrativos;;
- a definição de elementos mínimos que um formato de registros de dados bibliográficos deveria respeitar para ser considerado aceitável a nível nacional.;

- que se estude a nível nacional um formato simples para registros legíveis por computador que viabilizem um intercâmbio rápido de informações.
- a criação de um órgão central de armazenamento e disseminação dos trabalhos de automação de bibliotecas ou formação de redes, sejam eles projetos de implantação, estudos e pesquisas, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, ligadas às áreas de Biblioteconomia, e Processamento de Dados;
- fomentar a criação de um cadastro de especialistas, instituições ou grupos para a prestação de serviços de consultoria e assessoramento e na viabilização de projetos de automação de serviços bibliotecários e conseqüente troca de experiências.

2º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

**GRUPOS DE TRABALHO
DOCUMENTOS BÁSICOS E RELATÓRIOS**

Brasília, 25 a 30 de Janeiro de 1981

EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*

Milton A. Nocetti
SDI/EMBRAPA, Brasília, DF.

Judith Rebeca Schleyer
João Pessoa, PB.

- Apresenta os resultados de um levantamento realizado através de questionários, nas bibliotecas universitárias brasileiras, referente à educação de usuários. Identifica as falhas estruturais e conceituais do contexto, e propõe tópicos para discussão.

"O curso deveria ser dirigido aos usuários" (Comentário de estudante ao avaliar um curso de instrução bibliográfica para usuários).

1. INTRODUÇÃO

Freqüentemente quando se pensa em educação de usuários, cogita-se sobre duas possibilidades: organizar um curso ou uma visita orientada à biblioteca. No entanto, quando a literatura especializada é consultada, verifica-se que o tema é um pouco mais complexo do que se imaginava a princípio. Pois, "alguns dos problemas associados com os programas de educação do usuário e parte do descontentamento com o que tem sido alcançado através de tais programas podem ter origem no fato de que a estrutura geral da maioria dos cursos é muito semelhante àquela proposta em 1949 (pela Library Association). Ou essas propostas estavam à frente de seu tempo e somente hoje são aplicáveis, ou então deveríamos estar procurando algo tão diferente dessas propostas de 1949 como, por exemplo, são os métodos de ensino atuais quando comparados com aqueles existentes em 1949" (16). A necessidade de propostas diferentes e, em especial, adequadas à realidade brasileira, pode ser considerada fundamental. Essa necessidade constitui a linha norteadora desse relatório.

Em 1960, Bonn (3) publicou uma análise sobre a literatura pertinente à área de educação de usuários, cobrindo o período de 1876 a 1958. Em outras palavras.

Documento básico apresentado ao Grupo de Trabalho sobre Estudo da Interface Usuário-Sistema de Informação.

no plano internacional, há mais de um século que bibliotecas estão preocupadas em desvendar seus intrincados caminhos para o "leigo" usuário. No caso do Brasil, a preocupação é bem mais recente, já que, aparentemente, o primeiro curso para usuários foi organizado por uma das faculdades da USP, em 1955. (4,15) Esta não é a única diferença entre a realidade local e a internacional. A história do desenvolvimento de programas de educação de usuários está fartamente documentada, em países desenvolvidos como Estados Unidos e Inglaterra, mas quando se chega à América Latina, a situação é bem outra. Ao invés de as críticas se referirem às redundâncias e repetitividade na literatura (1,6,11 etc), descobre-se "que a literatura latino-americana sobre o tema carece de referências relevantes sobre o assunto" (2). No que concerne à literatura especializada nacional, esta não difere da latino-americana. Uma rápida tentativa de recuperar a produção bibliográfica brasileira sobre educação de usuários, no período de 1960 a 1979, produziu cerca de 20 referências. Mesmo não se tratando de um levantamento exaustivo (difícilmente realizável por causa da falta de controle bibliográfico), comparando-se com o volume de literatura produzida no exterior em seis anos, 1967 a 1972, (o Library Literature arrola 309 citações, segundo Young) (17) fica patente que, a nível nacional, não se padece dos problemas causados pela explosão da informação. Deve ser observado também que a maior parte dos trabalhos publicados no Brasil sobre o tema é do tipo "o que fizemos na nossa biblioteca". Obviamente esse tipo de literatura é importante, mas essa unilateralidade da produção bibliográfica sublinha a necessidade de mais estudos e pesquisas, uma vez que a educação de usuários, em nível nacional e internacional, tem se dado principalmente no âmbito universitário e, como o sistema educacional brasileiro possui peculiaridades que influem, à sua maneira, no uso das bibliotecas universitárias, os problemas decorrentes não poderão ser solucionados com base em soluções encontradas por outros sistemas diversos do brasileiro.

No entanto, a nível nacional e internacional, alguns pontos em comum podem ser encontrados:

- a) uma maior intensificação de atividades na década de 70. No Brasil, os dados sobre a criação de cursos comprovam esse fato que é também demonstrado pelo acréscimo no número de trabalhos de congresso sobre o tema (só no 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, quatro trabalhos foram apresentados) e de artigos publicados durante os anos 70. (Vale dizer que 1970 viu o surgimento de quatro periódicos especializados. Este fato também pode justificar o crescimento da produção bibliográfica periódica.)

No plano internacional, o número de congressos e seminários dedicados exclusivamente à educação de usuários, a criação do LOEX (Library Orientation Instruction Exchange) e do programa da SCONUL para educação de usuários e a

abundante literatura de revisão demonstram também a intensificação de atividades na década de 70.

- b) Não ficou comprovada até hoje a eficácia dos programas de educação de usuários. Por mais que bibliotecários, independente de nacionalidade, acreditem nos benefícios de tais programas, até hoje não pode ser demonstrado que aquele que recebeu alguma forma de orientação tenha sido beneficiado. No entanto, já existem algumas evidências do contrário, isto é, não receber orientação pode ser prejudicial.
- c) As bibliotecas têm adotado uma posição passiva. O número reduzido de bibliotecas oferecendo programas de educação de usuários, a falta de inovação nos programas que têm sido oferecidos e, especialmente no âmbito universitário, o distanciamento que existe entre biblioteca e comunidade são problemas universais. As causas são muitas e várias vezes já foram apontadas, mas até o presente, salvo exceções, a atitude básica é a da passividade.

O tema educação de usuários tem sido alvo de várias revisões de literatura (como já foi mencionado), inclusive uma publicada em português (1) e uma outra sobre metodologia didática, também em português (14). Por outro lado, o número de pesquisas e de artigos de revisão sobre pesquisas é bem mais escasso. Torna-se, portanto, necessário reunir informações sobre os resultados de pesquisas, tanto no sentido de divulgação como para auxiliar na análise dos dados coletados para esse relatório. Deve ser aqui salientado que essas informações referem-se a pesquisas realizadas no Exterior, uma vez que não se tem conhecimento de pesquisas nessa área no Brasil, e que as generalizações, em face do número reduzido de pesquisas, podem não ser definitivas.

Das pesquisas já realizadas poucas têm se dedicado a estudar as atitudes de usuários, bibliotecários e professores em relação à educação de usuários. No entanto, esse reduzido número de estudos de atitudes revelou a existência de uma percepção diferenciada tanto de necessidade como de satisfação por parte dos três grupos (usuários, bibliotecários e professores) (17). Em geral, os bibliotecários são os que em maior proporção consideram existir a necessidade de instrução e que também estão mais satisfeitos com os programas de educação. Pode-se dizer que esse é um resultado óbvio, pois ninguém melhor do que um bibliotecário para "vender o seu peixe". Por outro lado, esses resultados revelam que, apesar de uma biblioteca se situar no campus universitário, o seu papel dentro do sistema educativo só é considerado central pelos próprios

bibliotecários. Em consequência, pode-se dizer que seria útil repensar sobre a atuação de bibliotecas e bibliotecários, sobre a necessidade de uma maior agressividade e de um redimensionamento dos objetivos da biblioteca universitária. Torna-se clara a imperiosidade da saída das quatro paredes da biblioteca e do abandono da preponderância de atividades técnicas, pois não serão de muita valia os programas de educação de usuários enquanto forem os bibliotecários aqueles que mais acreditam em seu valor.

Quanto à relação causal entre uso da biblioteca e aptidão escolar, ainda não foi possível identificar uma forte correlação positiva. As associações positivas entre o uso da biblioteca, rendimento escolar e nível de inteligência são poucas e fracas (graus de correlação sempre fracos e nem sempre presentes) (17). Em outras palavras, ainda não foi provado que o melhor aluno é aquele que mais usa a biblioteca. Isto é decepcionante e surpreendente, pois a crença no valor dos livros e da biblioteca como meio educacional pode ficar abalada, e perde-se um forte agente motivador para intensificar o uso de bibliotecas. No entanto, como esse tema de pesquisa é complexo, pois envolve um grande número de variáveis de difícil controle, ainda é cedo para se perder a fé no valor das bibliotecas.

Algumas outras pesquisas se dedicaram a estudar o impacto do nível dos serviços bibliotecários pré-universitários no rendimento escolar do estudante universitário. Também aqui fica abalada uma outra crença profissional pois "nenhuma evidência foi encontrada que comprove que o nível de serviço bibliotecário (pré-universitário) tenha uma correlação positiva com os conceitos obtidos pelo estudante na universidade" (17). Algumas dessas pesquisas obtiveram resultados positivos, porém, nesses casos, ressalta Young (17), houve sempre a participação ativa do corpo docente universitário. Dessa forma, talvez a correlação positiva não seja relacionada com a qualidade das bibliotecas freqüentadas pelos estudantes antes de ingressarem na universidade, mas seja fruto do envolvimento de docentes durante as pesquisas. Aliás, um ponto sobre o qual não restam mais dúvidas é o papel do professor como estimulador no uso de bibliotecas universitárias. As pesquisas já realizadas comprovam que o uso da biblioteca aumenta consideravelmente com a participação de docentes. Uma das pesquisas demonstrou que até documentos que não constam nas bibliografias recomendadas, foram mais solicitados por estudantes que tinham professores sensibilizados quanto ao uso e valor de bibliotecas.

Uma área que foi mais intensamente pesquisada do que as outras acima mencionadas foi a de métodos de ensino. Entretanto, apesar do maior número de pesquisas, nenhum dos métodos foi reconhecido como comprovadamente melhor do que outros. Um dos estudos (9) compara seis técnicas de ensino, desde a aula expositiva tradicional até a utilização de meios como o video-tape, chegando à conclusão de que as diferenças na avaliação do aprendizado deram uma pequena vantagem para o método de "slides" conjugado com palestra de bibliotecários.

Tanto não se pode afirmar a superioridade de um método de ensino sobre outro, quanto, não se têm dados para julgar os testes de avaliação de aprendizado que são aplicados para medir a eficácia, mesmo que a curto prazo, do programa educacional. Cabe todavia esclarecer que *esses* testes (aplicados somente no Exterior) são capazes tão somente de medir a aptidão em técnicas de recuperação da informação, logo após a instrução, e muito artificiais como instrumentos para medir a habilidade do usuário em "negociar com a complexa estrutura de uma biblioteca" (16). Os testes a que se referem *essas* pesquisas aparentemente sofrem dos mesmos problemas que os conteúdos programáticos da educação de usuários: são por demais voltados às minúcias técnicas. Aliás, a ênfase na instrução de minúcias técnicas é um problema frequentemente apresentado na literatura estrangeira e, de acordo com os programas de cursos que foram enviados, em anexo ao questionário analisado na seção seguinte, pode-se dizer que esse problema existe também no Brasil.

Um outro fato interessante que merece ser mencionado é que estudantes que frequentaram cursos "ao vivo" com bibliotecários tendem a procurar mais a ajuda de bibliotecários do que aqueles que são ensinados por métodos audiovisuais ou que não receberam treinamento (10). Educação de usuários, portanto, não é solução para a falta de bibliotecários de referência, mas sim, como tudo indica, funciona como uma pressão por mais e melhores serviços de referência.

Na área de pesquisas sobre educação de usuários, pode-se observar que o mesmo tipo de crítica e de problemas de que padece a área de estudos de usuários (falhas metodológicas, definição superficial de variáveis e de objetivos, etc.) também estão presentes. A "interface usuário/biblioteca" parece constar somente de " ...face... biblioteca". O usuário que é declarado (no papel) como o objetivo principal, o fim maior, é o menos ouvido e atendido. Esta é uma conclusão que pode ser retirada da literatura revisada. Não é o usuário, em geral, que pede por instrução, é a biblioteca que oferece. Até aí, tudo bem! Os problemas são: que o usuário não é consultado sobre o que precisa apreender, nem quando e como; e que os resultados de estudos de usuários não são levados em conta. Se não, como explicar que o catálogo, um dos instrumentos menos utilizados na recuperação da informação (de acordo com os resultados de vários estudos de usuários) constitua parte quase que básica dos mais variados programas de treinamento. Não são levados em conta aspectos como transitoriedade de necessidades o que implica em que programas de educação só devam ser oferecidos em épocas em que os estudantes sintam necessidades, por exemplo, quando precisam desenvolver trabalho de pesquisa para um professor. Obviamente, para atender a esse aspecto, a cooperação entre bibliotecários e professores é fundamental. A transitoriedade implica também que, dependendo da época, o estudante terá diferentes necessidades que exigem conteúdos programáticos diversos. Nesse sentido, Melum (13) chegou a importantes conclusões: que a instrução é efetiva somente quando existe necessidade e que aprender a usar uma biblioteca é um processo contínuo.

No que se refere ao processo de aprendizagem, a preocupação maior tem sido com o aspecto cognitivo (aprendizado de técnicas) e não com o aspecto afetivo (imagem mental), o que demonstra, mais uma vez, que a interface usuário/biblioteca não tem sido bem compreendida. O objetivo cognitivo, de acordo com Fjállbrante Stevenson (6), se preocupa com a compreensão de conceitos os quais podem variar de complexidade. Por exemplo, um curso introdutório pode ter objetivos cognitivos como o arranjo de diferentes tipos de documentos em uma biblioteca, e um curso mais avançado pode ter como objetivo capacitar o estudante a recuperar informações por meios automatizados. Os objetivos afetivos se referem a sentimentos. Em outras palavras, se preocupam com a imagem mental da biblioteca, dos bibliotecários, e da informação, ou seja, se preocupam em transformar a imagem da biblioteca de um local aborrecido ou de trabalho, em um lugar acolhedor onde seja possível encontrar as informações desejadas. No entanto, não é só a falta de objetivos afetivos que prejudica o aprendizado, mas a falta, em geral, de objetivos. Muitos programas e cursos são realizados sem objetivos claramente definidos (6, 11, 16). Isto obviamente prejudica a avaliação de tais programas, o que, por sua vez, dificulta a remodelação dos mesmos para uma melhor satisfação do usuário. Enfim, uma cadeia de problemas que pode ser causada por uma compreensão insuficiente do que é o processo de aprendizagem, do que necessita o usuário e do que representa a interface usuário/biblioteca.

Neste relatório, os autores procuram identificar alguns pontos relevantes sobre educação de usuários nas bibliotecas universitárias do Brasil, visando orientar as discussões do Grupo de Trabalho deste 29 Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, sobre os aspectos principais.

2. METODOLOGIA

O levantamento foi realizado através de um questionário enviado por correio às bibliotecas universitárias que constam no cadastro oficial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES.

Algumas imperfeições foram constatadas na estrutura do questionário. Por erro de gráfica, foi reproduzido o modelo utilizado para o pré-teste, e não o definitivo. Considerando que os erros detectados invalidariam somente as respostas de perguntas consideradas não-básicas para os resultados da pesquisa, o questionário foi, assim mesmo, utilizado.

3. RESULTADOS E ANÁLISE

Dos 486 formulários enviados, foram recebidas 186 (38,27%) respostas das quais 55 declararam não desenvolver atividades referentes à pesquisa. Os dados

obtidos correspondem então a **131** bibliotecas universitárias das quais apenas 42 desenvolvem treinamentos formais.

3.1 Treinamento formal

Para facilitar a análise, foram caracterizados três tipos de treinamento nesta categoria;

- 1) cursos integrados ao currículo universitário;
- 2) cursos independentes oferecidos pela biblioteca;
- 3) cursos oferecidos por outras bibliotecas/instituições.

3.1.1 Cursos integrados ao curriculum universitário

Foram identificados 26 cursos dos quais 19 (73%) valem como crédito o âmbito universitário. Segundo as informações referentes ao último ano em que foram oferecidos, conclui-se que alguns já foram desativados. Encontram-se nesta categoria nove que foram ministrados até 1975-1978.

O surgimento desta atividade data da década de 60, na qual constam seis cursos desta natureza. Este fato evidencia um desenvolvimento tardio do treinamento de usuários no Brasil, se comparado com o panorama internacional, como já foi observado na introdução.

Nos anos 70, aparecem 14 iniciativas, sendo constatados seis novos cursos a partir de 1980, o que faz prever um grande crescimento nesta década.

A duração dos cursos (horas/aula) apresentou grande diversificação (24h até 60 h), verificando-se a média de 29 horas.

As aulas destinam-se, preferentemente, aos alunos de graduação (65,38%) e, em seguida, aos de pós-graduação (34,62%). Verificou-se alguma participação de professores/pesquisadores (**97,69%**).

3.1.2 Cursos independentes oferecidos pela biblioteca

Foram identificados 28 cursos de independentes que, também, começaram a surgir na década de 60. Da mesma forma que nos cursos integrados, o desenvolvimento não foi rápido (quatro cursos na década de 60 a 16 na de 70) tendo sido criados oito novos cursos em 1980, i.e., a metade das iniciativas da década anterior.

Destas iniciativas, seis foram descontinuadas até o ano de 1978.

A variação horária é alta (1h até 60h), apresentando uma média de 19 horas/aula.

Os cursos destinam-se, preferentemente, aos estudantes de pós-graduação (71,42%), depois aos de graduação (64,28%) e com uma grande participação de professores/pesquisadores (42,85%).

3.1.3 Cursos oferecidos por outras bibliotecas/instituições

A incidência de cursos oferecidos por outras unidades verificou-se, apenas, nas bibliotecas que não organizam estes treinamentos a nível interno.

Foram identificados quinze cursos deste tipo dos quais sete sob a responsabilidade da biblioteca central, seis do departamento de biblioteconomia, um de outra biblioteca setorial e um de outra instituição.

Somente onze dos cursos identificados informaram o número e o tipo de participantes, em 1979. A soma dos participantes alcança 2.550, o que representa uma média de 231 por curso. Os principais atingidos foram os estudantes de graduação (63,64%), seguidos pelos alunos de pós-graduação e professores/pesquisadores, com **18,18%** cada grupo.

3.1.4 Pessoal docente dos cursos

Das **42** bibliotecas que oferecem cursos, apenas oito contam com professores de outras áreas e quatro com pessoal do departamento de biblioteconomia. As restantes promovem seus cursos com o próprio pessoal bibliotecário.

3.1.5 Avaliação dos cursos

A prática de avaliar os cursos (pelos estudantes) foi verificada em apenas quinze das 42 bibliotecas, i.e., **35,71%**.

3.1.6 Problemas encontrados nos cursos oferecidos

As bibliotecas informaram que o problema mais significativo para o desenvolvimento dos cursos foi a falta de recursos financeiros. Neste ponto coincidem 12 (28,57%) das **42** bibliotecas.

Os problemas identificados são:

- Falta de recursos financeiros	12(28,57%)
- Desinteresse dos alunos	10(23,80%)
- Falta de vinculação com faculdades, departamentos, cursos	10 (23,80%)
- Falta de local adequado	09 (21,42%)
- Falta de apoio institucional	07(16,66%)
- Falta de professores	07(16,66%)
- Falta de material didático	06 (14,28%)
- Horário disponível curto	02(04,76%)
- Curso não integrado ao currículo	02 (04,76%)
- Os professores não estimulam os alunos	01 (02,38%)

3.1.7 Razões pelas quais os cursos não foram oferecidos

Em 60 bibliotecas que responderam a este item, a falta de pessoal especializado apresentou-se como a principal razão, com 31 freqüências.

As razões apontadas são:

— Falta de pessoal especializado	31 (51,66%)
— Bibliotecas em organização	12(20,00%)
— Desinteresse dos alunos	09(15,00%)
— Falta de recursos financeiros	09(15,00%)
— Falta de apoio institucional	07(11,66%)
— Falta de local adequado	06 (10,00%)
— Não constam no currículo	05 (08,33%)
— Falta de vinculação	03 (05,00%)
— Atendimento a outras prioridades	03 (05,00%)
— Horário da biblioteca não coincide com horário dos cursos	02 (03,33%)
— Desinteresse dos professores	01 (01,66%)
— Biblioteca distante da área de atividades dos usuários	01(01,66%)
— Falta de pessoal administrativo	01(01,66%)
— Falta da seção de referência	01(01,66%)
— É responsabilidade da biblioteca central	01(01,66%)
— Falta de material didático	01(01,66%)

3.2 Treinamento informal

O treinamento informal foi dividido em três tipos: 1) palestras; 2) visitas orientadas; 3) informação oral personalizada.

3.2.1 Palestras

A prática de treinar usuários através de palestras é desenvolvida por 48 bibliotecas (36,64%). Estas promoveram 292 palestras no decorrer de 1979, uma média de seis para cada biblioteca.

Segundo os dados oferecidos por 44 bibliotecas, cada palestra atingiu, em média 29 usuários.

Em 83,33% das bibliotecas, as palestras são dirigidas aos estudantes de graduação; em 29,16%, aos de pós-graduação; e em 15,27%, aos professores/pesquisadores, existindo bibliotecas que oferecem palestras para vários níveis.

3.2.2 Visitas orientadas

As visitas orientadas são praticadas por 53 (40,45%) bibliotecas, cujos programas treinaram, em média, 188 usuários por biblioteca, em 1979.

3.2.3 Informação oral personalizada

Em 131 respostas, identificaram-se 109 (83,20%) bibliotecas que oferecem serviços personalizados e 22 (16,80%) que não.

Entre as que desenvolvem esta atividade, verificou-se que 76,14% orientam a normalização de referências, 77,98% ensinam o uso de catálogos e obras de referência e 75,22% ajudam os usuários nos levantamentos bibliográficos. Somente 35,77% informaram que fornecem orientações sobre aspectos de redação técnico-científica.

O número de usuários atendidos, segundo 69 bibliotecas que conseguiram fornecer estimativas a respeito, alcançou 125.904, o que aponta uma média de 1.824 atendimentos personalizados por biblioteca no decorrer de 1979. Supondo que as bibliotecas trabalhem somente de segunda a sexta-feira, isto equivaleria a dizer que são realizados quase sete atendimentos por dia.

3.2.4 Bibliotecários de referência

A presença de bibliotecários de referência nas 109 bibliotecas que

oferecem treinamento informal, foi constatada em 67 (61,47%), sendo que destas, 46 (42,21%) têm pessoal em tempo integral e 21 (19,26%) em tempo parcial.

3.3 Material didático nos treinamentos

Setenta e seis bibliotecas informaram que utilizam algum tipo de material didático nos treinamentos formais e informais. Mais da metade (57,89%) utiliza apostilas, que foram apontadas como o elemento mais popular; em seguida vêm as transparências, com 43,42%.

Apostilas	44	(57,89%)
Transparências	33	(43,42%)
Cartazes didáticos	25	(32,89%)
Slides	23	(30,26%)
Material bibliográfico (obras de referência etc.)	18	(23,68%)
Fitas gravadas	06	(07,89%)
Quadro de giz	05	(06,57%)
Catálogos	02	(02,63%)
Guia da biblioteca	02	(02,63%)
Video-tapes	02	(02,63%)
Filmes	01	(01,31%)
Instrução programada	01	(01,31%)
Regulamentos	01	(01,31%)

3.4 Estudo de usuários

O estudo de usuários, base de qualquer tipo de treinamento, foi realizado apenas em 26 (19,84%) das 131 bibliotecas. Cabe também apontar que, das 42 que desenvolvem cursos, somente 12 (28,57%) realizaram pesquisas desta natureza.

3.5 Percentual estimado de usuários treinados por métodos formais e informais

A média estimada pelos informantes, com relação ao percentual de usuários treinados, foi:

Alunos de graduação:	48,15%
Alunos de pós-graduação:	54,87%
professores/pesquisadores:	28,28%

4. DISCUSSÃO

4.1 O Brasil não tem demonstrado grande interesse pela inclusão de cursos sobre O uso da informação nas atividades universitárias, o que equivale dizer que não tem existido uma conscientização do problema por parte das autoridades e dos bibliotecários. Ainda assim, o surgimento de seis novos cursos integrados ao currículo, durante os primeiros meses de 1980, que equivalem a 42,85% de todas as iniciativas da década de 70, e de oito cursos independentes, que equivalem a 50% dos cursos da mesma década, pareceria mostrar uma atitude promissora a respeito. Tal mudança está certamente relacionada com a proliferação de cursos a nível de pós-graduação (especialização, mestrado, etc. para bibliotecários), e não com modificações do sistema de ensino. Um outro fator que poderá justificar esse maior número de iniciativas dos anos 70, é a característica imitacionista de países em desenvolvimento, uma vez que no final da década de 60 e início da de 70, verificou-se uma escalada na área de educação de usuários nos países desenvolvidos (11).

4.2 O fato de que os cursos independentes sejam principalmente orientados para os estudantes de pós-graduação (71,42%), pode evidenciar que os mesmos surgiram pela pressão dos interessados que, pela primeira vez, sentiram necessidade de utilizar a biblioteca, ou por um acompanhamento da tendência elitista dos serviços de informação brasileiros (17). A alta percentagem de cursos disponíveis para professores/pesquisadores (42,85% cursos independentes) testemunha, também, a carência deste grupo.

4.3 Considerando que os cursos independentes procuram atingir, indistintamente, mais de um nível de alunos (graduação, pós-graduação e professores/pesquisadores) resulta, obviamente, que os ensinamentos não estão satisfazendo a comunidade universitária. Uma vez que cada grupo em questão apresenta necessidades diferentes, o conteúdo programático deveria ser diferente. Isto evidencia o desconhecimento das características específicas dos diversos grupos que formam a comunidade acadêmica, e também uma dedicação insuficiente ao problema da identificação de objetivos de programas educacionais. É provável que o estudante de graduação dispense longas explicações sobre os serviços de recuperação automática da informação existentes no País, enquanto para o estudante de pós-graduação, este tema poderia ser de grande interesse.

4.4 Considerando que 71,42% das bibliotecas desenvolvem cursos, integrados ou não, contam apenas com o pessoal bibliotecário para ministrá-los, caberia apontar a necessidade de que as escolas de biblioteconomia ofereçam subsídios aos seus estudantes para desenvolver mais esta atividade. Dificilmente o bibliotecário universitário que não frequentou cursos a nível de pós-graduação, de didática ou de metodologia do ensino, poderá dispor de bagagem informacional para planejar um curso adequado aos seus usuários.

4.5 Recursos financeiros insuficientes, falta de horários adequados e indiferença do corpo docente são reconhecidos, no plano internacional, como os principais empecilhos para a ampliação do número de programas de educação de usuários. Esses três pontos também foram apresentados como pontos de estrangulamento pelos bibliotecários brasileiros, porém não houve consenso no sentido de serem acatados como problemas principais. Ao contrário, observa-se com referência às razões e problemas identificados pelos bibliotecários, tanto para a criação de cursos como para cursos já oferecidos, uma falta de unanimidade considerável.

A falta de unanimidade e a colocação em segundo lugar do aspecto "desinteresse dos alunos" como problema encontrado nos cursos oferecidos, e do aspecto "biblioteca em organização" como razão para o não oferecimento de cursos, pode evidenciar, entre outros, que a análise da problemática é feita de fora para dentro. Em outras palavras, poucos foram capazes de uma autocrítica preferindo encontrar as razões da falta ou da inadequação dos programas de educação em elementos estranhos ao universo bibliotecário. Assim, segundo os bibliotecários, as bibliotecas são locais onde os usuários satisfazem suas necessidades de informação (isto é a imagem que o usuário tem da biblioteca é positiva); os cursos correspondem às necessidades e anseios do usuário etc. Aparentemente, segundo a percepção dos bibliotecários, estes se desdobram pelo usuário que corresponde no nível desejável. Stevenson (16) analisa o problema de um outro ângulo ao comentar que esta visão bibliotecária "reflete na atmosfera criada durante a orientação (ao usuário) na qual bibliotecários perdem muito tempo e esforço destrinchando problemas que eles mesmos criaram: seus mistérios profissionais. Este tempo e esforço poderiam ser melhor utilizados tornando bibliotecas mais fáceis de usar e compreender" (16).

Os resultados deixam também inferir a existência de uma distorção na enumeração das prioridades de uma biblioteca universitária, provavelmente como um reflexo da formação profissional que privilegia a face técnica da biblioteconomia relegando, a um segundo plano, a interface usuário/biblioteca. Torna-se perceptível, também, o desengajamento da biblioteca universitária do sistema educacional no qual está inserida. A biblioteca como coração ou espinha dorsal da universidade é uma visão exclusiva dos bibliotecários não compartilhada, em geral, pela comunidade acadêmica como um todo. Essa desvinculação do sistema educacional por si só já é negativa, mas o fato de que apenas uma parcela dos bibliotecários percebe esse problema, e de forma fracionada (ver item 3.1.6 e 3.1.7), torna mais longínqua uma mudança ou solução para a intensificação do uso da biblioteca como um meio educacional.

4.6 Segundo dados de Ferreira (5), 83,5% das bibliotecas universitárias têm insuficiência de pessoal. Este fato foi identificado na pesquisa: 16,66% das bibliotecas que oferecem cursos apontaram em 69 a falta de professores como problema para o

desenvolvimento da atividade, e 51,66% entre 60 que informaram as razões por que não oferecem cursos, declaram falta de pessoal especializado. Cabe destacar que este item ocupa o primeiro lugar na lista de razões. Esta percepção de falta de especialização pode ser considerada como positiva se for analisada como um reconhecimento das deficiências da formação bibliotecária, porém, se analisada sob o aspecto de desengajamento do sistema educacional, torna-se uma consideração negativa. A formação profissional, na maioria dos casos, foi deficiente, mas fica novamente patente o isolamento da biblioteca universitária do sistema educacional, pois, no caso de falta de especialização, o entrosamento, ou a elaboração conjunta de programas de educação de usuários com o departamento ou centro de educação, seria uma solução perfeitamente viável. Argumentos do tipo "falta de apoio institucional" ou "desinteresse dos professores" não justificam a falta de pessoal especializado, particularmente após a Reforma Universitária.

4.7 Com referência aos problemas identificados pelo pessoal bibliotecário, nos cursos oferecidos, a maior concentração (28,57%) coincidiu no ponto referente à falta de recursos financeiros, o qual não se justifica, pois foi verificado que, apenas, 14,28% apontaram o item correlato, a falta de material didático. Não há dúvida de que as bibliotecas universitárias carecem de recursos financeiros adequados, no entanto, a carência de recursos como justificativa pela não realização de programas de educação de usuários oculta, na realidade, a inversão de prioridades no planejamento das atividades de uma biblioteca. Geralmente, alocam-se primeiro verbas para pessoal de processos técnicos e para acervo, depois, se ainda houver verbas, cogita-se na aplicação de recursos para bibliotecários de referência e/ou programas de educação de usuários.

O segundo problema prioritário foi o desinteresse dos alunos, que pode ser explicado:

a) pela inadequação dos programas, uma vez que estes são raramente precedidos de um estudo para determinar as necessidades de formação de usuários e, poucas vezes avaliados para possíveis remodelações dos programas;

b) pelo fato de um mesmo curso, em vários casos, ser dirigido indistintamente a grupos heterogêneos de usuários (graduação, pós-graduação, professores);

c) principalmente pelo item apontado por apenas um dos respondentes "os professores não estimulam os alunos", decorrência do sistema de ensino vigente no Brasil.

4.8 A diversidade de respostas que 60 bibliotecas oferecem sobre as razões por que não têm cursos, e que 42 bibliotecas oferecem sobre os problemas encontrados, reforça a idéia de que a problemática do sistema de ensino não é plenamente avaliada.

Tudo indica que uma das razões fundamentais pela falta de interesse, por parte do corpo discente e docente, no uso da biblioteca, é o sistema de ensino que não estimula a independência e a criatividade do educando (sendo um bom exemplo os próprios cursos de biblioteconomia). Este fato não surpreende visto que não há interesse em formar "indivíduos com uma responsabilidade social que questionem e critique o sistema vigente". (7) Uma comunidade estudantil pressionada na utilização da informação teria, de fato, reagido com pressões geradoras de soluções.

4.9 As palestras e as visitas orientadas alcançaram maior popularidade que os cursos, obviamente, por não necessitar de uma infra-estrutura sofisticada. Essa popularidade demonstra também um desconhecimento da literatura especializada que apresenta várias críticas quanto a esses tipos de orientação ao usuário (6,11). Apesar das críticas, toda iniciativa deve ser louvada, pois demonstra um reconhecimento, mesmo que parcial, do problema e, portanto, é entristecedor que nem 50% das bibliotecas realizem essas atividades.

As causas de não desenvolverem programas de palestras e/ou visitas orientadas não são muito claras. Tratar-se-ia apenas de um problema de desinteresse do próprio pessoal bibliotecário mais voltado, pela sua formação, aos processos técnicos.

4.10 A informação oral personalizada foi a modalidade mais freqüente entre todas as formas de treinamento coincidindo, também, com o fato de ser a mais passiva. O bibliotecário, em lugar de "vender seu produto", prefere esperar a freguesia. Trata-se, na verdade, de um problema de filosofia da biblioteconomia, pois a divulgação, o "movimento para fora" das bibliotecas, não deveria ser visto apenas dentro do contexto de um programa de atividades. Taylor, citado por Stevenson (16), sugere que a biblioteca não seja vista como um local, mas como um processo, onde a armazenagem de documentos é uma fase do processo, e, mais ainda, que bibliotecários passem tanto tempo fora da biblioteca quanto dentro dela, por ser a biblioteca uma forma importante de comunicação. É nesse sentido que o movimento para fora deixa de ser meramente uma atividade, para fazer parte da filosofia da biblioteconomia. Além deste problema, verifica-se que, das 109 bibliotecas, 46 têm bibliotecário de referência em tempo integral, e 21, em tempo parcial. Equivale dizer que, em 42 bibliotecas, i.e. 38,53%, as orientações são oferecidas por pessoal não especializado na função.

4.11 As apostilas, utilizadas por mais de 50% das bibliotecas nos seus treinamentos formais e informais, deveriam ser, justamente, o material didático menos empregado para atingir usuários que os próprios bibliotecários caracterizam como "desinteressados e sem hábitos de leitura". Esta preferência por apostilas pode refletir as deficiências na formação profissional do bibliotecário que prepara essencialmente técnicos em processamento da informação e não educadores de usuários ou especialistas em referência. Daí decorre o desconhecimento dos métodos didáticos alternativos e do processo de

aprendizado pois já é consenso que o aprendizado de técnicas (no caso do usuário técnicas de recuperação e registro da informação) obtém mais sucesso se realizado de forma prática (6). O que significa dizer que um estudante apreenderá mais consistentemente estas técnicas se o aprendizado for efetuado com base em uma situação real, p.ex.. um trabalho solicitado por um professor que envolva busca de informações. Este método didático traz consigo uma grande vantagem, a necessidade de cooperação do corpo docente, e, desta forma, auxiliar na utilização da biblioteca como um meio educacional

4.12 A baixa percentagem de cursos avaliados pelos próprios participantes (35,71%) evidencia que quase 65% dos cursos não foram revisados ou modificados. A falta de uma retroalimentação adequada não permite ajustes coerentes, e traduz a dificuldade de aumentar o grau de interesse e satisfação dos participantes.

Os poucos programas que realizaram alguma forma de avaliação (de acordo com modelos recebidos em anexo ao questionário) não se preocuparam em avaliar se os objetivos do programa foram alcançados. (Aliás, nem todos os programas se preocuparam em estabelecer objetivos, componentes indispensáveis do processo de avaliação). Os modelos de avaliação recebidos referem-se ao funcionamento do programa com perguntas, tais como: o curso foi relevante para você? O material didático distribuído foi suficiente?

O número reduzido de instituições que realizaram avaliações e o tipo de avaliação mais freqüentemente utilizado deixam supor que o planejamento de um programa de educação de usuários não é efetuado no seu todo, uma vez que avaliação faz parte do planejamento de um programa educacional. Essa lacuna pode ser atribuída, novamente, às deficiências da formação profissional e ao desconhecimento do que abrange o processo educacional.

É importante ressaltar que a avaliação de programas de educação de usuários é uma espinhosa (6,8,12), pois, até hoje, não foi possível provar a eficiência dos programas, já que ainda não se sabe se "o conhecimento sobre bibliotecas e a aptidão em usá-las fazem alguma diferença para alguém - para alguém exceto bibliotecários. (3)

4.13 O problema acima mencionado se agrava quando se torna conhecido que os cursos são elaborados baseados em pressupostos, como o que bibliotecário pensa ser necessário ou de interesse para o usuário. O fato de, apenas, 19,84% das bibliotecas conhecerem seus usuários demonstra que os esforços realizados até agora pouco contribuíram para o alcance das metas. Muitos formulários tiveram, em anexo a este item, a informação de que desconheciam as técnicas para realizar um estudo de usuários. Novamente o fator "formação" do pessoal bibliotecário, nos seus moldes atuais, é motivado de crítica. Certamente, apenas aqueles que freqüentaram cursos de pós-

graduação, de especialização ou que acumularam grande experiência profissional, tiveram oportunidade de se familiarizar com estas técnicas.

4.14 Segundo dados dos próprios informantes, as diversas modalidades de treinamento (formal e informal) teriam atingido 48,15% dos alunos de graduação. Os dados fornecidos, por se tratar de estimativas, parecem ser quantitativamente mais altos que os dados reais, pela tendência natural que existe de aumentar cifras quando estas são estimadas. Outra interpretação possível seria a de que a mesma pessoa seja computada no treinamento formal e no informal, podendo, uma mesma pessoa, ser relacionada para fins estatísticos, várias vezes. Embora esta ressalva seja válida, sabendo-se que as universidades abrigam hoje um contingente de 1.500.000 estudantes, caberia perguntar.

Que acontece com os 777.750 restantes?

Que acontece com 45,13% dos estudantes de pós-graduação que não foram treinados no primeiro, no segundo e nem no terceiro grau?

Que acontece com 71,72% de pesquisadores/professores que nunca foram informados sobre como utilizai a informação⁷

4.15 As cartas anexadas aos questionários, assim como informações adicionais inseridas nos mesmos, evidenciaram uma atitude "defensiva" dos bibliotecários para justificar a situação. Esta atitude, porém, não esteve seguida de um processo analítico e decisivo. Poucas vezes a justificativa foi acompanhada de soluções, ou ainda, de uma análise mais profunda da problemática.

5. CONCLUSÕES

- O programa atual de formação de bibliotecários não fornece subsídios para planejar e desenvolver estudos e educação de usuários.

«

- O estudo de comunidades de usuários não constitui, embora devesse constituir uma base para o planejamento de serviços e de educação de usuários

- A insuficiência de pessoal, somada ao fato de que anualmente aumenta o contingente de usuários potenciais que não recebem treinamento e nem adquiriram hábitos de leitura nos degraus acadêmicos anteriores, dificulta a atuação dos bibliotecários junto aos usuários.

- A insuficiência citada provoca, também, situações nas quais os usuários não são informados ou orientados por pessoal especializado

- Os bibliotecários têm adotado uma atitude passiva frente à informação, o que os marginaliza do processo decisório.

estrutura do ensino universitário não favorece o desenvolvimento dos programas bibliotecários nem estimula a utilização dos recursos informacionais.

- Tanto bibliotecários como a comunidade acadêmica conceitualizam, na prática, a biblioteca universitária como um elemento passivo de apoio e não como um componente ativo e integrante do processo educacional.

B I B L I O G R A F I A

1. AH-TON-, AH-TIN & VALÉRIO, D.H. A formação dos usuários no meio universitário: uma revisão bibliográfica (1974-1978) In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10 Curitiba, 1979. Anais. Curitiba, ABPr, 1979. V.1, p. 177-200.
2. ARBOLEDA-SEPULVEDA, O. & ALVEAR, A. Métodos audiovisuais en la instrucción de usuarios de la información. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, México, 1972. Anais. Rio de Janeiro, IBB, 1972. p. 227-44.
3. BONN, G.S. Training LAYMEN in the use of the library. In: **The** state of library art. New Brunswick, Rutgers University Press, 1960.
4. CUNHA, L. G. C. de et al. Metodologia da pesquisa documentária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1, Niterói, 1978. Niterói, UFF/N.D., 1978. 13 p.
5. FERREIRA, L.S. Bibliotecas universitárias brasileiras. São Paulo, Pioneira, 1980. 188p.
6. FJÄLLBRANT, N. & STEVENSON, M. **User** education in library. London, Clive Bingley, 1978. 173p.
7. GOMES, M.Y. de F. & SCHLEYER, J. R. Transferência da informação e democracia. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1, Salvador, 1980. Anais. Salvador, FEBAB, 1980. V. 2.
8. HARRIS, C. Illuminative evaluation of user education programmer **ASLIB** Proceedings, **29** (10): 348-62, out. 1977.
9. KUO, F. F. A comparison of six versions of science library instruction. College and Research Libraries, 34 : 287-90, 1973.
10. LINE, M. B. The case for information officers. In: LUBANS, J. Educating the library user. New York, Bowker, 1974. p. 383-91
11. LUBANS, J., ed. Educating the library user. New York, Bowker, 1974. 435 p.
12. MALLEY, I. Educating the special library user. **ASLIB** Proceedings, **30** (10-11): 365-72, out-nov. 1978.

13. MELUM, V.V. 1971 survey of library orientation and instructor programs. **Drexel Library Quarterly**, 7:225-53, 1971.
14. MIRANDA, A. Treinamento no uso da biblioteca com recursos audiovisuais: revisão de literatura. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**, 5 (2): 145-64, 1976.
15. REIS, M.A.LM. Avaliação de produtividade da disciplina 'pesquisa bibliográfica no processo educativo" In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 1977. **Anais**. Porto Alegre, ARGB, 1977. V.1, p. 271-6.
16. STEVENSON, M. Education of users of libraries and Information services. **Journal of Documentation**, 33 (1) 53-78, mar 1977.
17. YOUNG, A. P. Research on library — user education: a review essay. In: LUBANS J. **Educating the library user**. New York, Bowker, 1974. p. 1-17.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO ESTUDO DA INTERFACE USUÁRIO/SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Paulo Torm Caldeira

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente Grupo de Trabalho (GT) é analisar a interface Usuário/Sistema de Informação com a finalidade de descrevê-la em função de seus elementos de interação, caracterizando-os, isoladamente.

Como elementos de interação foram identificados:

1. a capacidade (própria) do usuário na utilização do sistema;
2. a capacidade (própria) do bibliotecário no atendimento das necessidades do usuário:
 - 2.1 treinando diretamente o usuário para o uso das facilidades informacionais do sistema e de seus serviços;
 - 2.2 preparando material informativo que indique ao usuário a organização física e de conteúdo da informação armazenada no seu sistema, além dos serviços disponíveis.

No caso particular deste Seminário, as atenções se voltam principalmente a bibliotecas universitárias, o que delimita o problema. O GT valeu-se do Documento-base "Educação de Usuários em Bibliotecas Universitárias" que enfocou apenas a atuação do bibliotecário quanto ao treinamento de usuários, através do qual se pretendeu ter uma visão da atuação do bibliotecário na interface Usuário/Sistema de Informação. O documento-base não apresentou nenhuma análise do comportamento do usuário quanto à sua atuação frente à mesma interface.

Por estas razões a análise do tema "Interface Usuário/Sistema de Informação" foi feita de maneira bastante unilateral, enfocando, principalmente, o bibliotecário da biblioteca universitária. No entanto, o GT examinou também a atuação do usuário através de depoimentos dos bibliotecários presentes aos trabalhos de grupo.

ANÁLISE/DISCUSSÃO DO DOCUMENTO-BASE

O documento-base visava a um conhecimento da interação Usuário/Sistema de informação através de programas de treinamento de usuário desenvolvidos pelas bibliotecas. Desse documento o GT destacou dois elementos fundamentais para a análise: a série de perguntas e algumas das respostas obtidas.

1. as perguntas se referiam essencialmente a se era ou não feito algum programa de "treinamento de usuário", formal ou informal; a que público era dirigido; quem o elaborava; se era precedido de algum estudo sobre o usuário ao qual se dirigia; os problemas encontrados na ministração do curso. Aos que não desenvolviam nenhuma atividade desse tipo, indagava-se a razão.
2. As respostas, cerca de 40% dos questionários enviados, podem ser resumidas em:
 - 2.1 Os cursos estão sendo montados a partir da "visão" do bibliotecário quanto às necessidades do usuário, vez que não foi feito nenhum estudo prévio dos usuários;
 - 2.2 Dentre as razões apresentadas para não haver programas de treinamento de usuário e também dentre os "problemas" encontrados nos cursos, cabe destacar alguns: falta de recursos financeiros, falta de material didático, de local apropriado, "desinteresse do aluno", atendimento a outras prioridades.

Com base nesses elementos e depois de longa discussão. O GT considerou que as respostas refletiam um bibliotecário com conhecimento deficiente do seu papel, carecendo dos elementos básicos de formação necessários.

O GT procurou, então, discutir as causas determinantes de tal posicionamento, apontando que, fundamentalmente, esse decorria de dois fatores:

1. formação profissional deficiente que não fornece aos bibliotecários os conhecimentos necessários para um desempenho satisfatório da totalidade das funções que se espera que ele venha a desempenhar;
2. de um sentimento de menor valia quanto ao seu papel na sociedade, consequência da escala de valores dessa sociedade a qual não atribui prioridade a atividades culturais nas quais se incluem as da Biblioteca.

No caso particular das bibliotecas universitárias, somam-se a esses fatores a indefinição do próprio papel da Biblioteca Universitária como instrumento do sistema educacional e ainda sua posição na estrutura administrativa da universidade.

Desses valores resultaria a postura DEPENDENTE assumida pelo bibliotecário face a problemas que ele tem que enfrentar como mediador entre o usuário e o sistema de informação.

O GT considerou que todos os esforços devem ser desenvolvidos no sentido de inverter essa situação, modificando as condições do bibliotecário, tanto no que diz respeito à sua formação, quanto à sua atitude para com problemas que ele enfrenta no seu desempenho profissional.

CONCLUSÕES

O GT, considerando que:

1. O tema "Interface Usuário/Sistema de Informação" é de fundamental importância para os problemas de informação no Brasil;
2. que o tempo disponível para discussão desse tema por um grupo de trabalho, dentro de um seminário como o SNBU, é bastante limitado;
3. que o documento-base preparado para o GT abordou apenas um aspecto do problema "Interface Usuário/Sistema de Informação", concluiu pela necessidade de outras oportunidades e ações que contemplem estudos mais aprofundados sobre o assunto.

Ainda como resultado dos trabalhos desenvolvidos na presente oportunidade, o GT apontou:

- com fatores próximos determinantes das dificuldades encontradas na Interface Usuário/Sistema de informação nas bibliotecas universitárias, de um lado, o despreparo profissional do bibliotecário e, do outro lado, o despreparo do usuário (alunato e professorado), quanto ao uso de material informacional para educação;
- como fatores remotos:
 - a) a história cultural do país que jamais contemplou o uso de material informacional como fundamental no seu sistema educativo. As bibliotecas, criadas recentemente na história do país, têm sido mantidas como entidades dissociadas do ensino mesmo após a Reforma Universitária;
 - b) a estrutura social que, reflexo das condições de desenvolvimento do país, não valoriza atividades de cunho cultural, voltando-se primordialmente para aquelas da área econômica.

O GT, consciente de que mudanças fundamentais só ocorrerão a longo prazo e serão decorrentes de modificações sócio-econômicas profundas, julga que algumas modificações poderão ser atingidas a curto e médio prazos se algumas ações pude-

rem ser implementadas nas áreas influentes na formação tanto do bibliotecário, quanto do alunato/professorado.

Para tanto apresenta a seguir uma lista de recomendações e faz uma sugestão específica.

RECOMENDAÇÕES

— Formação/Atualização Profissional

- endossar os estudos que estão sendo desenvolvidos sobre a reformulação do currículo das Escolas de Biblioteconomia, recomendando uma ênfase especial na área de educação de usuários, nos cursos de graduação;
- sugerir que os cursos de mestrado em biblioteconomia estimulem seus alunos a elaborar pesquisas sobre temas relacionados à interface usuário/sistema de informação;
- propor a elaboração e distribuição gratuita de manual metodológico sobre estudo de usuários de bibliotecas universitárias brasileiras, acompanhado de bibliografia especializada indicando a localização dos itens disponíveis em bibliotecas do país;
- promover cursos de aperfeiçoamento ou especialização na área de treinamento de usuários, fundamentados em estudo de usuários;
- desenvolver programas de educação continuada buscando uma transformação da postura e conscientização da necessidade de cooperação bibliotecários/professores universitários nos cursos destinados ao treinamento de usuários.

II - Apoio Institucional

- recomendar ao Conselho Federal de Educação que concite centros, faculdades e departamento de educação das universidades a promoverem a interação Biblioteca/Educação visando ao uso da biblioteca como parte integrante do processo de Ensino/Aprendizagem;
- solicitar o apoio dos órgãos competentes para o desenvolvimento de estudos de base que atuem como suporte para resoluções de problemas mais abrangentes ligados a interface usuário/sistema de informação e para a criação de um grupo de trabalho permanente sobre o assunto.

SUGESTÃO

Aos organizadores do próximo Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias sugerimos que seu tema central seja EDUCAÇÃO E ESTUDOS DE USUÁRIOS.

COMPONENTES DO GRUPO DE TRABALHO: ESTUDO DA INTERFACE USUÁRIO/SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Coordenador: Delia Valerio Ferreira

Centro Latino Americano de Física
Av. Wenceslau Braz, 71 — fundos
22.290 - Rio de Janeiro - RJ

Redator: Paulo da Terra Caldeira
Escola de Biblioteconomia da UFMG
Caixa Postal 1906
30.000 - Belo Horizonte - MG

Comissão de redação:

Judith R. Schleyer
UFPB-C.C.S.A.
Departamento de Biblioteconomia e Documentação
Campus Universitário
50.000 - João Pessoa - **PB**

Rosali Pacheco Fernandez
Setor de Documentação e Informação
Centro Latino Americano de Física
Av. Wenceslau Braz, 71 fundos
22.290 - Rio de Janeiro - RJ

Tânia Rodrigues Mendes
Escola de Administração de Empresas de São Paulo
Fundação Getúlio Vargas — Biblioteca
Av. 9 de julho 2020 - Bela Vista
01.313-São Paulo-SP

Terezine Arantes Ferraz

IPEN — Divisão de Informação & Documentação Científica

Caixa Postal 11049 - Pinheiros

01.000-São Paulo-SP

Demais participantes:

Consuelo Lisboa Ferreira Lima

Universidade do Maranhão

Rua 13 de maio 506

65.000 - São Luiz - MA

Eunice de Faria Lopes

UFMG Escola de Veterinária — Biblioteca

Caixa Postal 567

30.000 - Belo Horizonte - MG

Fernanda I. Piochi

Biblioteca Conjunto das Químicas USP

Caixa Postal 30786

São Paulo - SP

Gilda Maria Braga

IBICT

Av. General Argolo 90

São Cristóvão

Rio de Janeiro - RJ

Helena Mattos de Carvalho Mendes

Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará

Caixa Postal 153 D

60.000 - Fortaleza - Ceará

Maria Izabel Santoro Brunetti

UNESP - Instituto de Química

Campus Araraquara

Caixa Postal **174**

14.800- Araraquara -SP

Milton A. Nocetti
DID-EMBRAPA
Caixa Postal 1316
70.000- Brasília- DF

Neusa Dias de Macedo
Escola de Comunicações e Artes USP
Rua Peixoto Gomide 1914 Apt., 15
01.409-São Paulo-SP

Ruth Moura Arruda
Universidade do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Departamento de Biblioteconomia
Rua Emílio Moreira 601
69.000- Manaus-AM

Ruth Versiani Tavares
Escola de Biblioteconomia UFMG
Caixa Postal 1906
30.000 - Belo Horizonte - MG

Ubalduino Dantas Machado
EMBRAPA- DID
Caixa Postal 1316
70.000 - Brasília - DF

TENDÊNCIAS ATUAIS DO PROCESSAMENTO TÉCNICO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS¹ *

Cordélia R. Cavalcanti
Professor Titular
Universidade de Brasília

Análise das respostas a 271 questionários sobre o processamento técnico em bibliotecas universitárias brasileiras. Problemas emergentes. Problemas aparentemente solucionados. Catalogação, classificação, catálogos, pessoal técnico e pessoal auxiliar.

1. INTRODUÇÃO

A evolução das ciências, das técnicas e das tecnologias nos últimos 50 anos superou o conjunto significativo de inovações que recebemos do passado.

E as bibliotecas universitárias como se posicionam face ao problema da informação imprescindível ao desenvolvimento científico e tecnológico?

Selecionando e adquirindo documentos de acordo com um planejamento adequado? Dinamizando os processos técnicos? Dando ao usuário a informação que ele deseja, quando a deseja e como a deseja?

A realidade é bem outra:

- não há aquisição planejada,
- não há processos técnicos dinamizados,
- não há atendimento adequado ao usuário;

as exceções existentes confirmam a verdade destas afirmações.

O processamento técnico, como entendido neste Documento Básico, refere-se à catalogação, à classificação e à preparação de catálogos. Seleção e aquisição são objetos de dois estudos separados.

* Documento básico apresentado ao grupo de trabalho sobre Processos Técnicos.

Nossas bibliotecas universitárias ainda estão na idade do carro Ford, modelo T — a datilografia para a duplicação de fichas — enquanto no horizonte já se desenham etapas do duelo entre as tradicionais fichas de 7,5 x 12,5 cm (3x5") e seus concorrentes, os tubos de raios catódicos (ou terminais vídeo), os relatórios emitidos pelo computador, as microformas.

As palavras acima não devem ser entendidas como uma crítica às bibliotecas ou àqueles que nelas trabalham: o exame das respostas contidas no Questionário relativo aos Processos Técnicos em Bibliotecas Universitárias Brasileiras, forneceu elementos que levaram à conclusão da existência de uma séria defasagem entre tipos diversos de bibliotecas universitárias, conforme estejam situadas em capitais, em grandes cidades ou em pequenas cidades do interior. Há exceções, e várias.

Não parece ter havido uma evolução marcante no processo técnico denominado "catalogação". Houve, porém, evolução do nome: descrição bibliográfica, representação bibliográfica. Da mesma forma, o termo "classificação", na literatura específica, vem sendo às vezes substituído pela expressão "representação temática".

Mudam os nomes. Mudarão também as pessoas? Mudarão as técnicas?

O que se vê ainda hoje, como se via há 25 anos, é a tentativa de transformação de um processo simples — a catalogação — em um complicado mito: o mito de uma pseudo-ciência que nada mais é do que uma técnica para representar e recuperar informações bibliográficas.

A função do catálogo é a de comunicar aos usuários, de modo simples e direto, o que existe na biblioteca e sobre o que. Não é a de servir como fonte de informação para o bibliógrafo do futuro. Não é a de substituir o exame do documento pelo usuário.

Como instrumento de comunicação, o catálogo deve se basear em hábitos existentes, que variam de acordo com a especialidade do usuário: aos pesquisadores científicos interessa particularmente a data de publicação de uma determinada edição, enquanto ao erudito interessa o autor, por exemplo.

Não se deve confundir o catalogador com o pesquisador, nem com o bibliógrafo.

A pesquisa científica tem por finalidade trazer à tona um conhecimento novo, ou até mesmo um conhecimento esquecido. A bibliografia, segundo Zoltowski, tem por objetivo "recensar o mundo dos livros na sua totalidade, tal como a demografia procede com o recenseamento da população" (V. Zoltowski, *Le cycle de la creation intellectuelle et artistique*. *L'Année Sociologique*, 1952, p. 163-206):

Enquanto o pesquisador pode dedicar horas, dias, meses e anos às cogitações, e o bibliógrafo pode se dedicar às buscas infindas, relativas a "seu" autor, ou a "seu" tema, o bibliotecário, responsável pelos processos técnicos, tem obrigação de colocar os documentos aos alcances do usuário, no menor espaço de tempo.

O catálogo é um instrumento de busca e de encontro e não um repertório bibliográfico.

Enquanto os processos técnicos permanecerem sob a sedução de esquemas que brotam, florescem e até fenecem com certas plantas, os problemas de atraso e de atualização das informações bibliográficas através dos catálogos, também vão permanecer.

Enquanto a classificação dos documentos especializados permanecer sob a responsabilidade — em grande número de casos — de meros curiosos da matéria, que têm boa vontade e até mesmo conhecimentos outros, mas não os requeridos pelo assunto, também vão permanecer e aumentar, não só as classificações extravagantes e esquisitas, mas também as longas temporadas nas prateleiras das salas de trabalho.

Enquanto a análise temática — ou classificação — se basear única e exclusivamente no conhecimento perfeito das tabelas de classificação, o pessoal que trabalha nos processos técnicos vai continuar com o mesmo problema, ou seja, desconhecimento dos assuntos.

Enquanto todos os administradores não se compenetrarem da importância da biblioteca universitária e não lhe derem o apoio que merecem, vão permanecer os problemas das bibliotecas que não possuem livros, nem a infra-estrutura mínima indispensável a seu funcionamento; vão permanecer bibliotecas universitárias que utilizam caixas de sapato como "fichários".

Esta rápida pincelada pode parecer pessimista, mas não é. Os exemplos citados representam extremos de informações colhidos, não só em dados compilados recentemente, mas sobretudo em conversas informais, em visitas, numa longa experiência didática e de trabalho.

Há inúmeros pontos positivos nos setores do processamento:

- há bibliotecários dedicados à solução dos problemas decorrentes dos esquemas sofisticados;
- há bibliotecários especialistas em assuntos os mais diversos;
- há bibliotecários que questionam, estudam e aprofundam seus conhecimentos das técnicas de classificação e, ao mesmo tempo, procuram conhecer mais sobre as áreas específicas que devem classificar;

— há administradores que conhecem e reconhecem a importância da biblioteca universitária.

Um ponto aparece com bastante clareza depois da análise das respostas contidas no questionário sobre processos técnicos em bibliotecas universitárias brasileiras: não foi identificada, no conjunto das 271 respostas, uma **tendência** que fugisse aos padrões já estabelecidos.

Uma pergunta porém se impõe: as coisas permanecem como estão porque as bibliotecas e os bibliotecários se acomodaram na conhecida lei do menor esforço? Ou permanecem como estão porque os administradores não fornecem os meios necessários ao exame, diagnóstico e solução dos problemas?

Impõe-se, também, um outro tema para reflexão pelo Grupo de Trabalho que vai estudar os processos técnicos: nas condições atuais, as bibliotecas universitárias, em sua grande maioria, podem ser consideradas como universitárias (ou acadêmicas) no sentido mais rigoroso da palavra? Até que ponto *essas* bibliotecas vão ao encontro das necessidades de seus usuários — alunos, professores, pesquisadores, funcionários? Até que ponto a disponibilidade dos documentos necessários engloba, não somente a seleção e a aquisição, mas sobretudo a rapidez em colocá-los ao alcance do usuário? Até que ponto os profissionais mais qualificados estão engajados em tarefas rotineiras e repetitivas? Até que ponto estão *esses* mesmos bibliotecários engajados na catalogação, na classificação e na elaboração dos catálogos essenciais aos usuários? Até que ponto estão eles engajados no atendimento aos usuários?

São perguntas para debate.

2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS

2.1 Este informe abrange apenas 271 bibliotecas universitárias: do total de 280 questionário que foram respondidos e devolvidos, 9 (nove) não foram analisados por não conterem dados válidos.

2.1.1 O **Guia de bibliotecas universitárias brasileiras**, editado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em 1979, relaciona 487 (quatrocentos e oitenta e sete) bibliotecas.

2.1.2 Portanto, a "Pesquisa sobre processos técnicos em bibliotecas universitárias brasileiras" vai levar em consideração um pouco mais do que a metade das referidas bibliotecas.

2.1.3 Pode-se afirmar, entretanto, que esta amostragem é suficiente para indicar padrões já estabelecidos e para indicar alguns dos problemas que as afligem.

2.1.4 Nos 271 questionários, as regiões geográficas estão assim representadas e aqui confrontadas com as informações do Guia: (cf Quadro 1)

	Questionário	Guia
Norte	4	15
Nordeste	59	127
Sudeste	134	235
Sul	37	92
Centro-Oeste	7	18
Subtotal	241	
Sem indicação de local	30	
Total Geral	271	487

2.1.5 Observe-se de imediato que os totais obtidos em cada item, quando somados, nem sempre atingem o número total de 271 — aliás poucos o atingiram — porque várias bibliotecas não os assinalaram, enquanto que, em outros casos, aquele número foi excedido, por terem sido indicadas, por uma só biblioteca, mais de uma das respostas.

2.1.6 Dos 17 itens do questionário — e respectivas subdivisões — alguns deixarão de ser analisados porque várias bibliotecas não os assinalaram.

2.1.7 A análise foi iniciada pelo item 4, Sistema de Classificação (Quadro 2).

2.1.8 A Classificação Decimal Universal é a mais utilizada nas bibliotecas universitárias (147), sendo que a preferência recai na edição média (70 bibliotecas).

2.1.9 A Classificação Decimal de Melvil Dewey é aplicada em 137 bibliotecas, destacando-se a 18ª edição, usada em 85 bibliotecas. Algumas, porém, já utilizam a 19ª edição (cf. Quadro 2).

2.1.10 Entre as classificações especializadas foram citadas:

— Black, para odontologia	5 bibliotecas
— Doris de Queiroz Carvalho (direito)	4 bibliotecas
— National Library of Medicine (USA)	4 bibliotecas
— American Mathematical Society	2 bibliotecas
— Oceanografia	2 bibliotecas

2.1.10.1 Foram mencionadas também, uma vez cada, as classificações especializadas de enfermagem e de veterinária (cf Quadro 2).

2.1.10.2 Uma biblioteca informou que utiliza a localização fixa.

2.1.11 Alguns pontos devem ser salientados:

2.1.11.1 várias bibliotecas usuárias da CDU assinalaram as três edições: abreviada, média e desenvolvida;

2.1.11.2 várias bibliotecas utilizam duas edições da CDD, principalmente 17. e 18., ou 18. e 19.;

2.1.11.3 várias bibliotecas não assinalaram nem a CDU, nem a CDD, nem outros sistemas.

2.2 Catalogação adotada (Quadro 3)

2.2.1 Neste setor, a preferência se fixou no **Código de catalogação anglo-americano**, edição de 1967, traduzida e adaptada por A.L.C. Vicentini, com a colaboração de Astério Campos (Brasília, Edição dos Tradutores, 1969), que é adotado por **166** bibliotecas.

2.2.2 A catalogação simplificada é adotada por 101 bibliotecas e o processo de simplificação foi também indicado conjuntamente com a tradução da edição do CCAA-1967 em vários casos.

2.2.3 Outro aspecto digno de nota, é o fato de 75 bibliotecas efetuarem alterações "adaptações na catalogação escolhida (cf Quadro 3).

2.2.4 Foram assinaladas, também, as seguintes regras:

- Anglo American cataloging rules, 1967. 14
- Normas para catalogação de impressos (Vaticana). 10
- Anglo-American cataloging rules, 1978. 5

2.2.5 Algumas bibliotecas informaram utilizar normas próprias.

2.2.6 A ISBD (International Standard Bibliographic Description) está sendo aplicada em 16 bibliotecas, sendo 10 no Sudeste, 1, no Sul e 5 em bibliotecas cuja localização não fora indicada (cf Quadro 3).

2.2.7 Com referência aos processos técnicos, deve-se notar que, onde há biblioteca central e bibliotecas setoriais, a aquisição por compra é processada na biblioteca central, na maioria dos casos. As doações ficam sob a responsabilidade das setoriais.

2.2.8 Convém ressaltar que uma das bibliotecas adota o método "Fast Cat" para dinamização do processamento técnico.

2.3 Pesquisa para identificação de autoria e/ou nome correto do autor (Quadro 4)

2.3.1 observamos neste item que 104 bibliotecas **nunca** fazem pesquisa, enquanto 83 as realizam às **vezes** e **58, sempre**.

2.3.2 As fontes para pesquisa citadas foram:

- catálogo coletivo da biblioteca central,
- catálogo da biblioteca,
National Union Catalog (LC) (8 bibliotecas),
- Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional
- dicionários biográficos,
- enciclopédias.

2.4 Reprodução/desdobramento de fichas (Quadro 5 e 6)

2.4.1 Neste item, identifica-se, imediatamente, um dos problemas que aguardam solução.

2.4.2 Das 271 bibliotecas, 197 utilizam a datilografia para o desdobramento de suas fichas e como a média de fichas por documento catalogado é de 6,01, podemos avaliar o tempo empregado nesta tarefa.

2.4.3 Observe-se mais adiante que o método **não parece** prejudicar a catalogação, pois 63 bibliotecas informam que é de 100% o volume de obras catalogadas, com relação ao acervo total, enquanto 86 assinalaram 90% de obras catalogadas, 41 indicaram 80%, 21 marcaram 70% e assim por diante, como se verá no Quadro 7.

2.5 Desdobramento das fichas do catálogo para o público

2.5.1 A análise do Quadro 6 permite a visão global do número de fichas correspondentes a cada documento catalogado; foi encontrada a média de 6,01, sendo que as bibliotecas do Sudeste e as do Centro-Oeste apresentam 6,4 fichas por documento, e o Nordeste 5,1.

2.6 Localização da obra na estante

2.6.1 Neste item, as respostas não foram significativas, exceto quanto ao emprego da tabela de Cutter para composição do número de chamada.

2.7 Situação do catálogo para o usuário

2.7.1 A análise do Quadro 7 permite-nos afirmar que, aparentemente, não há problemas, visto que 63, 86 e 41 bibliotecas assinalaram como o volume de obras catalogadas, com relação ao acervo total, o de 100%, 90% e 80% respectivamente. Com 70% ficaram 21, com 60% 17 e assim por diante até se chegar a 4 bibliotecas com 10% e 1 com 01%.

2.8 Obras adquiridas por compra/doação/permuta

2.8.1 Apreciando o Quadro 8, observam-se os seguintes resultados:

2.8.1.1 As obras são catalogadas imediatamente por 165 bibliotecas, mais do que a metade daquelas que aguardam de 1 a 2 meses, em 60 bibliotecas.

2.8.1.2 No referido Quadro 8 poderão ser analisados os demais resultados.

2.8.1.3 Note-se que, em **11** bibliotecas, os documentos aguardam mais de um ano para incorporação ao acervo.

2.8.2 As obras adquiridas por compra são processadas mais rapidamente do que aquelas adquiridas por doação. Estas são selecionadas e as de maior interesse entram no esquema de uma preparação mais rápida.

2.9 Intercalação de fichas nos catálogos para os usuários

2.9.1 Quanto a este item (Quadro 9) verifica-se que 127 bibliotecas apresentam a intercalação razoavelmente em dia, enquanto 89 assinalaram a resposta "rigorosamente em dia".

2.9.2 "Com atraso" e "com muito atraso", foram as respostas indicadas por 32 e 12 bibliotecas, respectivamente.

2.10 Utilização de processos técnicos automatizados (Quadro 10)

2.10.1 Apenas **12** bibliotecas assinalaram a utilização desse tipo de processamento, sendo que 2 utilizam o formato CALCO, 5 aplicam o CALCO adaptado e 5 usam um formato próprio. Este aspecto será abordado, sem dúvida, no Simpósio sobre Automação de Serviços Bibliotecários, mas parece apropriado observar que alguns desses formatos próprios baseiam-se no formato MARC.

2.11 O processamento técnico automatizado (Quadro 10) é utilizado em 7 bibliotecas para a produção de fichas e listagens/relatórios, em 3, para a produção de listagens/relatórios e em 2, para a produção de fichas.

2.12 Catálogos para o usuário (Quadro 11)

2.12.1 Este item não foi, aparentemente, bem compreendido. Grande número de bibliotecas assinalou as **subseções** relativas ao catálogo dividido, mas deixou de assinalar o próprio catálogo dividido.

2.12.2 Outras bibliotecas assinalaram a subseção relativa ao "índice do catálogo sistemático sob a forma convencional", mas não assinalaram o catálogo sistemático.

2.12.3 O catálogo dividido é utilizado por **119** bibliotecas, enquanto **99** preferem o catálogo sistemático e 36, optaram pelo catálogo dicionário.

2.12.4 No Quadro 11, podem ser observados os totais das preferências pelos catálogos de assunto, autor e títulos.

2.12.4.1 Verificou-se que, embora o catálogo dividido tenha sido indicado por **119** bibliotecas, os seus componentes não apresentam o mesmo total.

2.13 Problemas nos setores de processos técnicos (Quadro 12)

2.13.1 Os usuários de 63 bibliotecas não podem consultar um catálogo atualizado, enquanto que em **14** bibliotecas não há catálogo público.

2.13.2 Em algumas bibliotecas há catálogo público apenas de autores, e/ou de títulos, e/ou de assuntos.

2.14 Recursos humanos no processamento técnico (Quadros 13 e 14a/b)

2.14.1 O processamento técnico **constitui** setor específico em 91 bibliotecas e **não constitui** setor específico em **106** (cf Quadro 13)

2.14.2 Quanto ao pessoal que trabalha no processamento técnico, observa-se que em 123 bibliotecas trabalha apenas 1 bibliotecário e que este, em 144 casos, desempenha também outras tarefas (cf Quadro 14)

2.14.3 Cinco bibliotecas informaram não ter bibliotecário no setor de processamento técnico.

2.14.4 No que se refere a pessoal de apoio (Quadro 14a), constata-se que em 57 casos, este é representado por 1 auxiliar e, em caso, por 11 auxiliares. Os números entre estes extremos podem ser verificados no Quadro 14.

2.14.5 No Quadro 14b pode-se observar como se apresenta a situação do pessoal nas bibliotecas universitárias:

2.14.5.1 Para 271 bibliotecas, há **232** bibliotecários

Portanto, a cada BIBLIOTECA CABE 0.85 de um bibliotecário

2.14.5.2 Para 271 bibliotecas há **162** auxiliares

portanto, a cada BIBLIOTECA CABE 0.59 de um auxiliar

NUMERO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO EM
COMPARAÇÃO COM O NÚMERO DE BIBLIOTECAS MENCIONADAS NO GUIA

QUADRO
1

	QUESTIONÁRIO	GUIA
NORTE	4	15
NORDESTE	59	127
SUDESTE	134	235
SUL	37	92
CENTRO-OESTE	7	18
Total com identificação	241	
Sem identificação de local	30	
TOTAL GERAL	<u>271</u>	487
NÃO FORAM ANALISADAS	9	
TOTAL	280	

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS : SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO

Quadro
2

REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	SEM LOCAL	TOTAL
Nº de BIBLIOTECAS	4	59	134	37	7	30	271
CDU							
SEM EDIÇÃO	-	5	2	4	-	1	12
ABREVIADA	-	16	14	3	-	3	26
MÉDIA	1	16	30	12	2	9	70
DESENVOLVIDA	1	6	19	9	1	3	39
TOTAL	2	28	63	24	3	15	147
CDD							
15.ed.	-	1	3	-	-	-	4
16.ed.	-	3	10	1	1	1	16
17.ed.	1	4	12	1	-	3	21
18.ed.	3	12	45	13	3	9	85
19.ed.	-	2	8	-	-	1	11
TOTAL	4	22	78	15	4	14	137
OUTRAS							
Odontologia (Black)	-	1	4	-	-	-	5
Doris Q. Carvalho	-	2	1	-	-	1	4
Nat Libr Medicine	-	-	4	-	-	-	4
Am Math Soc	-	-	2	-	-	2	2
Oceanografia	-	1	-	-	-	1	2
Localização fixa	-	1	-	-	-	-	1
TOTAL	-	5	11	-	-	2	18

OBSERVAÇÃO: várias bibliotecas assinalaram mais de um sistema de classificação, surgindo assim a diferença entre o total 302 e o número total de bibliotecas, 271

302

Quadro
2

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS : CATALOGAÇÃO ADOTADA

Quadro
3

REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	SEM LOCAL	TOTAL
Nº de bibliotecas	4	59	134	37	7	30	271
AACR, 1967	-	2	4	1	-	7	14
AACR, 1967 Trad. Vicentini	3	39	80	26	5	13	166
NACR, 1970	-	-	5	-	-	-	5
VATICANA	-	5	4	1	-	-	10
SIMPLIFICADA	3	20	43	13	3	11	101
OUTRAS	-	1	2	-	-	-	3
ALTERA/ADAPTA	-	16	35	12	3	9	75
ISBC	-	-	10	1	-	5	16
TOTAL	6	91	123	54	11	45	390

OBSERVAÇÃO: várias bibliotecas ass. adotaram mais de uma catalogação adotada, dando uma diferença entre o total 390 e o número total de bibliotecas, 271

Quadro
3

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS . PESQUISA PARA IDENTIFICAR AUTORIA
E/OU NOME CORRETO

Quadro
4

	NUNCA	ÀS VEZES	SEMPRE	TOTAL
NORTE	1	1	1	3
NORDESTE	22	20	11	53
SUDESTE	54	34	35	123
SUL	12	16	3	31
CENTRO-OESTE	1	3	2	7
SEM LOCAL	13	9	6	28
TOTAL	104	83	58	245

OBSERVAÇÃO: 16 bibliotecas deixaram de responder a este item.

BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS : REPRODUÇÃO/DESDOBRAMENTO DE FICHAS

Quadro
5Quadro
5

REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	SEM LOCAL	TOTAL
Nº de Bibliotecas	4	59	134	37	7	30	271
DATILOGRAFIA	4	54	93	21	6	19	197
MINIGRAPH	-	4	17	5	1	2	29
FLEXOWRITER	-	-	11	-	-	6	17
OUTRAS FORMAS							
XEROX	-	1	3	3	-	1	8
DUPL. ALCOOL e MIMEOGRAFO	-	-	3	1	-	2	11
IBM/MT-72	-	-	2	-	-	-	2
JUSTOWRITER	-	-	1	-	-	-	1
IBM/COMPOSER	-	-	2	-	-	-	2
TOTAL	4	59	137	30	7	30	267

OBSERVAÇÃO: 4 bibliotecas não assinalaram este item

BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS : MÉDIA DE FICHAS POR OBRA CATALOGADA

Quadro
6

NORTE	6.0
NORDESTE	5.1
SUDESTE	6.4
SUL	6.3
CENTRO-OESTE	6.4
SEM LOCAL	5.9

MÉDIA 6.01

A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS : VOLUME DE OBRAS CATALOGADAS COM RELAÇÃO
AO ACERVO TOTAL

Quadro
7

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	S/LOCAL	TOTAL
Nº de BIBLIOTECAS	4	59	134	37	7	30	271
100%	1	9	40	6	-	7	63
90%	-	16	46	10	3	9	86
80%	-	12	20	4	2	3	41
70%	-	5	8	4	-	4	21
60%	-	5	7	4	-	1	17
50%	-	3	2	1	1	-	7
40%	1	2	2	1	-	2	8
30%	-	-	1	2	-	1	4
20%	-	1	1	-	1	2	5
10%	-	1	3	-	-	-	4
01%	-	-	1	-	-	-	1
TOTAL	2	56	131	32	7	29	257

OBSERVAÇÃO: 14 bibliotecas não assinalaram este item

Quadro
7

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS : DEFASAGEM ENTRE AQUISIÇÃO/PROCESSAMENTO

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	SEM LOCAL	TOTAL
Nº de Bibliotecas	4	59	134	37	7	30	271

CATALOGAÇÃO	3	42	87	20	1	12	165
IMEDIATA							
AGUARDAM							
1 a 2 meses	-	10	30	9	2	12	63
3 a 4 meses	-	2	6	3	2	1	14
5 a 6 meses	1	2	2	-	-	1	6
6 meses a 1 ano	-	1	3	1	-	1	6
Tempo maior	-	2	5	2	-	2	11

TOTAL	4	59	133	35	5	29	265
-------	---	----	-----	----	---	----	-----

OBSERVAÇÃO: a diferença entre o total 265 e o total 271, não indica realmente que apenas 6 bibliotecas não responderam. Houve respostas que indicavam "catalogação imediata para compras, e espera para doações. Foram computadas as duas respostas

Quadro
9

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS : INTERCALAÇÃO NO CATALOGO PARA USUÁRIOS

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	SEM LOCAL	TOTAL
Nº de Bibliotecas	4	59	134	37	7	30	271
RIGOROSAMENTE EM DIA	3	17	52	10	-	7	89
RAZOAVELMENTE EM DIA	1	26	63	17	5	15	127
COM ATRASO	-	11	11	7	1	2	32
COM MUITO ATRASO	-	3	6	1	-	2	12
TOTAL	4	57	132	35	6	26	260

OBSERVAÇÃO: 11 bibliotecas não assinalaram este item

Quadro
9

I FORMATO

CALCO		
Sudeste	2	
CALCO adaptado		
Nordeste	2	
Sudeste	3	
OUTROS		
Sudeste	4	
Centro-Oeste	1	
TOTAL	12	

2 PROCESSO AUTOMATIZADO UTILIZADO PARA PRODUÇÃO

FICHAS		
Nordeste	1	
Sudeste	1	
LISTAGENS/RELATÓRIOS		
Sudeste	3	
FICHAS e LISTAGENS/ RELATÓRIOS		
Nordeste	1	
Sudeste	5	
Centro-Oeste	1	
TOTAL	12	

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS : CATALOGOS PARA O USUÁRIO

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	SEM LOCAL	TOTAL
Nº de Bibliotecas	4	59	134	37	7	30	271
SISTEMATICO	-	21	51	16	2	9	99
DICIONARIO	1	8	19	2	-	6	36
DIVIDIDO	3	24	56	13	4	14	119
AUTOR	2	15	36	17	2	13	87
ASSUNTO	2	19	39	15	2	13	90
TITULO	2	13	31	13	2	11	72
AUTOR/TITULO/SERIE	-	4	7	-	1	-	12
AUTOR/SERIE	-	-	1	-	-	-	1
TITULO/SERIE	-	1	6	3	-	-	10
TOTAL	10	105	243	84	13	66	526

OBSERVAÇÃO: Há uma diferença de 255 bibliotecas a mais no que se refere ao número de questionários analisados. Esta diferença decorre da sinalização de vários tipos de catálogos para a mesma biblioteca

Quadro
11Quadro
11

BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS: PROBLEMAS: AUSENCIA DE CATALOGOS PARA USUÁRIOS

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	SEM LOCAL	TOTAL
Nº de Bibliotecas	4	59	134	37	7	30	271

AUSENCIA DE CATALOGOS	-	2	8	-	2	2	14
-----------------------	---	---	---	---	---	---	----

CATALOGO NÃO ESTA ATUALIZADO	-	21	13	13	2	9	63
------------------------------	---	----	----	----	---	---	----

CATALOGO DE UMA OU DUAS DAS ESPECIES ABAIXO

AUTOR	-	1	9	-	-	2	12
-------	---	---	---	---	---	---	----

TITULO	-	1	3	-	-	1	5
--------	---	---	---	---	---	---	---

ASSUNTO	-	1	3	-	-	-	4
---------	---	---	---	---	---	---	---

TOTAL	-	26	41	13	4	14	98
-------	---	----	----	----	---	----	----

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z

BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS : RECURSOS HUMANOS

Quadro
13

	SETOR ESPECIFICO	NÃO t SETOR ESPECIFICO	TOTAL
NORTE	3	-	3
NORDESTE	17	21	38
SUDESTE	45	53	98
SUL	15	12	27
CENTRO-OESTE	3	1	4
SEM LOCAL	-8	19	27
TOTAL	91	106	197

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS : PESSOAL NO PROCESSAMENTO TÉCNICO

Quadro
14a

REGIÃO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	SEM LOCAL	TOTAL
Nº de Bibliotecas	4	59	134	37	7	30	271
BIBLIOTECARIOS							
1	-	29	56	11	5	22	123
2	1	12	28	15	1	4	61
3	1	5	8	7	-	1	22
4	-	-	6	-	-	1	7
5	-	1	-	1	-	-	2
6	-	2	3	-	-	1	6
7	1	1	2	-	-	-	4
8	-	-	1	-	1	-	2
9	-	1	-	1	-	-	2
10	-	-	2	-	-	-	2
11	-	-	-	-	-	-	-
12	-	-	1	-	-	-	1
TOTAL	3	51	107	35	7	29	232
AUXILIARES							
1	-	11	29	11	2	4	57
2	1	7	26	7	1	8	50
3	-	3	11	3	1	6	24
4	-	2	6	2	-	1	11
5	-	1	5	-	-	2	8
6	-	-	-	-	1	-	1
7	-	1	3	1	1	-	6
8	-	1	1	1	-	-	3
9	-	-	-	-	-	-	-
10	1	-	-	-	-	-	1
11	-	1	-	-	-	-	1
12	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2	27	81	25	6	21	162
BIBLIOTECARIO DESEMPENHA OUTRAS TAREFAS							
	-	40	58	24	3	19	144

BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS : PESSOAL NO PROCESSAMENTO TECNICO

Quadro
14 b

	BIBLIOTECARIOS	BIBLIOTECAS
Número TOTAL	232	271

0.85 BIBLIOTECARIOS por Biblioteca

	AUXILIARES não bibliotecarios	BIBLIOTECAS
Número TOTAL	161	271

0.59 AUXILIARES por Biblioteca

AO SENHOR RELATOR GERAL DO 2º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Regina Maria Soares de Oliveira

Às 15 horas na sala 10 no Centro de Convenções de Brasília, deu-se início a reunião do Grupo de Trabalho — Processos Técnicos. O documento Básico estudado "Tendências Atuais do Processamento Técnico em Bibliotecas Universitárias" da Prof^a Cordélia R. Cavalcanti, foi discutido pelos participantes presentes, com a participação da autora do trabalho. O Grupo de Trabalho foi coordenado pela Prof^a Dinah Población e Relatora Prof^a Regina Maria Soares de Oliveira. Estavam presentes os debatedores convidados, Prof^a Janice Monteiro e Ivanilda Fernandes Costa Rolim e os demais técnicos interessados no tema: Giacomina Faldini da Faculdade de Direito da USP, de Eliane Serrão Alvamey da Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal e Yara Maria Prazeres da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Síntese do trabalho: Análise das respostas a 271 questionários sobre o processamento técnico em bibliotecas universitárias brasileiras. Problema emergentes. Problemas aparentemente solucionados. Catalogação, classificação, catálogos, pessoal técnico e pessoal auxiliar.

Recomendações: Tendo em vista a necessidade da racionalização dos processos técnicos como entendido no documento básico do 2º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (Catalogação, Classificação, Preparação de Catálogo) recomenda-se:

- 1) que sejam adotados normas e padrões recomendados por órgãos de coordenação a nível nacional;
- 2) que os órgãos coordenadores das bibliotecas nas universidades racionalizem os procedimentos técnicos com base nessas normas e padrões nacionais;
- 3) que as bibliotecas de unidades isoladas de ensino superior compatibilizem os seus procedimentos técnicos com aqueles das bibliotecas universitárias;
- 4) que a CAPES crie um Grupo de Trabalho constituído de especialistas da área para orientar a implantação dessas normas e padrões nas bibliotecas universitárias brasileiras.

CATÁLOGO COLETIVO E COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA*

*Leila Magalhães Zerlotti Mercadante**
*Tereza da Silva Freitas Oliveira ****

RESUMO

Analisa, a partir de dados obtidos através de questionários enviados a um grupo de bibliotecas universitárias do país, a Comutação Bibliográfica no que se refere à: Catálogos Coletivos; condições reprográficas; áreas do conhecimento humano de maior carência e interdependência bibliográfica; instituições atuantes. Destaca a importância do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) e sua implantação. Preconiza o estabelecimento de uma rede de bibliotecas universitárias através de acordos e/ou convênios, atualização do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos, e a inserção no mesmo da totalidade dos acervos das bibliotecas universitárias.

- * Documento básico apresentado ao grupo de trabalho sobre Catálogo Coletivo e Comutação.
- ^m Diretoria da Biblioteca Central da UNESP e Coordenadora do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação de Marília - UNESP.
- ** Diretor Técnico do Serviço de Documentação e Informática da Biblioteca Central da UNESP e Professora do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação de Marília - UNESP.

1. INTRODUÇÃO

Um problema que aflige todos os que dirigem bibliotecas é a impossibilidade de se colocar à disposição da comunidade a que serve, a literatura necessária. Não analisando aqui a explosão bibliográfica, a produção acelerada de literatura científica, os recursos ilimitados que nenhuma biblioteca poderia conseguir, ficariam ainda as preocupações mais próximas, existentes principalmente em nosso país, mais especificamente no que se refere às bibliotecas universitárias. Aqui, onde as dificuldades de importação e de orçamento se somam às altas sucessivas da moeda estrangeira, a dificuldade em cada período se torna maior tanto para a continuidade de assinaturas de uma coleção mínima de periódicos, como impossível para um aumento de títulos que corresponda aos anseios de professores e pesquisadores.

Não se pretende, nesse trabalho, esgotar ou resolver o assunto. Muito mais, o que se considera importante é discutir a situação atual e encontrar algumas propostas que conduzam à solução dos problemas.

Esforços vem se desenvolvendo para, através da Comutação Bibliográfica, facilitar o acesso aos documentos. Entende-se aqui por Comutação Bibliográfica "uma sistemática operacional mediante a qual, por procedimentos reprográficos de qualquer índole (cópias eletrostáticas, micrográficas, etc), os usuários de uma biblioteca ou centro de documentação, têm acesso ao acervo de outra instituição similar participante de uma mesma rede, conforme as normas previstas na lei de direitos autorais". (COMUT)

Cada vez de forma mais intensa, existe a idéia de formação de redes, de sistemas que se propõem servir de maneira mais adequada seus usuários, numa tentativa de aglutinar, de somar, para extrair um maior número de informações.

Partindo desses esforços, convênios são firmados, projetos são montados, sendo possível, atualmente, medir à que ponto as bibliotecas estão se valendo dos acervos que não os próprios.

A despeito da crise que atravessa hoje a Universidade brasileira, sentida e conhecida por todos, as bibliotecas universitárias constituem ainda, o núcleo mais forte de acervos, sendo suportes ou auxiliares de sistemas especializados como a BI REME, BICENGE, etc.

Somos dos que acreditam que a união e o fortalecimento dos acervos das bibliotecas universitárias, constitui medida acertada para o estabelecimento de serviços que possam atender à demanda de professores, pesquisadores, estudiosos em geral, como também capaz de criar ou ativar tal demanda. Assim, através de questionários distribuídos, tentamos levantar dados entre 150 bibliotecas universitárias brasileiras para traçar algumas coordenadas do panorama de Comutação Bibliográfica (CB) e

Catálogo Coletivo (CC), levando em consideração os quesitos abaixo discriminados, os quais consideramos fundamentais para o desenvolvimento de serviços desse teor:

- catálogos coletivos;
- condições reprográficas;
- áreas do conhecimento humano de maior carência e interdependência bibliográfica;
- instituições atuantes.

2. DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS

Dos **150** questionários enviados, recebemos 68 respostas, e é sobre esse total que nos basearemos para as proposições.

2.1 CATÁLOGOS COLETIVOS

A estratégia de um Sistema de Comutação Bibliográfica (SCB) pressupõe a existência dos instrumentos básicos de consultas — os Catálogos Coletivos — objetivando a localização de Instituições que possuam em seus acervos os recursos bibliográficos de que os usuários de outras entidades necessitam.

Assim, apesar das críticas feitas aos Catálogos Coletivos, são ainda eles os instrumentos essenciais para descrição e localização de coleções, sejam elas dentro de um país, de uma rede, ou sistema especializado.

No tocante aos Catálogos Coletivos, procurou-se através dos questionários detectar:

- a) existência ou não de CD impressos e próprios;
- b) inserção ou não dos acervos em CCR e/ou CCN.

Em relação ao item a verificou-se que um total inferior a 15% das bibliotecas universitárias possuem CC próprios e impressos.

No que se refere ao item b constatou-se que aproximadamente 48% apenas dessas bibliotecas apresentam os seus acervos incluídos em CCR e/ou CCN.

É evidente que para um SCB, o mais indicado não está em cada biblioteca ter o seu próprio CC e sim no registro dos acervos em CCR ou CCN, sendo que neste último está a forma ideal de transposição de informação que esses instrumentos bibliográficos propiciam.

Sob esse particular, esforços não deveriam ser medidos no sentido de que todas as bibliotecas universitárias brasileiras engajassem os seus acervos ao CCN e/ou CCR- O que preconizamos com a participação de todos no CCN é o princípio da universalidade de bens bibliográficos, ou seja, tornar de todos o que prevalece até então restrito a uma elite privilegiada de usuários.

São as oportunidades de acesso para os menos favorecidos por bens bibliográficos que serão aumentadas, à medida que dirigentes e bibliotecários se conscientizarem da necessidade premente de fixação de acervos no CCN.

Por outro lado, os dados a seguir expostos evidenciam o nível do não aproveitamento de bens bibliográficos em nosso país, ocasionado pela falta de registro das coleções de publicações periódicas em CC.

Dos dados obtidos, retiramos três exemplos: Universidades A, B e C, demonstrando a parcial, ou total ausência de inserção no CCN.

Nesse sentido, chamamos a atenção para os bloqueios estabelecidos:

Na Universidade A, as 6.650 assinaturas estão limitados à demanda de aproximadamente 20.000 usuários enquanto esse mesmo potencial hemerográfico estaria implicitamente, à disponibilidade de 1.550.000* usuários se consubstanciado ao CCN.

Por outro lado, se levarmos em consideração que 90% das assinaturas requerem importação e a média por título no ano/79 foi de Cr\$ 5.000,00, constatamos que um investimento da ordem de Cr\$ 33.000.000,00 se destinou a atender apenas 1,2% da clientela universitária em nosso país.

* *Miranda, A. - Comut.*

UNIVERSIDADE (A) - ANO 1979

Unidades	Título de Publicações Periódicas assinadas	
	Acervo inserido no CCN	Acervo não inserido no CCN
BC	50	
Bd 1		400
Bd2		300
Bd3		200
Bd4		900
Bd5		900
Bd6		800
Bd7		1.200
Bd8		400
Bd9		700
Bd 10		800
Total	50	6.600

UNIVERSIDADE (B) - ANO 1979

Unidades	Títulos de Publicações Periódicas assinadas	
	Acervo inserido no CCN	Acervo não inserido no CCN
BC		500
Bd 1		600
Bd2		300
Bd3		100
Bd4		100
Bd5		60
Total		1.660

UNIVERSIDADE (C) - ANO 1979

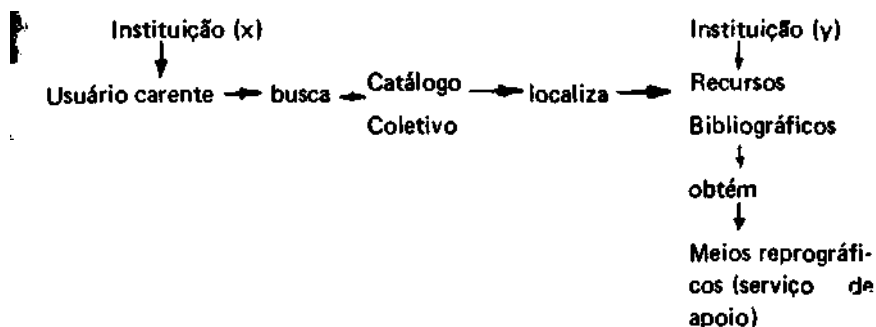
Unidades	Título de Publicações Periódicas assinadas	
	Acervo inserido no CCN	Acervo não inserido no CCN
BC		30
Bd1		100
Bd2	180	
Bd3	100	
Bd4		20
Bd5		100
Bd6		900
Bd7		30
Total	280	1.180

Obs.: Os dados foram remanejados e aproximados para não identificação e/ou comprometimento.

22 CONDIÇÕES REPROGRÁFICAS

No encadeamento de um SCB não basta ter os bens bibliográficos e incorporá-los em CC. É preciso ir mais além, ao campo da Reprografia. Esta se configura como a condição básica sem a qual não haverá obtenção do material para se colocar às mãos do usuário carente.

Assim o esquema pode ser apresentado:



Quanto a esse produto final a que nos referimos, críticas são feitas tendo em vista que muito da dinâmica de um SCB visa a obtenção de cópias xerográficas, micro-filmes, etc. e a validade desses materiais reprográficos.

Quanto a isso, acrescentaríamos que tais trabalhos são justificados:

"a partir de conceitos de que materiais bibliográficos não são meros complementos do livro". Há necessidade de "julgá-los pelo seu próprio valor intrínseco". (Maria Pulcheria do Amaral). E o valor intrínseco está na informação em si e não na nova roupagem sob a qual a mesma é apresentada.

Por outro lado, considerando que em CB as instituições interagentes devem estar bem equipadas reprograficamente, questionamos sobre:

- a) Tipo e capacidade das máquinas e âmbito de atendimento;
- b) Formas de pagamento e preço por unidade reprográfica.

Numa prognose sobre essas condições de reprografia as perspectivas já nos apontavam que dentre as bibliotecas universitárias que possuem máquinas e/ou equipamentos, a maioria está na capacidade apenas do "xerox", operando comumente com uma só unidade copiadora por contrato e/ou aluguel e visando a atender não os serviços exclusivos da biblioteca, e sim de toda uma Universidade (Biblioteca + Admi-

tração + Corpo Docente e Discente + Diretórios Acadêmicos, etc).

Através dos questionários viu-se em um número aproximado de 10 a 15% das bibliotecas universitárias não contam com quaisquer modalidades de reprodução, usufruindo da prestação de serviços de terceiros, geralmente de entidades comerciais ou então facultando o empréstimo mais facilmente para sanar a referida ausência.

Um fator que em primeira instância, consideramos bastante favorável para um SCB foi a amostra que evidenciou 90% dessas entidades não têm limite pré-fixado para cópias xerográficas especificamente para os serviços de bibliotecas ao mês, sendo as mesmas solicitadas à medida das necessidades.

Entretanto, esse aspecto positivo, constatado a grosso modo, no início da análise, se desfaz à proporção que se conhece informações mais precisas de algumas bibliotecas universitárias. Verificou-se que não há necessidade de se fixar limites, pois as quantidades de cópias requeridas para atender aos serviços das bibliotecas são irrisórias e ficam restritas aos serviços burocráticos das mesmas. Isto porque não há entrosamento em um programa maior de intercâmbio que passa a exigir número elevado de cópias bibliográficas e até mesmo máquinas e/ou equipamentos próprios, sem o vínculo do contrato e/ou aluguel.

Na prática temos conhecimento que as entidades que desenvolvem atividades bastante satisfatórias no âmbito da comutação, enfrentam problemas graves em razão da estruturação e manutenção desses equipamentos, e não têm condições de subsistência se cerceados por um marco delimitado de cópias.

Procuramos computar esse limite e ele foi bastante desalentador, pois em nosso país a média de cópias disponíveis pelas bibliotecas universitárias varia entre 50 a 500 unidades para a grande maioria.

Acrescenta-se ainda que esse limite sendo mensal é de imediato atingido, normalmente, pelos próprios trabalhos de rotina. Surge então um entrave para a Comutação ficando o fornecimento de artigos científicos muito a desejar e para ocasiões oportunas, sempre após a satisfação das necessidades da Administração.

No que diz respeito ao preço cobrado por cópia xerográfica e à maneira de se processar o respectivo pagamento não existe equidade, nem padrões comuns a fim de se prever o quanto um SCB, por exemplo, teria que investir ao mês para conseguir um total x de cópias.

No momento atual, disparidades no preço pago por cópias são enormes, chegando a desestimular os que procuram desenvolver a Comutação a contento.

As flutuações estão entre Cr\$ 1,50 e Cr\$ 5,00 por unidade xerográfica. Outros fatores determinantes dos altos custos das cópias são originários da discriminação estabelecida para usuários de outras instituições e nas taxas acrescidas às importâncias correspondentes às cópias em si.

Nota-se intenção lucrativa quando do fornecimento de artigos científicos para usuários de outras Universidades, configurada no dobro dos preços pagos pelos usuários da Biblioteca.

Na tramitação em apreço vejamos os acréscimos ocorridos:

Usuários da Biblioteca	Usuários de outras Instituições
Cr\$ 2,50 por cópia	*5,00 por cópia
x 10 artº de 10 cópias	x 10 artº de 10 cópias
Cr\$ 25,00 total	50,00
	10,00 + taxa/pesquisa
	*10,00 + taxa/serviço
	30,00 + taxa/correio
	Cr\$ 100,00 total

* acréscimo que poderiam ser extintos

No exemplo acima, consideramos que falta a intervenção do bibliotecário que através de uma política de conscientização dos fins para que se destinam tais cópias junto à direção dos serviços reprográficos, à administração das Universidades ou a quem de direito, poderia tentar eliminar esses acréscimos fixados para a categoria do não usuário da instituição.

Não propomos com isso a gratuidade do material reprográfico e sim consideramos perfeitamente viável diminuir os preços sem prejuízo da unidade atendente.

No caso em questão teríamos reduzido o total a ser pago por esse usuário de "fora" nos seguintes moldes:

2,50	2,50
x10	x10
25,00	25,00
	10,00 + taxa de pesquisa
	30,00 + taxa de correio
	65,00

Ainda, dentre as taxas que oneram sobremaneira o processo aquisitivo num SCB está a relativa ao Correio, taxa essa cobrada com justa razão por 90% das bibliotecas universitárias. No entanto, sabendo de antemão da quase impossibilidade de se conseguir tal franquia em nosso país, somos pelos esforços para obtenção da mesma.

O que nos afigura como fator decisivo para baratear os custos é compartilhar dos bens bibliográficos, através do estabelecimento de convênios e/ou acordos.

3. ÁREAS DO CONHECIMENTO HUMANO DE MAIOR CARÊNCIA E INTERDEPENDÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Outro aspecto do qual procuramos extrair dados mais precisos, foi o das áreas do conhecimento mais carentes de recursos bibliográficos e que poderiam ser amparados em maior grau pela Comutação.

Cuidados foram tomados para se evitar desníveis, distribuindo os questionários igualmente entre as bibliotecas das três grandes áreas - Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e Tecnologia e Ciências Biomédicas. Outra providência nesse sentido foi procurar arguir sempre a Biblioteca Central e algumas Bibliotecas Departamentais das Universidades brasileira. Deste modo as questões foram elaboradas objetivando aferir o quanto possível o atendimento atribuído aos acervos, mediante a solicitação de artigos científicos. As bibliotecas da área de Ciências Humanas são as que conseguem atender uma porcentagem maior de pedidos, geralmente na casa de 60 a 80%. As de Ciências Exatas e Biomédicas atendem, com seu próprio acervo, 40 e 50% dos pedidos.

Apesar das reproduções de artigos científicos apresentarem maiores problemas na área de Ciências Biomédicas, pelo grande número de lâminas nos trabalhos, são as bibliotecas dessa área que apresentam um fluxo maior de solicitação, e passam a exigir serviços mais eficientes de CB.

É interessante notar que a dinâmica desse processo de transferência caracterizado em termos de comutação não está nas mãos das bibliotecas universitárias em nosso país, mas de alguns sistemas especializados e/ou empresas, como EMBRAPA, BIREME, IBICT, etc. que se apoiam nos acervos daquelas.

Também o itinerário e/ou contato para obtenção dos artigos científicos não é direto entre as bibliotecas universitárias, colocando na situação de intermediários os sistemas aludidos. Por exemplo: Universidade X da Região Norte não solicita à Universidade Y da Região Sul.



A colocação desses sistemas BIREME, BICENGE, etc. como intermediários supõe:

- a) que as bibliotecas universitárias não possuem CC para a devida localização da literatura desejada;
- b) que as possibilidades para obtenção de literatura no exterior são maiores se descartadas por esses sistemas;
- c) que determinadas bibliotecas universitárias criam barreiras ao condicionarem o atendimento somente se o pedido for efetuado através dos formulários próprios desses sistemas pois somente com eles mantêm convênios.

Consideramos válida a posição desses sistemas como intermediários somente quando da alternativa "b", pois realmente os serviços prestados são excelentes e constituem órgãos canalizadores desse processo junto a NAL, NLM, BLL, e outras bibliotecas do exterior.

Nas demais situações diríamos que as barreiras para transações diretas em bibliotecas universitárias são geradas por condicionamento e porque não dizer desinteresse ou indiferença dos próprios bibliotecários.

CONCLUSÃO

O que se pode propor como diretriz de trabalho em relação à CB no Brasil, já foi, quase que totalmente demonstrado no Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), instituído junto à CAPES, por Portaria do Ministro da Educação, em 08/08/1980. Na reunião realizada a 21 de agosto de 1980, na CAPES, que reuniu um grupo de profissionais ligados ao assunto, foram levantados e discutidos aspectos da maior importância para viabilizar a implantação do Projeto.

Podemos, no entanto, discutir como medidas imediatas, calcados nas proposições do Projeto, que na falta de um sistema de bibliotecas universitárias, se organize "uma rede de bibliotecas compromissadas através de convênios". Com base no CCNP, e mediante protocolos firmados pelas Instituições, poder-se-ia intensificar e melhorar a CB.

Para que tal "rede" possa prestar serviços no que se refere à CB, passariam as bibliotecas universitárias à inserir o acervo total,, tanto Biblioteca Central como bibliotecas departamentais ou setoriais no CCN. Representadas no Catálogo Coletivo, as bibliotecas deveriam oferecer serviços de cópias. Caberia aos bibliotecários, conscientes da importância desses serviços, agir junto às autoridades para obter tais condições de trabalho.

Necessário e urgente é que o Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos se constitua em instrumento efetivos de indicador das coleções existentes no país. Para tanto, sua atualização é imprescindível.

Os convênios ou acordos de participação e cooperação recíproca facilitam muito o problema burocrático de pagamento, uma vez que o acerto de contas é realizado somente uma vez por ano. Experiências nesse sentido têm sido realizadas por bibliotecas universitárias, trazendo benefícios comuns.

As soluções mais uma vez, cabem aos bibliotecários. Seja através da conscientização das autoridades, para a implantação do Sistema de Bibliotecas Universitárias, seja através de ações conjuntas visando tal criação.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BETTIOL, Eugenia Maranhão. Comutação Bibliográfica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., **Porto Alegre, 1977, 3-8**, julho 1977. 21 p.

CUNHA, Maria Luisa Monteiro da. **Bibliotecas universitárias em sistemas nacionais de informação**. São Paulo, USP, **1977. 31 p.**

——— **Catálogo Coletivo de periódicos no campo de ciências médicas e afins**. São Paulo, Biblioteca Central da USP, 1968. 20p. (fotocópia).

FERREIRA, Lusimar Silva. **Bibliotecas universitárias brasileiras**: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas. São Paulo, Pioneira, 1980. 119p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Projeto**: programa de comutação bibliográfica - COMUT. Brasília, MEC/CAPES/s.d. (fotocópia).

MIRANDA, Antonio. Biblioteca Uuniversitária no Brasil: reflexões sobre a problemática. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1. Niterói, RJ, 23-29, julho **1978**. Brasília, CAPES/DAU/MEC, 1978. 36p.

MIRANDA, Antonio. Bibliotecas dos cursos de pós-graduação em educação no Brasil: estudo comparado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., Porto Alegre, 1977. Anais... Porto Alegre, 1977. v.2, p. 268-333.

OLIVEIRA, Tereza da Silva Freitas. Serviço de comutação documentária da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10., Curitiba, 1979. Anais...

Nome da Biblioteca:
Instituição:
Endereço:
Responsável: Cargo:

1. A biblioteca possui catálogo impresso e próprio:

D Sim D Não

2. Que tipo(s) de publicação(ões) esse(s) catálogo(s) registra(m):

D Livros e obras avulsas
D publicações periódicas
D Outros. Especifique:

3. O acervo de publicações periódicas está inserido:

D Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas publicado pelo
IBICT
D Catálogo Coletivo de Periódicos/NE (MEC/DAU/CAPES)
D Outros. Especifique:

4. Possui condições reprográficas para:

D xerox D microfilmes
D microfichas D outros. Especifique:

5. As máquinas e/ou equipamentos reprográficos destinam-se a atender os serviços:

D Exclusivos da biblioteca
D Biblioteca (+) mais:
D Administração
D Corpo docente
D Corpo discente
D Diretórios acadêmicos
D Outros. Especifique:

6. Quanto à(s) máquina(s) xerox, para uso da biblioteca complete os seguintes dados:

Total de máquinas:

Marca
Capacidade.
Própria
Alugada e/ou por contato

7. Existe um limite préfixado de cópias xerográficas especificamente para os serviços de bibliotecas ao mês?

D Sim D Não

8. Caso positivo, atualmente, qual o total de cópias?

9. Caso negativo, especifique como funciona:

10. No momento, qual o preço pago por cópia xerográfica pelo(s):

Usuário(s) da instituição.
Usuário(s) de outras instituições.

11. O pagamento de cópias xerográficas para os não residentes no local é efetuado através de:

D Espécie
D Cheque visado
D Ordem de pagamento
D Vale postal
D Outros. Especifique:.

12. Além do pagamento das respectivas cópias, essa instituição, acrescenta a(s) importância(s) correspondente(s) à

D Taxa de pesquisa
D Taxa de serviço
D Taxa de correio
D Outros. Especifique:

13. Essa biblioteca mantém convênio(s) com outra(s) instituição(ões) para fornecimento e/ou recebimento de cópias xerográficas:

D Sim D Não

14. Dentro das 3 áreas discriminadas a seguir situe a especialização dessa biblioteca:

- D Ciências Humanas e Sociais
- D Ciências Exatas e Tecnologia
- D Ciências Biomédicas

15. Da(s) área(s) acima indique o(s) assunto(s) específico(s), em ordem de prioridade:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

16. Conforme resposta anterior, em quais assuntos há maior solicitação de artigos científicos para outras instituições:

.....

.....

.....

17. Indique estabelecendo prioridade, as instituições às quais essa biblioteca mais solicita artigos científicos:

.....

.....

.....

.....

.....

18. **Indique estabelecendo prioridade as** instituições as quais essa biblioteca mais fornece **artigos** científicos

.....
.....
.....
.....

19. Qual o "índice de atendimento" a atribuir ao seu acervo mediante solicitações de artigos científicos:

D 80 a 100%
D 60 a 79%
D 40 a 59%
D 20 a 39%

20. Não encontrando em âmbito nacional o artigo científico desejado, faz-se a solicitação ao exterior:

D Sim D Não

21. Caso positivo, discrimine o(s) nome(s) da(s) instituição(ões) estrangeira(s)

.....
.....
.....

22. Quando a obtenção das cópias eletrostáticas e/ou micrográficas, etc, é feita no exterior o pagamento é processado através de:

D remessa
D cupons
D outros:

23. No caso de utilização dos cupons quais seriam?

D Bonus da UNESCO
D British Library
D Outros:

RELATÓRIO
GRUPO DE TRABALHO
CATALÁGO COLETIVO E COMUTAÇÃO

1? GRUPO: REDE DE COLETA

Coordenador: Rosmarie Appy
USP/Diretora da Divisão de
Bibliotecas e Documentação

Participantes: Gilda Gama de Queiroz - CNEN/CIN
Maria Mercedes Rocha - UFPe/Deptº Física
Graça Maria Simões Luz Piza - Univ. Est. Londrina
Celia Regina Silva - UnB
Moema Malheiros Pontes - UnB
Tereza da Silva Freitas - UNESP

1. Objetivo

Elaborar modelo de rede de coleta de dados, através da descentralização dos atuais Centros Regionais, visando agilizar a entrada de informações no Sistema CCN.

2. Proposta apresentada pelo IBICT

- 2.1 Catálogos Coletivos Regionais se responsabilizando pela coleta e registro das informações pertencentes às Bibliotecas Universitárias.
- 2.2 Catálogos Coletivos Setoriais seriam aqueles formados por sistemas especializados (Redes formais)
- 2.3 Catálogos Coletivos de outros focos, aqueles responsáveis por bibliotecas pertencentes a grupos informais (comissões/grupos especializados)

3. Recomendações

- 3.1 Que o CCN a cargo do IBICT, preferencialmente, passe a trabalhar à nível de Redes Estaduais ao invés de Redes Regionais;
- 3.2 Que cada Rede Estadual tenha seu centro coordenador na universidade do respectivo estado, federal ou outro, que apresente melhor infra-estrutura;
- 3.3 Que os CCs Estaduais tendam a descentralizar-se para fins de coleta de dados de implantação e/ou atualização a nível de:
 - universidades
 - redes formais a nível estadual ou municipal (Secretarias)
 - bibliotecas isoladas
- 3.4 As redes formais de âmbito federal continuam vinculadas diretamente ao CCN/IBICT;
- 3.5 Que as bibliotecas de instituições isoladas de nível superior se integrem ao Catálogo Coletivo obrigatoriamente através da rede universitária e não através de outras quaisquer redes formais ou agrupamentos informais.
- 3.6 Que a efetivação da descentralização da rede de coleta se apoie em acordos que visem evitar a duplicidade de entrada ou outro problema que possa comprometer o bom funcionamento do sistema.

2º GRUPO: CATEGORIZAÇÃO/SELETIVIDADE DE BIBLIOTECAS E TÍTULOS

Coordenador: Selma Chi Barreto
CIN

Participantes: Luiza Maria L. Cepeda - **BIREME**
Ricardo Rodrigues - **CAPES**
Janete **L. B. Moura** - **CENA**
Maria Antonieta F. Bezerra - **UFCE**
Leila **M. Z. Mercadante** - **UNESP**

1. Objetivo

Elaborar pré-requisitos mínimos para incorporação de novas bibliotecas no Sistema CCN, e seletividade de títulos de periódicos.

2. Proposta apresentada pelo IBICT

2.1 Pré-requisitos para inclusão de novas bibliotecas

- a) Efetue empréstimo-entre-bibliotecas
- b) possua 25% de títulos assinados em relação ao acervo total de periódicos
- c) Acervo mínimo de periódicos (50 títulos)

Obs.: excetuando-se para:

- a) bibliotecas de acervo muito especializado
- b) bibliotecas de acervo relevante porém recebidos por doação
- c) região geográfica deficitária de acervos na área de assunto.

2.2 Seletividade de títulos

Excluir:

- a) Boletim Bibliográfico
- b) Sumários Correntes
- c) Periódicos informativos de associações de classe, etc.
- d) Publicações de interesse vigente

3. Recomendações

Tendo o grupo definido Catálogo Coletivo como um instrumento que objetiva registrar as coleções de periódicos acessíveis no País, recomenda:

3.1 Pré-requisitos para incorporação de novas bibliotecas

- a) fornecimento de cópias de seus documentos e/ou torne seu acervo disponível a usuários externos.

3.2 Pré-requisitos para a permanência de bibliotecas no sistema

- a) Atualização de suas coleções periodicamente

b) Disponibilidade de acesso à sua coleção

- 3.3 Que seja estabelecido o prazo de 6 meses a partir das diretrizes divulgadas pelo IBICT, para as bibliotecas tornarem-se aptas a atender os pré-requisitos citados.
- 3.4 Que o IBICT dê suporte aos Centros Estaduais sem condições de cumprir os prazos estabelecidos no item anterior, para inserção e/ou atualização.

3º GRUPO: ATUALIZAÇÃO/DIVULGAÇÃO

Coordenador: Rosa Edith Lemos Alves Pedreira
EMBRAPA/Departamento de Informação e
Documentação

Participantes: Themis V. F. Gomes - IBICT
Ivanilda F. Costa Rolin - UFPe
Maeve Lis Marques - UFPr

1. Objetivo

Elaborar estudos visando atualização/divulgação mais periódicas que atendam as necessidades dos usuários do Catálogo Coletivo Nacional, dos Catálogos Coletivos Estaduais e do Catálogo Coletivo do COMUT.

2. Proposta apresentada pelo IBICT

- 2.1** Atualização
COMUT - trimestral
OUTROS - semestral

Obs.: As bibliotecas não participantes do COMUT eventualmente, por características individuais, poderão ter seu dados atualizados nos prazos do COMUT.

- 2.2** Incorporação de novos títulos

Na medida que as bibliotecas os recebem

- 2.3** Divulgação

- Emissão de Catálogo de bibliotecas e de redes
- Decisão com cada biblioteca: forma de saída e periodicidade

3. Recomendações

- 3.1** A partir do próximo processamento, as bibliotecas participantes do COMUT, apresentem em 90 dias a atualização do acervo, e as demais no prazo de 120 dias;
- 3.2** Que o IBICT participe através de pagamento de bolsas de trabalho em cada Estado, verificando a necessidade de pessoal, em decorrência da massa de dados atualizada.
- 3.3** Para as bibliotecas pertencentes ao COMUT, à CAPES/CNPq, mantenham bolsistas para a continuidade dos trabalhos, sempre que necessário;
- 3.4** A rotina de atualização deverá ser a cada 90 dias, sendo a entrega dos dados para o IBICT, em meses diferentes para cada estadual, evitando acúmulo para o processamento, ficando a divisão dos meses a critério do IBICT;

3.5 Atualização

Títulos Novos

3.5.1 Que o IBICT estude a possibilidade de agilização da pesquisa de títulos novos foi sugerido que:

a) não havendo código no catálogo, que seja dado o número somente com o título, local e editor. A biblioteca ao remeter o título deverá enviar também a fotocópia da folha onde estão localizados os dados referentes ao periódico;

3.5.2 Que o IBICT com esses dados considerados mínimos necessários, fornecerá o código do periódico e continuará a pesquisar os demais dados para o títulos;

3.5.3 Que a remessa dos títulos novos obedeçam os prazos de atualização para envio ao Catálogo Nacional.

3.6 Divulgação

3.6.1 Que os acervos das bibliotecas do COMUT sejam divulgados de forma impressa;

3.6.2 Que as demais formas de divulgação sejam à maneira que forem solicitadas;

3.6.3 Que a listagem do acervo das bibliotecas do COMUT sejam trimestrais, para os Centros Estaduais quando solicitado por estes.

3.6.4 Que todo o acervo do Catálogo Coletivo Nacional, sejam divulgados semestralmente em forma de microfichas.

4º GRUPO: NOVO SISTEMA

Coordenador: Ana Flávia Pereira Medeiros da Fonseca
Chefe do Departamento de Operações e
Serviços da BINAGRI

Participantes: Marta Maria Alencar Araújo • EMBRAPA/DID
Helena Osório Lehen - UFRGS/Faculdade de Educação
Sílvia A. Medeiros Oliveira - UNICAMP
Janice M. Monte Mor - FGV
José Arias Ordoñez - CONICIT

1. Objetivo

Analisar sugestões e fazer propostas de modo a permitir ao Catálogo Coletivo Nacional atender à demanda existente a qual representa a necessidade dos centros cooperantes do Sistema citado, e gerenciar o sistema no que se refere ao acompanhamento da alimentação e à sua avaliação.

2. Recomendações Gerais

- 2.1 O IBICT deverá fazer um esforço no sentido de implementar em seu Catálogo Coletivo, as coleções de todos os órgãos significativos do país, mesmo que estes, no momento, não se encontrem em formato compatível no que se refere à entrada de dados.
- 2.2 O IBICT deverá criar um grupo de trabalho que analise os tipos de dados que deverão ser incluídos no Catálogo Coletivo, de forma a cumprir os objetivos definidos acima. (Sugere-se FGV, CIMEC, EMBRAPA, **BINAGRI, IBICT**).
- 2.3 A Colômbia através do ICFES, deverá enviar ao IBICT documento referente ao Sistema Integrado de Publicações Seriadas (SIPS), de modo a que sirva de subsídio na definição do novo Sistema de Catálogo Coletivo Nacional.

3. Recomendações Específicas

- 3.1 Visando atingir o objetivo definido acima, colocou-se os dados que possivelmente seriam aqueles necessários para suprir a demanda externa e os controles de gerenciamento do Sistema. Visando porém, uma visão integrada do problema, adiantou-se alguns subsídios no que se refere a outros produtos também possíveis a partir dos mesmos dados.

SISTEMA INTEGRADO DE PUBLICAÇÕES

Dados Essenciais	Dados Complementares	Produtos possíveis a partir dos dados essenciais e/ou complementares
Título Título abreviado Variação do título Instituição Editor Local (região, estado) Data (início, término) Língua Periodicidade Características Tipo de publicação ISSN Coleção Forma de reprodução	data de atualização do centro cooperante se é indexado { nacionalmente internacionalmente controle de núcleos se é obra de referência Custo indicador de coleção { se completa se incompleta indicador de uso do título forma de aquisição publicação oficial se faz parte do COMUT	1. CCN - estado região país cidade instituição COMUT subsistemas for- mais infor- mais microfilma- do 2. ISSN 3. Guia de Publicações 4. Bibliografias especializadas 5. Cat. Period. Microfilmados 6. Obras de referência 7. Estatísticas 8. Aquisição (núcleo básico) 9. Núcleo de Duplicatas 10. Publicações oficiais

COM RELAÇÃO AOS DADOS COMPLEMENTARES SALIENTA-SE QUE:

- a data de atualização permitiria um acompanhamento gerencial da unidade central do Sistema, de modo a que automaticamente se atuasse no fluxo de coleta;
- a informação da fonte indexadora seria uma variável na definição das "cores" de títulos;
- o indicador de custo, permitira avaliações para uma política de aquisição, desde que complementado com o indicador de uso;
- se faz parte do COMUT permitiria um acompanhamento gerencial contínuo do comportamento destas instituições no que se refere à alimentação.

Com relação a saídas específicas do CCN, verificou-se que de modo geral a demanda hoje existente possui os dados previstos no formato de entrada do IBICT ou seja:

- saídas por estados e regiões
- saídas por áreas.

COLETA DE DADOS E ESTATÍSTICAS EM BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS*

Maria Carmen Romcy de Carvalho
CAPES
Glória Isabel Sattamini Ferreira
IRGA

RESUMO

Analizadas 265 bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior, verificou-se que uma esmagadora maioria coleta dados relativos ao acervo, serviços e usuários.

A finalidade principal da coleta é a elaboração de relatórios. Há pouca preocupação na utilização deste tipo de informação em estudos que revelem o atual entrosamento entre a coleção existente, os serviços executados e a clientela demandante

Sugere-se, ao final, aplicações das estatísticas compiladas como prova de que os dados coletados são importantes subsídios para a avaliação e o planejamento de serviços bibliotecários.

1. INTRODUÇÃO

As estatísticas coletadas nas bibliotecas representam importantes instrumentos para exercitar uma boa administração. Pois, ainda que reflitam apenas a quantidade e não a qualidade dos elementos quantificados, as estatísticas permitem descrever fatos de forma resumida e objetiva sobre recursos disponíveis, serviços existentes e, sobre operação e clientela da biblioteca.

Os dados estatísticos coletados podem fornecer informações úteis para o estabelecimento de padrões de serviços, para controle e avaliação dos serviços existentes e no planejamento de novas atividades. As estatísticas são indicadores que auxiliam os bibliotecários a decidir em muitas situações ao administrarem as bibliotecas, como por exemplo no estabelecimento da política de seleção para aquisição, na seleção para descarte e na alocação de espaço físico de pessoal e de recursos financeiros.

* Documento básico apresentado ao grupo de trabalho Estatísticas e Padrões Bibliotecários.

Este estudo objetiva identificar os dados estatísticos que estão sendo coletados pelas bibliotecas universitárias, procurando-se verificar as tendências de uso do registro dos mesmos. Com bases nos resultados deste diagnóstico serão apresentadas sugestões para uma melhor utilização dos dados estatísticos nas bibliotecas universitárias.

2. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Foram enviados 573 questionários às bibliotecas universitárias cadastradas na APB da CAPES. Obteve-se um retorno de 265 bibliotecas, sendo que deste total, 262 bibliotecas compilam estatísticas.

A forma de coleta predominante é a diária. Formulários padronizados são adotados em 135 bibliotecas e não o são em 59 bibliotecas. 91 bibliotecas responderam que utilizam formulários uniformes para as bibliotecas da universidade. Para este fato pode-se deduzir que existe uma pequena preocupação em adequar a coleta de dados estatísticos aos objetivos da biblioteca, uma vez que apenas 34% das bibliotecas respondentes procura determinar os elementos a serem quantificados.

Referente a aplicação dos dados estatísticos coletados, verificou-se que 244 bibliotecas os utilizam para elaboração de **relatórios** 154 bibliotecas para **planejamento** de serviços e apenas 72 bibliotecas para o estabelecimento de padrões de serviços (93%, 58% e 27% respectivamente).

Dados estatísticos relativos à aquisição referem-se predominantemente ao assunto do material, seguidos do registro do total de obras adquiridas. Pode-se supor em vista destes resultados, que os dados estatísticos sobre aquisição coletados por assunto são aproveitados para estudos de manutenção do equilíbrio das diversas áreas de assunto representadas no acervo.

O registro dos dados estatísticos da coleção de livros e folhetos é feito na maioria das bibliotecas pelo número de volumes (148 bibliotecas ou 56,4%) seguido do registro pelo assunto da obra (**143** bibliotecas ou 54,1%) e pelo título (133 bibliotecas ou 50,7%).

A tendência observada no registro de dados estatísticos coletados sobre a coleção de periódicos é a compilação por número total de títulos (153). Grande parte das bibliotecas também se preocupam em registrar estes dados relativos aos periódicos segundo a forma de aquisição: (compra, doação e permuta) (118).

Os dados estatísticos relativos a materiais especiais são registrados, em 72 bibliotecas, sem o detalhamento por tipo de material e em 93 com este detalhamento.

Pode-se observar que não há variação significativa no número de bibliotecas que coletam dados estatísticos sobre duplicatas, doações e permutas.

Dados estatísticos sobre o registro das baixas efetuadas, referem-se, em geral, ao material descartado por extravio (128 bibliotecas ou 48,8%). Pelos resultados deste item, pode-se constatar que cerca da metade das bibliotecas pesquisadas não coletam estes dados, como consequência, talvez, de não efetuarem as baixas no acervo ou não fazerem o controle das mesmas e em última hipótese não realizarem inventários anuais.

A maioria das bibliotecas registram de forma detalhada os dados estatísticos relativos ao processamento técnico (média 144 bibliotecas).

Grande parte das bibliotecas tende a registrar os dados estatísticos sobre usuários por número de atendidos e registrados. Salienta-se, ainda, que há uma maior incidência no registro de usuários em bases anuais.

Dados estatísticos relativos aos empréstimos domiciliares são coletados, na maioria das bibliotecas, por total de empréstimos (226) e por assunto (123). Todavia, os dados estatísticos coletados para empréstimos entre bibliotecas não seguem a mesma tendência observada no registro dos dados dos empréstimos domiciliares e somente se referem ao registro globalizado do total fornecido (131) e recebido (97).

Com relação à coleta de dados estatísticos sobre o serviço de referência evidenciou-se que em geral as bibliotecas registram somente o total das solicitações atendidas e apenas 20 bibliotecas se preocupam em registrar as solicitações não atendidas.

Na coleta de dados estatísticos sobre as consultas, observa-se uma tendência semelhante à coleta de dados estatísticos sobre empréstimos domiciliares, uma vez que a maioria das bibliotecas registram o total das consultas e o total das consultas por assunto. Sendo que a maior parte das bibliotecas não compila nestes dados de consultas, aquelas efetuadas por telefone e correspondência.

3. CONCLUSÕES

A falta de objetivos definidos leva a maioria das bibliotecas universitárias a compilarem dados estatísticos sem nenhuma preocupação em utilizá-los posteriormente. Os resultados obtidos neste estudo demonstram a pouca aplicação dos dados estatísticos coletados, para o planejamento e estabelecimento de padrões. Como consequência desta situação observa-se que a coleta de dados estatísticos sobre coleções, serviços e usuários é feita com pouco detalhamento, restringindo-se na maioria das bibliotecas, quase que a fornecer dados globais.

Apesar da coleta ser detalhada para o registro do processamento técnico (catalogação, classificação, preparo para empréstimo, desdobramento de fichas) talvez por controle de produtividade estes dados não são aproveitados para o estabelecimento de padrões nesta área. Constata-se que o número médio de bibliotecas que detalham estas operações corresponde ao dobro do número de bibliotecas que utilizam dados estatísticos para a formulação de padrões (144 para 72).

Não existe uma preocupação em selecionar os dados estatísticos a serem coletados, partindo da definição de saídas estatísticas desejadas para mensurar os objetivos. A coleta é feita de forma mecânica, mais por tradição do que para atender as necessidades específicas de cada biblioteca.

Torna-se necessário uma reavaliação das estatísticas coletadas com base em uma análise dos objetivos da biblioteca com referência aos recursos, operações, serviços e clientela.

4. SUGESTÕES

4.1 Referentes ao registro dos dados estatísticos coletados:

a) A compilação de dados estatísticos relativos ao registro da coleção de livros e folhetos, incluindo o controle por idade (ano de publicação) poderá fornecer informação à seleção para descarte do material existente no acervo da biblioteca.

b) Os dados estatísticos relativos aos periódicos existentes na coleção da biblioteca deverão incluir o registro de títulos de periódicos por áreas de assunto e por idioma. Estes dados poderão ser utilizados para decidir sobre a política de seleção e aquisição.

c) A coleta de dados estatísticos sobre empréstimos e consultas, deverá incluir o registro de dados por assunto e por tipo de material. Estas informações serão úteis para decidir sobre a política de seleção e aquisição, alocação de pessoal e de recursos financeiros.

4.2 Referentes a aplicação de dados estatísticos em associações, razões e médias.

a) $N\% \text{ total de empréstimos de um determinado assunto} = \frac{\text{total de empréstimos de um determinado assunto}}{\text{N}^\circ \text{ total de empréstimos}} \times 100$, dividido pelo

- (Percentual obtido determinará área prioritárias de assuntos de interesse da Biblioteca.

b) N° de consultas por título de periódicos x 100, dividido pelo N° total de consultas de periódicos

— Indicará o percentual de utilização dos mesmos, informação que será de muita utilidade no momento de efetuar as renovações de assinaturas.

c) N° de artigos solicitados p/título de periódico x 100, dividido pelo N° total de artigos solicitados pela comutação

— Indicará a porcentagem da freqüência de solicitação do título de periódico na comutação. Informação útil para a seleção e aquisição de novos títulos de periódicos.

d) N° total de aquisições por assunto x 100, dividido pelo N° total do acervo

— Percenual de crescimento do acervo por assunto.

e) N° total de aquisições por tipo de material x 100, dividido pelo N° total do acervo por tipo de material

— Percentual de crescimento por tipo de material.

f) N° de consultas p/assunto, não respondidas x 100, dividido pelo N° total das consultas realizadas

— Indica o percentual de questões não respondidas por assunto, dando informação sobre as áreas de assunto do acervo que estão deficientes face às necessidades dos usuários.

g) N° de títulos de periódicos de um determinado assunto x 100, dividido pelo N° total de títulos de coleção

— Fornecerá o percentual de títulos de periódicos por áreas de assunto que comparado com as exigências dos usuários, servirá de informação útil para a seleção de material

h) Total de produção média de fichas por mês, dividido pelo N° de pessoal envolvido

- Padrão de produção mensal por funcionários, podendo-se a partir deste dado, calcular-se h/h (horas/homem) necessário para a produção de fichas. Medida importante ao se planejar uma atividade que exija a produção de fichas ou então para se estudar a alocação de pessoal. O padrão de produção é ainda uma importante medida para o cálculo de custos da atividade. Desta mesma forma poderá ser calculada a produção h/h para os diversos serviços e operações da biblioteca, como por ex. empréstimo, preparação do livro para empréstimo etc.

i) N° de documentos para processar dividido pelo Padrão de produção por h/h (horas/homem)

- Informará o tempo necessário para processar estes documentos.

j) N° total das consultas dividido pelo N° de pessoal no atendimento

- Média de consultas por funcionário relacionada ao padrão de produção h/h (horas/homem) fornecerá um indicador para avaliação da produção executada e para alocação racional de pessoal.

TIPOS DE DADOS NECESSÁRIOS PARA TOMADA DE DECISÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA EM FUNÇÃO DE:	COLETA ESTATÍSTICA EXIGIDA
1. Seleção e aquisição	a) Controle das consultas e empréstimos por assunto, por tipo de material, por idioma. b) Controle das solicitações de referências por assunto) não atendidas.
2. Seleção para descarte	Controle de coleção de livros e folhetos por idade (ano de publicação)
3. Alocação de espaço físico	Controle da taxa de crescimento do acervo (material adquirido anualmente)
4. Alocação de pessoal	Controle dos serviços e operações, tendo em vista as exigências de HxH de produção para determinar o nº de pessoal necessário.

BIBLIOGRAFIA

1. AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Library statistical: a handbook of concepts, definition and terminology**. Chicago, 1966.
2. ANDERS, Mary Edna. Statistical information as a datas for cooperative planning **Library Trends**, 24(2): 22944, Oct. 1975.
3. BEELER, M. G. Fancher et alii. **Measuring the quality of library service: a hadbook**. Metuchen, Scaracrow, 1974.
4. CHILDERS, Thomas. Managing the quality of reference information service. **Library Quarterly**, 42 (2): 212-7, April 1972.
5. ———.Statistics that describe libraries and library service. **Advances in Librarianshp**, 5:107-22, 1975.
6. FERREIRA, G. I. S.; SOUZA, M. C. V.; OLIVEIRA, Z. C. P. de Estatística de biblioteca. In: JORNADA SUL-RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMA E DOCUMENTAÇÃO, 6, Proto Alegre, 22-25 julho de 1980. **Anais**. Porto Alegre, ARB, 1980. p. 241-9.
7. ———. **Problemas de coleta e utilização de dados estatísticos em bibliotecas**. **Boletim ABDF**, 3(4): 32-5, out. /dez. 1980.
8. GRIFFEN, Agnes M. & HALL, John H. P. Social indicators and library change. **Library Journal**, 97 (17) : 3120-3, Oct. 1972.
9. KRIKELAS, James. Library statistsctics and the measurement of library services. **ALA Bulletin**, 60 (5): 494-9, May 1966.

CARACTERIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

1. É feita a coleta de dados para fins estatísticos na biblioteca?
 - 1.1 Sim 262
 - 1.2 Não 3 — Pedimos devolver o questionário mesmo que não tenha nada a declarar

2. Esta coleta é feita:
 - 2.1 Diariamente **234**
 - 2.2 Periodicamente 36 Especificar:
 - 2.3 Por amostragem 2
 - 2.4 Outro. Especifique:

3. A coleta de dados é feita em formulários padronizados?
 - 3.1 Sim **135**
 - 3.2 Não 54 — Pedimos anexar exemplos

4. Este formulário é o mesmo para as outras bibliotecas da universidade?
 - 4.1 Sim 91
 - 4.2 **Não** 81
 - 4.3 Não sabe 37

5. Os dados são coletados para:
 - 5.1 Planejamento de serviços (controle, avaliação, alocação de recursos orçamentários) 154
 - 5.2 Estabelecimento de padrões de serviço 72
 - 5.3 Elaboração de relatórios **244**
 - 5.4 Registros das atividades desenvolvidas pela biblioteca, sem nenhuma aplicação posterior 36
 - 5.5 Outro. Especifique:

6. Os dados referentes à aquisição são relativos ao:
 - 6.1 Número total 153
 - 6.2 Tipo de material **112**
 - 6.3 Assunto 198
 - 6.4 Setor da Biblioteca 23
 - 6.5 Outro. Especifique:

- . Os dados estatísticos referentes a coleção de livros e folhetos são compilados por:
- 7.1 Títulos 133
 - 7.2 Volumes 148
 - 7.3 Assunto 143
 - 7.4 Idioma 67
 - 7.5 Idade do Material (ano de publicação) 6
 - 7.6 Outro. Especifique:
8. Os dados estatísticos referentes a coleção de periódicos são compilados por:
- 8.1 N? total de títulos 207
 - 8.2 Títulos correntes 89
 - 8.3 Forma de aquisição (compra, doação, permuta) 118
 - 8.4 Idioma 49
 - 8.5 Assunto (classificação) 37
 - 8.6 Volume encadernado 26
 - 8.7 Outro. Especifique: 1
9. Os dados relativos a materiais especiais são compilados por:
- 9.1 Número total 72
 - 9.2 Tipo de material 93 Exemplifique que tipos:
10. Os dados referentes ao intercâmbio registram:
- 10.1** Duplicatas **101**
 - 10.2 Doação 143
 - 10.3 Permutas **111**
 - 10.4** Outro. Especifique: 2
11. Os dados relativos as baixas dos materiais do acervo referem-se ao:
- 11.1** Total de descartes 76
 - 11.2** Descartes por desatualização 33
 - 11.3 Descartes por dano físico 58
 - 11.4 Extravio 128
12. Os dados referentes ao processamento técnico são relativos ao:
- 12.1** Total de volumes catalogados 162
 - 12.2** Total de títulos catalogados 159
 - 12.3 Total de materiais preparados para empréstimo 134
 - 12.4** Total de fichas desdobradas 125
 - 12.5 Outro. Especifique: 1

13. É feita a compilação de dados sobre material encadernado?
 - 13.1 Sim **100**
 - 13.2 Não **131**

14. Os dados relativos aos usuários são compilados por:
 - 14.1 Leitores registrados **184**
 - 14.2 Leitores atendidos **187**
 - 14.3 Leitores potenciais **35**
 - 14.4 Tipo de leitor (aluno de graduação, pós-graduação, docente, administrativo) **93**
 - 14.5 Departamento/faculdade **39**

15. O registro dos usuários é feito em bases:
 - 15.1 Semestrais **60**
 - 15.2 Anuais **116**
 - 15.3 Por períodos indeterminados **54**
 - 15.4 Outro. Especifique:

16. Os dados relativos a freqüência são coletados com base em:
 - 16.1 Roleta **30**
 - 16.2 Estimativa **50**
 - 16.3 Turnos de atendimento **85**
 - 16.4 Junto com a consulta **119**
 - 16.5 Outro. Especifique: **119**

17. Os dados relativos a empréstimos domiciliares são registrados por:
 - 17.1 Total de empréstimos **226**
 - 17.2 Tipo de leitor **48**
 - 17.3 Tipo de material **78**
 - 17.4 Assunto **123**

18. Os dados relativos a empréstimo-entre-bibliotecas são coletados por:
 - 18.1 Total fornecido **131**
 - 18.2 Total recebido **97**
 - 18.3 Total de bibliotecas atendidas **53**
 - 18.4 Tipo de material **16**
 - 18.5 Assunto **17**
 - 18.6 Tipo de entidade atendida (Universidade, empresa pública ou privada, indústrias, etc.) **10**

Os dados relativos ao serviço de referência são compilados por:

- 19.1 Solicitações atendidas **157**
- 19.2 Solicitações não atendidas 20
- 19.3 Resumos elaborados 4
- 19.4** Disseminação seletiva da informação
(serviços de alerta, sumários, etc). 34
- 19.5 Normalização de documentos 56
- 19.6 Bibliografias compiladas 87
- 19.7** Treinamento de usuários 64
- 19.8 Outro. Especifique:

20. Os dados relativos a consultas são compilados por:

- 20.1 Total de consultas 206
- 20.2 Consulta e empréstimo conjuntamente 68
- 20.3 Tipo de leitor 41
- 20.4 Tipo de material 83
- 20.5 Assunto 126
- 20.6 Seção da biblioteca 22
- 20.7 Material deixado sobre as mesas ou
outro local pré-determinado 96
- 20.8 Outro. Especifique:

21. São registrados os dados de consulta por:

- 21.1 Telefone Sim 50 Não 166
- 21.2 Correspon-
dência Sim 05 Não 147

22. Os dados relativos à reprografia são referentes ao:
(excluir comutação)

- 22.1** Número de páginas 76
- 22.2** Número de solicitações 56
- 22.3 Outro. Especifique: 1

23. Os dados referentes ao serviço de comutação registram:
(deixe em branco se não existir o serviço)

- 23.1 Cópias recebidas 74
- 23.2 Cópias fornecidas 84
- 23.3 Outro. Especifique:

24. Observações:

.....
.....
.....
.....

PADRÕES EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: SITUAÇÃO NO BRASIL*

Maria Carmen Romcy de Carvalho
CAPES

RESUMO

O estudo de **481** bibliotecas universitárias revelou que para atender a uma comunidade acadêmica potencial de 882.866 usuários elas dispõem de um acesso médio de 8 livros por usuários potencial, 1 bibliotecário para cada 758 usuários potenciais, 2 auxiliares por bibliotecário, área física média de 30 cm² por usuário potencial, área de leitura de 6 cm² por usuário potencial, 1 cadeira para cada 28 usuários potenciais e um orçamento de Cr\$. . . 67,32 por usuário potencial.

Verificou-se também que as bibliotecas de acesso geral estão em melhores condições por serem na grande maioria bibliotecas centrais, ao passo que as setoriais das áreas de ciências puras e aplicadas encontram-se em melhor situação do que as setoriais das áreas de ciências sociais e humanas.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da problemática do uso de padrões em bibliotecas universitárias.

Seu principal objetivo é o de oferecer elementos que sirvam para a reflexão dos bibliotecários e administradores universitários a fim de que os objetivos da biblioteca universitária sejam dimensionados com base nos objetivos da instituição.

Por padrão entendemos aqui, determinados parâmetros que servem de instrumento para a avaliação e o planejamento.

Assim, estudando um conjunto de bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior chegou-se a um perfil representativo que serve de ponto de partida para uma auto-avaliação proporcionando às bibliotecas uma oportunidade de reflexão e posicionamento para o planejamento de suas futuras atividades.

Não foi, portanto, nossa intenção elaborar medidas ou padrões ideais, que só podem ser formulados após cumprida esta primeira etapa, a qual nos propusemos com este trabalho.

* Documento básico apresentado ao grupo de trabalho Estatísticas e Padrões Bibliotecários.

A aplicação de padrões ou parâmetros em qualquer atividade é ponto pacífico. Entretanto a sua formulação e utilização em bibliotecas é questão não muito pacífica. Há que afirmar que a utilização de padrões na administração bibliotecária constitui um dos principais entraves ao crescimento dos serviços. A razão desta atitude tem sua fundamentação no fato de que a aplicação de padrões rígidos, sem a devida adaptação e atualização, pode realmente constituir uma barreira na otimização dos serviços em bibliotecas. Nosso trabalho consiste em mostrar que a utilização de padrões, é não só desejável, mas até necessária, desde que não sejam entendidos em seu sentido limitador e inflexível. Também, nos foi possível verificar que a não utilização de padrões tem constituído grande obstáculo no planejamento de nossas bibliotecas, uma vez que a falta de medidas para a avaliação do acervo e dos serviços não permite que as bibliotecas se posicionem em relação à demanda real, desconhecendo o alcance de suas atividades e não possuindo elementos que lhes ajudem a formular objetivos e metas.

A literatura aponta que a utilização de padrões pode ser feita em praticamente todas as atividades desenvolvidas em bibliotecas, uma vez que 60% destas atividades têm caráter repetitivo e rotineiro.

Neste trabalho, limitamo-nos a estudar as áreas de acervo, pessoal, área física, acomodação e orçamento.

A metodologia empregada consistiu na utilização dos dados já compilados e publicados pela Assessoria de Planejamento Bibliotecário da CAPES. O tratamento estatístico dos dados foi feito através dos Programas SPSS (Statistical Package for Social Sciences) e SAS (Statistical Analysis System) através dos quais efetuamos a Análise de Grupamento, Análise de Regressão Múltipla e a Análise da Variância.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS ANÁLISES

2.1 Análise de Grupamento

Ao iniciarmos nosso trabalho pretendíamos estudar separadamente as bibliotecas centrais e setoriais, pois acreditávamos que haveria uma diferença significativa entre estes dois tipos de bibliotecas. A própria literatura acusa uma grande modificação havida após a Reforma Universitária, onde a tendência à centralização é mais marcante, caindo a preferência pela descentralização de serviços, por razões óbvias de racionalidade. Nosso estudo acusou que realmente quase todas as Instituições de Ensino Superior (IES) estudadas (89) possuem bibliotecas centrais (79) e destas bibliotecas centrais, apenas 5 não exercem qualquer tipo de atividade centralizadora.

Teoricamente supõe-se que uma biblioteca central possui recursos maiores do que uma biblioteca setorial, porque seu público é maior, o volume de aquisição é maior, etc.

Com a finalidade de comprovar a diferença entre os dois tipos de bibliotecas realizamos uma análise de grupamento. Foram escolhidas aleatoriamente 200 bibliotecas e o resultado obtido apresentou dois grupos. Aplicou-se um teste para as hipóteses:

$$\begin{array}{llll} \text{Ho)} & P1 & = & P2 \quad (\text{hipótese nula}) \\ \text{Hi)} & P1 & < & P2 \quad (\text{hipótese alternativa}) \end{array}$$

O resultado obtido permitiu-nos aceitar a hipótese nula, isto é, não há diferença significativa entre os dois grupos, levando-nos a crer que as bibliotecas centrais setoriais em ambos os grupos são semelhantes quanto ao número de bibliotecários, número de auxiliares, área global, número de cadeiras para leitor, número de livros, número de títulos de periódicos, número de usuários em potencial e orçamento.

2.2 Análise de Regressão

Esta análise foi realizada com o objetivo de verificar o quanto uma variável dependente é **explicada** pelas variáveis independentes a ela relacionadas.

Foram determinadas como variáveis dependentes:

- v. 04 — Carga horária semanal;
- v. 05 — Número de bibliotecários;
- v. 06 — Número de auxiliares;
- v. 07 — Área global;
- v. 08 — Área para leitura;
- v. 09 — Acomodação para leitor;
- v. 11 — Número de livros;
- v. 12 — Número de títulos de periódicos;
- v. 14 — Número de usuários em potencial;
- v. 15 — Número de empréstimos;
- v. 16 - Número de consultas
- v. 17 — Orçamento;
- v. 18 — Gastos com livros;
- v. 19 — Gastos com periódicos.

Procedeu-se a elaboração de uma matriz de correlação, de onde só foram aproveitados para a análise, os coeficientes de correlação superiores a 0.30 e correlações que viessem a trazer resultados significativos para a pesquisa.

Os resultados obtidos revelaram que:

a) **O número de bibliotecários** é explicado pela área global (51%); número de usuários em potencial (60%) e número de livros **(65%)**;

Comentário

Parece curioso que a área global seja o primeiro fator que explique **o número de bibliotecários** nas bibliotecas universitárias. Entretanto., a observação da prática tem mostrado que freqüentemente ao se ter ampliada a área da biblioteca há uma preocupação primeira em se contratar mais profissionais ao invés de auxiliares. Ocorre o que a literatura já afirma: há um desvio de funções do bibliotecário, que passa a supervisionar áreas de leitura, catálogos, etc. A pouca oferta de auxiliares faz com que se tenha bibliotecários "vigilando" áreas que poderiam ser atendidas por pessoal auxiliar.

b) **O número de auxiliares** é explicado pelo número de bibliotecários (59%), número de empréstimos (62%), número de usuários em potencial (64%), número de livros e área global **(65%)**.

Comentário:

Este resultado parece confirmar o que a literatura apresenta, onde o n? de auxiliares deve ser fixado em função do número de bibliotecários. O segundo fator, número de empréstimos, não causa surpresa, porquanto sabemos que é a Circulação que absorve o maior número de auxiliares, e confirmando o que dissemos no item anterior, vemos que a área global da biblioteca é fator que pouco explica o número de auxiliares, provando mais uma vez que o número de auxiliares não é calculado com base na área global.

c) **A área global** é explicada pelo número de livros (52%) e número de usuários em potencial (53%);

Comentário:

Este resultado parece-nos também perfeitamente coerente, onde o tamanho da coleção impõe a área global da biblioteca. Curioso é o fato do número de usuários em potencial pouco explicar área total da biblioteca

d) **A área para leitura** é explicada pela área global (70%);

Comentário:

Este resultado também não apresenta surpresa quanto ao primeiro fator.

Curioso é que não haja nenhuma influência do número de usuários no tamanho da área concedida à leitura.

e) **A acomodação para leitor** é explicada pela área para leitura (86%), número de livros (87,8%), carga horária semanal e número de usuários em potencial **(88%)**;

Comentário:

Não é surpresa de que a área para leitura explique o número de cadeiras para leitor. A princípio pode parecer estranho que o número de livros tenha relação com a acomodação para leitor, porém na prática, sabemos que quando as bibliotecas não têm área disponível para expansão e não têm perspectiva de mudança para local mais amplo elas recorrem a um método mais simples para ganhar espaço: diminuem o número de cadeiras.

f) **O número de livros** é explicado pela área global (53%), número de bibliotecários (61%), número de auxiliares (62,5%);

Comentário:

Aqui se comprova que a área global da biblioteca é fator restritivo ao tamanho da coleção. O número de bibliotecários tem grande influência no número de livros e o número de auxiliares não parece explicar muito o fenômeno, como já havíamos visto no item **(b)**.

g) **O número de títulos de periódicos** não apresentou nenhum fator que o explique de modo significativo;

h) **O número de empréstimos** é explicado pelo número de livros (46%), número de auxiliares (48%), acomodação para leitor, área para leitura e número de usuários em potencial (50%) t

Comentário:

Este resultado apresenta um interessante fato. Parece óbvio que o número de empréstimos esteja vinculado ao número de livros (que é o material mais disponível para circulação) e o n? de auxiliares (que é quem efetua o empréstimo). Estranho é que a Acomodação para leitores, a área para leitura e o número de usuários pouco

expliquem o fenômeno, porque se 1 biblioteca possui pouca acomodação e pouca área restrita para leitura ela tende a emprestar mais pelo simples fato de não ter lugar suficiente para leitura no **local**.

i) **O número de consultas** não apresentou nenhum fator que o explique de forma significativa;

j) **O orçamento** não é explicado pelo número de usuários (21%) e número de bibliotecários **(24%)**;

Comentário:

Este resultado comprova a pouca importância que as instituições dão ao item orçamento das bibliotecas. Este é calculado aleatoriamente e não está em função da clientela a ser servida, nem em função do pessoal que seleciona, processa e divulga o material.

l) **Os gastos com livros** são pouco explicados pelo número de usuários em potencial (20%) e orçamento (25%);

m) **Os gastos com periódicos** são explicados pelo orçamento (78%), número de bibliotecários (84,6%), número de usuários em potencial (84,8%), área global (84,9%);

Comentário:

Este resultado pode ser entendido, porque a grande parte dos orçamentos das bibliotecas são alocadas para a compra de periódicos. O compromisso das assinaturas a serem renovadas anualmente é mais forte do que a compra de livros. A grande maioria das bibliotecas analisadas são setoriais da área de Ciências Puras e Aplicadas onde há uma maior pressão para a compra de periódicos.

n) **A carga horária semanal** não parece ser explicada de modo significativo, por nenhum fator.

Comentário:

A exigüidade da área para leitura e o baixo número de acomodações oferecidas não favorecem a uma ampliação nos horários de funcionamento das bibliotecas. A grande maioria está aberta **durante** os horários das aulas e fechada nos fins de semana e à noite.

2.3 Análise da Variância

Na tentativa de verificar se as bibliotecas apresentam semelhanças ou: diferenças significativas provocadas pelas influências de fatores conjunturais, fez-se uma Análise da Variância para variáveis quantitativas e classificatórias.

a) Variáveis quantitativas

- v. 07- área global
- v. 15 número de empréstimos
- v. 16- número de consultas
- v. 17- orçamento

b) Variáveis classificatórias

- V. 10- Especialidade do Acervo
 - (0) Geral
 - (11) Ciências Sociais e Humanas
 - (2) Ciências Puras e Aplicadas
- v.13 - Condições de Acesso
 - fechado
 - Livre
 - Restrito
- v. 20- Dependência Administrativa
 - Federal
 - Estadual
 - Municipal
 - Particular
- i/ 21 - Natureza da Instituição Mantenedora
 - Universitária
 - Federação de Escolas
 - Unidade Isolada de Ensino Superior

Os resultados obtidos revelaram que:

- a) Não há diferença significativa na área global das bibliotecas de acesso livre, fechado e restrito;
- b) Não há diferença significativa no número de empréstimos das bibliotecas de acesso livre, fechado e restrito;

- c) Há ao nível de $\alpha = 0,10$ diferença significativa no número de consultas das bibliotecas de acesso fechado, livre e restrito. Não há diferença ao nível de $\alpha = 0,05$;
- d) Não há diferença significativa no orçamento das bibliotecas universitárias vinculadas às instituições federais, estaduais, municipais e particulares;
- e) Não há diferença significativa entre os orçamentos das bibliotecas vinculadas às estruturas universitárias e às unidades isoladas de ensino superior;
- f) Há diferença significativa entre os orçamentos das bibliotecas de acervo geral, área de Ciências Sociais e Humanas e área de Ciências Puras e Aplicadas;
- g) Não há diferença significativa entre os gastos com livros nas bibliotecas pertencentes às estruturas universitárias e unidades isoladas de ensino superior;
- h) Há diferença significativa entre os gastos com periódicos das bibliotecas de acervo geral, área de Ciências Sociais e Humanas e Ciências Puras e Aplicadas;
- ii) Não há diferença significativa entre os gastos com periódicos das bibliotecas de estrutura universitária e das unidades isoladas de ensino superior.

CONCLUSÕES

As conclusões a que chegamos é de que a situação está longe de ser ideal.

A biblioteca universitária não acompanhou o crescimento do ensino superior e não está hoje aparelhada para servir de suporte ao ensino e a pesquisa. O indicador de 7, 9 livros por usuário é irrisório para se pensar que estamos, realmente, alimentando de informação a comunidade acadêmica.

Quanto ao pessoal cabe-nos ressaltar que a insuficiência atual está no número de bibliotecários em relação a clientela usuária, pois a proporção bibliotecário/auxiliar é equivalente aos padrões americano e mexicano. O serviço fica ainda mais prejudicado pela freqüente mobilidade dos bibliotecários que buscam melhores salários em bibliotecas especializadas, pela pouca experiência que os dirigentes das bibliotecas têm em planejamento e administração integrados ao planejamento da instituição e pela pouca oportunidade que os bibliotecários universitários têm para realizarem cursos de aperfeiçoamento profissional

Quanto à área física e acomodação acreditamos que a reflexão se impõe por si mesma. É impossível oferecer coleções e serviços satisfatórios em áreas tão reduzidas como 30 cm² por usuário e 28 usuários por cadeira.

Com relação ao orçamento, o maior responsável pelo despreparo das bibliotecas universitárias comprova-se o pouco reconhecimento que tem sido dado a elas pelas administrações universitárias, que algumas vezes, mal acostumadas porque as bibliotecas recebem recursos externos esquecem-se, propositalmente, de incluí-los em sua programação orçamentária.

Sugerimos, pois, que as bibliotecas após um exame de consciência, procurem descobrir seus próprios parâmetros, que construídos de acordo com suas necessidades, objetivos, recursos e limitações não sejam simples metas intangíveis, mas que sejam sobretudo indicadores de esforços dispendidos em direção a um desenvolvimento factível e gradual.

TABELA Q1

RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS EXPRESSA EM INDICADORES GERAIS E POR TIPO DE BIBLIOTECA

R E L A Ç Ã O	INDICADORES POR TIPO DE BIBLIOTECA		INDICADOR GERAL
	BIBLIOTECA CENTRAL	BIBLIOTECA SETORIAL	
livros por usuário	6,6:1	9,3:1	7,9:1
bibliotecário por usuário	1:1.013	1:601	1:758
auxiliar por bibliotecário	3:1	1,5:1	2,1:1
bibliotecário por pessoal total	1:4	12,5	13,1
área global por usuário	0,27m ² :1	0,29m ² :1	0,28m ² :1
área para leitura por usuário	0,06m ² :1	0,07m ² :1	0,06m ² :1
cadeiras por usuário	1:32	1:24	1:28
orçamento por aluno	Cr\$ 124,00:1	Cr\$ 8,37:1	Cr\$ 67,32:1
gastos com livros por aluno	Cr\$ 40,74:1	Cr\$ 19,02:1	Cr\$ 30,00:1
gastos com periódicos por aluno	Cr\$ 55,59:1	Cr\$ 27,15:1	Cr\$ 41,64:1

Fonte: Guia de Bibliotecas Universitárias Brasileiras.

TABELA 2

PERFIL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS COM ACERVO GERAL - 1978

VARIÁVEIS	X	DP
Nº de bibliotecários	5	7
Nº de auxiliares	19	30
Área global (m ²)	1.680	3.053
Área para leitura (m ²)	614	1.140
Acomodação	190	325
Nº de livros	39.973	53.413
Orçamento (Cr\$ 1.000,00)	1.224	1.755

TABELA 3

**PERFIL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DAS ÁREAS DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS - 1978**

VARIÁVEIS	X	DP
N? de bibliotecários	2	2
N? de auxiliares	4	4
Área global (m ²)	254	288
Área para leitura (m ²)	117	126
Acomodação	47	42
N? de livros	13.525	19.530
N? de títulos de periódicos	345	511
Orçamento (Cr\$ 1.000,00)	185	252

TABELA 4

**PERFIL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DAS ÁREAS DE CIÊNCIAS
PURAS E APLICADAS - 1978**

VARIÁVEIS	X	DP
Nº de bibliotecas	2	2
Nº de auxiliares	4	4
Área Global (m ²)	408	646
Área para leitura (m ²)	143	204
Acomodação	60	73
Nº de Livros	7.730	8.848
Nº de títulos e periódicos	480	579
Orçamento (Cr\$ 1.000,00)	248	363

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE ESTATÍSTICAS E PADRÕES BIBLIOTECÁRIOS

Zita Catarina Prates de Oliveira

ESTATÍSTICA

A coleta de dados estatísticos nas bibliotecas deve ser determinada pela utilidade que terão essas informações nas atividades de supervisão, planejamento e avaliação. Uma quantidade exageradamente diversificada de dados estatísticos, sem objetivos previamente definidos, somente contribui para sobrecarregar o pessoal da biblioteca e colocar em dúvida a validade dos procedimentos estatísticos em geral.

O grupo verificou que há necessidade de serem coletados dados, sistematicamente, sobre três setores de atividades: a) o setor de operações administrativas, principalmente no que se refere à previsão e execução orçamentária; b) o setor de serviços prestados pela biblioteca; c) e as atividades internas (atividades-meio) da biblioteca.

A coleta e organização de dados estatísticos pela biblioteca devem fazer parte do sistema geral de estatística da instituição maior a que se acha ligada, como, por exemplo, a universidade. Convém que os bibliotecários se articulem com os estatísticos e com eles trabalhem na definição do subsistema estatístico da biblioteca e na sua implementação.

Ao fixar uma sugestão quanto aos dados estatísticos mínimos que devem ser levantados sistematicamente, o grupo de trabalho constatou que existe uma premente necessidade de definir conceitos fundamentais, de modo a permitir a compilação de dados de forma homogênea. O grupo sugere que seja adotada urgentemente uma norma nacional sobre conceitos como livro, folheto, periódico, consulta, empréstimo, etc.

O grupo considerou que os dados estatísticos mínimos a serem coletados sistematicamente e rotineiramente pelas bibliotecas universitárias devem indicar:

- a) o acervo total da biblioteca, decomposto por área do conhecimento e por tipo de material;
- b) o crescimento da coleção, por área e por tipo de material;

- c) o número de itens retirados do acervo, para descarte, por tipo de material;
- d) a utilização do acervo, sob a forma de consulta no local ou empréstimo domiciliar, com decomposição por assunto;
- e) o número de documentos solicitados ou fornecidos por empréstimo a outras bibliotecas;
- f) o número de cópias de artigos recebidos ou fornecidos a outras bibliotecas.

Esses dados correspondem ao mínimo desejável que deve ser alcançado por todas as bibliotecas universitárias. Não exclui, portanto, a possibilidade de as bibliotecas que tenham condições para isso ampliarem, de acordo com suas necessidades, a gama de dados coletados, especialmente com relação a estatística de atividades administrativas.

Recomenda-se que, para uma melhor avaliação ao desempenho das bibliotecas, estas realizem estudos de amostragem, periódicos, sobre aqueles serviços que não se prestam a uma coleta contínua e rotineira de dados estatísticos. Por exemplo, as atividades ao serviço de referência, a população que usa efetivamente os serviços da biblioteca, custos e produtividade dos serviços, avaliação da coleção segundo diferentes critérios etc.

PADRÕES

Padrões podem ser definidos como parâmetros pelos quais os serviços bibliotecários podem ser medidos, comparados e/ou avaliados.

A inexistência de tais parâmetros para nossas bibliotecas universitárias levou o grupo de trabalho a sugerir que, a partir da definição dos seus objetivos, e da realização de um diagnóstico da situação de suas atividades, as bibliotecas universitárias estabeleçam seus próprios padrões (metas), em função do aprimoramento de seus serviços.

O grupo de trabalho sugere, como indicadores para o estabelecimento de padrões, as seguintes relações quantitativas:

- acervo total/número de usuários potenciais
- total títulos de periódicos correntes/cursos e áreas de assunto
- número de bibliotecários/número de auxiliares
- número de bibliotecários/número de usuários potenciais

- acervo total de livros/número de usuários potenciais
- área para leitura/número de usuários potenciais
- número de assentos/número de usuários potenciais
- orçamento/número de usuários potenciais

A utilização destes indicadores deve, entretanto, ser encarada em um contexto mais amplo, estando eles sujeitos a fatores externos como condições de acesso, horário de funcionamento da biblioteca, natureza da instituição, produção bibliográfica por área, etc. Necessitam, ainda, reavaliações periódicas que permitam a manutenção da qualidade dos serviços, confirmação ou correção da política adotada.

O grupo de trabalho recomenda ainda, que as bibliotecas almejem as seguintes condições mínimas:

- horário de funcionamento que permita ao estudante freqüentar a biblioteca fora do horário de aula
- prestação de serviços de referência
- coleção reserva
- empréstimo à domicílio
- orientação sobre o uso da biblioteca e materiais
- empréstimo inter-bibliotecário
- aquisição cooperativa
- serviços reprográficos.

À CAPES recomenda-se a criação de grupo de trabalho que, defina termos e estabeleça normas para a utilização de padrões e para a coleta e utilização de dados estatísticos em bibliotecas universitárias; como também a criação de mecanismo permanente de acompanhamento destas atividades.

CDD 025.218770981

CDU 025.21 fl27.7(81)

SELEÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS*

*Nice Menezes de Figueiredo
Chefe do Departamento de Ensino e
Pesquisa - DEP/IBICT*

RESUMO

Análise de levantamento realizado para aferir a situação das atividades de seleção e aquisição de material bibliográfico em bibliotecas universitárias. Os resultados oferecem um diagnóstico da forma como estas atividades são executadas:

- a) de maneira secundária, descuidada e empírica;
- b) sem a existência de documentos normativos;
- c) sem o adequado preparo dos profissionais.

Deste estudo infere-se a necessidade de conscientizar o profissional para a importância destas atividades e de fortalecer a formação dos bibliotecários para o desempenho de uma das mais típicas tarefas da profissão.

Documento básico apresentado ao Grupo de Trabalho Seleção de Material Informacional.

1. INTRODUÇÃO

A pedido da CAPES, assumimos o compromisso, em meados do ano passado, de realizar o levantamento da situação da seleção e aquisição de material bibliográfico em nossas bibliotecas universitárias.

Elaboramos o questionário, como base da pesquisa a ser efetuada. Ficou sob a responsabilidade da CAPES revisar, diagramar, incluir itens de interesse dos pesquisadores da parte de aquisição e distribuir os questionários pelo país.

Tem sido uma preocupação da CAPES a situação das coleções das bibliotecas universitárias. Pessoalmente, também, temos nos preocupado com o assunto, visto considerarmos sumamente importante o papel que o bibliotecário deve ter no desenvolvimento destas coleções.

Assim, nos pareceu natural acedermos ao convite recebido, não só para realizar este levantamento, como também para elaborar um texto didático para servir de base ao ensino da disciplina de seleção.

Do ponto de vista prático, o levantamento nos propiciou uma noção ou um diagnóstico realista da situação das atividades de seleção e aquisição em nossas bibliotecas universitárias, fornecendo assim uma base sólida para a reformulação e o fortalecimento do ensino desta disciplina, tipicamente bibliotecária, para a formação dos recursos humanos da área.

Os resultados deste levantamento são realmente desalentadores, mas correspondem ao que se esperava.

2. ANÁLISE DO LEVANTAMENTO

Em primeiro lugar, do ponto de vista quantitativo, dos 573 questionários enviados pela CAPES, foram devolvidos apenas 151, sendo que 11 destes não foram respondidos, tendo restado então, somente uma amostragem de 140 questionários, o que pode não ser representativo do universo para um estudo realmente aprofundado sobre o assunto, como se pretendia fazer.

No entanto, como o objetivo principal da CAPES era o de "se chegar a um diagnóstico global da problemática e à possível quantificação dos dados", o número atingido nos parece o suficiente para tal abordagem e estudo do universo pretendido.

Poderíamos também justificar a aceitação desta amostragem porque numa análise preliminar os dados levantados não trouxeram algo realmente novo ou questionável: o diagnóstico a ser apresentado com base nesta amostra é já sobejamente conhecido por todos.

Apenas, como aliás aconteceu em trabalho anterior patrocinado pela mesma CAPES — o levantamento da situação do ensino da biblioteconomia — ficará oficialmente registrado um conhecimento ou uma noção prévia já existente com relação às atividades de seleção e aquisição de materiais em nossas bibliotecas universitárias.

Outro fator negativo, com relação ao levantamento de dados obtidos pelos questionários que serviram de base ao presente estudo, foi o número elevado de questionários apenas parcialmente respondidos com muitas questões sem qualquer notação. Pensamos poder justificar também este fato ao afirmar que o questionário foi elaborado de maneira lógica e para avaliar uma situação ideal de biblioteca universitária. Foram previstos todos os possíveis envolvimento e desdobramentos das atividades de seleção/aquisição dentro de uma biblioteca moderna, dinâmica e bem provida de recursos humanos e materiais.

Ora, sabe-se que estão bem longe as nossas bibliotecas universitárias — apesar de serem consideradas como um tipo de biblioteca dos mais desenvolvidos no país — de apresentar este quadro "ideal". Assim, comprovando esta situação, um grande número de bibliotecas teve dificuldades em preencher o questionário no seu todo — explica-se assim também, talvez, o baixo percentual (24,4%) de respostas recebidas em relação ao total de questionários enviados. Mesmo aquelas bibliotecas que se esforçaram em responder não foram capazes de lidar a contento com todas as questões. Apesar dos problemas, um número razoável o fez de maneira correta, interessada e responsável — o que não podemos deixar de louvar e apreciar devidamente.

Outro detalhe que nos chamou a atenção, no item XXIV, e que talvez também tenha contribuído para os dados incompletos no questionário, foi o número elevado de bibliotecas ou setoriais (48), ou de Departamentos (19) ou de Institutos (14) ainda existentes, que são fortemente dependentes das Bibliotecas Centrais (55), e que se sentiram com dificuldades e/ou impossibilitadas mesmo de responder integralmente ao questionário. Muitas questões diziam respeito ao órgão centralizador das atividades de seleção/aquisição.

Em uma análise preliminar, não sentimos que fosse necessária uma tabulação a nível regional — de interesse maior no aspecto aquisição — visto que os tópicos sobre seleção abordados no questionário não trariam qualquer distorção no diagnóstico global a que se pretendeu chegar.

Outra observação bastante relevante é a que se refere ao fato de terem sido poucas, na realidade pouquíssimas, as bibliotecas que enviaram as cópias dos documentos solicitados. E, sob este aspecto, já podemos oferecer a primeira análise do questionário propriamente dito. Os poucos documentos que nos chegaram às mãos foram Regimentos, Estatutos, Manuais de Serviço e Guias de Bibliotecas. Estes são documentos meramente normativos ou, quando muito, além das normas descrevem atribuições e execução de tarefas, mas não oferecem qualquer possibilidades para embasar um estudo qualitativo das atividades de seleção/aquisição de materiais. Ainda que importantes, tais documentos não constituem, na forma em que estão redigidos, base para mensuração daquelas atividades, passo inicial para qualquer estudo de avaliação, quer com finalidade quantitativa ou qualitativa. Ou seja, os objetivos de uma instituição devem ser definidos de maneira absolutamente clara e precisam ser mensuráveis para possibilitar exatamente a avaliação sistemática e periódica da instituição no cumprimento dos objetivos pré-fixados. Não são objetivos como os que seguem abaixo e que exemplificam de maneira direta o que está contido nos Regimentos/Estatutos/Manuais, que serviriam de base para uma avaliação das atividades de seleção/aquisição executadas pelas bibliotecas universitárias do país. No trabalho que estamos apresentando para este Seminário debatemos longamente sobre este tópico: Os objetivos da biblioteca e a política de seleção.

Exemplo de objetivos apresentados e sem possibilidade de mensuração:

- "A biblioteca se constitui no repositório de livros, periódicos, documentos ou qualquer outro material bibliográfico que, de alguma forma, se relacionem ou sejam necessários ao estudo ou pesquisa ... "
- "É finalidade primordial da biblioteca propiciar aos professores, alunos e funcionários da Faculdade, bem como ... e usuários em geral, acesso ao material de seu acervo, bem como instalações e meios adequados para a sua utilização em ambiente apropriado à leitura e meditação".

No que diz respeito a documentos de "política de seleção, política de descartes, aceitação de doações" e outros materiais de elaboração da própria biblioteca, recebemos apenas dois documentos, um dos quais ainda sigiloso, tendo muitas respostas vindo com as notações "em preparo" ou "projeto em estudo". Assim, se pode concluir que os bibliotecários trabalham sem qualquer suporte administrativo a respeito dos objetivos das suas próprias bibliotecas e sem metodologias e/ou critérios escritos para as tarefas de seleção/aquisição nas nossas bibliotecas universitárias. E chegamos seguramente a esta conclusão, embora noventa (90) questionários apresentem respostas afirmativas (item 1) quanto ao conhecimento, por parte das bibliotecas, de algum documento onde estivessem delineados os objetivos da entidade a qual estão subordi-

nadas, versus quarenta e sete (47) que declararam não ter este conhecimento. Correlacionando esta questão com a que vem a seguir (item II) sobre a existência de um documento delineando os objetivos da biblioteca, obtivemos setenta (70) respostas positivas e sessenta e cinco (65) negativas, sendo que as positivas se calcaram em documentos já apontados como meramente normativos e/ou descritivos. **Fica claro, portanto, que este problema de "objetivos" não está sendo corretamente percebido pelos administradores de bibliotecas universitárias.**

A questão seguinte (item III) segue a mesma linha: A biblioteca possui um documento traçando a política de seleção para os diferentes materiais? As bibliotecas responderam alegando possuir para:

— livros.	28
— periódicos.	31
— AV.	03
— microformas.	06
— outros (? interrogação nossa).	07

Respondendo à indagação (item IV): É este documento revisado periodicamente? Quinze (15) responderam positivamente e trinta (30) negativamente mas no entanto nenhuma cópia, como assinalamos inicialmente, nos foi enviada destes documentos. Que mistério é esse???

Quanto à existência de uma Comissão de Biblioteca (item V), coordenado as aquisições e fazendo alocação de verbas, as respostas foram relativamente significativas: trinta e um (31) assinalaram possuir Comissão, algumas esclarecendo que a Comissão apenas coordena as aquisições mas a alocação da verba é feita por outro órgão ou pelo Diretor. Mas no total quase absoluto, noventa e cinco (95) declararam não possuir Comissão e alegaram que a Biblioteca Central, o Setor de Serviços Técnicos ou o Setor de Aquisição da Biblioteca é que têm esta função (cinquenta e cinco Bibliotecas Centrais responderam ao questionário) ou então outros órgãos da Universidade como Departamento ou Divisão de Serviços Gerais ou Divisão de Material.

Quanto ao quesito (item VI) de quais e quantos são os membros desta Comissão, as respostas foram bastante diversificadas, não permitindo tabulação sistemática mas, de qualquer maneira, os três elementos mais citados foram: Bibliotecários, Professores e Estudantes, além de Diretor de Faculdade e Professores Representantes dos Departamentos.

Na maioria dos casos, conforme as respostas (item VII) vinte (20) positivas versus trinta e nove (39) negativas, esta Comissão, quando existe, não teve participação na elaboração da política de seleção estabelecida pela biblioteca e, também na maioria dos casos, a Comissão de Biblioteca não tem conhecimento da política de seleção existente. (Dez respostas positivas versus dezenove negativas — item VII).

Contudo, na questão seguinte (item VIII), sobre as funções desta Comissão são respondidas como sendo as de:

— Planejamento para cobertura de áreas carentes.	29
— Fortalecimento de coleções em demanda.	21
— Elaboração de programa para o desenvolvimento sistemático da coleção.	17
— Decisões quanto à substituições por desgastes e extravios.	15
— Decisão quanto ao formato das coleções.	05

Pergunta-se aqui então: Como pode esta Comissão, sem ter conhecimento dos objetivos da biblioteca e da sua política de seleção, contribuir efetivamente para a execução das responsabilidades acima ??? Baseado em qual documento ou norma funcionam estas Comissões? Repetimos que isto é algo misterioso, já que tais documentos são quase inexistentes e quando existem não são divulgados ...

Entre outras funções desta Comissão são respondidas apenas as de caráter administrativo em geral, como de supervisão da biblioteca e dos seus serviços e de apoio e assessoria à Direção. No caso da Comissão não se desincumbir das funções listadas (item IX), a maioria das respostas assinalou que o Bibliotecário-Chefe é quem as executa (71 resposta) ou o Setor de Seleção (15) e outros (24), com respostas bastante diversificadas, salientam "bibliotecários".

Na questão da verba própria anual para manter a coleção de referência (item X), um número razoável de bibliotecas respondeu possuir tal verba, quarenta e três (43) versus noventa e quatro (94) que alegaram não a possuir. A relação desta verba com o total do orçamento para aquisição foi assinalado (item XI), com percentagem de:

— Até 5%.	16
— mais de 20%.	11
— até 10%.	07
— até 20%.	07

Na questão de existência de rotina por escrito sobre metodologia para a seleção (item X"), apenas uma minoria absoluta declarou possuí-la, dezoito (18) bibliotecas versus cento e quatorze (114) respostas negativas. E aqui nos permiti-

mos levantar dúvidas ainda com relação a estas dezoito: não estariam se referindo apenas aos procedimentos contidos no Manual de Rotina?

A metodologia como a entendemos, deve conter todo um arrazoado dos "porquês" da seleção e não uma simples descrição da rotina do serviço ou das normas a serem cumpridas pelo pessoal subalterno. De qualquer maneira, esta dúvida permanece, pois que não nos foi enviado qualquer documento contendo metodologia para a seleção por parte das bibliotecas.

A atividade de seleção (item XIII), conforme as respostas, é executada, principalmente, pelos:

— Professores individualmente.	99
— Bibliotecário-chefe.	97
— Sugestões de alunos.	92
— Departamento como um todo.	43
— Setor de seleção da biblioteca.	32
— Comissão de Biblioteca.	30
— Outros.	27

Assim, a tarefa é principalmente desempenhada pelos professores individualmente e pelos bibliotecários-chefes, com grande participação do corpo discente, o que nos parece um fato relativamente novo e muito auspicioso. A participação da Comissão de Biblioteca não é relevante, embora este total (30) coincida aproximadamente com o número declarado de bibliotecas que assinalaram possuir uma Comissão de Biblioteca (31).

Quanto aos instrumentos utilizados e a frequência de utilização (item XIV), os catálogos de editores são os instrumentos mais utilizados (98) seguindo-se as bibliografias (84) e as resenhas com relativamente pouco uso (41), ou seja:

Rotineiramente os catálogos de editores são utilizados por setenta e oito (78) bibliotecas, em relação a quarenta e seis (46) que utilizam as bibliografias e quinze (15) que usam as resenhas.

Ocasionalmente, são utilizadas principalmente as Bibliografias (31), seguidas das Resenhas (20) e dos Catálogos de Editores (16).

Em casos especiais utilizam Bibliografias (7), Resenhas (6) e Catálogos de Editores (4).

É surpreendente que material secundário, de caráter meramente informativo e publicitário apenas, como catálogos de editores se constitua no instrumento principal de base à atividade de seleção nas bibliotecas universitárias. Do ponto de vista teórico, tal material deveria ser utilizado mais para a atualização de fontes de real autoridade como as Bibliografias e as Recensões. Catálogos de Editores, na verdade, são fontes de valor como informação corrente e atualizada e não se deveriam constituir em instrumentos básicos de seleção de material.

Ironicamente, embora a seleção seja baseada em material corrente e não relevante, como Catálogo de Editores, a aquisição é sempre feita com anos de atraso — devido às crônicas faltas de verbas em nossas bibliotecas — e quando finalmente adquiridos os livros vão às vezes muito tempo esperando a sua hora de merecer um lugar nas estantes da biblioteca. Em consequência destes problemas as coleções são falhas, deficientes e desatualizadas, e desenvolvidas sem um caráter lógico e consistente.

Na questão da verificação antes da aquisição de título solicitado existente em biblioteca local (item XVI), parece ter havido interpretações diversas quanto à expressão "biblioteca local". No nosso entender "biblioteca local" é a situada na mesma cidade. Alguns questionados levantaram dúvidas a respeito mas, de qualquer maneira, setenta e quatro (74) bibliotecas assinalaram fazer esta verificação rotineiramente, trinta (30) em casos especiais e oito (8) ocasionalmente. Esta verificação nos parece altamente relevante à formação de uma coleção que pretenda corresponder à demanda dos seus usuários, sem duplicar desnecessariamente títulos não requeridos pelo uso. A não existência dessa verificação é, portanto, altamente danosa ao desenvolvimento da coleção.

Quanto à política de descarte (item XVII), um problema de difícil solução devido à legislação existente, apenas três bibliotecas responderam possuí-la em documento, enquanto cento e vinte e três (123) declararam não possuir documento e doze (12) assinalaram que este documento integra a política de seleção da biblioteca. Como já informamos, não nos foram enviadas cópias de documentos que nos possibilitassem uma análise mais completa.

A questão sobre normas para a aceitação de doações (item XVIII), foi respondida de forma semelhante à questão anterior, embora com um número um pouco maior de bibliotecas respondendo que tal norma integra a política de seleção quinze (15), versus quatro (4) que possuem documento próprio e cento e dezoito (118) que não possuem qualquer documento sobre o assunto.

Estes dois resultados mencionados acima exemplificam sobejamente a falta de apoio administrativo para a atividade de seleção. Destacamos que estas falhas, sem dúvida, devem ser atribuídas diretamente aos Bibliotecários-chefes e de maneira indireta às nossas escolas que não preparam os futuros profissionais de maneira adequada para exercer a importante tarefa de seleção e desenvolvimento da coleção nas nossas bibliotecas, e não enfatizam que a coleção é a base de todos os serviços que são prestados pela biblioteca à comunidade.

No item XIX: A biblioteca realizou, nos últimos cinco (5) anos, qualquer avaliação de suas coleções ? Sessenta e três (63) responderam ter realizado a avaliação de livros e sessenta e duas (62) a avaliação de periódicos. Uma resposta aparentemente positiva que foi grandemente distorcida pelas respostas a itens anteriores. Sem a existência expressa dos objetivos da biblioteca e sem os documentos de política para seleção, para descartes e para aceitação de doações a avaliação de coleções nos parece altamente casuística, sem meta definida e sem sistematização.

As metodologias (item XIX) mais utilizadas para estas avaliações foram:

— Verificação nas estantes.	47
— Confrontando dados de aquisição x circulação.	42
— Verificação de proporções existentes por classe de assuntos.	27
— Confrontando classes de assunto com bibliografias especializadas . . .	06
— Outras (incluindo: estudo de citações e frequência de consultas a títulos de periódicos).	08

Estas metodologias empregadas conforme o item XIX comprovam, de certa forma, a maneira casual da avaliação, o que se não a invalida nem a desmerece por um lado, por outro lado não oferece correlação com a questão (item VIII) sobre as funções da Comissão da Biblioteca, onde justamente se levantou pontos que dizem respeito à avaliação objetiva e sistemática das coleções. Mas, destaca-se um ponto muito importante, há correlação estreita entre esta questão (item XIX) da metodologia e aquela que aponta quem realiza a tarefa de avaliação (item XX). O Bibliotecário-chefe aparece soberanamente com sessenta e duas (62) respostas seguido de professores com vinte e nove (29), equipes especialmente formadas com vinte (20), Setor de Seleção com onze (11) e sendo que apenas uma utilizou especialistas externos.

Vê-se assim que uma tarefa extremamente complexa e que deveria ser apoiada grandemente por todos aqueles que têm responsabilidade e interesse pela biblioteca é executada, na maioria das vezes, por apenas uma pessoa e de maneira empírica. Teoricamente, se sabe que não existe uma metodologia ideal mas que para cada caso, em particular, um estudo deve ser feito e decidido qual o conjunto de técni-

cas que devem ser aplicadas para a montagem de um projeto de avaliação que venha a ser o realmente adequado às necessidades específicas de cada coleção.

No item XXI sobre métodos de aquisição, a resposta foi altamente negativa quanto aos métodos mencionados (91), enquanto que alguns (17) disseram fazer uso de algum método de ordem em branco ou de plano de aprovação. Um número também bastante reduzido (item XXII) assinalou fazer parte de programa cooperativo de aquisição planejada ou de convênios, especificadamente: 27 para livros e 25 para periódicos. No entanto, um número maior declarou estar envolvido em programa cooperativo para a aquisição de materiais:

— Área de assuntos especializados.	.34
— Áreas geográficas determinadas.	.05
— Muito caro.	.05
— Uso ocasional.	.04
— Formato não padrão.	.00

Na questão de se estaria a biblioteca interessada em participar de programa cooperativo (item XXIII), as respostas mais numerosas novamente se referiram à formação de depósitos estaduais ou regionais para a manutenção de materiais:

— Muito especializados.	.37
— Coleções retrospectivas de periódicos.	.29
— Muito caros.	.24
— De formatos não padrão.	.13
— De baixa renda.	.06

Quanto às questões com relação aos problemas criados para a Biblioteca Central em razão da existência de Departamentos que controlam fundos próprios (item XXV) e de Departamentos com coleções especiais próprias (item XXVI), a grande maioria não respondeu. Algumas alegaram não possuir o problema, outras alegaram que os Departamentos não têm verba própria e o problema fica assim resolvido e uma única respondeu que "ainda não resolveu este problema".

Na análise da situação seleção/aquisição (item XXVII), a maioria das respostas (56) foi de que a biblioteca faz a seleção mas a aquisição é feita pela Biblioteca Central, o que tecnicamente e do ponto de vista administrativo-econômico é o mais correto. No entanto, um número significativo de respostas, trinta e quatro (34), foi de que seleção e aquisição são feitas pela própria biblioteca, enquanto outras (25) informaram que a seleção e a aquisição cabem à Biblioteca Central. Esta questão não nos

pareceu bem formulada, pois que há choque entre ela e a de número XIII, onde as respostas evidenciam que a atividade de seleção é executada, principalmente, pelos professores individualmente e pelo Bibliotecário-chefe.

Na questão seguinte (item XXVIII) verificou-se que a maioria das bibliotecas (61) não possui controle sobre as verbas de convênio enquanto várias (37) alegaram possuir tal controle. A maioria (80) respondeu não possuir orçamento próprio e específico para o desenvolvimento da coleção bibliográfica, porém outras (57) alegaram possuir tal orçamento. Estas duas questões mostram a baixa estima ou consideração merecida pelos bibliotecários dentro das suas organizações, onde poucos são ouvidos e também não possuem controle sobre verbas que são destinadas ao desenvolvimento das coleções de suas bibliotecas. Poucos possuem verba para gerir suas próprias coleções bibliográficas, base de grande parte dos serviços prestados pela biblioteca. Da mesma maneira como na seleção, as respostas destacam que o maior responsável pela aquisição (item XXXII) é o bibliotecário (104) enquanto quarenta e três (43) bibliotecas assinalaram outros profissionais como os responsáveis por esta tarefa. Novamente, aparece o Bibliotecário-chefe como o responsável desta vez pela aquisição, formando-se o binômio seleção/aquisição que depende inteiramente da atuação do Bibliotecário-chefe. Esta atuação é expressa pela capacidade de supervisão e delegação para bem distribuir estas tarefas entre os diferentes níveis de seu quadro de pessoal, isto é, delegar as atividades intelectuais aos profissionais bibliotecários e as de suporte ao pessoal administrativo.

Um número representativo de bibliotecas utiliza intermediários (item XXXIII) para a compra de livros (84) e periódicos (82). Enquanto a maioria faz a aquisição (item XXXIV) através do serviço de compras da própria Universidade (76) há uma parcela de bibliotecas (46) que compra diretamente do fornecedor. A maioria das bibliotecas assinalou que faz avaliação do acervo (item XXXV) para orientar a aquisição (94) contra vinte e nove (29) que responderam negativamente. Esta questão contradiz o item XIX onde sessenta e três (63) e sessenta e dois (62) bibliotecas, respectivamente, alegaram fazer avaliação da coleção para fins de seleção de livros e periódicos.

Para intercâmbio, muitas bibliotecas utilizam material da própria Universidade (81) enquanto várias (37) não o fazem (item XXXVI).

Uma grande maioria de bibliotecas assinalou (item XXXVII) não ter realizado estudo de usuários (106) versus vinte e sete (27) que declararam ter realizado este

estudo. Algumas bibliotecas esclareceram estar elaborando projeto ou planejamento deste estudo para os próximos meses.

Também a maioria absoluta (item XXXVIII) respondeu não existir treinamento para os selecionadores (127) contra cinco (5) que responderem oferecer tal treinamento. Pelos esclarecimentos feitos, contudo, apenas uma nos pareceu oferecer o treinamento conforme o que apresentamos em nosso trabalho preparado para divulgação durante este Seminário.

Quanto à revisão (item XXXIX) ou o mecanismo para a supervisão da consistência na seleção, aparece o Bibliotecário-chefe como o elemento-chave (52) enquanto que o Setor de Seleção e a Comissão de Biblioteca aparecem como elementos principais em, respectivamente, dezesseis (16) e treze (13) bibliotecas. Destaca-se novamente aqui o papel do Bibliotecário-chefe, desta vez como revisor principal ou no maior número de vezes como revisor de uma tarefa que é realizada por ele mesmo.

A questão final (item XL) diz respeito ao uso do serviço de empréstimo entre bibliotecas nos últimos cinco (5) anos. Foi um dos itens que menos respostas recebeu. A maioria das bibliotecas parece não fazer uso deste mecanismo de enriquecimento das coleções e outras alegaram não possuir os dados computados.

O registro do movimento anual de empréstimo entre bibliotecas oferecem uma amplitude de seis até duzentos itens. Nesta questão (item XL) o resultado é dispar e portanto não tabulável.

3. CONCLUSÕES

Em nossas palavras iniciais afirmamos que os resultados deste estudo tinham sido desalentadores e o quadro apresentado parece ter comprovado tal assertiva. Podemos constatar que a atividade de seleção, apesar de ser uma das funções mais intelectuais e a mais típica do profissional bibliotecário, é executada de forma descuidada e secundária nas nossas bibliotecas universitárias.

Não há dúvida de que no ambiente universitário a seleção individual das obras é de competência de professores e alunos. Mas ao bibliotecário deveria caber um papel mais relevante: o de supervisionar o crescimento da coleção como um todo. Sendo o único elemento que possui visão global da biblioteca, a ele cabe de fato e de direito, a responsabilidade pelo desenvolvimento coerente e uniforme das coleções em geral e também a criação e manutenção das importantíssimas coleções bibliográficas e de referência que atuam como suporte de toda e qualquer área do conhecimento humano abrangido pela sua universidade. Vimos no quadro apresentado que o diagnóstico final é bem diferente deste ideal.

Procuraremos ilustrar estas nossas afirmações com declarações extraídas dos próprios questionários, feitas por alguns bibliotecários que, talvez já sensibilizados e conscientes deste fato, assim se expressaram:

"A aquisição de material bibliográfico é centralizada, no que diz respeito à verba orçamentária. A seleção é praticamente inexistente. Limitamo-nos a atender as autorizações (pedidos dos professores e pesquisadores) provenientes dos Departamentos, por ordem de chegada".

"As verbas de convênios são as únicas de que dispõem os Departamentos para aquisição de publicações..."

"Este ano não foi comprado nenhum livro. A verba apenas foi para o pagamento de assinaturas de periódicos. Ainda há uma esperança. Estamos apenas em agosto do corrente ano".

"Às vezes, o Departamento faz o pedido de compras sem passar pela biblioteca, recebe o material e nem sequer comunica à biblioteca, que **por acaso** toma conhecimento do fato".

"A seleção é feita pelos professores e a aquisição pelo serviço de compra da Universidade".

"Não adquirimos um livro há dois anos por falta de verba. Muitas vezes falta até material básico de trabalho: fichas, canetas etc".

"Não se faz empréstimo entre bibliotecas. Não existe EEB".

ABSTRACT

Analysis of a survey on the activities of selection and acquisition of materials in university libraries in Brazil. The results lead to a diagnostic showing that these activities are performed:

- a) as a secondary activity carelessly and empirically done;
- b) without the existence of any basic document;
- c) by professionals lacking adequate training.

From this study is inferred the necessity of awakening the professionals for the importance of those activities and to strenght the education of the librarians for the performance of one of the most typical function of the library profession.

**PESQUISA SOBRE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO DE
MATERIAL BIBLIOGRÁFICO EM
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS**

Tem a 8t conhecimento de algum documento onde estão delineados os objetivos da entidade á qual está subordinada?

SIM 90 NÃO 47

Se positivo, anexe uma cópia especffica dos objetivos

II. Existe um documento delineando os objetivos da 3t?

SIM 70 NÃO 65

Se positivo, anexe uma cópia

III. A Bt possui um documento traçando a política de seleção. incluindo os materiais: assinale onde couber

Livros 28 Periódicos 3¹ AV 03 Microformas 06 Outros 07

Quando positivo, anexe uma copia

IV. É este documento revisado periodicamente?

SIM 15 NÃO 30 mês.....ano.....

Se positivo, indique a data da última revisão

Se negativo, indique quando entrou em vigor

V. Exixte uma Comissão de Biblioteca com função de coordenar as aquisições dos vários Departamentos, fazendo alocações de verba? Sim 31 Não 95

Se negativo, indique a que órgão cabe a alocação de verba aos Departamentos para aquisição de materiais bibliotecários.

VI. Quais e quanto são os membros desta Comissão?

(N?). Bibliotecários

. Professores

. Estudantes

. Outros

VII. A esta Comissão participou da elaboração da política de seleção;

SIM 20 NÃO 39

Se negativo, tem esta Comissão conhecimento da política de seleção da Bt?

SIM 10 NÃO 19

VIII. Quais as funções desta Comissão, com relação à política de seleção de Bt?
Assinale conforme o caso onde couber.

17 Elaboração de programa para o desenvolvimento sistemático de coleção

29 Planejamento para cobertura de área carentes

21 Fortalecimento de coleções em demanda

15 Decisões quanto à substituições por desgaste e extravio

05 Decisão quanto ao formato das coleções

Mencione outras funções desta Comissão, relacionadas ou não com a política de seleção da Bt

IX Se a Comissão de Biblioteca não se desincumbe das funções enunciadas acima, indique quem ou qual órgão as realiza?

Bibliotecário-chefe 71 Setor de Seleção da Bt 15

Outro (especifiquei) 24

X. A Bt possui Verba própria anual para manter a SUA coleção bibliográfica de refetência?

SIM 43 NÃO 94

XI. Qual a percentagem desta verba em relação à verba total do orçamento para aquisição de material bibliográfico?

Até 5% 16 Até 20% 07

Até 10% 07 Mais de 20% 11

XII. A Bt possui rotina por escrito da metodologia para seleção?

SIM 18 NÃO 114 (Supercotas - nº cópias)

Se positivo, anexe uma cópia.

XIII. Quem realiza a atividade de seleção? Assinale conforme o caso onde couber.

Comissão de Biblioteca	30
Bibliotecário-chefe	97
Setor de seleção da Bt	32
Departamento como um todo	43
Professores individualmente	99
Aceite sugestões de alunos	92
Outros	• 27

XIV. Quando realizada pela Biblioteca Central, quais os instrumentos utilizados?

Bibliografias	56
Recensões	22
Catálogos de editores	65

XV. Qual a frequência da utilização destes instrumentos?

Bibliografias	83	Rotineiramente	46
		Ocasionalmente	31
		Em casos especiais	07
Recensões	42	Rotineiramente	15
		Ocasionalmente	20
		Em casos especiais	06
Catálogos de editores	96	Rotineiramente	78
		Ocasionalmente	16
		Em casos especiais	04

XVI. Há verificação da existência do título solicitado em biblioteca local, antes da aquisição?

Rotineiramente	74
Ocasionalmente	08
Em casos especiais	30

XVII. Existe um documento, traçando a política de descarte?

SIM 03 NÃO 123 Integra a política de seleção 12
Se positivo, anexe uma cópia

XVIII. Existe um documento traçando as normas para aceitação de doações?

SIM 04 NÃO 118 Integra a política de seleção 15
Se positivo, anexe uma cópia

XIX. A Bt realizou, nos último 5 anos, qualquer avaliação das suas coleções?

Livros 63 Periódicos 62
Se positivo, qual a metodologia adotada?

42 Confrontando dados de aquisição x circulação
06 Confrontando classes de assunto com bibliografias especializadas
47 Verificação nas estantes
27 Verificação de proporções existentes por classes de assuntos
08 Outra. Especifique.

XX. Quem realiza a tarefa de avaliação de coleções? Assinale conforme o caso:

62 Bibliotecário-chefe
11 Setor de seleção
20 Equipe especialmente formada
29 Professores
01 Especialistas externos

XXI. A Biblioteca adota métodos globais de aquisição, tipo (ordem em branco) (blanket order) ou plano de aprovação (approval plan?)

SIM 17 NÃO 91 Outro (especifique).

XXII. Está a Biblioteca envolvida em algum programa cooperativo de aquisição planejada, ou em convênio para adquirir materiais?

Livros 27 Periódicos 25

34 Para áreas de assuntos especializados
05 Para áreas geográficas determinadas
05 Para aquisição de material muito caro
04 Para aquisição de material de uso ocasional
00 Para aquisição de material em formato não padrão

XXIII. Estaria a Biblioteca interessada em participar num programa cooperativo para a formação de depósitos estaduais ou regionais para a manutenção de materiais:

- 06 de baixa renda
- 24 muito caros
- 37 muito especializados
- 13 de formatos não padrão
- 29 de coleções retrospectivas de periódicos

XXIV. Especifique o tipo da sua Biblioteca:

- 55 Central
- 14 de Instituto
- 48 de Faculdade Setorial, Seccional
- 19 de Departamento
- 05 Outra. Especifique.

XXV. No caso de não ser Biblioteca Central, explique como resolve o problema de Departamentos que controlam fundos próprios, fugindo à política de seleção/aquisição?

XXVI. Da mesma maneira, explique como resolve o problema de Departamentos com coleções especiais, quanto ao aspecto de seleção e aquisição?

XXVII. Especifique a situação de sua biblioteca no processo de seleção e aquisição no contexto universitário:

- 56 a seleção é feita pela biblioteca mas a aquisição é feita pelo Biblioteca Central
- 34 a seleção é feita pela biblioteca e a aquisição também
- 25 a seleção e a aquisição cabem à Biblioteca Central

XXVIII. A biblioteca tem controle sobre as verbas de convênio relativas a aquisição de material bibliográfico?

SIM 37 NÃO 61

XXIX. O total da verba para aquisição de material bibliográfico nacional e estrangeiro em:

NACIONAL	ESTRANGEIRO
1977:..	1977
1978:.....	1978
1979:.....	1979
1980:.....	1980

XXX. A biblioteca possui orçamento próprio específico, anual, para desenvolver a sua coleção bibliográfica?

SIM 57 NÃO 80

XXXI. A biblioteca possui teto de importação?

SIM 24 NÃO 92

Quanto: 1977:
1978:
1979:
1980:

XXXII. Quem é o responsável pela aquisição?

Bibliotecário 104

Outros profissionais 43

XXXIII. A biblioteca se utiliza de intermediários para compra de

Livros 84 Periódicos 82

XXXIV. A Biblioteca

compra diretamente 47 compra através de Serviço de Compra da Instituição 76

XXXV. A biblioteca faz avaliação do acervo para orientar a aquisição?

SIM 94 NÃO 29

XXXVI. A biblioteca se utiliza para o intercâmbio de obras da própria instituição

SIM 81 NÃO 37

XXXVII. A Bt realizou algum estudo de usuários?

SIM 27 **NÃO** 106 mês.....ano.....
Se positivo, indique a data do último estudo
Se negativo, indique quando pretende realizar

XXXVIII. Existe treinamento de qualquer tipo para os selecionadores?

SIM 05 **NÃO** 127
Se positivo, especifique.

XXXIX. Existe algum mecanismo para a supervisão da consistência na seleção?

13 Revisão pela Comissão de Biblioteca
52 Revisão pelo Bibliotecário-chefe
16 Revisão pelo Setor de Seleção

XL. Qual o uso feito de empréstimo-entre-bibliotecas nos últimos 5 anos, com relação à coleção total de livros existentes?

Ano de 1979: Total de livros: EEB solicitados:

1978:

1977:

1976:

1975:

SELEÇÃO DE MATERIAL INFORMACIONAL

RELATÓRIO

Lindauro Alban Corujeira

Os debatedores convidados pelo 2º SNBU nas pessoas de Ana Maria Polke, Zila Mamede, Juracy Feitosa Rocha, Relinda Köhler e Helena Mattos de Carvalho Mendes, não se constituíram no grupo desde quando não compareçam ao Seminário.

Para que não se deixasse de estudar o tema e apresentar algumas recomendações ao Seminário, a Coordenadora do grupo, Suzana Pinheiro Machado Müller e a relatora Lindauro Alban Corujeira, decidiram participar de reuniões do Simpósio sobre Aquisição de Material Bibliográfico para captar algumas idéias e sugestões que pudessem fornecer subsídios para recomendações sobre o assunto de Seleção.

Decidiu-se também formar um novo grupo de Seleção e nesse sentido foram convidados os diretores ou bibliotecários responsáveis pela Seleção e Aquisição das bibliotecas centrais ou centro de documentação ou mesmo bibliotecas setoriais das Universidades.

O grupo foi constituído nas pessoas de Maria Antonieta Figueiredo de Bezerra da Universidade do Ceará — Biblioteca Central, Maria Luiza Fontenelle Dumans da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, Leila Mercadante da UNESP, Vera Maria Almeida Pinto da UFPr, Marieta Telles Machado da UFG, Maria Augusta de Castro Correia da UFPr, Aymara Ribas da UFPr, Magali Vergolino da UFPa e Ivanilda Fernandes Costa Rollim da Universidade de Pernambuco.

Esse grupo recém-constituído reuniu-se com a Coordenadora e a Relatora na sala 15 dia 29 às 8:30hs.

Havendo sido lido anteriormente o documento básico, a Coordenadora do grupo lê para todos os presentes comentários sobre as idéias principais do documento básico e apresenta então as recomendações que ela havia extraído sobre o assunto.

Após esses comentários, lidas e debatidas, as recomendações foram aprovadas pelo grupo e encaminhadas ao relator geral.

As recomendações aprovadas foram as seguintes:

Às bibliotecas universitárias

1. Que se elabore e adote uma política de seleção para aquisição e descarte de materiais informacionais, embasada nos objetivos da universidade e em suas características particulares.

2. Que se indique, na política de seleção, áreas de interesse prioritários, níveis de desenvolvimento de coleção prioritários para cada área, e intensidade destes interesses de acordo com os objetivos da universidade.

3. Que seja feita revisão e atualização da política de seleção a intervalos regulares e que essa política reflita:

- a) mudanças dos objetivos ou interesses da Universidade;
- b) orçamento disponível;
- c) situação interna da biblioteca, como sua capacidade para processamento de material e atendimento à comunidade;
- d) possibilidade de acesso a outras coleções.

4. Que sejam estabelecidos programas de aquisição planejada e acordos cooperativos com bibliotecas afins, possibilitando acesso mútuo às coleções.

5. Que as coleções sejam sistematicamente avaliadas em relação aos interesses da universidade, através de técnicas desenvolvidas e aprovadas na própria biblioteca.

6. Que a responsabilidade da decisão pela seleção de material informacional e pelo desenvolvimento da coleção seja da biblioteca.

7. Que seja formada uma Comissão Consultiva, integrada por professores, estudantes e bibliotecários, representantes das diversas áreas de ensino, pesquisa e extensão, cuja responsabilidade seja a de fornecer subsídios para decisões relativas à seleção de material informacional para o desenvolvimento das coleções.

Às Escolas de Biblioteconomia ,

11

8. Que a formação profissional do bibliotecário dê maior atenção à sua educação como selecionador, mostrando-lhe conhecimento atualizado, embasamento teórico e habilidades técnicas às condições brasileiras que o tornem capaz de entender o processo, assumir responsabilidades relacionadas com o desenvolvimento de coleções.

**RELATÓRIO GERAL DO II SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS, REALIZADO EM BRASÍLIA DE 25 A 30 DE JANEIRO
DE 1981**

Marieta Telles Machado
Relatora Geral

2º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

RELATÓRIO FINAL

Os participantes do 2º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS — bibliotecários, professores, analistas de sistemas, administradores, arquitetos e outros profissionais interessados no tema, em número de 600, reuniram-se em Brasília, de 25 a 30 de janeiro de 1981. O conclave foi promovido pela CAPES, com o patrocínio da SESu, PREMESU, CFE, CNPq/IBICT e com o apoio de diversas entidades e empresas.

Durante o conclave realizaram-se quatro Simpósios, reuniram-se cinco Grupos de Trabalho, houve seis sessões plenárias, ocasiões em que foram apresentados e discutidos dois trabalhos especiais, 10 documentos básicos e 38 comunicados técnicos.

Dois eventos da mais alta importância aconteceram também durante o conclave: o lançamento do COMUT - Programa de Comutação Bibliográfica - que se constitui num acontecimento de relevante transcendência para a comunidade universitária, científica e executiva, pois visa facilitar ao usuário a obtenção da cópia do documento necessário às atividades de ensino, pesquisa e extensão, pretendendo-se tornar esse serviço livre das peias burocráticas e da limitação geográfica. O outro acontecimento foi a transferência da FID/CLA da Colômbia para o Brasil, tendo tomado posse na presidência, como sucessor do Dr. José Árias Ordonez, o Prof. Antonio Miranda. No exercício de seu mandato, o novo Presidente desenvolverá as atividades próprias do órgão, visando estreitar os laços do continente latino-americano, reunir as potencialidades, na busca da independência cultural e na afirmação dos valores da gente latina.

Houve, ainda, o lançamento de cinco livros técnicos e três periódicos científicos na área da Biblioteconomia e Documentação.

Nas reuniões do 29 SNBU, discutiram-se projetos e estudos, técnicas novas foram analisadas e debateram-se problemas comuns que se tornaram um entrave à consecução plena dos objetivos da biblioteca universitária.

As conclusões e recomendações formuladas embasaram-se no propósito de transformar a biblioteca no verdadeiro instrumento de prestação de serviços de informação à comunidade universitária, para que a Universidade se engaje no caminho da busca verdadeira de nosso amadurecimento científico e cultural, o que visa, em última análise, a construção de uma sociedade desenvolvida, livre, culta, justa e humana.

São as seguintes, as conclusões e recomendações:

I) DOS GRUPOS DE TRABALHO

A) ESTUDO DA INTERFACE USUÁRIO-SISTEMA DE INFORMAÇÃO:

Após discussão do tema e análise do documento base, e Grupo de Trabalho, considerando que:

1?— o tema "Interação Usuário/Sistema de Informação" é de fundamental importância para os problemas de informação no Brasil;

2?— que o tempo disponível para a discussão do tema, dentro de um Seminário, foi bastante limitado;

3? — que o documento-base abordou apenas um aspecto do problema.

Concluiu ser necessário haver outras oportunidades e ações que envolvam estudos mais profundos sobre o tema e apontou como fatores próximos determinantes das dificuldades encontradas na Interface Usuário/Sistema de Informação nas bibliotecas universitárias o despreparo profissional dos bibliotecários e, por outro lado, o despreparo do usuário (alunado e professorado), quanto ao uso do material informacional para educação. Como fatores remotos foram detectados: - a história cultural do país, que jamais considerou o uso do material informacional como básico no seu sistema educativo. As bibliotecas criadas, recentemente na história do país, têm sido mantidas como entidades dissociadas do ensino, mesmo após a reforma universitária; - a estrutura social, reflexo do desenvolvimento do país, não valoriza atividades de cunho cultural, voltando-se basicamente para aquelas da área econômica.

O Grupo de Trabalho, consciente de que mudanças fundamentais só ocorrerão a longo prazo e serão decorrentes de modificações sócio-econômicas profundas, julga que algumas modificações poderão ser atingidas a curto e médio prazos, se algumas ações puderem ser implementadas nas áreas influentes na formação tanto de bibliotecários, quanto de alunado/professorado.

Assim, o Grupo elaborou as recomendações que se seguem, como também fez uma sugestão:

1?— Quando à formação/atualização profissional: - endossar os estudos que estão sendo desenvolvidos sobre a reformulação do Currículo das Escolas de Biblioteconomia, recomendando ênfase especial na área da educação de usuários, nos cursos de graduação;

- sugerir que os cursos de mestrado em Biblioteconomia estimulem seus alunos a elaborar pesquisas sobre o tema relacionados à interface Usuário/Sistemas de informação;
- propor a elaboração e distribuição gratuita de manual metodológico sobre estudos de Usuários de bibliotecas universitárias brasileiras, contendo bibliografia especializada com a localização de itens disponíveis em bibliotecas do país;
- promover cursos de aperfeiçoamento ou especialização na área de treinamento de usuários, com fundamento em estudos de usuário;
- desenvolver programas de educação continuada, buscando uma transformação de postura e conscientização da necessidade de cooperação bibliotecários/professores universitários nos cursos de treinamento de Usuário.

2º — Quanto ao apoio institucional.

- recomendar ao CFE que concite centros e unidades de educação das universidades a promoverem a interação Biblioteca/Educação visando o uso da biblioteca como parte integrante do processo Ensino/Aprendizagem;
- solicitar o apoio de órgãos competentes para o desenvolvimento de estudos de base que atuem como suporte para resoluções de problemas mais abrangentes ligados a Usuário/Sistemas de informação e para a criação de um grupo de trabalho permanente sobre o assunto.

SUGESTÃO

Aos organizadores do próximo SNBU o Grupo sugere que seja escolhido como tema central "EDUCAÇÃO E ESTUDOS DE USUÁRIOS".

B) PROCESSOS TÉCNICOS

No que tange às tendências atuais do processamento técnico, constatou-se, nas bibliotecas universitárias brasileiras, a seguinte realidade: a) não há aquisição planificada; b) não há processos técnicos dinamizados; c) não há atendimento adequado ao usuário. Não parece ter havido evolução marcante no processo técnico denominado "catalogação". O bibliotecário deve-se lembrar que a função do catálogo é a de comunicar ao usuário, de modo simples e direto, o que existe na biblioteca e sobre o que. A obrigação primeira do responsável pelos processos técnicos é colocar os documentos nas mãos do usuário, no menor espaço de tempo possível.

Assim, os integrantes do Grupo, debatido o tema, concluíram pela necessidade de racionalização dos processos técnicos, como entendido no documento base (Catalogação, Classificação, Preparação do Catálogo), elaborando as seguintes recomendações:

1? — que sejam adotadas Normas e Padrões recomendados por órgãos de coordenação a nível nacional;

29 — que os órgãos coordenadores das bibliotecas nas universidades racionalizem os procedimentos técnicos com base nessas normas e padrões nacionais;

3? — que as bibliotecas de unidades isoladas de ensino superior compatibilizem os seus procedimentos técnicos com aqueles das bibliotecas universitárias;

4?— que a CAPES crie um Grupo de Trabalho constituído de especialistas na área para orientar a implantação dessas normas e padrões nas bibliotecas universitárias brasileiras.

C) ESTATÍSTICAS E PADRÕES BIBLIOTECÁRIOS

ESTATÍSTICA

Após estudado e debatido o tema, o GT concluiu que a coleta de dados estatísticos nas bibliotecas deve ser determinada pela utilidade que terão essas informações nas atividades de supervisão, planejamento e avaliação. Diversificação exagerada de dados, sem objetivos previamente definidos, apenas contribuem para sobrecarregar o pessoal e colocar em dúvida a validade dos procedimentos estatísticos.

Foi verificada a necessidade de se coletarem dados, sistematicamente, de 3 setores: a) o de operações administrativas, sobretudo os referentes à previsão e execução orçamentária; b) o setor de serviços prestados pela biblioteca; c) as atividades internas (atividades-meio).

A coleta e organização de dados estatísticos devem fazer parte do sistema geral de estatística da instituição a que se achar ligada. Os bibliotecários devem se articular com os estatísticos e com eles trabalharem na definição e implementação do subsistema estatístico da biblioteca.

O grupo considerou dados estatísticos mínimos a serem coletados sistematicamente pelas bibliotecas universitárias e que são oportunamente divulgados. Referidos dados correspondem ao mínimo desejável a ser alcançado pelas bibliotecas universitárias. Não exclui, entretanto, a possibilidade de as bibliotecas, caso tenham condições, de ampliarem, de acordo com suas necessidades, a gama de dados a serem coletados.

O Grupo recomendou que, para uma melhor avaliação do desempenho das bibliotecas, estas realizem estudos de amostragem, periódicos, sobre aqueles serviços que não se prestam a uma coleta contínua e rotineira dos dados estatísticos (atividades de referência, população que seja usuário efetivo dos serviços da biblioteca, custo e produtividade dos serviços etc).

PADRÕES

Padrões são os parâmetros pelos quais os serviços bibliotecários podem ser medidos, comparados e avaliados. A inexistência de tais parâmetros para as bibliotecas universitárias levou o GT a sugerir que, a partir da definição dos objetivos e da realização de um diagnóstico da situação de suas atividades, as bibliotecas universitárias estabeleçam seus próprios padrões (metas), em função do aprimoramento de seus serviços.

O GT sugere indicadores para o estabelecimento de padrões, indicadores esses a serem oportunamente divulgados. A utilização dos referidos indicadores deve ser encarada em um contexto mais amplo, estando eles sujeitos a fatores externos (condições de acesso, horário de funcionamento da biblioteca, natureza da instituição, produção bibliográfica por área etc). Necessitam, ainda, reavaliações periódicas que permitam a manutenção da qualidade dos serviços, confirmação ou correção da política adotada.

O GT recomenda, ainda, que as bibliotecas busquem condições mínimas:

horário de funcionamento que permite ao estudante frequentar a biblioteca fora do horário de aula;

- prestação de serviços de referência;
- coleção RESERVA;
- empréstimo domiciliar e inter-bibliotecário;
- orientação sobre o uso de biblioteca e materiais;
- aquisição cooperativa;
- serviços reprográficos.

O Grupo recomenda à CAPES a criação de um Grupo de Trabalho que defina termos e estabeleça normas para a utilização de padrões e para a coleta e utilização de dados estatísticos em bibliotecas universitárias e a criação de mecanismos permanentes de acompanhamento destas atividades.

D) SELEÇÃO DE MATERIAL INFORMACIONAL

De acordo com o Documento Base apresentado sobre o tema, a análise do levantamento realizado para aferir a situação das atividades de seleção e aquisição em bibliotecas universitárias brasileiras, resultou no seguinte diagnóstico: as atividades de seleção

e aquisição são executadas de maneira secundária, descuidada e empírica; não há documentos normativos que tracem a política de seleção e aquisição; os profissionais estão despreparados para exercer o mister. O Grupo de Trabalho que atuou na área, após estudos e debates, elaborou as seguintes recomendações;

19— Elaboração e adoção, por parte das bibliotecas universitárias, de uma política de seleção para aquisição e descarte de materiais informacionais, embasada nos objetivos da Universidade e em suas características particulares;

2º - Indicação, na política de seleção, de áreas de interesse prioritárias, níveis de desenvolvimento de coleção prioritária para cada área, e intensidade desses interesses, de acordo com os objetivos da Universidade.

3?— Revisão e atualização da política de seleção a intervalos adequados, que reflita, p. ex.,

- mudanças de objetivos ou interesses da Universidade;
- orçamento disponível;
- situação interna da biblioteca, como sua capacidade para processamento do material e atendimento à comunidade;
- possibilidade de acesso a outras coleções.

4? — Estabelecimento de programas de aquisição planejada e acordo cooperativos com bibliotecas afins, possibilitando acesso mútuo às coleções.

5?— Avaliação periódica das coleções em relação aos interesses da Universidade, através de técnicas desenvolvidas e aprimoradas na própria biblioteca.

6?— A responsabilidade da decisão pela seleção do material informacional e pelo desenvolvimento da coleção deve caber à biblioteca.

7?— Formação de uma Comissão Consultiva para seleção de materiais informacionais, integrada por professores, estudantes e bibliotecários, representantes das diversas áreas de ensino e pesquisa, cuja responsabilidade seja a de fornecer subsídios para decisões relativos à seleção de material informacional para o desenvolvimento das coleções.

8?— Recomendação às Escolas de Biblioteconomia — A formação profissional do bibliotecário deve dar maior atenção à educação do bibliotecário como selecionador, datando-o de conhecimentos atualizados, embasamento teórico e habilidades técnicas adequadas às condições brasileiras, que o tornem capaz de entender o processo e

assumir responsabilidades relacionadas com o desenvolvimento das coleções.

E) CATÁLOGO COLETIVO E COMUTAÇÃO

O GT, dada a extensão do assunto, decidiu subdividir-se em grupos, apresentando cada um deles, após discussões e conclusões, as suas recomendações, da seguinte forma:

1 9 - Sub-Grupo - Rede de Coleta.

- Que o Catálogo Coletivo Nacional, a cargo do IBICT, preferencialmente passe a trabalhar a nível de redes estaduais, ao invés de redes regionais;

- que cada rede estadual tenha seu Centro Coordenador na Universidade do respectivo Estado, Federal ou outra que apresente melhor infra-estrutura;

que os C.Co. Estaduais tendam a descentralizar-se, para fins de coleta de dados de implantação e/ou atualização a nível de: UNIVERSIDADES, REDES FORMAIS a nível estadual ou municipal; AGRUPAMENTOS INFORMAIS; BIBLIOTECAS ISOLADAS;

- As redes formais de âmbito federal continuarão vinculadas diretamente ao CCoN/IBICT;

- que as bibliotecas de instituições isoladas de nível superior se integrem no CCo., obrigatoriamente, através da rede universitária do respectivo Estado e não através de outras redes formais ou agrupamentos informais;

- que a efetivação da descentralização da rede de coleta se apoie em acordos que visem evitar duplicidade de entrada ou outros problemas que possam comprometer o bom funcionamento do sistema.

2 9 - Sub-Grupo Pré-Requisitos para incorporação de novas bibliotecas e permanência de bibliotecas cooperantes.

Para o sub-grupo, CCo, é o instrumento preparado com o objetivo de registrar as coleções acessíveis no Brasil. As recomendações foram:

- No que tange ao pré-requisito para incorporação de novas bibliotecas, é necessário que elas forneçam cópias ou tenham condições de tornar sua coleção disponível.

- Quanto ao pré-requisito para permanência, que as bibliotecas atualizem as coleções periodicamente e que ofereçam disponibilidade de acesso à sua coleção.

- Que seja oferecido um prazo de seis meses para que as bibliotecas estejam aptas a atender aos pré-requisitos e que esse prazo seja contado a partir das diretrizes divulgadas pelo IBICT.

- Que o IBICT dê o devido suporte aos Centros Estaduais que não estejam em condições de cumprir o prazo estabelecido, para inserção e/ou atualização.

3 9 - Sub Grupo de Atualização (Coleção e Títulos Novos)

Quanto à atualização das coleções, recomendou-se:

- que a partir do próximo processamento, as bibliotecas participantes do COMUT apresentem em 90 dias a atualização do acervo e as demais no prazo de 120 dias;

- que o IBICT participe, através do pagamento de bolsas de trabalho, em cada rede estadual, verificando a necessidade de pessoal, em decorrência da massa de dados a ser atualizada;

- que para as bibliotecas pertencentes ao COMUT, a CAPES/CNPq mantenham bolsistas para a garantia de continuidade dos trabalhos, sempre que necessário;

- quanto aos títulos novos, que o IBICT estude a possibilidade de agilização da pesquisa de títulos novos, na forma a ser posteriormente indicada;

- quanto à divulgação, que os acervos das bibliotecas do COMUT sejam divulgados de forma impressa e que a listagem seja divulgada trimestralmente;

para as demais bibliotecas, a divulgação deverá ser feita quando os Centros Estaduais solicitarem;

- que o acervo do CCoN seja divulgado semestralmente em forma de microfichas.

4? - Sub-Grupo Melhoria do Sistema

- quanto ao sistema atual, recomendou-se que o IBICT envie esforços para implementação, no CCoN, das coleções de todos os órgãos significativos do país, mesmo que não se encontrem no formato compatível quanto à entrada de dados.

- Quanto ao Sistema a ser implantado, recomendou-se que o IBICT estabeleça um grupo de trabalho que analise os tipos de dados que deverão ser incluídos no

CCoN, com a participação da FGV, CIMEC, EMBRAPA, BINAGRI e ICRES.

5º Sub-Grupo — Comutação Bibliográfica

- Que o COMUT estude em conjunto com os sistemas que estão em funcionamento no campo da comutação bibliográfica as possíveis implicações com convênios vigentes.
- Que o COMUT garanta, às bibliotecas bases, recursos humanos necessários ao aumento da demanda.

II) RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES DOS SIMPÓSIOS

A) SIMPÓSIO SOBRE ARQUITETURA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Os trabalhos apresentados neste SIMPÓSIO versaram sobre o posicionamento dos bibliotecários junto ao arquiteto e vice-versa, formando equipes de trabalho na elaboração de projetos para construção de prédios de bibliotecas e na apresentação de projetos já realizados e/ou em andamento, bem como nas experiências pessoais decorrentes destes projetos. Ventilou-se sobre as atividades e fases desenvolvidas durante a realização de um projeto e o acompanhamento da construção do prédio, com o detalhamento de problemas e dificuldades encontradas no decorrer dos mesmos.

Debateu-se sobre as dificuldades arquitetônicas decorrentes da inexistência de índices de dimensionamento adequados às nossas realidades, problemas de materiais de construção, de segurança do prédio e do acervo; flexibilidade, ventilação, iluminação; adequação do projeto às peculiaridades regionais etc. Foi bastante enfatizada a necessidade de constante acompanhamento e assessoramento por parte do bibliotecário. Para isto, o bibliotecário deve estar preparado, o que geralmente não acontece, devido à falta de orientação proporcionada pelos Cursos de Biblioteconomia.

Com base nas discussões e conclusões, foram aprovadas as seguintes recomendações:

19— Aprovação, pelo Conselho Universitário, do sistema de centralização proposto e do regimento interno da Biblioteca, antes de se cogitar em realizar o projeto de arquitetura;

2?— Conscientização da comunidade universitária quanto à nova biblioteca, procurando a participação da mesma;

3º— Total participação dos bibliotecários das diversas seções da biblioteca, na formulação do programa arquitetônico;

4º — Facilidade de acesso e ligação com o sistema viário interno e externo do Campus.

5º — Participação dos bibliotecários no levantamento e estudo dos índices e critérios de dimensionamento, sobretudo para os seguintes espaços: AUDITÓRIO, AUDIOVISUAL, MICROFORMAS.

6º — Uso criterioso de instalação de ar condicionado, restringindo-o apenas às áreas onde seja indispensável (obras, audiovisual, microformas e acervo, em caso de umidade excessiva).

7º— Precisão de expansão do edifício por etapas de forma a compatibilizar o investimento com a disponibilidade de recursos no tempo;

8º — Precisão de elementos externos junto às janelas, tais como jardins fechados, jardineiras etc, a fim de evitar o desvio de material bibliográfico. Não se recomenda o uso de grades ou telas.

9º — Precisão de um sistema estrutural que permita expansão e flexibilidade para instalações a posteriori;

10º — Instalação de sistema automático de detecção de incêndio, considerando que bibliotecas centrais abrigam grande parte do acervo.

11º — Consideração da cultura local como elemento condicionante em todo o processo de projeto, visando uma biblioteca comprometida com seus valores, tanto em sua organização funcional, quanto em seus aspectos arquitetônicos.

12? — Aproveitamento de luz natural nas áreas próximas às janelas, adotando instalação elétrica que permita acender a luz apenas nas partes centrais do salão que recebe menos luz natural.

13? — Colocação da coleção de reserva em área independente do controle da entrada, inclusive com instalação sanitária, funcionando 24 horas por dia.

14? — Utilização de técnicas construtivas e materiais, sempre que possível, locais, visando minimizar custos e integrar o prédio à cultura local;

15º — Evitar a implantação do prédio próximo a fontes de ruído no Campus e, internamente, como casas de máquinas, cortinas e outras fontes de ruído, que prejudiquem o silêncio.

16º — Usar materiais, formas, cores e outros elementos que propiciem uma ambientação descontraída, sobretudo nas áreas de contato direto com o público, tais como hall principal, área de estar e exposição.

B) SIMPÓSIO SOBRE AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

Durante a realização deste Simpósio, foram levantados, pelos participantes, os principais aspectos referentes a problemas com aquisição de material bibliográfico, notadamente material estrangeiro.

Foram ouvidas experiências de várias bibliotecas universitárias e outras instituições, bem como o ponto de vista de livreiros nacionais face à situação atual e tendência do mercado para importação de livros.

Num consenso geral, concordou-se que dificuldades são encontradas para compra de material estrangeiro, o que impede ou dificulta que o mesmo seja colocado à disposição do usuário. Face a essas dificuldades e após debates entre bibliotecários e representantes de órgãos envolvidos no processo de aquisição, foram feitas as seguintes recomendações:

1?) Que os órgãos envolvidos no processo de Aquisição — Banco Central, Banco do Brasil, Secretaria de Controle Interno, MEC e outros estabeleçam rotinas operacionais, definidas em documento, que sirvam como MANUAL orientador do processo de aquisição, de forma a permitir aos bibliotecários trabalhar com segurança em termos de legislação.

2?) Que o material bibliográfico seja desvinculado da rubrica — "MATERIAL PERMANENTE" — e que seja eliminado o teto de importação para material bibliográfico.

3?) Que a Secretaria de Ensino Superior ou outro órgão pertinente seja encarregada de enviar requerimento ao Secretário da Receita Federal, solicitando simplificação no preenchimento da Declaração de Importação e não a cobrança do Imposto de Renda nas importações presentes e futuras feitas ou a fazer pelas Universidades.

4?) Que o bibliotecário se empenhe para haver maior interação instituição x bibliotecário a fim de que possa desempenhar corretamente suas funções e prestar melhores serviços à comunidade universitária.

C) SIMPÓSIO SOBRE AUTOMAÇÃO DE SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS

Os participantes deste Simpósio, utilizando os subsídios contidos no Documento Base sobre o assunto, que traçou o panorama dos planos e projetos da automação de bibliotecas universitárias brasileiras e os advindos dos vários comunicados técnicos apresentados, dividiram-se em dois grupos para debater o assunto: Grupo I — para aprofundar a problemática de REDES DE COMPUTADORES, INTERCÂMBIO DE SOFTWARE e PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA DA INFORMAÇÃO; Grupo II - encarregado de estudar AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS e AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS DE ENTRADA, DE GERAÇÃO DE CATÁLOGOS e ÍNDICES.

Do trabalho dos dois grupos, após as considerações abaixo expressas, resultou a aprovação das recomendações que se seguem.

O Grupo de Trabalho, considerando que:

- 1) Existem diversos projetos paralelos visando a automação dos processos administrativos de bibliotecas;
- 2) Esses projetos trabalham com padrões "criados" independentemente, nem sempre uniformes, trazendo dificuldades às tentativas futuras de integração;
- 3) Os bibliotecários sentem necessidade de maior treinamento e especialização na área de automação;
- 4) Os analistas de sistema sentem dificuldade em definir o que automatizar;
- 5) É alto o custo de um projeto de automação de Biblioteca;
- 6) Um sistema automatizado de serviços bibliotecários possibilita a economia da escala de modo a:
 - evitar a duplicação de processamento de títulos comuns a várias bibliotecas;
 - evitar a duplicação de importação de índices e resumos estrangeiros, de alto custo, com economia de divisas;

agilizar a execução de trabalhos repetitivos, facilmente realizados por máquinas;

RECOMENDA às autoridades competentes da área de Informação, Informática e Telecomunicações:

1º— a criação de um grupo de estudos interdisciplinar e inter-institucional que viabilize a implementação de recomendações sobre automação de serviços de bibliotecas, em especial, os aspectos referentes à utilização de Redes de Computação, intercâmbio de software e processos de recuperação automáticos de informação;

2º— que se defina uma política quanto à construção de bases de dados bibliográficos no Brasil e importação de bases;

3º— a utilização de serviços de consulta a bancos de dados já desenvolvidos no país, em lugar de se importar ou contratar externamente;

RECOMENDA aos órgãos educacionais:

1º— criação de cursos interdisciplinares para bibliotecários e analistas de sistemas poderem dialogar e compreender uma mesma linguagem, fomentar a realização de seminários de integração a nível de experiência em aplicação de Processamento de Dados em Bibliotecas e incentivar a produção de publicações voltadas para automação de Bibliotecas, como exemplo de aplicações típicas para biblioteconomia.

RECOMENDA ao IBICT:

1º— a definição dos padrões básicos relativos aos procedimentos e meios a serem utilizados na automação de processos administrativos;

2º— a definição de elementos mínimos que um formato de registros de dados bibliográficos deveria respeitar para ser considerado aceitável a nível nacional;

3º— que se estude a nível nacional um formato simples para registros legíveis por computador que viabilizem um intercâmbio rápido de informações;

4º— a criação de um órgão central de armazenamento e disseminação dos trabalhos de automação de bibliotecas ou formação de redes, sejam eles projetos de implantação, estudos e pesquisas, realizados por pessoas físicas ou jurídicas, ligadas às áreas de Biblioteconomia e Processamento de Dados;

5?— fomentar a criação de um cadastro de especialistas, instituições ou grupos para a prestação de serviços de consultoria e assessoramento e na viabilização de projetos de automação de serviços bibliotecários e conseqüente troca de experiência.

D) SIMPÓSIO SOBRE PLANEJAMENTO

Os participantes debateram as principais questões expostas no Documento Base, bem como nos comunicados técnicos e idéias apresentadas durante as reuniões. Da análise do comportamento das bibliotecas universitárias no Brasil, observa-se que o seu desenvolvimento se afasta da conceituação de um sistema ideal, ou seja, um conjunto de bibliotecas que funcionem de acordo com um plano comum, visando determinado propósito ou objetivo; mantendo interação regular, interdependente entre si para a manutenção do Sistema. A criação, organização e expansão da biblioteca universitária fez-se de maneira isolada para atender condições de premência e uso imediato. O desenvolvimento se estabeleceu de maneira heterogênea, alheio às condições básicas de planejamento. Embora a Reforma Universitária não enfocasse diretamente a biblioteca, foi a partir dela que, de acordo com o princípio da não duplicação de meios para fins idênticos, as universidades passaram a organizar as suas bibliotecas centrais. Entretanto, diversos fatores inibiram o desenvolvimento sistêmico do setor, tais como inexistência de padrões, modelos ou critérios comuns de organização; funcionamento estanque, falta de planejamento integrado, falta de definição de objetivos, carência de recursos humanos, materiais e financeiros etc. Entretanto, na última década, uma consciência planificadora passou a orientar o desenvolvimento das bibliotecas universitárias e houve diversos esforços no sentido de realizar estudos para a elaboração de uma política nacional de desenvolvimento das bibliotecas.

Houve, ainda, o apoio de diversos órgãos governamentais.

No que tange ao planejamento bibliotecário, foi enfatizada a necessidade de se considerar realisticamente o meio, como condição sine qua non para o êxito do planejamento. Dentro do enfoque sistêmico, devem ser considerados aspectos tais como demográficos, políticos, institucionais, econômicos, financeiros, culturais etc. A compreensão do meio ambiente evita a transplantação de modelos bibliotecários de países desenvolvidos, conseqüentemente modelos inadequados à nossa realidade. Dentro da problemática brasileira, a biblioteca universitária reflete a influência da própria universidade com todas as suas tensões, a cidade etc. É necessário haver indicadores, instrumentos de medição, padrões de desempenho condizentes com a realidade nacional.

Foi ventilada ainda a questão dos objetivos da biblioteca universitária. Eles devem ser determinados em relação às características intrínsecas da biblioteca como uma organização e em relação a fatores contextuais, tais como estruturais, sócio econômicos, culturais, geográficos, políticos, históricos. Enfatizou-se a necessidade da

criação de um órgão central, coordenador e divulgador, que possa interpretar as políticas, tendências e prioridades educacionais e traduza essas tendências, formulando e divulgando a política da biblioteca universitária.

Foi lembrado ainda, nessa problemática, a multiplicidade de órgãos governamentais, ou não governamentais envolvidos em parte e em diferentes graus de competências com a biblioteca universitária, resultando, em última análise, que nenhum órgão assuma a responsabilidade pela política de coordenação delas. Há necessidade de direcionar os esforços produzidos dispersadamente, a fim de atingir os objetivos buscados.

Dessa forma, os participantes do Simpósio decidiram que se propunha ao CNPq e ao MEC/SESu a constituição de uma Comissão ou Grupo de Trabalho para estudo da viabilidade da criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias e que essa Comissão ou Grupo apresente o resultado dentro do prazo mínimo de seis meses e máximo de um ano.

Para finalizar o presente Relatório, eu manifesto a minha fé e esperança no futuro da biblioteca universitária, em nosso país. Espero que ela não continue a ser o "embaraçoso espelho" a refletir as nossas deficiências, a denunciar as fragilidades nas várias áreas de conhecimento, conforme expressão do Prof. Cláudio de Moura Castro. Mas que ela se transforme, sem muita demora, no espelho vivo — instrumento eficaz — a refletir uma riqueza de documentos e de serviços de informação capazes de contribuir para que a Universidade percorra o correto caminho de nosso amadurecimento científico e cultural. Da busca de nossa independência, em suma.

HOMENAGEM AO PRESIDENTE DE HONRA DO 2º SEMINÁRIO DE
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, PROFESSOR
EDSON NERY DA FONSECA

PEREGRINAÇÕES DE UM BIBLIOTECÁRIO:
ROTEIRO QUASE BIBLIOGRÁFICO

Cordélia R. Cavalcanti
Professor Titular
Universidade de Brasília

SENHORES MEMBROS DA MESA,
MEUS COLEGAS,
EDSON

Recebi, sensibilizada, o convite de Antônio Miranda para dizer algumas palavras nesta homenagem, justa e oportuna, que o 29 Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias quiz prestar ao Bibliotecário que se impôs pela atitude corajosa no trato dos problemas de nossa Biblioteconomia.

O escritor que precedeu o bibliotecário, assim como o poeta que precedeu o bibliógrafo, o crítico literário e o analista-crítico da biblioteconomia brasileira fundiram-se numa só pessoa!

Edson Nery da Fonseca "escreve com a precisão e a concisão dos mestres", afirmava Aníbal Fernandes em 1946, em uma de suas crônicas diárias (Diário de Pernambuco, **10.01.1946**, p. 4, Coisas da Cidade).

Conciso, preciso, contundente, lírico; estilo magro, à moda dos velhos sobrados recifenses, exato, a frase bem escrita e atingindo sempre o objetivo.

Escritor versátil! Bibliotecário polêmico!

Em 1950, o prêmio de crítica literária do concurso instituído pelo **Jornal de Letras**, com o trabalho "Um poeta puro", sobre João Cabral de Melo e sua poesia.

Outro prêmio em **1974** - do Banco do Estado de Pernambuco - com o ensaio sobre Casa Grande & Senzala.

O prêmio MEC de Biblioteconomia e Documentação, concedido pela primeira vez em 1978, foi também colhido por nosso peregrino.

Entre 1942 e 1980 seus trabalhos contam-se às centenas, incluindo artigos, resenhas, opúsculos e livros. Em 1967, publicava-se no Boletim da Biblioteca **da Câmara dos Deputados**, trabalho intitulado "Escritor e Bibliotecário: Bibliografia de Edson Nery da Fonseca", contendo 330 referências bibliográficas de seus escritos. De 1967 a 1981, é também extensa sua produção bibliográfica.

Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o projeto da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco (1969) e da Unesco para o estabelecimento de um sistema nacional de biblioteca e informação em Guiné-Bissau (dezembro 1976/janeiro 1977).

Iniciador, em 1949, no Recife, da modernização dos serviços de bibliotecas universitárias, com a reforma da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, à qual dedicou o idealismo de uma profissão recém-adquirida. Deu-lhe, à Biblioteca, o dinamismo de uma biblioteca atuante, onde seus frequentadores viam, sentiam e ouviam o latejar de uma vida nova, na antes austera e fechada Biblioteca.

A precisão e a concisão características de seu estilo, abriram-lhe portas — os prêmios literários; fecharam-lhe portas, em 1951, com umas "Verdades incômodas" sobre problemas da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

De certa forma o seu afastamento, naquela ocasião, da Biblioteca da Faculdade de Direito, transformou-se em benefício para todos nós, embora, para ele, naquela época, tenha sido um duro sacrifício.

Maceió, para breve estada; Estados Unidos, também para breve estada; João Pessoa, Curitiba, Rio de Janeiro: algumas das etapas de sua peregrinação!

No Rio, o trabalho na Biblioteca Demonstrativa Castro Alves e, depois, no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, criado em 1954. Neste, como editor do **Boletim Informativo**, inicia a Bibliografia Brasileira de Documentação, editada posteriormente como livro, em 1960.

Em 1954, toma parte em concurso instituído pela Câmara dos Deputados, para preenchimento de vagas de bibliotecários e, por diferença mínima, deixa de ser o primeiro classificado.

Na Biblioteca da Câmara, além dos trabalhos usuais, começa a editar, em 1962, o **Boletim da Biblioteca**, dando-lhe feição normalizada, introduzindo a publica-

ção das biografias dos Presidentes da Câmara, elaborando bibliografias e analisando as obras raras da Biblioteca. No **Boletim**, revela outra faceta de sua versatilidade nas biografias dos Presidentes daquela Casa do Congresso.

De 1950 a meados dos anos 60, influenciado e conduzido à Documentação pelos Professores Lasso de la Vega, Jesse Shera, Herbert Coblans e Zeferino Paulo, empreende verdadeira cruzada visando o uso, no Brasil, das técnicas modernas de documentação. Palestras, conferências e cursos, em cidades diversas do Brasil, levam a bibliotecários e administradores, a mensagem a necessidade de um tratamento novo para os documentos.

Criada a Universidade de Brasília, em **1962**, foi Edson chamado a colaborar na implantação da Biblioteca da Universidade e é, naquele momento, que vemos surgir a imagem do Bibliotecário que merece, de fato, a homenagem especial deste Seminário, pois a Edson devem as bibliotecas universitárias, em sua maioria, a criação de bibliotecas centrais, a estruturação e o reconhecimento, pelas autoridades — algumas, pelo menos — da necessidade de reformulação dos critérios até então adotados.

Mas Edson não gosta de administrar! Deu vida e alma à Biblioteca Central da Universidade de Brasília para, logo em seguida, entregá-la às mãos competentes do saudoso Abner Vicentini, ao qual se sucederam Elton Volpini, Maria Helena de Sá Barreto e a atual Diretora, Cybelle Villares Coelho.

Dedicando-se ao ensino da Biblioteconomia, estrutura o Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, cujo Curso criara em **1963**, assim como fundara, em 1950, o Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco. Passa a outro, também, a direção do Curso e continua somente como Professor, para ser, posteriormente, elevado à Direção da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, cargo este que exerceu até 1978.

E agora? Agora, a volta ao Recife onde vai prestar sua colaboração à Fundação Joaquim Nabuco. A continuação de vários trabalhos, entre os quais um manual de seleção, a 2ª edição do Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, a organização de inéditos e dispersos de Gilberto Freyre, dos quais três já foram publicados: **Prefácios Desgarrados, Heróis e Vilões no Romance Brasileiro e Pessoas, Coisas e Animais.**

Entre sua saída do Recife em 1952, e seu retorno em **1981**, houve várias viagens: em 1952, breve estada nos Estados Unidos; em **1961**, a participação no Seminário Interamericano sobre Bibliotecas Universitárias, em Monticeilo, Illinois; em **1964**, a participação em Seminário efetuado em Medellin, Colômbia; depois,

viagem aos Estados Unidos com o Reitor e alguns professores da Universidade de Brasília, para visita a universidades e, sobretudo, a bibliotecas universitárias.

Em dezembro de 1976, de passagem para Guiné-Bissau, o encontro com os poetas das leituras e com os caminhos dos autores franceses preferidos!

Ver Paris, ou, rever Paris dos poetas e romancistas. A sensação do "dejà-vu", o encanto das longas caminhadas pelas pontes e pelos "boulevards" que vivem na lembrança daqueles que, mesmo sem viajar, viajam com seus autores mais, ou menos, queridos: Apollinaire, Rimbaud, Gide, Saint-John Perse, Paul Eluard e tantos outros.

Peregrino da Biblioteconomia, "peregrino do absoluto", como Léon Bloy! O coração no Mosteiro de São Bento, em Olinda e os olhos nas praias, nos coqueiros, no céu, nos verdes mares do Recife!

DISCURSO DO PROFESSOR EDSON NERY DA FONSECA

POR UMA SÓ BIBLIOTECA EM CADA UNIVERSIDADE

Edson Nery da Fonseca

Vejo que estou chegando a uma idade em que somente somos lembrados para presidências de honra e outras funções decorativas. De qualquer modo, agradeço aos que espontaneamente me distinguiram com esta honraria. Quando os moços se lembram dos velhos é porque reconhecem que nem tudo se deve a eles, jovens, mesmo quando competentes e dinâmicos, como é o caso do atual Presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, o professor Antônio Miranda. É porque acreditam que existe uma continuidade e não uma rutura entre gerações sucessivas, por mais mutuamente conflitantes que possam ser ou parecer.

Desde que me impuseram um pronunciamento neste Segundo Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, venho pensando inultamente no que deveria dizer, sem me sentir tentado por nenhum dos tópicos programados, todos eles, aliás, bastante sugestivos e oportunos. O remédio, nestes casos, é continuar lendo. Porque se não surgirem de leituras, não será da praia maravilhosa em que me encontro e de suas seduições que as idéias jorrarão.

Casualmente — e tudo no mundo acontece por acaso, como diria Jacques Monod — caiu-me nas mãos o livro no qual encontrei sugestões para este pronunciamento. Refiro-me à obra coletiva em que a Editora Convívio, de São Paulo, reuniu em 1979 as teses e debates de um Encontro Nacional de Professores de Filosofia, ocorrido no ano anterior. Foi na conferência de abertura desse Encontro, lida pelo meu já muito admirado Georges Gusdorf, professor da Universidade de Estrasburgo, que me inspirei para dizer o que se segue.

Talvez não seja de todo inoportuno, ao fim de uma semana em que tantos processos técnicos foram debatidos, propor uma espécie de meditação sobre o papel da biblioteca universitária no universo conceitual e cultural em que se insere. Porque, francamente, eu não gostaria que acontecesse com os especialistas em Biblioteconomia reunidos neste Seminário o que ocorreu com o psicólogo francês Alfred Binet. Inventor de tantos testes de mensuração da inteligência, Binet ficou um dia perplexo ao ouvir esta pergunta insólita: "mas, afinal, o que é inteligência?". E saiu de sua perplexidade respondendo que inteligência era o que ele media com seus testes. Lydia de Queiroz Sambaquy me contou uma história parecida. Matriculada em curso de

bibliografia "a cargo do velho Antônio Simões dos Reis, reclamou do mestre porque, já na quarta ou quinta aula, ainda não havia enunciado um conceito de bibliografia. Surpreendido com a reclamação, Simões dos Reis parafraseou o rei de França ao dizer: "bibliografia sou eu".

Nada, portando, de desprezarmos as definições. E eu me gabo de ter sido quem primeiro estendeu a qualquer tipo de escola e, por extensão, à própria universidade, o conceito de Faculdade de Direito enunciado pelo Professor Haroldo Valladão em seu livro sobre didática jurídica: é "uma grande biblioteca rodeada de salas para aulas, de gabinetes para seminários e exercícios práticos, com uma revista que dê conta dos principais trabalhos realizados por mestres e alunos" (1).

Já afirmei uma vez que a Universidade de Brasília foi idealizada por educadores inconformados com a decadência a que chegara, nos anos 60, o ensino superior em nosso país. Participei da implantação da UnB desde agosto de 1962, primeiro como professor e depois como coordenador da biblioteca, chefe de departamento, diretor de unidade e membro de seus mais altos colegiados, sem jamais haver postulado uma só dessas funções. Deixei-me contagiar pelo entusiasmo com que aqueles idealistas fundaram a Universidade de Brasília, desencadeando uma reforma universitária que, infelizmente, não se completou. Que em muitos casos abortou. Uma reforma que a maior parte das universidades federais aceitou a contragosto, tanto para manter interesses criados como por preguiça mental ou apego à rotina.

Este repúdio à reforma explica porque, de modo geral, não existem bibliotecas universitárias no Brasil, mas bibliotecas especializadas junto a institutos, centros, escolas, faculdades, cursos, departamentos, clínicas e laboratórios que nem a vizinhança num só campus consegue tornar interdependentes. Porque a interdependência deve começar caracterizando as relações entre diferentes áreas do conhecimento científico e humanístico. Se especialistas encarregados de produzir ou transmitir o saber em cada uma dessas áreas não se apercebem do interrelacionamento entre as ciências — às vezes remoto ou imperceptível, mas sempre existente — a universidade deixa de ser aquela "forma instituída da universalidade" a que se refere Gusdorf (2) para reduzir-se, como dizia Guilherme de Humboldt, "a uma coleção de conhecimentos alinhados uns contra os outros" (3).

Quando a universidade não é capaz de respeitar-se a si mesma, perdendo a consciência da origem de seu próprio nome, não é lícito esperar que existam bibliotecas universitárias. A recíproca é verdadeira na medida em que bibliotecas independentes e inimigas entre si só fazem aumentar ou estimular o que um francês chamaria "savoir en miettes": saber em migalhas que é a própria antítese do conceito de universidade. Pois "a universidade não existe" — volto a citar Georges Gusdorf — "onde a comu-

nicação se torna impossível entre os saberes e os homens em toda parte em que a dissociação suplanta a vontade de unidade" (4).

A redução da Filosofia a simples departamento — quando a ela competiria assegurar a integração dos saberes, servindo como elemento de comunicação interdepartamental — foi o primeiro golpe desfechado contra a universidade, sendo a descentralização de coleções como que a consequência lógica da fragmentação do saber: aquilo que Gusdorf denomina com muita propriedade "egoísmo epistemológico" (5).

Enquanto esse lamentável disciplinarismo provoca e estimula a multiplicação de bibliotecas especializada, a intradisciplinaridade (integração sistêmica dos diversos tópicos de uma disciplina), a interdisciplinaridade (relações de interdependência entre diferentes disciplinas) e a transdisciplinaridade (interrelacionismo das ciências ditas exatas e naturais com as sociais e as chamadas humanidades) impõem a centralização de coleções numa só biblioteca em cada universidade ou, pelo menos, em cada campus. A própria expressão BIBLIOTECA CENTRAL deixa de ter sentido, devendo ser substituída por BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA ou BIBLIOTECA tout court.

Convenhamos em que é difícil praticar a interdisciplinaridade e, mais ainda, a transdisciplinaridade em laboratórios e salas de aula, principalmente se falta ao pesquisador e ao professor aquela inquietação intelectual que poderíamos definir como nostalgia da unidade perdida. Parece que foi essa nostalgia que inspirou a T.S. Eliot estes versos tão pungentemente interrogativos: "Where is the Life we have lost in living?/ Where is the wisdom we have lost in knowledge?/ Where is the knowledge we have lost in information?" (6). Versos que eu ousaria prolongar, perguntando: onde está a informação que perdemos em dados e onde estão os dados que perdemos em computadores? Seminários interdisciplinares e transdisciplinares — como os fundados por Frank Tannenbaum em Columbia University e por Gilberto Freyre na Universidade Federal de Pernambuco — solucionam o problema e encontram na centralização de coleções — infelizmente inexistentes tanto em Columbia como em Pernambuco — a infraestrutura bibliográfica ideal.

Já não me importam, como se vê, os argumentos de ordem econômica em favor da centralização de processos, que são indiscutíveis. Econômica é, por igual, a descentralização de coleções, quando coordenada para evitar duplicações desnecessárias. Defendendo a centralização de coleções estou falando em nome da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade que caracterizam o moderno conhecimento científico e humanístico. Como diria o poeta, "cesse tudo o que a antiga Musa canta/ Que outro valor mais alto se alevanta".

Não deliro nem proponho utopias. Tudo o que acabo de dizer se inspira num exemplo concretamente histórico recordado por Georges Gusdorf: o do Museu de Alexandria, que foi um "foco do saber e da espiritualidade helênicos durante quase um milênio, desde a morte de Alexandre até a conquista árabe". "Sob a proteção do poder monárquico de Ptolomeu" — acrescenta Gusdorf — o **Mouseion**, santuário das Musas, reúne em seus edifícios, seus pórticos e seus jardins um certo número de homens, mestres e estudantes, que se dedicam aos trabalhos do espírito, **em volta de uma imensa biblioteca** cujos guardiões fixam para sempre a configuração da cultura antiga" (7).

Não se diga que, proveniente da antiguidade, este exemplo está ultrapassado. A democracia também veio da Grécia e ainda hoje os politólogos admitem ser este o menos imperfeito de todos os regimes.

Ao institucionalizar a universalidade do saber — a **universitas scientiarum** — a universidade medieval apenas retomou a concepção grega das artes liberais exercitadas no Museu de Alexandria, origem remota dos colleges **of liberal arts** das mais conceituadas universidades em nossos dias.

A unidade começa a fragmentar-se no Renascimento e vem até a primeira metade do século XX. Mas quando a fragmentação chega ao auge, com as cada dia mais numerosas especializações de nossa época, a idéia da unidade fundamental do saber reaparece, ora sob a forma de uma teoria dos sistemas, ora na publicação de uma **Encyclopedia of Unified Science**, ora através de novas classificações dos conhecimentos, como o **Broad System of Ordering** proposto pelo programa UNISIST, sem que seja necessário cedermos ao perigoso canto de sereia de qualquer reducionismo, venha de onde vier: da Matemática ou da Biologia.

Numa biblioteca enciclopédica os pesquisadores são forçados a olhar para o que se passa em especializações que não são as suas; isto é uma lição de saudável generalismo. Favorece a humildade epistemológica e, portanto, a compreensão de que todo problema — científico, técnico ou humanístico — é complexo demais para ser resolvido por especialistas de uma só área. A universidade é a última instituição em condições de abrigar uma coleção enciclopédica, já que até as bibliotecas nacionais caminham para a especialização. Espero que ela seja fiel a uma tão importante missão histórica.

REFERÊNCIAS

1. Haroldo Valladão. **O ensino e o estudo do Direito, especialmente do Direito Internacional Privado no Velho e no Novo Mundo**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1940, p. 202.
2. Georges Gusdorf. "A Filosofia e a universidade". In: Crippa, Adolpho, ed. **A Filosofia e o ensino da Filosofia**. São Paulo, Editora Convívio, 1979, p. 19-54 (citação à p. 51).
3. Wilhelm von Humboldt. **Da organização interior e exterior das altas instituições científicas em Berlim (1810)**. Apud Georges Gusdorf, op. cit., p. 38.
4. Georges Gusdorf, op. cit., p. 22.
5. Georges Gusdorf, op. cit., p. 21.
6. T. S. Eliot. "Choruses from **The Rock**". In: **Selected poems**. London, Faber and Faber, 1961, p. 107.
7. Georges Gusdorf, op. cit., p. 30, grifo nosso.

Cumpre-me agora agradecer a homenagem que acabo de receber e o faço humildemente convicto de não merecer tão significativas referências. Não me deixo embriagar por elogios, preferindo atribuí-los à generosidade fraternal de amigos e companheiros.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer de público o muito que devo a Lydia de Queiroz Sambaquy. Dela tenho divergido e já brigamos algumas vezes, o que evidentemente não me impede reconhecer o seu pioneirismo na biblioteca do DASP, na catalogação cooperativa, na aquisição centralizada, na fundação do hoje IBICT, na própria Universidade de Brasília, onde me precedeu como assessora de Darcy Ribeiro em matéria de biblioteca.

O que desejo recoraar aqui é que foi por intermédio de Lydia Sambaquy que o Departamento de Documentação e Cultura do Recife recebeu a primeira bolsa de estudos da qual — sem solicitá-la — acabei me beneficiando, saindo pela primeira vez do Recife para estudar biblioteconomia no Rio de Janeiro.

Também lhe devo a indicação de meu nome ao Reitor Joaquim Amazonas para a reorganização das bibliotecas da Universidade do Recife.

Despedido por delito de opinião, voltei ao Rio de Janeiro, em 1954, quando ela me acolheu no Serviço de Intercâmbio de Catalogação e, depois, no Serviço de Bibliografia do IBBD.

Permitam-me, portanto, dividir com Lydia Sambaquy as glórias desta homenagem.

Se de nossos ex-alunos e companheiros de trabalho poderíamos dizer que são nossos filhos por obra e graça da biblioteconomia, peço a eles que se considerem netos bibliotecômicos de Lydia Sambaquy, que, aliás, há vários anos, já foi escolhida a avó mais bonita do Brasil.